



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

DESCONCENTRAÇÃO PRODUTIVA REGIONAL DO BRASIL: ANÁLISE DO PARANÁ – 1970-2005

Armando Palermo Funari

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico – área de concentração: Economia Regional e Urbana, sob a orientação do Prof. Dr. Wilson Cano.

*Este exemplar corresponde ao original da dissertação defendido por **Armando Palermo Funari** em 19/12/2008 e orientado pelo **Prof. Dr. Wilson Cano**.*

CPG, 19/12/2008

A handwritten signature in blue ink, appearing to be "CPG", is written over a horizontal line.

Campinas, 2008

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
do Instituto de Economia/UNICAMP**

F962d	Funari, Armando Palermo. Desconcentração produtiva regional no Brasil: análise do Paraná – 1970-2005 / Armando Palermo Funari - Campinas, SP: [s.n.], 2008. Orientador : Wilson Cano. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. 1. Economia regional. 2. Paraná – Condições econômicas. I. Cano, Wilson. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.
	08-046-BIE

Título em Inglês: Regional productive deconcentration in Brazil: analysis of the State of Paraná – 1970-2005.

Keywords: Regional economy, Paraná – Economic conditions.

Área de concentração: Economia Regional e Urbana

Titulação: Mestre em Desenvolvimento econômico.

Banca examinadora: Prof. Dr. Wilson Cano.

Prof. Dra. Ana Lucia Gonçalves da Silva.

Profa. Dr. Cláudio César de Paiva.

Data da defesa: 19/12/2008

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento econômico.

Dissertação de Mestrado

Aluno: ARMANDO PALERMO FUNARI

**"Desconcentração Produtiva Regional do Brasil:
Análise do Paraná – 1970-2005"**

Defendida em 19 / 12 / 2008

COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. WILSON CANO
Orientador – IE / UNICAMP



Prof. Dra. ANALÚCIA GONÇALVES DA SILVA
IE / UNICAMP



Prof. Dr. CLAUDIO CESAR DE PAIVA
UNESP/Araraquara

AGRADECIMENTOS

Agradecer àqueles que cooperaram, direta ou indiretamente, para a execução desta pesquisa não se trata de tarefa fácil. Foram muitos. Contribuiu de forma inestimável quem orientou, indicou, discutiu e, por muitas vezes, contestou. Por isso sou grato aos caros professores do CEDE, Wilson Cano –orientador - e Fernando Macedo, além dos professores Brandão e Maciel. Suas contribuições vão além das simples linhas que constituem esta dissertação, em direção, espero eu, a um projeto de docência no futuro.

Mas não seria viável tê-la completado sem a estimada presença de pessoas que, além de estimular, por muitas vezes foram cúmplices, colegas, escapes e, por que não, irmãos. Faço menção aos amigos Luiz, Daniel e Leonel, Erika e Felipe, além de muitos outros que tornariam estes breves agradecimentos demasiado extensos, mas que não são menos importantes.

Sou grato ainda ao próprio IE, na figura de seus professores, funcionários e alunos, por ter me apresentado desafios estimulantes e que estreitaram a passagem dos últimos três anos. Agradeço também a FAPESP, que financiou a pesquisa, facilitando muito a dedicação aos estudos.

Finalmente, mostro minha gratidão àqueles que se excederam no exercício da sua cumplicidade, a quem serei eternamente grato pelo amor incondicional: meus pais, meu irmão e Mariana. Mas não gostaria de me restringir àqueles com quem convivi nos últimos anos. Quero agradecer outras pessoas que também fizeram de mim quem sou e ainda me encham de orgulho e saudade: meus avós.

Obrigado a todos por tudo aquilo que fizeram e por o que ainda farão.

SUMÁRIO

Índice de tabelas	ix
RESUMO	xiii
Introdução.....	1
Capítulo 1 - A economia paranaense no período de concentração da produção industrial 1930-1970.....	5
1.1) O Processo de Concentração regional produtiva 1930-70	5
1.2) A Trajetória da economia paranaense até 1970	14
1.2.1) Principais atividades agropecuárias no Paraná até 1970	15
1.2.2) Principais atividades industriais no Paraná até 1970	22
Capítulo 2 - A economia paranaense: 1970-1980	35
2.1) Aspectos Gerais da Desconcentração 1970-1980	35
2.2) O Paraná e o processo de desconcentração 1970-1980.....	42
2.2.1) Principais transformações na Agropecuária 1970-1980.....	47
2.2.2) Principais transformações na Indústria 1970-1980	64
Capítulo 3 - A economia paranaense no período 1980-1989	83
3.1) Aspectos gerais da desconcentração 1980-1989	83
3.2) O Paraná e o processo de desconcentração 1980-1989.....	90
3.2.1) Principais transformações na agropecuária paranaense 1980-1989	96
3.2.2) Principais transformações na indústria 1980-1989	104
Capítulo 4 – A economia paranaense no período 1990-2005.....	123
4.1) Aspectos gerais da desconcentração em tempos de neoliberalismo 1990-2005	123
4.2) O Paraná e o processo de desconcentração 1990-2005.....	131
4.2.1) Principais transformações na agropecuária paranaense 1990-2005	138
4.2.2) Principais transformações na indústria paranaense 1990-2005.....	146
Conclusão	169
Referências Bibliográficas.....	175

Índice de tabelas

Tabela 1.1 - Exportações totais de São Paulo, segundo o destino (% do valor) 1900-1930	9
Tabela 1.2 - Indústria de Transformação: participação das regiões no Valor de Transformação Industrial (VTI) 1919-1970	11
Tabela 1.3 - Indústria de Transformação: taxas médias anuais de crescimento real 1919-70 (%)	13
Tabela 1.4 - Produção das principais culturas permanentes e temporárias no Norte paranaense e Estado 1950-1970 (em toneladas)	21
Tabela 1.5 - Participação dos principais gêneros da indústria do Paraná no valor da transformação industrial 1950-1970	31
Tabela 1.6 - Participação dos diferentes grupos da indústria do Paraná nos gêneros Produtos alimentares, Madeira e Têxtil, 1960	32
Tabela 2.1 - Estrutura (%) setorial do PIB 1970-1980	36
Tabela 2.2 - Variação anual média do PIB do Brasil e de São Paulo 1970-1980 (%)	38
Tabela 2.3 - Participação Regional no PIB Total (Brasil = 100%) 1939-1980	39
Tabela 2.4 - Participação dos segmentos no VA do setor de serviços para o Paraná e Brasil 1970-80	43
Tabela 2.5 - Estrutura Setorial da População Ocupada no Paraná 1970-1980	44
Tabela 2.6 - Participação paranaense na População Ocupada do Brasil por setores 1970-1980	46
Tabela 2.7 - Evolução do Parque Paranaense de tratores e colheitadeiras 1960-1980	47
Tabela 2.8 - Importações paranaenses de fertilizantes 1972-1980	48
Tabela 2.9 - Variação Absoluta e relativa na área plantada dos principais produtos agrícolas no Paraná 1970-1980	49
Tabela 2.10 - Produção dos principais produtos agrícolas do Paraná nas três grandes regiões 1975 (em toneladas)	52
Tabela 2.11 - Comparação da produção de alguns produtos no Paraná e Brasil - Safra 79/80	53
Tabela 2.12 - Participação dos estados na área cultivada nacional de milho, feijão e soja 1971-1979	54
Tabela 2.13 - Variação absoluta e relativa da área de lavouras, segundo grupos de área, no Paraná 1970-1975	55
Tabela 2.14 - Número de estabelecimentos e área de lavouras no Paraná, segundo grupos de área – 1970-1975	56
Tabela 2.15 - Área colhida dos principais produtos segundo grupos de área, no Paraná 1970-1975	57
Tabela 2.16 - Estrutura de produção agropecuária no Paraná 1970-1975 (valores em %)	58
Tabela 2.17 - Evolução do crédito rural concedido para custeio, investimento e comercialização no Paraná 1970-1979	59
Tabela 2.18 - Financiamentos concedidos ao Paraná para aquisição de insumos (em Cr\$ 1000) 1979	60
Tabela 2.19 - Participação percentual das atividades agropecuárias no total do crédito de custeio concedido ao Paraná 1970-1979	61
Tabela 2.20 – Fluxos acumulados de Entradas e Saídas de migrantes do Paraná 1970-1980	64
Tabela 2.21 - Participação da indústria paranaense no total da indústria nacional 1907-1970	65
Tabela 2.22 - Evolução da Renda Interna do Paraná, segundo setores 1970-1980	66

Tabela 2.23 - Distribuição do Valor Adicionado da indústria de transformação , segundo gêneros industriais, no Paraná 1970-1979	67
Tabela 2.24 - Participação de alguns gêneros no Valor Agregado industrial do Paraná, excetuando-se a Petrobras 1975-1979	68
Tabela 2.25 - Participação dos diferentes grupos de gêneros destacados da indústria do Paraná 1975-1979	69
Tabela 2.26 - Distribuição da produção industrial do Paraná, por categorias de uso 1970-1980	72
Tabela 2.27 - Participação do valor da Produção das grandes empresas do Paraná no Valor Agregado de vários grupos 1975	73
Tabela 2.28 - Distribuição das vendas e compras industriais do Paraná, por mercado de destino/origem 1975-1985	74
Tabela 2.29 - Distribuição das vendas dos gêneros da indústria do Paraná por mercado de destino 1975-1985	75
Tabela 2.30 - Distribuição das compras dos gêneros da indústria do Paraná por mercado de origem 1975-1985	76
Tabela 2.31 - Participação dos gêneros nas vendas e compras externas da indústria do Paraná 1975-1985 (%)	77
Tabela 2.32 - Distribuição do Valor Adicionado da Indústria Paranaense, segundo microrregiões 1975-1979	78
Tabela 3.1 - Variação anual média do PIB do Brasil e de São Paulo 1970-1989 (%)	84
Tabela 3.2 - Diferenças regionais da renda média por habitante 1970-1980 (Brasil = 100)	86
Tabela 3.3 - Participação do Paraná no Produto brasileiro 1970-90 (%)	90
Tabela 3.4 - Taxa de crescimento anual do PIB no Paraná e no Brasil 1970-1989 (%)	91
Tabela 3.5 - Composição do PIB do Paraná 1970-1989 (%)	91
Tabela 3.6 - Evolução do PIB para Agropecuária e Indústria no Paraná 1980-1989 (%)	92
Tabela 3.7 - Estrutura Setorial da População Ocupada no Paraná 1980-1991	93
Tabela 3.8 - Participação paranaense na População Ocupada do Brasil por setores 1980-1991	94
Tabela 3.9 - Participação dos segmentos no VA do setor de serviços para o Paraná e Brasil 1980-1989	96
Tabela 3.10 - Participação Paranaense no PIB Agropecuário brasileiro 1980-1989	97
Tabela 3.11 - Produção dos principais produtos agrícolas do Paraná 1980-1989	98
Tabela 3.12 - Área dos principais produtos agrícolas do Paraná 1980-1989	99
Tabela 3.13 - Razão entre produção em toneladas e hectares de área colhida para as principais culturas paranaenses 1980-1989	100
Tabela 3.14 - Índice de evolução do fluxo de crédito rural para o Paraná 1980-1989 (1980=100)	101
Tabela 3.15 - Número de estabelecimentos e área de lavouras no Paraná 1970-1985	102
Tabela 3.16 - Pessoal ocupado, por tipo de trabalho, na agropecuária paranaense 1975-1985	102
Tabela 3.17 - Entradas e saídas de migrantes do Paraná. Fluxos acumulados 1980-1991	104
Tabela 3.18 - Participação paranaense na indústria de transformação 1970-85	106
Tabela 3.19 - Índice de evolução real da Indústria de Transformação, segundo principais gêneros, no Paraná 1980-1989 (1980=100)	107
Tabela 3.20 - Distribuição do PIB, segundo os principais gêneros industriais, no Paraná 1980-1989 (%)	108
Tabela 3.21 - Indústria de Transformação: principais ganhos ou perdas paranaenses entre 1980 e 1985 na participação nacional do VTI (%)	109

Tabela 3.22 - Participação de gêneros da indústria paranaense no VTI nacional 1970-1985 (%)	110
Tabela 3.23 - Participação no Valor Adicionado dos diferentes grupos nos gêneros Química, Papel e papelão, Mecânica, Material elétrico e de comunicação e Material de transporte no Paraná 1985 (%)	112
Tabela 3.24 - Distribuição da produção industrial do Paraná e do Brasil, por categorias de uso 1980-1985	113
Tabela 3.25 - Distribuição do Valor Adicionado da Indústria Paranaense, segundo microrregiões 1974-1985	116
Tabela 3.26 - Participação de microrregiões (exceto Curitiba) no total do Valor Adicionado de gêneros selecionados no Paraná 1985	117
Tabela 3.27 - Distribuição do PIB, segundo os principais gêneros industriais, no Paraná 1980-1989 (%)	120
Tabela 4.1 - Variação anual média do PIB do Brasil e de São Paulo 1980-2004 (%)	126
Tabela 4.2 - Estrutura (%) setorial do PIB brasileiro e paulista 1980-2004	127
Tabela 4.3 - Diferenças regionais da renda média por habitante (Brasil = 100)	128
Tabela 4.4 - Participação do Paraná no Produto brasileiro 1980-2005 (%)	132
Tabela 4.5 - Composição do PIB do Paraná 1990-2004 (%)	132
Tabela 4.6 - Estrutura Setorial da População Ocupada no Paraná 1991-2000	134
Tabela 4.7 - Estoque, Distribuição por grupo e subgrupo e taxa anual de crescimento do emprego formal na Ind. De Transformação, segundo intensidade tecnológica no Paraná - 1995-2007	135
Tabela 4.8 - Participação paranaense na População Ocupada do Brasil por setores 1991-2000	136
Tabela 4.9 - Participação dos segmentos no Valor Agregado do setor de serviços para o Paraná e Brasil 1985-2003	137
Tabela 4.10 - Participação Paranaense no PIB Agropecuário brasileiro 1989-2005	138
Tabela 4.11 - Produção dos principais produtos agrícolas do Paraná 1990-2005	139
Tabela 4.12 - Área de produção dos principais produtos agrícolas do Paraná 1990-2005	140
Tabela 4.13 - Composição do Valor da Produção da Agricultura do Paraná 1991-2001 (%)	141
Tabela 4.14 - Razão entre produção em toneladas e hectares de área colhida para as principais culturas paranaenses 1990-2005	142
Tabela 4.15 - Índice de evolução do fluxo de crédito rural* para o Paraná 1980-2005 (1980=100)	143
Tabela 4.16 - Número de estabelecimentos e área, por grupos de área total no Paraná 1985-1995	144
Tabela 4.17 - Pessoal ocupado, por tipo de trabalho, na agropecuária paranaense 1985-1995	144
Tabela 4.18 - Entradas e saídas de migrantes do Paraná. Fluxos acumulados 1991-2000	145
Tabela 4.19 - Participação Paranaense na Indústria de Transformação brasileira 1985-2004	147
Tabela 4.20 - Índice da Produção Física da Indústria de Transformação - Brasil/Paraná 1991-2005 (1991=100)	148
Tabela 4.21 - Indústria de Transformação: Estrutura Industrial da Região por Grupos(a) de Indústrias, segundo o valor de transformação industrial (VTI) 1985-2003	150
Tabela 4.22 - Composição do VTI do Paraná 1985-2003	151
Tabela 4.23 - Indústria de Transformação: Participação Paranaense, segundo os Grupos(a) de Indústrias, no (VTI) Valor de Transformação Industrial 1985-2003	153

Tabela 4.24 - Indústria de Transformação: principais ganhos ou perdas (-) paranaenses entre 1985 e 2004 na participação nacional do VTI (%)	154
Tabela 4.25 - Indústria de Transformação: participação regional de segmentos selecionados (%) 1985-2003	156
Tabela 4.26 - Participação do VTI do Paraná no Total Brasileiro, 1985-2003	158
Tabela 4.27 - Balança Comercial do Paraná 1990-2005	160
Tabela 4.28 - Participação Paranaense nas Exportações e Importações Brasileiras 1990-2005	161
Tabela 4.29 - Composição das exportações paranaenses por grupos de produtos 1996-2005	162
Tabela 4.30 - Composição das importações paranaenses por grupos de produtos 1996-2005	163
Tabela 4.31 - Distribuição percentual do VTI paranaense segundo intensidade tecnológica 1996-2005	164
Tabela 4.32 - Participação das maiores empresas no valor agregado, por gênero, no Paraná 1991-1996	166
Tabela 4.33 - Participação das principais microrregiões do Paraná no valor adicionado da indústria 1985-1998	166
Tabela 4.34 - Indicadores de Concentração regional da indústria paranaense de acordo com intensidade tecnológica 1997-2005	166

RESUMO

A dissertação tem como objetivo analisar a estrutura produtiva do estado do Paraná, bem como sua relação com o processo de desconcentração regional produtiva no Brasil durante o período de 1970 a 2005. A análise da economia paranaense é feita a partir dos setores agropecuário e industrial principalmente, contando com alguns comentários acerca do setor de serviços. Durante o período indicado essa economia estadual recebeu estímulos e determinantes de natureza distinta em cada década analisada. Destarte, nos anos 1970, num contexto de forte crescimento da economia brasileira em geral, o Paraná passou por forte modernização com transformações importantes tanto na agricultura, como na indústria. Já na década de 1980, com dificuldades impostas no cenário macroeconômico, houve uma mudança qualitativa (negativa) no movimento de desconcentração regional. Nesse mesmo período a economia paranaense logrou dar prosseguimento à sua modernização, embora tenha mostrado dinâmicas diferentes no primeiro e segundo quinquênios. O último período, marcado pela predominância de políticas neoliberais, mostra tendências preocupantes do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas nacionais. Ao mesmo tempo, ganham importância em termos regionais a guerra fiscal e os estímulos externos ao país, sendo as exportações cada vez mais importantes num contexto de letargia econômica nacional e ausência de planos de desenvolvimento. O Paraná destacou-se em termos nacionais, tendo aumento sua participação na indústria de bens de consumo duráveis e de bens de capital.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the productive structure of the state of Paraná and its association to the process of regional productive deconcentration in Brazil from 1970 through 2005. This analysis centers mainly on the primary and secondary sectors, counting with comments on the tertiary sector. The economy of Paraná has experienced different stimuli and determinants in each of the decades of the study. In the 1970's, when the Brazilian economy showed high growth rates, the state of Paraná experimented modernization and consequent transformation of its agriculture and industry. During the 1980's, having several difficulties imposed upon the macroeconomic scenery, the deconcentration process suffered a negative qualitative change. Nevertheless, Paraná's economy continued to diversify itself, with distinct dynamics in the first and in the second half of the decade. The last period has the predominance of neoliberal policies and presented worrisome tendencies as far as the national productive forces are concerned. Moreover, from a regional standpoint the fiscal war and export-drive become more relevant, especially in a context of economic lethargy and absence of national development policies. Recently Paraná's economy stood out featuring an increased participation in the production of capital and durable consumption goods.

Introdução

Até o início da década de oitenta a economia brasileira passou por uma fase de forte crescimento e transformação, com um dinamismo sem precedentes. É justamente a partir de então que se verifica a ruptura desse padrão dinâmico de acumulação e o cenário macroeconômico nacional sofre alterações que impedem um melhor desempenho econômico. Ademais, essas transformações se intensificaram com a redução da ação do Estado e a abertura comercial dos anos noventa. Essas diferentes condições postas no plano nacional configuram contornos distintos no tocante à questão regional no Brasil.

A história da economia brasileira nos últimos 40 anos, do ponto de vista da concentração produtiva regional, apresenta um claro corte qualitativo. Cano (2008) propõe um olhar integrado ao estudo regional brasileiro, não apenas executando importante pesquisa e estudo sobre a evolução das estruturas produtivas regionais, mas analisando a parte no todo, ou seja, qual a relação de cada região ou estado com a totalidade do nível nacional, quais os processos e determinantes que se colocam na dinâmica regional brasileira. Essa obra será a referência básica para este trabalho, não apenas pelos seus dados e metodologia, mas principalmente pela visão integrada que propõe, articulando proposições em diferentes níveis.

O objeto desta dissertação de mestrado são as transformações ocorridas na economia do estado do Paraná nos marcos da consolidação da abertura comercial, financeira e da reforma do Estado, que tornam a questão regional cada vez mais complexa. Delimitou-se o período de 1970 a 2005 para levantamento e apuração das principais transformações ocorridas na economia, tanto do ponto de vista setorial, como regional, investigando como se deu a resposta dessa economia a mudanças tão abruptas no cenário macroeconômico. Embora o estudo esteja centrado na análise da indústria, apontando para as principais mudanças locacionais e seus impactos, serão também examinados os demais setores produtivos (agricultura e serviços), ainda que com menor profundidade. Tais mudanças ocorreram não apenas na economia do estado, mas também nas suas vinculações com a economia nacional, como resposta ao movimento de reestruturação produtiva após as reformas dos anos noventa. Pretende-se identificar quais foram os segmentos que foram

mais atingidos e, além disso, seu significado, buscando verificar os principais impactos da nova dinâmica da economia nacional para o setor produtivo e seus componentes.

Por conta da elevada importância agropecuária do estado e de sua estreita relação com o setor secundário, dar-se-á destaque também às principais transformações na sua pauta produtiva, sempre que possível traçando as conexões em relação à produção industrial. O setor de serviços, de análise complexa, devido à diversa e heterogênea gama de seus componentes, terá abordagem mais sucinta, principalmente através dos dados das Contas Regionais e dos Censos Demográficos.

A compreensão da existência de determinantes multi-escalares no estudo regional nos faz entender a necessidade de se estudar os avanços da indústria paranaense sob uma ótica que hierarquiza os estímulos exógenos e endógenos desta economia. Assim, é necessário se considerar os efeitos vindos da economia internacional, nacional e da região.

Desse ponto de vista, e como já foi afirmado, o período de 1970 e 2005 compreende diferentes dinâmicas em nível global e nacional, dinâmicas estas que simplesmente não podem ser ignoradas no estudo de uma perspectiva regional.

A metodologia de análise segue aquela empregada por Cano (2008), pesquisa à qual já se fez referência. O estudo das regiões deve romper com os limites do simples levantamento de estruturas produtivas regionais, que, apesar de importantes, deixam escapar processos e dinâmicas que se colocam em escalas superiores, como a nacional. Por isso é sempre importante um esforço duplo de pesquisa. Um para entender a região e o outro para compreender a inserção da parte no todo. Cano (2008) faz justamente isso, inserindo a questão regional como um problema nacional, como deve ser.

A periodização está feita nos mesmos moldes da obra supracitada, com o período de 1970 a 2005 sendo subdividido em três. O primeiro corresponde ao intervalo entre 1970 e 1980, que dispõe de dados censitários, além de trabalhos clássicos sobre a economia do Paraná, como IPARDES (1982), que apresentou levantamento importante sobre a estrutura produtiva paranaense. O período seguinte se estende de 1980 a 1989, uma vez que a partir de 1990 os determinantes sobre a questão da desconcentração produtiva nacional ganhariam contornos distintos, muito embora, como lembra Cano (2008), a crise ainda continuasse. O período final corresponde ao predomínio de políticas neoliberais, de 1990 a 2005.

Cano (2008) lembra recorrentemente das dificuldades em termos de disponibilidade e compatibilidade de dados para análises de alguns dos fenômenos ligados à desconcentração produtiva, em especial a industrial. Não se trata apenas de mudanças metodológicas de pesquisas, mas movimentos contraditórios entre algumas delas, além de outros efeitos que tornam a análise mais complexa. Recomenda-se a leitura de seu apêndice estatístico para informações mais detalhadas sobre esse problema. Vale dizer que se lançou mão de dados auxiliares sempre que se julgou necessário. Para o caso específico do estado do Paraná vale menção o excelente material disponibilizado pelo IPARDES.

Esta dissertação está estruturada em quatro capítulos, além desta Introdução e das Conclusões. Os capítulos estão organizados da mesma maneira, em dois movimentos principais. O inicial busca delimitar as principais transformações em termos da economia nacional e do processo de desconcentração produtiva nessa escala, com dados que fazem menção aos setores econômicos, além de comentários acerca de alterações pertinentes em termos do cenário internacional e mudanças na condução de política econômica que tenham reflexos pertinentes sobre a configuração regional da produção. Os demais centram a análise sobre a estrutura produtiva paranaense, aferindo as transformações em termos dos três setores, em especial na agricultura e na indústria, em seções separadas. O esforço vai no sentido de construir uma análise que contemple a escala estadual, mas trace relações com o cenário nacional, apresentando, quando se mostrar pertinente, as participações setoriais do estado em termos nacionais.

O primeiro capítulo traz uma retomada das transformações regionais no período de concentração industrial, nos marcos colocados por Wilson Cano. Trata, portanto, de resumir o processo de concentração produtiva no estado de São Paulo, de 1930 a 1970. Em seguida, passa a focar num histórico da economia paranaense até a década de 1970, mostrando as principais atividades produtivas do estado enquanto integrava-se o mercado interno brasileiro.

O segundo capítulo entra no período marcado pelo início do processo de desconcentração produtiva nacional, apresentando os principais determinantes postados em termos nacionais, num período em que a economia brasileira experimentou elevadas taxas de crescimento, em particular industrial. O capítulo aborda a década de 1970, considerado

um período chave para o Paraná por concentrar transformações drásticas na pauta de produtos e organização de sua produção.

No capítulo seguinte, que cobre o período 1980-89, veremos alguns dos reflexos que tiveram a aceleração inflacionária e a crise econômica sobre o processo de desconcentração produtiva. No caso paranaense chama a atenção o comportamento distinto dos gêneros de sua indústria nas duas metades da década.

A década de 1990 e a primeira metade dos anos 2000 serão tratadas no quarto capítulo, em que são feitas considerações sobre a dinâmica regional sob imposições de políticas neoliberais no país. Duas questões ganham novas proporções quando pensamos na questão regional. A primeira diz respeito aos efeitos ampliados que passaram a ter as exportações enquanto demanda de produtos nacionais. A segunda remete à competição entre os espaços através da chamada Guerra Fiscal, em que estados e municípios se utilizam de artifícios tributários principalmente para competirem pelo investimento privado de grande porte.

Por fim, traçamos comentários de ordem geral sobre a totalidade do período da pesquisa, identificando os principais pontos da trajetória paranaense em termos de sua estrutura produtiva, organizados na Conclusão.

Capítulo 1 - A economia paranaense no período de concentração da produção industrial 1930-1970

Para que possamos dissertar melhor sobre a estrutura produtiva do estado e apreender como se deu seu desenvolvimento faz-se pertinente um esforço preliminar de rápido resgate da trajetória econômica do país e, de forma associada, da participação paranaense no seu desenrolar.

Este capítulo se divide, destarte, em duas seções. A primeira procura resgatar os elementos mais relevantes do processo de concentração industrial no país a partir das contribuições de Celso Furtado e Wilson Cano. O primeiro merece destaque pela sua visão no que concerne à formação econômica do Brasil, colocando as bases para o entendimento do processo de industrialização pelo qual passou o país, bem como seu significado a partir do entendimento da articulação e capacidade de acumulação e criação de excedente no território. O segundo, seguindo em boa medida a mesma linha-mestra, preocupa-se em maior medida com a dinâmica espacial do processo de acumulação, com trabalhos que abordam mais de um século de análises acerca da estrutura produtiva e sua distribuição no território brasileiro.

A segunda parte do capítulo volta-se para um resgate essencial da trajetória da economia paranaense até a década de 1970. Fazendo uso de análises inspiradas pelos autores supracitados, julgamos ser pertinente apresentar o papel assimilado pela economia do Paraná na divisão regional do trabalho que se desenvolve a partir das significativas transformações por que passou a economia brasileira. Abordaremos, assim, de forma direta ou indireta as interpretações de Padis, Magalhães Filho, Trintin e Leão, além de documentos importantes do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Destacamos aqui também comentários relacionados aos efeitos de estímulo, bloqueio e destruição sentidos na estrutura produtiva paranaense em face da sua proximidade ao principal centro de geração e acumulação de capital do país.

1.1) O Processo de Concentração regional produtiva 1930-70

Furtado repassa a trajetória da economia brasileira na sua Formação Econômica do Brasil, analisando como se deu a gênese da nossa economia nacional, passando pelas

diversas regiões do país ao longo de sua história econômica, como a cana de açúcar no Nordeste, o ouro das Minas Gerais, o café no Vale do Paraíba e posteriormente em São Paulo e o processo de industrialização brasileira. O essencial para o autor é entender como se dá a formação da economia do Brasil, numa análise que se estende do século XVI ao XX, com especial preocupação com as relações econômicas em cada região do país. Da obra de Furtado podemos denotar os diferentes processos de acumulação e geração de excedente (e as forças sociais envolvidas) com suas particularidades e semelhanças, bem como sua apropriação no decorrer da história brasileira e nas suas distintas regiões. A história de um país subdesenvolvido, heterogêneo, desigual e dependente.

Cano (1988a, 1989, 1998a e 1998b), por sua vez, articula a visão geral sobre a trajetória da economia brasileira de Furtado para dar um enfoque mais voltado à questão regional. Ele procura relatar como se desenvolvem as relações e estruturas capitalistas de produção em diferentes porções do território brasileiro, deixando patentes as causas subjacentes aos processos de concentração e desconcentração produtiva, especialmente industrial. Dentro da temática, o autor realizou várias pesquisas, com largo uso de dados, com o objetivo de melhor mensurar e compreender o que é a concentração industrial no país, pormenorizando setores, regiões e processos produtivos. O trabalho é feito, portanto, sob a ótica de como se dá a espacialidade do processo de geração, acumulação e distribuição do capital no território brasileiro, notadamente após a “Crise de 1929”, quando se inicia a integração do mercado nacional.

Em *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*, Cano mostra que a concentração industrial no estado paulista antecede o processo de industrialização por que passa a economia brasileira a partir da década de 1930.

Trata-se de uma argumentação cautelosa e que procura aliar aspectos próprios da economia paulista cafeeira em contraste com as oportunidades (ou ausência delas) existentes nas demais regiões do território, buscando investigar as características do processo de acumulação no período anterior à integração do mercado interno nacional. Cano destrincha a economia de diversos pontos do território, notadamente a economia Nordeste, Amazônica, Fluminense, do extremo Sul e Paulista, mostrando como se apresentavam a capacidade de geração de excedente e acumulação, as relações de trabalho e propriedade, e respectivos perfis setoriais.

No que diz respeito à Amazônia, mostra como funcionava o esquema de aviamento que caracterizava a economia da borracha. O aviado trabalhava em condições precárias, sendo o excedente acumulado por casas de intermediação, principalmente exportadoras e importadoras. Outro ponto relevante é a grande participação de importações nesta economia, sendo que muito pouco produzia-se localmente. Apesar do dinamismo experimentado pela atividade extrativa, não logrou gerar ali as bases para uma implantação mais ampla de indústrias.

No Nordeste, em oposição ao Extremo Sul, tem-se a concentração da propriedade fundiária e a formação de um precário mercado de trabalho, com forte presença de relações pré-capitalistas, além de produtos que sofreram abalos nos mercados internacionais, no caso, o açúcar, em queda secular de preços, e o algodão com uma inserção marginal, se comparada à produção dos EUA. Apesar de surtos que tenham melhorado as condições de cultura e ensejado algum desenvolvimento industrial, principalmente ligado à produção de tecidos, o fato é que a partir da década de 1930 estes produtos passariam a sofrer a concorrência da produção paulista, melhor organizada em bases capitalistas, mais eficientes. No Sul o cenário era completamente diferente, com uma estrutura de propriedade e excedente desconcentrados e espacialmente dispersos na economia camponesa sulina. Como afirma que a produção da região era bastante diversificada, mas faltavam massas mais concentradas de capital local. Isso bloqueava à produção do Sul a possibilidade de operar em patamares mais elevados de eficiência produtiva, que requerem certa concentração de capital, a fim de permitir produções em grande escala, não apenas restritas ao mercado local.

A economia fluminense, defende o autor, tinha uma característica essencialmente urbana, mais concentrada na região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, então sede do Governo Brasileiro. O ponto principal aqui seriam as condições cada vez piores de geração e acumulação de excedente de sua economia cafeeira em longa crise, operando com custos crescentes e lucros decrescentes. A produção cafeeira era ali baseada no esquema escravista. A crise e violento aumento do preço do escravo associados à dinâmica de expansão da fronteira cultivável com custos de transportes crescentes constrangeram a dimensão e o melhor uso do excedente local. Mesmo assim, é lá que se instalam as primeiras indústrias e até o início do século XX, esta foi a principal região industrial do

país. Segundo dados do censo industrial de 1907 o estado da Guanabara detinha 30,2% da produção industrial do país. Esse número sobe para 37,8% se somamos a participação do Rio de Janeiro. Enquanto isso, São Paulo era responsável 15,9% da produção industrial do país. Em termos de estrutura ocupacional da população economicamente ativa, ainda em 1920 a Guanabara apresentava 32% da PEA em atividades industriais ao passo que em São Paulo esta proporção era de 16,6% para o mesmo ano¹.

No entanto, como mostra Cano, é em São Paulo que se encontram os elementos propícios para a acumulação capitalista e surgimento de atividades industriais. O autor mostra que esse Estado contava com a atividade mais dinâmica da economia (o café, que antes mesmo da abolição já empregava expressivo contingente de trabalho livre); relações de trabalho que permitiram o crescimento do seu mercado interno, substituindo a maior parte de seu contingente de trabalho escravo já entre fins da década de 1870 e meados da seguinte, e, já a partir da primeira década do século XX, mostrava a mais avançada agricultura de alimentos e matérias primas do país, além de um sistema eficiente de transporte e comunicação implantado com a expansão cafeeira. Todos esses elementos conectados pelo que o autor chama de complexo cafeeiro, unindo bancos, comerciantes, produtores de cafés, trabalhadores, produtores de alimentos, política econômica e setor público. É a forte dinâmica desse complexo que possibilita a ampliação e o extravasamento de parte de seu excedente, para o setor urbano e o industrial. Além disso, vale ressaltar o papel fundamental das relações de trabalho livre – notadamente o do trabalhador imigrante – que possibilitaram a conformação de um dinâmico mercado de trabalho e de consumo. Cano mostra como o núcleo produtor de café permite diversificação, possibilitando, a partir dele, o desenvolvimento de atividades que em médio prazo ganhariam força própria, tanto no meio rural, como no urbano.

Assim, à época do primeiro *salto quantitativo* da indústria paulista (entre 1905 e 1913), São Paulo já contava com a agricultura mais moderna do país. Neste período ocorreu forte expansão de investimentos e produção em indústrias tradicionais de tecidos, vestuário, e outras atividades ligadas à base primária. Na década de 1920, Cano afirma ter ocorrido em São Paulo um segundo salto *quantitativo*, acompanhado também por um salto

¹ Dados do Anuário Estatístico do Brasil, 1939-1940, pgs. 1302-1303 apresentados no apêndice estatístico de Cano (1998b).

qualitativo, com a implantação diversificada de segmentos mais avançados como cimento, e alguns bens de produção menos complexos.

Já nessa década a produção paulista havia experimentado forte expansão em mercados nacionais, com o isolamento proporcionado pelo cenário mundial durante a primeira grande guerra. Contando com base industrial diversificada para os padrões nacionais, a economia paulista pôde se aproveitar do isolamento supracitado, levando sua produção a diferentes regiões do território brasileiro e mesmo a outros países. A alteração da relação entre São Paulo e as diferentes regiões do Brasil se deu com o desenvolvimento de um intercâmbio que foi se sofisticando com o desenrolar do processo de industrialização, estimulando, na periferia nacional, a produção de bens que complementassem a demanda paulista.

Há, assim, mesmo previamente a 1930, um ganho relativo de importância do comércio inter-regional em relação ao comércio exterior, como atesta a Tabela 1.1².

Tabela 1.1 - Exportações totais de São Paulo, segundo o destino (% do valor) 1900-1930

Média	Para o exterior	Para o restante do Brasil
1900-10	85%	15%
1910-20	75%	25%
1920-30	50%	50%

Fonte: Cano, W. (1998a) Pg.68

A alteração da relação entre São Paulo e as diferentes regiões do Brasil se deu com o desenvolvimento de um intercâmbio que se diversificou com o desenrolar do processo de industrialização, estimulando, na periferia nacional, a produção de bens que complementassem a produção paulista, notadamente no que tange a alimentos e matérias primas.

Antes mesmo de 1930, portanto, já se configuravam os contornos da relação que se consolidaria mais tarde, com a conformação e materialização de um mercado interno nacional, no qual a economia paulista desenvolveria papel central ao emitir determinantes significativos ao restante do território nacional. A posição de centro econômico nacional

² Na década e 1960, lembra Cano, a relação chegaria a 16% para o exterior e 84% para o restante do país.

estaria tomada, segundo Cano, limitando as oportunidades de conformação de outro centro nos mesmos moldes dentro do território brasileiro.

Em que pese isso, fato é que a integração econômica nacional pós-1930 não pode ser tomada como um movimento de pura e simples dominação paulista, bloqueando e eliminando unidades produtoras pelo território através da concorrência, fazendo sucumbir a produção das demais regiões. Ao contrário, como bem lembra Cano,

*“... ao integrar-se no mercado, com ausência de barreiras protecionistas, pode-se ganhar na competição de determinados produtos, mas não na de todos.”*³

Dar-se-ia sim uma articulação regional, na qual foram relevantes os efeitos de estímulo, de inibição ou bloqueio e também destruição, como coloca o autor. A questão é de fato mais complexa do que aparenta. Não se pode reduzir o escopo da questão da integração regional aos efeitos negativos advindos da concorrência paulista com a estrutura produtiva dos demais estados. Parece intuitivo que a produção industrial de bens mais complexos à época tendeu a permanecer sob controle paulista. Assim, em 1939, São Paulo concentrava em seu território 34,2% da siderurgia nacional; 69,7% do ramo de indústria Mecânica; 60,2% da produção de Materiais elétricos e de comunicação; 85,4% da indústria de Materiais de transporte e 44,3% da indústria Química nacional⁴.

Isso não implicaria, entretanto, um bloqueio definitivo à industrialização da chamada periferia nacional. Como mostra Cano, a concentração espacial da atividade industrial, sobretudo a mais elaborada, em São Paulo, ocorreu concomitantemente com a transformação da articulação das próprias regiões entre si. Avanços nas vias e meios de transporte, bem como o cenário externo relativamente desfavorável para muitas das principais produções regionais contribuíram de forma expressiva para esse processo, ganhando peso a comercialização inter-regional de produções domésticas em relação às atividades eminentemente exportadoras. Aquelas passaram a ter sua participação na renda aumentada. É importante ressaltar que, além do relativo isolamento às fontes abastecedoras externas no tocante aos produtos industriais, um passo importante foi dado

³ Cano, W. (1998a), Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970, pág. 189.

⁴ Dados retirados de Cano, W. (1998a), pág. 103.

em fins da década de 1930 no sentido da conformação de um mercado interno integrado. Trata-se da abolição das tarifas que incidiam sobre o comércio inter-regional, reduzidas progressivamente até serem completamente extintas em 1943.

A Tabela 1.2 nos mostra a participação dos estados no VTI nacional.

Região/Estado	1919	1939	1949	1959	1970
Norte	1,47	1,11	0,74	0,94	0,82
Nordeste	16,05	10,91	9,12	6,89	5,74
MA, PI	0,84	0,35	0,3	0,33	0,24
PE	6,6	5,51	4,48	2,6	2,15
BA	3,59	1,4	1,29	1,171	1,54
CE, RN, PB, AL, SE	5,02	3,65	3,05	2,25	1,81
MG	5,44	7,58	6,57	5,78	6,46
ES	0,46	0,31	0,49	0,26	0,47
RJ	7,48	5,56	6,39	7,2	5,79
GB	20,07	19,95	14,18	10,38	9,71
SP	32,23	40,74	48,85	55,55	58,23
PR	3,83	2,33	2,86	3,2	3,08
SC	1,92	2,08	2,39	2,19	2,57
RS	10,68	9,08	7,89	6,97	6,34
CO	0,37	3,35	0,52	0,64	0,79
BR-SP	67,77	59,26	51,15	44,45	41,77
Brasil	100	103	100	100	100

Fonte: IBGE - Censo Industrial (vários anos) *apud* Cano, W. (1998a) págs. 100 e 101.

Fica nítida a ampliação do peso relativo de São Paulo no total do país para o período, de acordo com os determinantes até aqui descritos. Em 1919 a produção industrial do país já contava com uma maior contribuição paulista. São Paulo passaria a ampliar ainda mais sua participação no VTI com o processo de industrialização por que passou o país a partir de 1930, como podemos apreender da Tabela 1.2. Partindo de uma participação de 32,23% no total do VTI nacional em 1919 e chegando a contribuir com 58,23% deste em 1970. Vale lembrar que a mensuração de 1970 já se deu num contexto de inversão da trajetória de concentração industrial vivenciada no país.

O período que se estende entre 1930 e 1955, de “industrialização restringida”, foi marcado pela diversificação de ramos industriais, com forte incremento dos bens intermediários e da indústria de base. Os investimentos nesses setores concentraram-se no

território paulista e em suas proximidades, tornando mais patente as diferenças entre a estrutura produtiva localizada em São Paulo e no restante do país.

Já no período seguinte, entre 1955 e 1970, há uma mudança qualitativa no sentido da concentração industrial no que diz respeito ao seu perfil setorial. Nesse período, conhecido pela fase de “industrialização pesada”, ampliou-se a produção de bens de consumo duráveis e bens de capital, de perfil diferenciado, seja pelos requisitos técnicos mais sofisticados ou pelas necessidades inerentes de escala. Os empreendimentos característicos dessa fase de nossa industrialização eram marcados pelo fato de se inserirem de forma contundente numa dinâmica já adiantada em São Paulo na fase anterior, com plantas preparadas para produção para escala nacional e não mais regional, como no início do processo de industrialização do país.

Por mais que os números sejam incontestáveis no sentido de apontar o prosseguimento do processo de concentração produtiva no país, qualquer análise séria sobre a temática precisa qualificar as transformações ocorridas desde antes da década de 1930.

Cano o faz, tratando de vários “mitos” ou crenças relacionados à crescente concentração da indústria em São Paulo, atingindo seu pico no início da década de 1970. O autor desmistifica, por exemplo, a crença de que São Paulo teria concentrado a indústria nacional num contexto de estagnação da periferia nacional, privando-a de crescimento econômico. A argumentação do autor é cabal, ao demonstrar que durante todo o processo de concentração (e também posteriormente) é São Paulo que comanda a acumulação no país, imprimindo efeitos de bloqueio e destruição, mas principalmente de estímulo à industrialização na periferia. Assim, a partir de 1930, São Paulo lidera a dinâmica da economia do país, que não mais se dá via comércio exterior de produtos agropecuários, mas pela acumulação na indústria. Concomitante a isso, temos o processo de integração do mercado interno, que crescentemente ganhou importância relativa para a economia e a acumulação capitalista no país, favorecida pelo relativo isolamento de que gozou a economia brasileira e pela intervenção estatal, com fortes incentivos e proteção adequada para a maturação da nascente indústria nacional. A tabela 1.3⁵ evidencia as taxas de

⁵ É recomendável analisar a tabela completa, dividida por grupos de produto, para que se possa ver também as alterações de acordo com as fases da industrialização, disponível em Cano, W. 1998a, pgs. 83 e 84 e também no Apêndice estatístico desse trabalho.

crescimento do VTI para o período de 1919 a 1970. Vale observar o comportamento dos demais estados, além de São Paulo:

Tabela 1.3 - Indústria de Transformação: taxas médias anuais de crescimento real 1919-70 (%)

Região/Estado	1919-39	1939-49	1949-59	1959-70	1919-70
Norte	4,2	3,4	12,0	6,0	6,0
Nordeste	3,7	5,9	6,3	5,6	5,0
MA, PI	1,2	6,4	10,3	4,1	4,5
PE	4,8	5,5	3,6	5,5	4,8
BA	0,8	6,9	12,5	6,3	5,4
CE, RN, PB, AL, SE	4,0	5,9	6,1	5,2	5,0
MG	7,5	6,3	8,0	8,4	7,6
ES	3,6	12,7	2,7	13,1	7,2
RJ	4,2	9,3	10,7	5,2	6,6
GB	5,7	4,2	6,0	6,7	5,6
SP	7,0	9,8	10,8	7,8	8,4
PR	3,1	10,0	10,6	6,9	6,7
SC	6,2	9,3	8,4	8,9	7,8
RS	4,9	6,3	8,0	6,4	6,1
CO	5,3	12,1	11,7	9,4	8,8
BR-SP	5,0	6,2	7,8	6,7	6,2
Brasil	5,7	7,8	9,3	7,3	7,2

Fonte: IBGE - Censo Industrial (vários anos) apud Cano, W.(1998a) Pgs. 83 e 84.

São Paulo, portanto, liderou o crescimento econômico do país (com as maiores médias de crescimento do país, exceto o CO, que contava com uma base industrial muito restrita se comparada à paulista) e estimulou o desenvolvimento das outras regiões. Não se trata de crescer à custa dos outros estados. Cano prova que o crescimento de São Paulo foi responsável, em parte, pelo crescimento experimentado pela periferia nacional. É importante deixar isto claro: o período de concentração produtiva em São Paulo é marcado por forte crescimento econômico, em que São Paulo cresce a taxas maiores do que o resto do país, concentrando parcelas maiores da produção. Isso de forma alguma significou o estancamento do crescimento nas demais partes do território brasileiro. Abriu-se assim a oportunidade de uma produção agropecuária e, em menor parte, industrial, complementar àquela existente em São Paulo, principalmente relacionada ao fornecimento de alimentos e insumos para a crescente indústria paulista. Conforme a estrutura industrial paulista se incrementava, diversificando-se e assimilando ramos mais avançados, abriam-se novas oportunidades de assimilação e inserção da periferia nacional em ramos anteriormente restritos à economia paulista. O que ocorre, portanto, é um período de forte crescimento e

diversificação industrial capitaneado por São Paulo, engendrando crescimento na periferia a partir das inter-relações reforçadas e aceleradas pelo fortalecimento do mercado interno brasileiro. Esse é o período de industrialização do país, com forte presença estatal, desde o planejamento até a execução de políticas e planos que queriam claramente modernizar e transformar a economia brasileira.

1.2) A Trajetória da economia paranaense até 1970

É a partir das linhas mestras colocadas por Cano e Furtado para o entendimento da economia brasileira como um todo que seguiram as principais interpretações específicas da trajetória econômica do Paraná. Destacamos aqui em especial as obras de Padis (1981), Magalhães Filho (2006), Leão (1986), Trintin (2001 e 2006) e Oliveira (1994) bem como os estudos e textos realizados pelo IPARDES, em especial IPARDES (1982) e (2006). Estas são as leituras que fundamentam as páginas a seguir, sobre a economia paranaense.

Do ponto de vista aqui adotado, a dinâmica deste estado é indissociável das determinações que se lançam sobre ele desde o restante do país, principalmente a partir da década de 1930, quando se potencializa o processo de integração do mercado interno brasileiro a partir da industrialização comandada pelo estado de São Paulo, tornando a economia paranaense fortemente articulada ao capitalismo centrado em São Paulo.

O movimento de integração da economia nacional é intensificado a partir da realização dos investimentos do Plano de Metas, tornando claras as diferenças inter-regionais marcadas por um centro dinâmico (São Paulo) e sua periferia (o resto do país). A essa época a questão regional aflorou no país, ganhando espaço em debates e nas preocupações do Estado. É nesses termos que se procurará resumir os principais elementos da economia paranaense: sua base econômica e como se diversificou de acordo com as diferentes realidades da economia nacional.

Esta seção pretende sumarizar os principais desenvolvimentos da economia paranaense até a década de 1970, colocando sua trajetória histórica sob dois prismas. O primeiro detalha em maior grau questões ligadas às atividades agropecuárias enquanto o segundo coloca o foco sobre a indústria no estado. Apesar deste trabalho possuir um enfoque voltado para a indústria é importante notar que ao estudar o caso do Paraná, assim

como outros casos no país, faz-se mister abordar ainda que de forma sintética a questão da produção agropecuária, devido à forte ligação que essa mantém com o setor industrial, especialmente no período aqui estudado, uma vez que a agropecuária era responsável por cerca de metade da renda interna gerada no estado até a década de 1960.

1.2.1) Principais atividades agropecuárias no Paraná até 1970

Antes de analisarmos o que ocorreu na economia paranaense a partir de sua inserção no mercado interno nacional na década de 1930, quando o café cultivado na porção Norte do estado passou a desempenhar papel fundamental na sua geração de renda, convém retomar em linhas gerais as principais atividades agropecuárias do Paraná quando, do ponto de vista regional no Brasil, podemos identificar uma fase caracterizada pela existência e funcionamento de “arquipélagos regionais”⁶. As diferentes porções do território brasileiro articulavam-se mais com o exterior do que entre si. A estrutura produtiva paranaense comportava então basicamente atividades tradicionais, pouco complexas, podendo-se destacar três: a extração de madeira e de erva-mate, naturalmente abundantes e a pecuária, em sua maioria situadas no Paraná Tradicional⁷, onde também se praticava a agricultura camponesa em pequenas propriedades. A porção Sudoeste, por sua vez, foi marcada pela colonização gaúcha e catarinense, que ali reproduziu seu modo de vida e produção camponesa, altamente diversificada. A produção consistia basicamente na pequena produção animal e em alimentos plantados pelas famílias para subsistência, que geraram pouco excedente e mesmo assim, atomizado. A região Norte do estado, por fim, teve uma ocupação tardia, ganhando notoriedade econômica a partir de 1930 apenas, com o plantio de café principalmente. Trataremos em seguida mais detidamente destas três áreas do estado do Paraná.

O período anterior à emancipação da Província do Paraná (integrava até então a província de São Paulo), em 1853, foi marcado pelo domínio político e econômico dos criadores de gado situados na área do Paraná Tradicional. Além da atividade criatória, detinha uma parcela considerável de importância econômica a atividade mercantil de

⁶ Para uma retomada pormenorizada da ocupação e economia paranaenses, consultar Padis (1981) e Magalhães Filho (2006). O primeiro remonta a um período anterior ao século dezenove.

⁷ Faixa que se estende do Nordeste ao Sudeste do estado, compreendendo inclusive a região de Curitiba.

muares - o tropeirismo - que se caracterizava pelo transporte por distâncias consideráveis para venda nos centros necessitados de animais de carga. O eixo principal da atividade se dava entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, tendo o Paraná diversas cidades fundadas a partir do desenvolvimento dessa atividade (Castro é um bom exemplo). O tropeirismo passou por dois momentos de auge no Paraná: o primeiro com o ciclo do ouro em Minas Gerais e o segundo com o início do plantio de café em São Paulo e no Vale do Paraíba. Essa atividade persistiu, demonstrando claros sinais de esgotamento, até a implantação da ferrovia que liga o Rio Grande do Sul a São Paulo no início do século XX, o que se traduziu num golpe definitivo sobre a prática.

Ainda na segunda metade do século XIX podemos apontar como atividades secundárias a extração de erva-mate e de madeira, produtos exportados, mas muito menos importantes que a cana de açúcar e o café produzidos fora do estado. A exportação da erva-mate se deu propriamente após a Guerra do Paraguai, a partir da organização de importadores e exportadores (capital mercantil), principalmente localizados na região litorânea e tinha como principal mercado a Argentina.

Pôde-se observar, destarte, na porção Centro-Oriental do Paraná, a convivência da pequena e grande propriedade. As grandes propriedades concentravam, além da criação de gado para o mercado interno os produtos de maior inserção externa do estado⁸, madeira e erva-mate. De início não eram produções muito elaboradas, na verdade, predominantemente extrativas, sendo a madeira da cobertura natural da floresta de Araucárias e a erva-mate também abundante na região. Como veremos na seção seguinte, esses produtos passariam em alguma medida por processos de beneficiamento por parte de uma pequena indústria local. As pequenas propriedades familiares produziam alimentos para subsistência e abastecimento de mercados locais. Vale lembrar que esta região foi povoada por europeus, principalmente eslavos, que reproduziram ali seus hábitos e costumes. Era uma produção altamente atomizada e diversificada, pouco ou nada capitalizada, para consumo próprio, com um pequeno excedente para troca.

Nesse mesmo período, vale a lembrança, um outro produto chamava muito mais a atenção em nível nacional e mesmo internacional: o café, inicialmente cultivado no Vale do

⁸ Ao menos até fins da década de 1930, quando, como veremos, o café passa a ser o principal produto paranaense.

Paraíba (RJ e SP), mas que progressivamente foi tomando terras paulistas, principalmente no interior e Oeste do estado. A história do café paulista e do Paraná se misturam, como lembra Trintin (2006), com a introdução da cultura em meados do século XIX no Norte do estado:

"Essa ocupação, que se verificava em território paranaense, deu-se de forma bastante desordenada e seu traço marcante é que foi feita por migrantes em busca de novas terras para o cultivo do café, principalmente provenientes das regiões de Campinas, São Carlos e Ribeirão Claro, no interior paulista, e também migrantes provenientes do Nordeste e Minas Gerais. Esses grupos proporcionaram o surgimento de vários núcleos de ocupação, que se estenderam com muita rapidez, dando condições para a criação, ainda no século XIX, dos municípios de Tomazina (1865), Santo Antônio da Platina (1866), Venceslau Braz e São José da Boa Vista (1867) e Jacarezinho em 1900."⁹

A introdução do cultivo de café no Paraná, portanto, deve ser compreendida como extensão do seu movimento de deslocamento em direção ao Oeste paulista. Já a expansão da cultura em solo paranaense a partir de 1930 deve ser atribuída a outros fatores, levantados mais adiante. Num primeiro momento a produção de café no Paraná seguiu os moldes de seu cultivo em São Paulo, entretanto ainda era inexpressiva em termos da produção nacional. Na porção Norte do Paraná chamava mais a atenção a essa época a criação de suínos e a produção de milho associada a ela.

O Norte paranaense passou por ocupação mais contundente a partir da década de 1920. A região Norte do estado apresentava considerável parcela de terras ainda não ocupadas e recebeu por mais uma vez migrantes de São Paulo, Minas Gerais e Nordeste que se assentaram em pequenas propriedades vendidas por companhias de colonização. Empresas proprietárias de grandes lotes de terras fracionaram-nos, financiando os pequenos lotes aos migrantes. Predominou ali a pequena (às vezes até média) propriedade familiar mercantil, produtora de alimentos, principalmente de café, replicando ali o tipo de agricultura praticada previamente em São Paulo.

Faz-se necessário afirmar neste momento que a década de 1920 marcou o auge da economia do mate no Paraná. A crise de 1929 provocou o fechamento do principal mercado para o produto e acabou desferindo duro golpe sobre a pequena burguesia local do Paraná Tradicional. A conduta política que havia sido marcada no início do século XIX no estado por ações e inspirações auto-determinantes, por conta do bom desempenho do mate e a

⁹ Trintin, J. G. (2006) *A Nova Economia Paranaense 1970-2000*, Maringá, PR, Editora Eduem, página 42.

afirmação da burguesia local tomaria novos rumos sob a influência do bloco ligado ao gado e aos proprietários de terra. Os interesses específicos daquela burguesia local, cristalizados em políticas estaduais particulares foram deixados de lado, aumentando o vínculo do Paraná com os desígnios da política formulada no âmbito nacional. Ademais, aumentaram também os nexos econômicos com o resto do território brasileiro, especialmente com São Paulo, com o início da formação de nosso mercado interno nacional.

Esse é o pano de fundo para a expansão da atividade cafeeira e de alimentos em geral no Paraná, modo pelo qual essa economia se inseriu no contexto da formação do mercado interno nacional, articulando-se especialmente com São Paulo. Veremos agora os fatores que contribuíram para que particularmente a cafeicultura proliferasse em território paranaense enquanto dava claros sinais de esgotamento nos principais centros produtores, notadamente São Paulo.

Cano (1998a) expõe como a agricultura paulista periodicamente "expulsa" alguns de seus produtos para regiões vizinhas. O alto preço da terra e necessidade de capitalização do setor agropecuário paulista atuaram neste sentido no que diz respeito ao café após 1929. A agricultura paulista passava por uma reformulação, ganhando destaque o cultivo de cana de açúcar e de algodão, o que tornou o Norte paranaense atrativo para quem quisesse permanecer cultivando o café. Para tanto contribuíram a alta produtividade do solo e o fato da expansão cafeeira ali não estar regulamentada pelos entraves colocados desde o Convênio de Taubaté. Pelo contrário, havia incentivos federais para seu cultivo fora de São Paulo, principalmente pela relevância do produto para obtenção de divisas.

O fato da agricultura do Norte paranaense ter sido em grande medida marcada pela presença de pequenas propriedades também é relevante para o entendimento de seu sucesso. Entre 1930 e 1945 a demanda internacional por café encontrava-se reprimida por conta da crise internacional e da Segunda Guerra Mundial. Ademais, as safras recordes brasileiras acabaram por auxiliar o rebaixamento dos preços internacionais do café. As condições gerais do mercado não eram favoráveis para a expansão cafeeira. Trintin (2006) lembra que as terras no Norte paranaense eram relativamente baratas e de alta produtividade. Além disso, a prática da cafeicultura em pequenas propriedades incorria em menores custos monetários em relação aos centros produtores tradicionais. Em última

instância, era possível produzir porque os requisitos de rentabilidade eram sensivelmente menores do que em São Paulo.

Entre 1940 e 1965, entretanto, com a retomada da demanda internacional e melhora nos preços, o café passou por franca expansão e transformou o cenário interno do Paraná, tornando o Norte o principal centro econômico do estado, concentrando também a maior parte da sua população até a década de 1960. As melhores condições de mercado atraíram maiores investimentos para o setor cafeeiro especialmente, anteriormente restritos a pequenos capitais, graças à rentabilidade limitada pelo cenário mundial e possibilidade de operação a custos mais baixos (mão de obra predominantemente familiar).

É preciso ainda mencionar entre os fatores para o sucesso da expansão do café no Paraná a participação do governo paranaense nas negociações com o Governo Federal, procurando retardar a aplicação de medidas federais de restrição à atividade cafeeira.

A expansão cafeeira no Norte do Paraná coloca um terceiro elemento, estranho até então na realidade político-econômica do estado. Não se tratava de uma monocultura cafeeira, mas uma agricultura similar àquela praticada em São Paulo, porém com menores requisitos de rentabilidade e capitalização. Essa porção do estado de fato mantinha mais relações com São Paulo do que com o restante do Paraná. As relações comerciais eram mais comuns com o eixo São Paulo-Santos - por onde a produção cafeeira era escoada até a década de 1950, graças à concentração das praças de comercialização e à deficiente integração do estado paranaense - do que com Curitiba-Paranaguá.

O período aqui indicado como auge do café no Norte paranaense correspondeu a um novo impulso colonizador no estado, partindo da porção Sudoeste para a Oeste, como extensão do movimento de ocupação de colonos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A busca por novas terras apareceu como decorrência do fracionamento de propriedades em virtude de questões de herança, além da expansão da atividade pecuária em grandes propriedades no extremo Sul. O relevo se assemelhava àquele de suas terras de origem, assim como o clima, reproduzindo assim culturas de alimentos, criação de aves e suínos, para subsistência e abastecimento de mercados locais.

Assim, entre 1930 e 1960 o Paraná recebeu um considerável fluxo migratório, especialmente em áreas com disponibilidade de terras, rapidamente ocupadas com a

produção de alimentos, com participação destacada das pequenas propriedades. Já no final da década de 1960 limites estariam colocados à ocupação extensiva de terras.

É preciso notar que entre 1930-1960 houve um descompasso entre o que ocorria no Paraná e a orientação industrializante que apresentavam a economia paulista e as políticas nacionais. Enquanto estas se preocupavam com a industrialização e a modernização, no Paraná se comemorava a expansão radicada no setor agropecuário, particularmente no café, produto cuja participação paranaense subira de 5,3% do total nacional em 1945 para 46,9% na safra 1959/60, chegando a 62,8% em 1962/1963. Já na década de 1950, parcela da burguesia paranaense e especialmente da burocracia estadual passou a apontar o hiato que separava o Paraná do que experimentava o centro dinâmico da economia brasileira, São Paulo¹⁰.

O estado do Paraná possuía até a década de 1960 uma economia menos articulada com o resto do país e entre as três principais áreas que conformavam a economia do Paraná: Porção Centro-Oriental (Paraná Tradicional), Porção Sudoeste e Porção Norte. Este relativo isolamento é verificado pela orientação dos seus principais produtos. Tanto a madeira e a erva-mate do Paraná Tradicional, quanto o café (pós-30) da região Norte do estado eram lançados nos mercados internacionais. A produção que se destinava para o consumo no país dificilmente atingia grandes distâncias, uma vez que as produções eram predominantemente de alimentos cultivados em base familiar em pequenas propriedades e abasteciam seus mercados locais, sem integração adequada, mesmo dentro do estado.

Este quadro passa a ser alterado com a entrada do café no Norte do Estado, como extensão da cafeicultura paulista e tributária desta. De fato, a introdução da cultura do café inseriu na economia paranaense novas relações e determinações que viriam a contribuir para o desenvolvimento de sua agricultura. A inserção econômica do Paraná, no período de formação de nosso mercado consumidor e de nossa indústria se deu como fornecedor de gêneros agrícolas e alimentos, em especial café, mas também contando com a produção de milho, feijão, arroz, rami e algodão, além da soja e do trigo (esses dois últimos ganhando espaço durante a década de 1960), entre outros. Podemos ver algumas das principais culturas do estado e de sua porção Norte na Tabela 1.4.

¹⁰ As razões pelas quais São Paulo reuniu as condições necessárias para desempenhar este papel estão devidamente tratadas por Cano (1998a).

Tabela 1.4 - Produção das principais culturas permanentes e temporárias no Norte paranaense e Estado 1950-1970 (em toneladas)

Anos	Feijão	Arroz	Milho	Algodão	Café	Soja
Norte Paranaense						
1950	115.133	78.654	460.120	16.761	264.794	-
1960	99.268	119.220	473.872	96.907	1.568.334	142
1970	263.435	246.314	1.449.921	385.264	112.924	201.736
Estado						
1950	169.731	95.880	936.705	18.695	303.015	-
1960	221.688	171.382	1.474.493	112.903	1.635.122	722.824
1970	457.096	375.603	3.426.389	397.063	116.900	1.686.252

Fonte: IBGE (1950, 1960, 1970) *apud* Trintin, J. G. (2006), pg. 60.

Há ao menos três pontos importantes suscitados pelos dados da Tabela 1.4. O primeiro diz respeito à expansão, de maneira geral, das respectivas produções de alimentos apresentadas; o segundo aponta para a única exceção entre as culturas listadas, o café; e a terceira remete à presença e expansão do cultivo de soja já durante a década de 1960.

O Norte do Paraná aparece no período como principal centro produtor de alimentos. A participação relativa da região na produção do estado é superior a 50% para quase todas as culturas apresentadas. A grande exceção sendo a soja, que tinha procedência primordial das regiões Sudoeste e Oeste do estado. Vale sempre lembrar que a região Norte mantinha fortes articulações com o mercado paulista, abastecendo seus centros consumidores e indústrias de beneficiamento.

A questão do café se explica pela mudança dos rumos da política federal em relação a essa cultura. Na década de 1960 não só caíram os incentivos à produção cafeeira, como passa a vigorar explicitamente uma política de erradicação de cafezais. Associado a isso temos uma política de crédito barato orientado para culturas consideradas modernas, passíveis de maior emprego de máquinas e técnicas modernas de cultivo. As culturas mais beneficiadas por essa política foram a da soja, que já vinha em expansão durante a década de sessenta, como vimos na Tabela 1.4 e o trigo. Esta alteração no perfil da agricultura do Paraná trouxe importantes repercussões sobre a estrutura econômica e social do Estado, como veremos nos capítulos seguintes.

Por hora reiteramos a posição consolidada que ocupava o Paraná ao chegarmos, na década 1970, como fornecedor importante de alimentos para o mercado nacional, com especial destaque para São Paulo. A proximidade dos dois estados e a dinâmica espacial da

agricultura paulista identificada por Cano (1998a) contribuíram largamente para a expansão e dinamismo do setor no Paraná. Veremos agora como se deu a articulação entre a produção agropecuária e a indústria paranaenses.

1.2.2) Principais atividades industriais no Paraná até 1970

A estrutura industrial paranaense, como já foi colocado em oportunidade anterior, esteve fortemente ligada à produção agrícola no estado no período aqui discutido e mesmo depois. De fato, é possível apontarmos uma indústria incipiente relacionada às atividades de extração da madeira e da erva-mate, além de produções tipicamente urbanas, associadas à aglomeração de pessoas e atividades comerciais nas cidades, particularmente em Curitiba.

Trintin (2006) aponta, no entanto, dois momentos-chave para a indústria do Paraná. O primeiro, na década de 1930, que veremos aqui. O segundo, nos anos setenta, veremos no capítulo seguinte.

Antes, porém, é conveniente tecer alguns comentários sobre a indústria do mate. Como vimos, a erva-mate foi um dos principais produtos de inserção externa do Paraná na segunda metade do século XIX até os anos vinte do século seguinte. O produto era em larga medida beneficiado nos próprios mercados consumidores (basicamente Argentina, Uruguai e Chile), mas a partir de 1880 passou-se a exportar o mate pronto para o consumo. Com a construção de ferrovias na porção Sul do país (regiões Sudeste e Sul) e o aprimoramento das atividades ligadas ao mate, inclusive com a maquinização de alguns processos possibilitada pela importação de tecnologia estrangeira, houve o desenvolvimento de uma pequena indústria, incorrendo na diversificação da pauta exportadora, além do aumento da escala de produção. Essa indústria do mate localizou-se principalmente em Curitiba e promoveu a produção integrada da erva para Chimarrão e chá, agregando posteriormente, no início do século XX, refrescos e mate solúvel.

Entre 1890 e 1930, além da indústria de proporção ainda restrita ligada ao mate, destacava-se a produção industrial com vistas a atender a demanda gerada pela concentração urbana de Curitiba, que contava ainda com a produção de madeira, fósforos, produtos alimentares, artigos de couro, móveis, utensílios domésticos, farmácia, perfumaria, carroças, metalurgia, embalagens, materiais de construção e ferramentas.

Tratou-se de uma indústria de pequena escala, que atendia parte da demanda interna do estado do Paraná.

A expansão da burguesia ligada ao mate, a urbanização de Curitiba e a proliferação de pequenas propriedades agrícolas, ocupadas por imigrantes europeus ou seus descendentes são responsáveis por um período de forte crescimento da população e da renda no Paraná. Entre 1872 e 1920 a população paranaense passou de 127 mil para 686 mil habitantes, sendo que a população de Curitiba saltou de 13 mil para 79 mil.

Apesar do crescimento proporcionado por essa estrutura produtiva, é preciso lembrar que a erva-mate não era um produto muito visado nos mercados internacionais. Assim sendo, não atraiu investimentos estrangeiros de grande porte para seu restrito núcleo industrial. A atração de capital internacional à época ficou por conta de outros setores, ligados ao processo de urbanização principalmente. Segundo Magalhães Filho (2006) o único setor em que o grande capital internacional foi predominante no Paraná foi o bancário, de domínio inglês. Outros setores de menor destaque são o de energia elétrica, exploração de madeira, projetos de colonização e estradas de ferro.

Podemos constatar aqui a ausência de base material - ou seja, baixa capacidade de geração de excedente, pouca integração produtiva entre os diversos espaços da economia paranaense e pouca presença de estruturas tipicamente capitalistas (mercado de trabalho e consumidor), predominando ainda uma lógica mercantil - e oportunidade histórica para que a economia paranaense pudesse se industrializar ou ainda superar São Paulo em termos de produção industrial. O tímido desenvolvimento industrial se deu a partir do beneficiamento de erva-mate, um produto de pouca expressão internacional, com parca capacidade de geração de excedente. Ao menos insuficiente para permitir algo semelhante àquilo que ocorreu com o café em São Paulo. A outra atividade relevante, ligada à madeira, possuía poucos nexos com demais atividades, sendo seu produto exportado sem passar por grande alteração. A abundância natural de Araucárias permitiu que a produção se desenvolvesse sem grandes requisitos técnicos.

O produto mais dinâmico da economia paranaense, o café, passou, como vimos, por um período de forte expansão no estado quando este já se encontrava em declínio em São Paulo e a acumulação ali (em São Paulo) já contava com forte participação industrial. A própria atividade cafeeira no Paraná, que foi responsável por grande incremento na renda

interna do estado dependia em larga medida das praças de comercialização paulistas e de sua infra-estrutura para o escoamento. Num primeiro momento, mesmo os beneficiamentos mais básicos eram feitos fora do Paraná.

Este tipo de discussão só faz sentido se partimos de uma visão de confronto ou enfrentamento entre São Paulo e Paraná, visão essa da qual esse trabalho não divide. A expansão do café nos termos discutidos na seção anterior teve impacto distinto (em relação ao beneficiamento da erva-mate e da madeira) sobre a estrutura produtiva do Paraná.

Percebemos, em acordo com o que propõe Trintin (2006), que mesmo assimilando com alguma defasagem o modo de produzir da agropecuária paulista, manifestou-se no Paraná uma dinâmica semelhante, com o café, em primeira medida, proporcionando uma acumulação de capital que se traduziria em diversificação da demanda e, em seguida, do aparelho produtivo paranaense. Destarte, desenrolou-se no Paraná a partir de sua integração ao mercado interno brasileiro, uma diversificação de demanda caracterizada por bens de consumo, como vestuário, calçados, bens de consumo duráveis e meios de produção requeridos pela agricultura, especialmente a cafeeira.

Nas palavras de Trintin (2006),

“... a economia paranaense gradativamente passava a ser comandada pela acumulação no setor cafeeiro, a qual possibilitava maior diversificação de sua estrutura produtiva agrícola e industrial, dado que foram surgindo indústrias ligadas ao beneficiamento do café, como torrefação, produção de sacas, entre outros segmentos.”¹¹

A expansão da economia cafeeira e de alimentos em geral traduziu-se em impulso para o setor industrial a partir de 1945. Esse setor passou a apresentar taxas anuais de crescimento da ordem de 7,7%, ao passo que a agricultura crescia a 4,9%. Em relação ao total da indústria nacional houve melhora também, partindo de 2,9% do total para 3,2% em 1960¹². O avanço pode não parecer expressivo, mas este período foi fortemente marcado pela concentração industrial em São Paulo.

Durante o período de industrialização restringida algumas das demandas, especialmente do Norte do Paraná foram supridas por produção paulista, já estabelecida e melhor organizada. Entretanto, há espaço até 1950 para desenvolvimento de produção paranaense para atender à diversificação da demanda. Dificilmente se manifestaram nesse

¹¹ Trintin, J. G. (2006), página 53.

¹² Trintin, J. G. (2006), página 64.

período efeitos de destruição. De inibição ou bloqueio, sim. A partir de 1950, até os anos 1970, São Paulo passa por outro salto industrializante, consolidando em maior escala indústrias nacionais de bens de consumo duráveis e de bens de capital.

Mesmo nessa segunda fase parece que os efeitos de estímulo se sobressaíram. Há estímulos advindos da própria produção cafeeira e do setor agropecuário paranaense, que com o passar do tempo contribuíram inclusive para a diversificação da indústria estadual. Aquela dinâmica identificada por Cano (1998a) no setor agrícola paulista parece ser válida inclusive para a agroindústria, em alguma medida. Entendendo a expansão cafeeira e de alimentos no Paraná como associada às transformações por que passou a estrutura produtiva paulista, principalmente em relação aos seus requisitos de capitalização e rentabilidade, vemos que terras baratas, proximidade a São Paulo e possibilidade de produção a custos relativamente baixos são fatores essenciais para a expansão agropecuária no território paranaense. Bem, a partir de 1950 a indústria em São Paulo passou por nova diversificação, inclusive com a sofisticação de alguns ramos. Parte do tecido industrial, principalmente aquele ligado à elaboração de alimentos e insumos alimentícios “migrou” para o Paraná, ou foi “empurrado” para fora de São Paulo. Ao ter assimilado importante papel de “celeiro” nacional, o Paraná, graças à sua proximidade e rentabilidade, além de mão de obra disponível conseguiu absorver essa função na divisão regional do trabalho. É nesses termos que aqui afirmamos haver forte associação entre o Paraná e a economia paulista. A articulação entre esses dois estados se dá não apenas no nível produtivo ou territorial. Vale lembrar que boa parte da população do Norte do Paraná é de procedência paulista.

Há, no entanto diferentes interpretações sobre essa relação. As diferenças gritantes entre a estrutura produtiva paranaense e a paulista tornaram-se ainda mais evidentes com o fim do Plano de Metas (1961) e o salto dado pela matriz produtiva paulista, com a instalação da indústria pesada, de bens de consumo duráveis, e de bens de capital, operando em escala nacional. É a partir do próprio Plano de Metas, entretanto, com o forte movimento de integração capitaneado por São Paulo, resultando numa intensificação do movimento concentrador da indústria em nível nacional que a economia paranaense experimenta estímulo para a produção industrial e sua diversificação (ainda restrita). O crescimento e a diversificação da economia paulista abriram espaço para que pontos

específicos da periferia nacional lograssem industrializar-se, como foi o caso do Paraná, beneficiado pela proximidade em relação a São Paulo, complementando-lhe a produção com insumos e bens de consumo não-durável, principalmente ligada à agroindústria (Alimentos, Bebidas, Óleos Vegetais).

A burocracia estatal paranaense, preocupada com a defasagem em relação à economia paulista movimentou-se no sentido de tentar industrializar e modernizar a economia paranaense. É com esse objetivo que foi criada em 1962 a Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR). Ela elaborou um plano de desenvolvimento para o estado a partir do diagnóstico de uma relação de tipo Centro-Periferia nacional, de inspiração cepalina, sendo que o Paraná teria uma inserção periférica a São Paulo. Por isso, as trocas entre os dois estados significariam transferências recorrentes de excedente para São Paulo, já que esse produzia bens industrializados e o Paraná produtos agrícolas. Destarte, a proposta de desenvolvimento da CODEPAR sugeria a quebra dessa relação, a partir de industrialização por substituição regional de importações acompanhada por uma série de investimentos em infra-estrutura (transportes, energia, comunicações).

Há uma série de preocupações, colocadas pela CODEPAR, com a questão social, com a integração do território, propriedade do capital, que acabaram por integrar um plano de desenvolvimento descolado da realidade das forças produtivas no estado e fora dele. Assim, pressupunha a prioridade a capitais locais, em detrimento de capitais de outros estados ou estrangeiros; tinha como base a pequena e média propriedade para desenvolvimento da indústria e da agricultura moderna; queria proporcionar um desenvolvimento equânime por todo o território paranaense; priorizar os setores concorrentes à indústria paulista; e executar diversos investimentos em infra-estrutura para equipar e integrar o estado à sua nova realidade industrial.

O plano fracassou devido a um entendimento equivocado das possibilidades de desenvolvimento e modernização abertos ao Paraná à época. Há requisitos mínimos técnicos e de escala para implantação da indústria, incompatíveis com as preocupações do plano de priorizar a pequena propriedade. Além disso, apesar de diversificada, a economia paranaense não apresentava os requisitos básicos de concentração e centralização de capital para o desenvolvimento da indústria, sendo improvável que grande transformação pudesse ser atingida por seu capital local. Ademais, a própria política de substituição regional de

importações é questionável, já que os governos sub-nacionais não contam com os instrumentos de política econômica necessários para realizá-la (como controle do câmbio, por exemplo). Como se não bastasse a própria fragilidade interna ao plano, ele foi colocado em prática num período de conjuntura desfavorável (1962-67).

Vale lembrar que o café proliferou no Paraná quando o eixo dinâmico da economia brasileira estava sendo alterado para a indústria e a integração do mercado interno, sendo improvável que ali se desenvolvesse alguma indústria mais elaborada, distante da base agrícola. O estado não contava com infra-estrutura de transporte, energia e comunicações, mas principalmente não contava com um complexo econômico que gerasse a acumulação e excedente necessários para tal salto. Isso simplesmente não era possível, mesmo porque antes de 1930 a indústria já se concentrava em São Paulo e a crescente integração do mercado interno brasileiro desencadeou efeitos de bloqueio (principalmente) e destruição sobre a indústria periférica em ramos concorrentes àqueles estabelecidos em São Paulo. Tentar olhar a relação entre São Paulo e Paraná pela lógica do confronto parece ser pouco frutífero e encobre percepções importantes acerca dos seus nexos produtivos.

Em meados da década o plano havia sido abandonado e uma nova proposta surgiu em 1968 com a transformação da CODEPAR em BADEP (Banco de Desenvolvimento do Paraná). O diagnóstico ainda era de uma economia periférica, mas a proposta foi radicalmente distinta. Adotou-se uma postura de complementaridade ao invés do confronto com São Paulo, apoiando a vinda de capitais estrangeiros e de outros estados para conformação de indústrias que pudessem aproveitar a base agrícola e atuassem em escala nacional. Além disso, o plano previa, de acordo com política estipulada pelo governo federal, a modernização do campo, com a substituição de culturas tradicionais por outras consideradas modernas (passíveis de mecanização), como a soja e o trigo. A nova proposta aproveitou-se ainda do contexto extremamente favorável colocado pelo forte crescimento do “milagre” brasileiro e dos investimentos estatais feitos na periferia econômica durante o segundo PND.

A industrialização do Paraná teve novo fôlego graças ainda ao projeto de desconcentração produtiva abraçado pela ditadura militar. A economia paranaense recebeu uma série de investimentos durante o II PND, inclusive uma refinaria de petróleo (Refinaria de Petróleo de Araucária). Os investimentos realizados na década de 1970 recaíram

principalmente sobre a agricultura e a agroindústria, que passaram por forte movimento de modernização, uma vez que a expansão extensiva havia encontrado seus limites. A fronteira agrícola passaria depois dos anos 1970 para o Centro-Oeste. Destacamos ainda os estímulos dados pela CODEPAR, essenciais para que a economia paranaense passasse a assimilar empreendimentos industriais, principalmente através de planos de provimento de infraestrutura, carente no Estado.

Aproveitando a infra-estrutura instalada à época do plano original da CODEPAR uma série de transformações aconteceram na economia paranaense a partir do final dos anos 1960. As mudanças mais marcantes ocorreram no campo, com a substituição do café (e outras culturas tradicionais), que já vinha em decadência, principalmente pela decisão federal de abolir os incentivos relativos à sua produção e o fato de não mais haver a mesma abundância de terras uma vez ocupada a área de expansão da fronteira agrícola no estado. Não se trata apenas de substituição de culturas. A produção de soja e trigo era maquinizada, o que exigia investimentos e uma área mínima de plantio para que o seu uso fosse rentável. Assim, ocorre um forte processo de expulsão da população rural e concentração fundiária. Os grandes estabelecimentos concentraram as condições de capital e área que requerem as culturas modernas e o resultado foi uma grande massa de ex-proprietários e trabalhadores que migraram para fora do estado nas décadas seguintes. Apesar da forte urbanização concomitante com o êxodo rural, não foi possível para os próprios centros urbanos paranaenses absorver toda a massa rural expropriada. O novo sistema federal de crédito rural foi elemento essencial neste processo de concentração no campo, ao privilegiar culturas modernas.

Por sua vez, a indústria paranaense sofreu também grande impulso, com ampliação e modernização da agroindústria. A maquinização e modernização da agricultura foram feitos em laços estreitos com o capital industrial, que passou a absorver a maior parte da produção agrícola do estado. Já na década de 1970 a indústria ultrapassou a agricultura na participação da renda interna ao Paraná. Vale ressaltar, a maior parte dessa indústria estava diretamente ligada à base agrícola, mas tratava-se de uma indústria de maior porte, mais dinâmica, e que passaria a atuar em escala nacional.

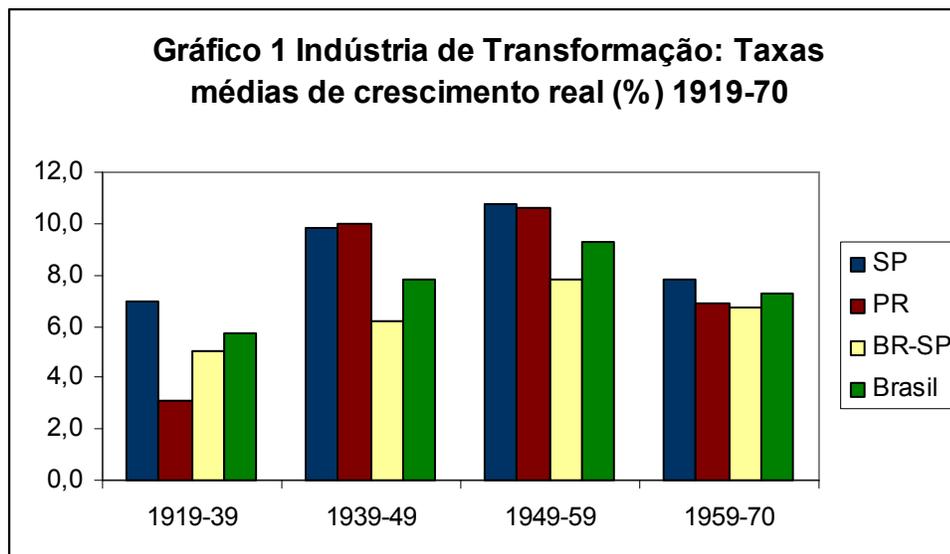
É dessa forma que o Paraná se insere na dinâmica capitalista nacional a partir de 1930, em grande parte assimilando a produção cafeeira em moldes similares aos paulistas

numa porção restrita do seu território. Porém isso se deu num período em que a dinâmica econômica no país, especialmente em São Paulo, já havia dado um salto qualitativo, com a indústria ditando em maior medida o destino da renda e da dinâmica econômica em geral, mesmo que até certo ponto ainda “restringida” pelas divisas necessárias para o prosseguimento do processo de substituição de importações.

A proximidade física em relação à indústria paulista tem significativa importância para o desenvolvimento da indústria paranaense no período marcado pela intensificação do processo de concentração industrial. A infra-estrutura estadual era insuficiente, principalmente do ponto de vista da integração física das diversas regiões paranaenses, sendo um empecilho para o seu desenvolvimento industrial. A existência de uma melhor infra-estrutura em São Paulo, efetivamente utilizada para escoamento da produção paranaense não pode ser tomada como um fator de atraso para o próprio desenvolvimento produtivo do Paraná. Pelo contrário, pois viabilizou em alguma medida a produção para exportação do estado. A infra-estrutura paulista não pode ser tomada como causa da deficiência da estrutura paranaense. De fato, quando houve vontade política para superá-la, o governo estadual, com auxílio federal, durante a década de 1960, a partir dos planos de desenvolvimento estadual, lograram fazê-lo. Foi a partir da infra-estrutura paulista que muitos dos produtores estabelecidos no Paraná conseguiram sustentar a geração de excedente local através de suas exportações (principalmente os da porção Norte do estado).

Há, evidentemente, casos em que a proximidade a São Paulo traduzir-se-ia num atraso relativo. Tendo a economia paulista recebido os investimentos industriais mais modernos e avançados em termos nacionais e não contando a economia paranaense com nenhuma produção que lhe permitisse gerar e acumular uma quantidade gigantesca de excedente para que pudesse copiar ou mimetizar a estrutura paulista, estaria fadada a orientar-se de forma que lhe complementasse a produção. Assim, a produção industrial paranaense se ampliaria e se diversificaria de modo associado às transformações ocorridas em São Paulo. Se os investimentos mais modernos e dinâmicos lhe escaparam, vale ressaltar que a partir da base essencialmente agrária a economia paranaense se inseriu como uma das principais produtoras de alimentos no país. O perfil das culturas paranaenses, alterado durante o período equivalente à industrialização pesada, assimilou o uso de máquinas e equipamentos, gerando uma demanda por produção de materiais de transporte

que viria a ganhar destaque no estado, primeiramente com tratores e veículos pesados, passando posteriormente a veículos leves e de passeio.



Fonte: Dados, Cano, W. 1998a, pgs. 83 e 84. Elaboração própria.

O gráfico 1 nos mostra as taxas de crescimento da indústria de transformação entre 1919 e 1970. São Paulo apresenta crescimento superior ao nacional para todo o período. O Paraná, exceto no que diz respeito ao período entre 1919 e 1939, mantém-se a taxas relativamente próximas às paulistas, apresentando crescimento superior inclusive à média nacional entre 1939 e 1959 e acima da do agregado “Brasil menos São Paulo” a partir de 1939.

Há, portanto, que se enxergar o fato de que ao mesmo tempo em que o avançado desenvolvimento das forças produtivas paulistas contribuiu para negar ou obstruir o avanço produtivo paranaense nos ramos mais elaborados (isso deve ser relativizado, pois só seria completamente verdade se tivéssemos certeza absoluta que a geração de excedente no Paraná seria compatível com os requisitos de instalação de tal indústria, no que, sinceramente, não vemos possibilidade), estimulou em grande medida a instalação de uma indústria menos sofisticada, porém integrada ao contexto nacional e compatível com as estruturas produtivas ali localizadas. O Paraná não se tornaria fornecedor da indústria de Alimentos de São Paulo, mas sim em escala nacional. O grande salto na questão setorial da acumulação seria em boa parte incentivada pela relação mantida entre a produção paranaense e as demandas do centro dinâmico da economia nacional. Com o passar do

tempo e a diversificação da produção no país, novas oportunidades se abririam à indústria paranaense.

A Tabela 1.5 nos permite ver como se deu a evolução, entre 1950 e 1970, da participação dos principais gêneros da indústria do Paraná no seu VTI:

Gêneros	Anos		
	1950	1960	1970
Minaerais não-metálicos	6,87	6,99	7,32
Metalurgia	1,38	2,79	3,29
Mecânica	2,34	1,1	3,33
Material elétrico e comunicação	0,06	0,74	0,55
Material de transporte	0,39	1,12	1,79
Madeira	25,7	26,49	22,81
Mobiliário	3,21	2,74	3,95
Papel e papelão	9,29	4,95	5,27
Borracha	0,01	0,02	0,79
Couros e peles	1,48	1,36	0,85
Química	3,12	4,42	7,83
Farmacêutica e veterinária	0,12	0,17	0,17
Perfumaria, sabões e velas	1,36	0,48	0,33
Matérias plásticas	0,04	0,02	1,22
Têxtil	2,44	3,18	8,57
Vestuário, calçados	0,89	0,85	0,52
Produtos alimentares	31,17	37,15	23,99
Bebidas	6,51	2,75	3,02
Fumo	0,01	0	0,01
Editorial e Gráfica	2,38	1,79	3,18
Diversas	1,24	0,91	0,83
Total	100	100	100

Fonte: IBGE (1960a, 1970a) apud Trintin, J. G. (2006), pg. 64.

É notável a participação da indústria de Madeira e de Produtos alimentares, bem como minerais não metálicos. Como foi amplamente afirmado aqui, a participação dos gêneros alimentares corrobora a posição do estado como grande centro produtor de alimentos.

É possível vermos mais detidamente na Tabela 1.6 a composição de três dos principais gêneros industriais do estado:

Tabela 1.6 - Participação dos diferentes grupos da indústria do Paraná nos gêneros Produtos alimentares, Madeira e Têxtil, 1960	
Grupos	1960
Produtos alimentares	
Beneficiamento, torrefação e moagem	79,51
Conservas, frutas e legumes, condimentos	0,68
Abate de animais e preparação de conservas	7,57
Conservas de pescado	0,16
Laticínios (inclusive pasteurização)	0,55
Açúcar	5,05
Balas, caramelos, gomas de mascar, chocolates	0,51
Prod. De padaria, confeitaria e sorvetes	4,39
Massas alimentícias e biscoitos	1,58
Madeira	
Madeira desdobrada, compensada e chapas prensadas	88,7
Madeira aparelhada	9,05
Artigos de madeira de tanoaria	0,21
Outros produtos	2,04
Têxtil	
Beneficiamento de fibras têxteis	65,29
Tecelagem	6,98
Tecidos de malha	3,34
Artigos de passamaria, filós, rendas	3,19
Artefatos têxteis	21,2

Fonte: IBGE (1960a) apud Trintin, J. G. (2006), pg. 65.

Percebe-se pela Tabela 1.6 o peso que o café possui no seu auge para a indústria estadual. Mesmo as indústrias de Madeira e Têxtil possuem participações de grupos bastante concentradas, especialmente em gêneros de pouco beneficiamento.

Antes de avançarmos vale registrar mais uma vez aquilo que é a essência deste esforço de retomada da economia paranaense. A relação entre o Paraná e São Paulo deve ser encarada de forma a entender o caráter associado do desenvolvimento de suas forças produtivas, recebendo o Paraná em boa medida os resultados do espraiamento da indústria paulista, nesse período relacionado principalmente à questão da agroindústria num contexto de diversificação e modernização da indústria em São Paulo. O Paraná assumiu assim forte articulação com a economia paulista, se aproveitando para consolidar-se como principal produtor de alimentos em nível nacional. Por mais que a indústria paulista de fato tenha bloqueado o desenvolvimento de determinados ramos no Paraná, o próprio desenvolvimento experimentado pela estrutura produtiva paranaense não pode ser dissociado da sua relação com São Paulo. A modernização de São Paulo foi compatível

com a diversificação da indústria paranaense, de forma semelhante àquela descrita por Cano (1998a) para a agricultura.

A trajetória dessas indústrias será o objeto dessa dissertação. O que é necessário reter por enquanto é que a integração do Paraná ao mercado nacional entre 1930 e 1970, mesmo que se tenha dado na forma de uma inserção periférica a São Paulo, não se traduziu, assim como não ocorreu para o restante do território brasileiro, em estagnação ou recessão. Pelo contrário, ocorreu num contexto de crescimento industrial, como pudemos atestar na Tabela 1.4 e no Gráfico 1. A concentração deve ser entendida como resultado de uma maior taxa média de crescimento da indústria paulista em relação ao restante do país, além, é claro, de sua maior sofisticação, nos moldes daquilo que foi apresentado aqui e trabalhado em maior detalhe por Cano (1998a).

Capítulo 2 - A economia paranaense: 1970-1980

2.1) Aspectos Gerais da Desconcentração 1970-1980

A década de 1970 foi marcada na história econômica brasileira pelas altas taxas de crescimento conseguidas a partir de investimentos públicos e privados, aliados a políticas públicas e planos setoriais empregados principalmente pelo governo federal, com a centralização política ocorrida a partir de 1964, através do golpe militar. Apesar do caráter conservador, foi um período de forte euforia e dinâmica econômica, com o país crescendo a taxas médias de 8,7% ao ano.

A diversificação da estrutura econômica do país prosseguiu, dando continuidade à fase conhecida por “industrialização pesada” com o lançamento dos grandes projetos concebidos pelo governo militar para construção do “Brasil-Potência” destacando-se entre eles o primeiro e o segundo PND. Os setores mais beneficiados foram mineração, material de transportes, material elétrico e de comunicações, máquinas, siderurgia, bens de consumo duráveis, além da petroquímica e energia, entre outros. A expansão econômica se deu calcada num tripé formado mormente por Estado e capital estrangeiro e, em menor escala, contando com a participação de capital privado nacional.

Não obstante a forte expansão econômica experimentada no período, as questões sociais foram, na melhor das hipóteses, apenas acomodadas pelo alto crescimento do PIB e do emprego, e atenuadas pelos crescentes fluxos de migração inter-regional.

As políticas salariais, entre outras de corte conservador, impunham ajustes e limitações à classe trabalhadora, que teve seus rendimentos comprimidos, com reajustes abaixo do patamar vigente de inflação. É importante ter em mente que os frutos do positivo momento da economia brasileira não se estenderam de forma equânime pelas diferentes parcelas da sociedade. Pelo contrário, foram beneficiadas principalmente classes capitalistas e classe média, que passou por expansão no período, com a ampliação de serviços urbanos e postos de trabalho na indústria.

A forte expansão econômica foi puxada pela indústria, que cresceu a uma taxa média de 9,3% ao ano para a década (sendo a taxa média de expansão da Indústria de Transformação da ordem de 9%), superior à média do PIB total (8,7%).

Setor	Brasil		Estado de São Paulo	
	1970	1980	1970	1980
Primário	11,5	10,1	5,7	3,9
Secundário	35,8	40,9	43,8	51,2
Ind. Extrativa	2,9	2,2	0,3	0,2
Ind. de transform. (**)	27	31,3	39,9	44,3
Terciário	52,6	49,0	50,4	44,9

Fonte (dados brutos): IBGE, Contas Nacionais: Brasil 1970,1980 ; ESP 1970,1980. apud Cano (2008)

(*) Essa estrutura certamente está *deformada* pela subestimação do setor terciário, já comentada várias vezes na imprensa, que, com isso, “aumenta” a participação dos demais setores, notadamente da indústria de transformação. Ver notas explicativas e outras que apontam contradições metodológicas na Tabela 1.1 de Cano (2008), pg. 24.

Como vemos na tabela 2.1, tanto para o Brasil, como para São Paulo, houve forte incremento da participação relativa da indústria, em particular da indústria de transformação, refletindo o prosseguimento do processo de industrialização brasileira. Veremos mais adiante que a periferia econômica nacional teve participação ativa nesse aumento do peso da indústria no PIB nacional.

Por ora é preciso ressaltar que uma das características do período foi a forte intervenção do Estado na economia, realizando investimentos em infra-estrutura energética, de transportes e de comunicações, notadamente na periferia nacional, além de sua presença no setor produtivo através das empresas estatais. A presença estatal conseguiu suportar altas taxas de investimento em relação ao PIB, mantendo-a em torno de 22% durante a década, com destaque para os 25% obtidos em 1975.

Os gastos governamentais e a política de industrialização, suportados pelas reformas institucionais da década anterior contribuíram ainda para o forte processo de urbanização: em 1960 a população urbana perfazia 45,1% da população brasileira, passando a 55,9% em 1970 e atingindo 67,6% em 1980. Desse modo, enquanto na década de 1960 assistiu-se a um incremento de cerca de 20 milhões de pessoas na população residente em centros urbanos, na década seguinte o aumento seria ainda maior, com adicionais 28 milhões passando a residir nas cidades. Assim, a população rural se encontraria em 1980 em

patamar inferior ao registrado para o ano de 1960, fato sumamente reforçado pelas migrações e pelo êxodo rural.

A ampliação das exportações foi outro ponto onde a política governamental foi marcante. Cresceram a um ritmo de 22% ao ano durante a década, passando ainda por um incremento qualitativo, uma vez que a pauta exportadora nacional passaria a contar com maior participação de artigos manufaturados. Totalizando 15% da pauta exportadora no ano de 1970, eles atingiram o patamar de 45% em 1980. Apesar disso, tivemos o saldo da Balança Comercial comprometido pelos altos requisitos de importação necessários para o prosseguimento do processo de industrialização, além da forte elevação dos preços do petróleo, em 1973 e 1979.

Contudo, parte do elevado investimento teve como contrapartida um pesado endividamento nacional. Num primeiro momento não houve grandes problemas para a economia brasileira. Porém, na segunda metade da década de setenta, com a ampliação dos gastos com importações e a contração crescente de empréstimos internacionais, o país ficou refém das rápidas transformações que tomariam curso no cenário internacional, com o advento da crise econômica, dos choques do petróleo e da inflação crescente. A euforia mundial esbarrou numa crise cíclica industrial aliada a um processo inflacionário. Ao fim da década de 1970, com novo episódio na crise do petróleo, os EUA reagiram com aumento dos juros, provocando forte aumento da dívida de todos os países devedores, notadamente do Brasil. Os perversos efeitos disso decorrentes seriam fortemente explicitados a partir da década seguinte.

No Brasil, a década de 1970 foi marcada pelo preenchimento de algumas das lacunas que ainda restavam em nossa estrutura produtiva, estabelecendo no país alguns segmentos da produção de bens de capital por encomenda, setores pesados como petroquímica e siderurgia, além daqueles já mencionados. O salto quantitativo e qualitativo experimentado pela economia nacional na década de 1970 transmitiu-se, em parte, também à periferia, aprofundando a complementaridade a São Paulo, iniciada em 1930.

O período mostrou inflexão no tocante à concentração produtiva regional, passando a se verificar expressiva desconcentração, predominantemente industrial. De fato, é possível dizer que o processo de desconcentração produtiva, especialmente a industrial, teve início já na década de 1960, porém manifesta-se mais claramente na de 1970, com as

plantas de alguns dos investimentos realizados ao fim da década anterior iniciando suas operações.

A tabela 2.2 mostra dados para a variação média anual do PIB entre os anos de 1970 e 1980, além da participação de São Paulo no PIB brasileiro para esses dois anos.

Tabela 2.2 - Variação anual média do PIB do Brasil e de São Paulo 1970-1980 (%)¹³

Setores	Brasil	São Paulo	Participação SP/BR	
			1970	1980
Primário	3,8	3,6	18,0	14,2
Secundário	9,3	7,4	56,4	47,3
Ind. de transformação	9,0	8,1	58,1	53,4
Terciário	8,0	7,9	35,0	34,8
Total	8,7	8,2	39,5	37,7

Fonte: Dados Brutos do IBGE. Apud Cano (2008)

Fica claro pela tabela que a desconcentração ocorreu porque a periferia apresentou taxas de expansão superiores àquelas experimentadas por São Paulo. Enquanto a taxa total média anual de crescimento paulista foi de 8,2%, a do Brasil foi de 8,7%. Cano (2008) apresenta a taxa média anual de crescimento do agregado “Brasil exceto São Paulo” da ordem de 9%. O destaque nesse processo foi o setor secundário, onde as diferenças nas taxas de crescimento foram mais amplas.

Ainda na Tabela 2.2 é possível ver o impacto que as diferentes taxas de expansão têm sobre a participação paulista no PIB brasileiro. Partindo de uma situação no início da década, em que era responsável por 56,4% da indústria nacional, São Paulo passou a perfazer 47,3% dela em 1980. Embora tenha mantido forte participação, é notável que parte da periferia tenha assimilado alguns segmentos industriais, entre eles o de agroindustrialização, mineração, metalurgia básica e infra-estrutura. Foi fundamental para

¹³ Uma nota de advertência colocada pelo próprio Cano (2008): As taxas estimadas pelo autor para 1970-80, são deduzidas pelas participações relativas dos PIBs setoriais e total de SP/BR nesses dois anos e pelas taxas de crescimento entre eles, obtidas das CN (revistas em 1987). Contudo, a de 1970-80 para a agricultura (1,4%) está fortemente subestimada, dados problemas metodológicos das CR. Estimei, assim, a taxa de 3,6% que se obtém pelo cálculo da evolução da produção física dos 26 principais produtos do agro paulista no período. Creio que também as taxas da indústria (total e a de transformação) estão subestimadas, em decorrência de que o método que usei não pode captar as diferenças de composição de produto e de variação de preços relativos entre as produções nacional e paulista. Advirta-se ainda que nesse método, a taxa para o total, pelas razões acima, se afasta (para mais ou para menos) da que resultaria das ponderações das taxas setoriais pelos seus pesos.

tanto o papel do Estado Nacional, promovendo investimentos fora do eixo Rio-São Paulo, como a Zona Franca de Manaus, os projetos de extração mineral e petrolífera.

Cano (1998a) e (2008) classificou esse movimento de desconcentração, dadas as características vistas até aqui, como uma desconcentração **positiva**, uma vez que se trata de um período de forte crescimento econômico, com a maior taxa média de expansão registrada em nossa economia. Foi positiva porque embora São Paulo tivesse experimentado um crescimento a taxas elevadas, a periferia nacional logrou fazê-lo a taxas ainda superiores. Sobressaíram-se, destarte, efeitos positivos, tanto para São Paulo, quanto para a periferia. Obviamente, a periferia não foi afetada de forma homogênea. A tabela 2.3 nos permite ver como algumas Unidades da Federação responderam ao estímulo de desconcentração produtiva nacional:

	1939	1949	1959	1970	1980
NO	2,6	1,7	2,0	2,2	3,2
NE	16,7	13,9	14,4	12,0	12,2
MG	10,0	10,4	7,9	8,3	9,4
ES	1,2	1,3	0,8	1,2	1,5
RJ	20,9	19,5	18,5	16,1	13,6
SP	13,2	36,4	37,9	39,5	37,7
PR	2,9	4,0	5,4	5,5	5,9
SC	2,2	2,5	2,4	2,8	3,3
RS	10,2	8,6	8,4	8,7	8,1
CO*	2,1	1,7	2,3	2,7	3,6
DF	-	-	-	1,0	1,5

Fonte: FGV apud Cano (2008).

*CO exclui DF e inclui TO entre 1939-70.

Pelos dados da tabela 2.3, no período anterior a 1970, como sabemos, ocorreu o processo de concentração produtiva paralelamente à integração do mercado interno nacional. Nesse período só São Paulo, Paraná e Santa Catarina, dos estados apresentados, têm sua participação elevada. De 1970 a 1980 vemos os efeitos do processo de desconcentração produtiva sobre a participação dos estados no PIB nacional. Mesmo antes de 1970 a inflexão no processo de concentração já havia tomado curso. Durante a década de 1970 vemos que além de São Paulo, que continuou detendo a maior participação relativa,

também houve redução da participação do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro¹⁴. Como já foi dito, o cenário foi de crescimento generalizado, refletindo as perdas na participação nacional no PIB muito mais diferenças entre taxas positivas de crescimento do que a estagnação de um estado¹⁵. Ainda no sentido de mostrar a situação harmoniosa do crescimento brasileiro na década de 1970, Cano (2008) mostra que houve melhor convergência nesse período de desconcentração, em termos da renda média por habitante¹⁶.

Vejam agora em linhas gerais os principais destaques setoriais nesse movimento de desconcentração produtiva da década de 1970. Na agricultura, os principais beneficiados, segundo Cano (2008) foram Minas Gerais, o Centro-Oeste (exceto o Distrito Federal) e a Região Norte, com destaque em termos nacionais para a produção voltada para a exportação (soja, carnes, laranja) e secundariamente para as culturas de mercado interno. A presença do Estado foi mais uma vez fundamental, atuando principalmente com incentivos via crédito rural, instrumento que utilizou para priorizar aquelas culturas que pudessem trazer maiores benefícios em termos de divisas.

Para os serviços, de análise mais complexa, Cano (2008) aponta forte crescimento no país como um todo, impulsionado pelo forte processo de urbanização por que passou o Brasil. Num corte mais específico o autor destaca a ampliação de serviços básicos para a periferia nacional, enquanto o centro econômico nacional recebeu investimentos em segmentos mais avançados, principalmente no que diz respeito às comunicações e serviços financeiros.

No tocante à indústria, é preciso ressaltar mais uma vez seu desempenho extraordinário. Prosseguindo no processo de industrialização, o país elevou a participação do grupo de Bens de Capital e Bens de Consumo Durável, que requerem a existência de patamares consideráveis de conhecimento técnico e escala produtiva. Houve crescimento em todos os grandes grupos (Bens Intermediários, Bens de Consumo não-durável e no grupo Bens de Capital+Bens de Consumo Durável).

¹⁴ No caso do Rio Grande do Sul, a perda de participação foi pequena. A situação do Rio de Janeiro, por sua vez, remete ao “retrocesso relativo industrial” apontado por Cano (1998a).

¹⁵ Mesmo o Rio de Janeiro obteve taxas de crescimento positivas, no entanto foram moderadas, em contraste com outras Unidades, que apresentaram crescimento excepcional. Para mais esclarecimentos ver Cano (2008).

¹⁶ Cano (2008), cap.2.

Para os Bens de Consumo não-durável os destaques regionais foram Santa Catarina (agroindustrialização), Espírito Santo e Região Norte, impulsionados pelo aumento do mercado interno, principalmente nas áreas urbanas.

Para os Bens Intermediários os principais ganhadores foram Espírito Santo, o Norte e o Nordeste, beneficiados pela ação estatal, que expandiu as atividades mineradoras, metalúrgicas, petroquímica e de celulose.

Para o último grupo, os destaques foram Minas Gerais, Amazonas (principalmente por incentivos fiscais) e os estados da região Sul.

Ao analisar mais detidamente a desconcentração produtiva no Brasil para o período, o autor ainda identifica dois vetores de desconcentração: a desconcentração sofrida pela Região Metropolitana de São Paulo, cuja participação cai de 43,5% para 33,6% entre 1970 e 1980, e a notável expansão da participação nacional do Interior do estado de São Paulo, subindo de 14,7% para 19,8% no mesmo período¹⁷.

Para ambos os vetores, podemos colocar como fatores que cooperaram para essa desconcentração: a integração do mercado nacional, iniciada na década de 1930 e que teve prosseguimento mesmo na fase de concentração produtiva¹⁸; efeitos de estímulo recebidos pela periferia; deseconomias de aglomeração em São Paulo; legislação ambiental mais rigorosa em São Paulo; melhora no transporte rodoviário e nas comunicações, que permitiu novas possibilidades de localização; mas também, uma das mais importantes, a atuação do Estado, planejando investimentos produtivos fora da Região Metropolitana de São Paulo, como a Zona Franca de Manaus, investimentos em petroquímica e mineração, além de siderurgia e investimentos em infra-estrutura.

Para um melhor entendimento sobre essa desconcentração produtiva, não se pode ignorar a importante articulação do planejamento e das ações das principais empresas estatais, levando à periferia produção industrial nos segmentos já indicados. Por outro lado, Cano (2008) lembra que na década de 1970 os principais incentivos fiscais de escopo regional foram estendidos a outros estados (MG e ES) ou ainda divididos com

¹⁷ Cano (2008) cap. 2.

¹⁸ Além do processo de integração nacional, faço questão de citar outros três processos que de acordo com Brandão (2007) atuam sobre a questão espacial num mundo capitalista: a homogeneização, levando a diferentes espaços relações e determinantes características do capitalismo; polarização, que hierarquiza os diferentes espaços, qualificando a troca de determinantes entre diferentes pontos do território; e a hierarquia, colocando o poder do capital como força central para o entendimento das relações econômicas.

investimentos de perfil setorial estipulado, como pesca, turismo, reflorestamento, aeronáutica, entre outros. Apesar disso, a ação estatal foi fundamental para que os nexos criados a partir 1930 no sentido da integração nacional fossem aprofundados nesse período de forte expansão da atividade econômica.

De forma geral, a forte expansão experimentada pela economia brasileira com grandes investimentos estrangeiros para atuação em nível nacional (e às vezes até internacional) e marcante presença do Estado nacional com projetos distribuídos pelas diferentes regiões brasileiras colocaram um propício pano de fundo para o crescimento dos estados que conformam a periferia econômica nacional. Veremos agora como o Paraná se aproveitou desse contexto favorável no plano macroeconômico.

2.2) O Paraná e o processo de desconcentração 1970-1980

Vimos no capítulo anterior que a economia paranaense, pesadamente dependente da renda gerada no seu setor primário, especialmente do café, tomou consciência - através de seus estudiosos e sua burocracia - de seu atraso em relação ao centro econômico nacional. A solução posta foi o plano de desenvolvimento para o Paraná arquitetado pela CODEPAR. As limitações do plano já foram suficientemente trabalhadas, especialmente por Leão (1986), Trintin (2006) e Magalhães Filho (2006). Mesmo partindo de uma leitura equivocada dos acontecimentos históricos e econômicos do país, a inquietação referente ao atraso na estrutura produtiva foi responsável por obras vitais no estado. A mudança de escopo do plano de desenvolvimento com a criação do BADEP em 1968 reforçou o anseio por uma maior participação na renda nacional.

A infra-estrutura de transportes, comunicação e energética construída a partir dos planos de desenvolvimento na década de 1960 foram fundamentais para preparar o território paranaense para o período de desconcentração produtiva por que passaria o país na década de 1970. Graças a esses investimentos, à ação do governo federal em termos regionais e aos incentivos formulados pela burocracia paranaense a estrutura produtiva do estado seria capaz de responder aos estímulos lançados pelo centro econômico nacional e pelo próprio governo federal, causando grandes transformações na produção agropecuária e industrial paranaenses.

Com as condições positivas colocadas do ponto de vista nacional para a indústria, o Paraná ganharia notoriedade na década de 1970, consolidando sua posição no cenário nacional como produtor de alimentos. Há, porém muitas diferenças relevantes na estrutura produtiva do estado entre o fim da década de 1960 e o início da década de 1980.

Trintin (2006) aponta as transformações dos anos 1970 no Paraná como decorrentes de dois grandes determinantes. O Primeiro é a política de modernização do campo, que, como vimos, integrava estratégia federal, em que os estados da região Sul desempenharam papel central. O outro, também relacionado com a integração nacional, tem a ver com a questão regional, a partir da ação do governo central e do processo de espraiamento da indústria paulista.

Ao entrarmos nos anos 1970, a agricultura tinha uma participação na renda interna do estado superior a da indústria, mas isso mudaria a partir de 1975/76. Apesar do crescimento acelerado da agricultura no estado, sua participação no total da renda estadual foi reduzida, passando de 25,17% em 1970 para 18,53% em 1980. Nesse mesmo período a indústria passou a perfazer 28,07% da renda interna total em 1980, partindo de 16,6% em 1970¹⁹ (ver gráfico 2 e tabela 2.22).

		Comércio	Inst. Financeiras	Transp. E Comunic.	Adm Pub	Aluguéis	Outros Servs	Total Serviços
Paraná	1970	37,7	8,5	8,6	15,0	17,1	13,0	100,0
	1980	29,7	14,0	10,4	10,4	11,4	24,1	100,0
Brasil	1970	31,3	11,5	7,8	17,6	17,7	14,0	100,0
	1980	22,7	16,0	8,5	13,4	14,1	25,3	100,0
PR/BR	1970	6,3	3,9	5,9	4,5	5,1	4,9	5,3
	1980	6,9	4,6	6,5	4,1	4,2	5,0	5,3

Fonte: Contas Regionais. Elaboração Própria.

Antes de orientar nossos esforços para o entendimento das profundas transformações que ocorreram tanto no campo quanto na indústria paranaense cabem alguns comentários de ordem mais geral acerca da evolução do setor de Serviços. A tabela 2.4 traz dados das Contas Regionais, com apenas as participações relativas no setor. Apesar do crescimento do terciário paranaense sua participação relativa no PIB estadual decresceu, graças ao crescimento muito superior da indústria estadual.

¹⁹ Dados dos Censos Agropecuário e Industrial e de Serviços do Paraná, retirados de Trintin (2006).

A participação nacional do Paraná nesse setor permaneceu a mesma entre os anos de 1970 e 1980, o que significa que o Paraná logrou acompanhar o crescimento nacional, impulsionado pelo forte processo de urbanização que experimentou. Comércio, segmento mais tradicional do setor, perdeu peso relativo tanto no estado quanto no agregado nacional. Merecem destaque os itens Instituições Financeiras, Transporte e Comunicações e Outros Serviços, que passaram por ampliação de suas respectivas participações relativas nas duas escalas aqui trabalhadas. Cano (2008) chama a atenção para o fato do crescimento de Inst. Financeiras ter de ser relativizado pela aceleração inflacionária do período, criando algumas distorções em termos da participação relativa no setor. Isso posto, sua expansão deveu-se também à própria ampliação da atividade desse componente impulsionada pela urbanização e pelo rápido desenvolvimento produtivo dessa década.

Transportes e Comunicações tiveram sua expansão impulsionada, entre outros motivos, pelo elevado investimento, principalmente estatal, que contemplou diferentes regiões do território nacional. Já Outros Serviços, que agregam serviços de diferentes qualidades também se expandiu muito por conta da urbanização verificada no período, com forte expulsão de pessoas do campo em direção aos principais centros urbanos.

É possível ver o reflexo desse movimento na estrutura de emprego do estado, na tabela 2.5.

Setor	1970	Particip.	1980	Particip.	Var. (abs.)	Var. (%)
Agricultura	1.438.838	63,41	1.182.082	41,79	-256.756	-17,84
Ind. Extrativa	6.342	0,28	7.755	0,27	1.413	22,28
Ind. Transformação	139.546	6,15	317.907	11,24	178.361	127,82
Ind. Construção	79.993	3,53	173.373	6,13	93.380	116,74
Ind. Util. Pública	6.695	0,30	22.487	0,79	15.792	235,88
Indústria	232.576	10,25	521.522	18,44	288.946	124,24
Comércio	136.886	6,03	268.219	9,48	131.333	95,94
Instit. Financeiras	17.340	0,76	48.087	1,70	30.747	177,32
Transp. e Comunic.	70.269	3,10	106.391	3,76	36.122	51,41
Serviços Pessoais	174.197	7,68	333.996	11,81	159.799	91,73
Servs. Apoio Atividade	24.089	1,06	63.819	2,26	39.730	164,93
Serviços Sociais	86.652	3,82	171.263	6,05	84.611	97,64
Admin. Pública	54.276	2,39	90.314	3,19	36.038	66,40
Outros/Diversos	34.124	1,50	42.871	1,52	8.747	25,63
Serviços	597.833	26,34	1.124.960	39,77	527.127	88,17
Total	2.269.247	100,00	2.828.564	100,00	559.317	24,65

Fonte: Censos Demográficos 1970, 1980.

Nota: As classificações dos censos de 1970 e 1980 não são exatamente as mesmas quando agregadas. Compusemos os Serviços Pessoais a partir de Serviços de Alojamento e Alimentação, Serviços de Reparação e Conservação, Serviços Pessoais e Serviços Domiciliares. Os Servs. de Apoio a Atividade Econômica contaram com Serviços Técnico-Profissionais e Serviços Auxiliares das Atividades Econômicas. Para os Serviços Sociais somamos Serviços Comunitários e Sociais, Serviços Médicos e Ensino. A diferença que se nota no item Outros/Diversos é por ter sido adquirido em por resíduo dos não-classificáveis nos demais itens.

A exemplo do que ocorreu em termos da renda interna do estado, na questão do emprego sobressaiu-se a indústria, que aumentou sua participação relativa de 10% para 18% na década de 1970. Os números que marcam a expansão do emprego industrial, é preciso lembrar, partem de base relativamente restrita, o que não diminui a intensidade de seu crescimento em termos absolutos. A indústria de Transformação apresentou a maior expansão absoluta do Pessoal Ocupado entre 1970 e 1980, deixando evidente seu dinamismo, impulsionado pela sua modernização. A maior expansão relativa nesse setor se deu por conta da Ind. De Serviços de Utilidade Pública, tendo o número de pessoas ocupadas mais que triplicado. Esse desempenho tem a ver com os pesados investimentos públicos em infra-estrutura, que deram condições para a expansão da indústria estadual, como veremos na seção apropriada. O crescimento da Construção civil em termos de emprego reflete também a urbanização que se processou no estado, tendo considerável contingente populacional rumado para o meio urbano.

No setor de serviços houve expansão do emprego, porém em menor monta do que o registrado para a indústria. Tiveram destaque Comércio e Serviços Pessoais, segmentos tradicionais que apresentaram maiores aumentos absolutos. O Comércio foi beneficiado pelo forte desempenho econômico no período, assim como pelo acelerado processo de urbanização. Os Serviços Pessoais escondem fenômeno típico de economias subdesenvolvidas, com o terciário inchado por serviços de baixo requisito técnico e que representam muito mais estratégias de sobrevivência da população nos centros urbanos. Nesse sentido, é preciso notar que Serviços Domésticos representam a maior parte dos Serviços Pessoais.

Outros serviços que merecem menção são os ligados a Instituições Financeiras, que cresceram mais na periferia nacional do que nos principais estados em termos econômicos, portanto tendo se desconcentrado, e Serviços de Apoio a Atividade Econômica, que contaram com o impulso do crescimento acelerado de todos os setores de atividade. De maneira geral, o emprego nos serviços reflete a elevada expansão econômica e da urbanização que marcaram esse período.

A agricultura, por sua vez, apresentou redução de sua participação no emprego estadual, tendo, mesmo assim, se mantido como setor que mais empregava no estado em 1980. A queda acentuada do contingente empregado no setor reflete a abrupta

transformação que ocorre no campo paranaense, com transformações na pauta de produção, sua escala, técnicas produtivas e concentração fundiária. Esse assunto será tratado em maior detalhe na próxima seção.

Tabela 2.6 - Participação paranaense na População Ocupada do Brasil por setores 1970-1980

Setor	1970	1980
Agricultura	10,99	9,34
Ind. Extrativa	3,62	3,09
Ind. Transformação	4,30	4,58
Ind. Construção	4,65	5,47
Ind. Util. Pública	4,23	5,47
Indústria	4,39	4,84
Comércio	6,09	6,64
Instit. Financeiras	5,11	6,10
Transp. e Comunic.	5,73	5,91
Serviços Pessoais	4,73	5,70
Servs. Apoio Atividade	8,01	6,10
Serviços Sociais	5,89	5,76
Admin. Pública	4,71	5,24
Outros/Diversos	6,00	6,96
Serviços	5,46	5,97
Total	7,73	6,69

Fonte: Censos Demográficos 1970, 1980.

Nota: Ver nota da Tabela 2.5 para os ramos que compõem cada grupo.

Em termos nacionais, a redução do emprego na Agropecuária traduziu-se em perda de participação relativa geral (levando em conta os três setores), porém se manteve como a maior participação relativa do estado no tocante à população ocupada.

Na indústria, só não passou por expansão o emprego no setor da indústria extrativa, embora tenha crescido em termos absolutos. De forma geral a participação nacional do emprego na indústria paranaense se elevou, tendo permanecido como a menor das participações setoriais. Nesse setor teve destaque a ampliação relativa dos Serviços de Utilidade Pública, reflexo da expansão dos investimentos do governo estadual e federal.

Em serviços, que também se expandiu em termos nacionais, os principais ganhos relativos foram com as Instituições Financeiras e os Serviços Pessoais. As duas únicas perdas registradas para o setor foram em Serviços Sociais e Serviços de Apoio a Atividade Econômica, porém a redução se deu por conta de diferenças entre taxas positivas.

Vejamos as transformações nos demais setores da economia paranaense.

2.2.1) Principais transformações na Agropecuária 1970-1980

O setor agropecuário paranaense passou por fortes transformações no decorrer da década de 1970, partindo de uma produção agropecuária diversificada e dinâmica. Diversificada porque apesar do destaque dado ao café no capítulo anterior é preciso lembrar que o Paraná ainda contava com produção expressiva em termos nacionais de milho, arroz e feijão entre outros. Dinâmica pelas altas taxas de crescimento que experimentou.

A despeito disso, ainda eram parcas as relações mantidas com o setor industrial no estado, vigorando em muitos casos ainda práticas rudimentares no cultivo de algumas culturas. As principais transformações ocorridas no decorrer da década de 1970 foram no sentido da modernização da atividade agropecuária no Paraná.

Assim, Leão (1986), em concordância com o que afirma IPARDES (1982), coloca que a partir da década de 1970 essa agropecuária dinâmica e diversificada passaria a ser também moderna e tecnificada.

De fato, a modernização agropecuária por que passou o campo paranaense nessa década - entendida como a ampliação das inter-relações existentes entre esse setor e o industrial, através da compra de insumos e máquinas - consiste na chave para o entendimento das diversas transformações que ocorreram. De modo geral, podemos afirmar que a modernização teve efeitos sobre o trabalho no campo e a organização da produção, a estrutura fundiária, a pauta de produtos e a comercialização da produção, temas que trataremos ainda nessa seção. Abaixo seguem alguns dados que mostram a ampliação do emprego de insumos industriais na produção agrícola paranaense:

Anos	Tratores	Colheitadeiras
1960	5.181	986
1970	18.619	2.509
1980	79.377	14.730*

Fonte: FIBGE, SEAG

*Estimativa SEAG/DERAL apud IPARDES (1982) pg. 56.

O número absoluto de colheitadeiras e tratores passou por um incremento já na década de 1960, mas teve um salto ainda superior no decorrer da década de 1970. Entre os anos de 1970 e 1980 a quantidade de tratores se ampliou em mais que quatro vezes, enquanto a quantidade de colheitadeiras foi quase multiplicada por seis. Já a importação de fertilizantes, importante insumo para a produção agrícola, comprado junto ao setor secundário, quase foi multiplicada por dez, de acordo com a Tabela 2.8.

Tabela 2.8 - Importações
paranaenses de fertilizantes 1972-
1980

Anos	Total	Índice
1972	52.534	100
1973	42.739	74
1974	140.569	244
1975	164.771	286
1976	226.890	394
1977	358.456	623
1978	412.678	717
1979	437.951	761
1980	568.611	988

Fonte: FLEICHFRESSER, Vanessa.
Paraná - Agricultura moderna?
REVISTA IPARDES, Curitiba, v.1,
n.3, pg.21-31, out.79
Nota: Os dados de 1977 e 1980
foram obtidos da Administração dos
portos de Paranaguá e Antonina -
APPA.

A implantação de setores e grupos industriais no país para a produção de máquinas e insumos agrícolas veio acompanhada de um forte apoio do governo federal via políticas públicas. Trata-se de setores como fabricação de tratores, equipamentos, petroquímica, rações, sementes, inseticidas e fertilizantes, além da expansão dos frigoríficos. Tiveram papel fundamental as políticas de incentivo às culturas consideradas modernas à época (soja e trigo principalmente), além da expansão da concessão do crédito rural, criado na década anterior, ambas por iniciativa federal e em consonância com o esforço de ampliação das exportações retomado na primeira seção deste capítulo. Assim, os setores industriais de máquinas e insumos agrícolas, as culturas modernas, os incentivos fiscais e o crédito rural estavam todos articulados.

É interessante ainda apontar para o fato de que a modernização não se limitou às relações à montante entre os dois setores, ou seja, não esteve circunscrita à compra de insumos industriais por parte da agropecuária paranaense. Ela se estendeu à jusante, com o aumento também das vendas do setor agropecuário para unidades industriais para transformação do produto, o que teve implicações sobre as formas de comercialização mais relevantes no estado até então.

O fato de esse estreitamento ter ocorrido nas duas pontas reforça a tendência de assimilação por parte do campo paranaense de requisitos de eficiência e produtividade característicos da produção industrial (tipicamente capitalista). A busca por maior rentabilidade por parte dos produtores é compatível com tais requisitos. Ademais, a relação mais próxima com as indústrias impôs ainda maior racionalização e padronização do produto. A novidade estava no fato de que o campo passou a se curvar às preocupações e modo de operação tipicamente industriais, incorporando progresso técnico para ampliar a produtividade, dissolvendo custos.

Passemos a ver como essa modernização impactou a pauta de produtos agropecuários do Paraná. A Tabela 2.9 apresenta a variação da área plantada dos principais produtos agrícolas entre 1970 e 1980:

Tabela 2.9 - Variação Absoluta e relativa na área plantada dos principais produtos agrícolas no Paraná 1970-1980		
Principais Produtos	Variação	
	Abs	%
Algodão	-111.413	-24,9
Arroz	-62.191	-13,4
Café	-148.400	-14,2
Cana de açúcar	23.222	63,2
Feijão	24.849	3,2
Milho	283.691	15,0
Soja	2.115.789	695,5
Trigo	1.312.402	456,3

Fonte: SEAG/DERAL

Em termos de área plantada, vemos que os principais perdedores foram Algodão, Arroz e Café, esse último, como vimos no capítulo anterior, figurava como principal produto agrícola do estado na década de 1960. É notável também a forte ampliação da área destinada à soja e ao trigo, as culturas que mais crescem no decorrer da década de 1970.

IPARDES (1982) resume bem a relação entre a modernização e a alteração na pauta de produtos paranaense:

"Entende-se que não é a introdução da soja que explica a modernização, mas, ao revés, são as tendências modernizantes da agricultura paranaense que explicam como esta pôde utilizar-se da soja para levar adiante sua tecnificação. Levando em conta os preços favoráveis, a soja será introduzida justamente porque se dispunha de tecnologia moderna para sua produção, e aparece assim como simples veículo do processo de modernização."²⁰

A soja foi então no Paraná o principal vetor da modernização, com preços internacionais favoráveis e disponibilidade de tecnologia, mostrou-se compatível com os interesses nacionais de se criar um mercado para a indústria de máquinas e insumos agrícolas, busca de aumentos de produtividade do campo e aumentos das exportações, sendo favorecida em larga escala pelas políticas federais de crédito e incentivos.

Se voltarmos para a Tabela 2.9, vemos que a expansão da área destinada ao cultivo de soja, assim como trigo, outro vetor da modernização, foi largamente maior que a redução por que passou a área de cultivo de algodão, arroz e café, os três produtos que passaram por redução em evidência na tabela. Desse modo, a expansão da soja no estado não contou com intensa substituição de culturas, aproveitando-se de terras não utilizadas disponíveis no interior dos próprios estabelecimentos, mantendo o perfil diversificado da agropecuária do estado.

Antes de passar pelo rápido processo de expansão no Paraná, a soja, segundo Trintin (2006), era plantada em algumas microrregiões do Oeste paranaense, em pequenas áreas. A produção costumeiramente destinava-se à alimentação de animais. No Norte do estado também já estava presente, mas também em proporção e importância reduzidas, considerando o destaque que a cultura ganhou na década de 1970. Ali, era utilizada também para adubar cafezais ou ainda em pratos típicos da comunidade japonesa, com presença na região.

A cultura da soja ganhou importância a partir da crise cafeeira, em meados da década de 1960, adquirindo maior destaque a partir dos incentivos federais para diversificação e modernização da produção agrícola. Obtiveram destaque inicial na sua produção, de acordo com Trintin (2006), Ponta Grossa, Toledo, Maringá, Assis Chateaubriand, Campo Mourão, Paranavaí e Cambé.

²⁰ IPARDES (1982) Paraná: Economia e Sociedade, pg. 58.

Embora a soja tenha entrado em áreas onde previamente destacava-se o café (notadamente no Norte), é preciso ter em mente que a expansão da cultura da soja, na década de 1970, foi mais intensa nas porções Oeste e central do estado.

Trintin (2006) aponta três fatores em sua explanação sobre a expansão da soja no Paraná: em primeiro lugar, foi fundamental a política de crédito subsidiado e demais incentivos por parte do governo; o fato de que os preços internacionais da soja a partir de 1968 encontravam-se em patamares favoráveis; e finalmente, a própria crise do café no Paraná, que além de políticas federais para erradicação de cafezais, contou com sucessivas geadas, notadamente a de 1975, cooperando para que os produtores considerassem outras culturas.

Nas áreas tradicionalmente cafeeiras houve, num primeiro momento, a busca por culturas de conhecimento mais disseminado, como algodão, milho, mandioca, arroz e feijão. A partir de meados dos anos 1970, com a forte expansão do crédito agrícola, houve um direcionamento maior para a soja e o trigo, ou ainda a cana de açúcar, que também foi beneficiada pela política energética do governo militar, plantada principalmente no Norte do estado (pesou muito a proximidade a São Paulo). Trintin (2006) aponta que no Norte do estado houve também a opção de substituição dos cafezais por pastagens, especialmente em terrenos de solo incompatível com a produção de soja ou trigo. Nos pequenos estabelecimentos, a alternativa foi o plantio de algodão, uma produção que incorria em custos mais reduzidos, escolhida principalmente onde a modernização teve mais dificuldade em alcançar.

Na porção Oeste do estado, onde a ocupação se consolidou tardiamente, nos anos 1960 apenas, a partir da fixação de gaúchos e catarinenses (ou de seus descendentes), houve um processo muito forte de expansão da produção agrícola, principalmente de grãos.

Já na porção central, de colonização mais antiga, embora tivesse ocorrido expansão de soja e trigo, destacou-se em termos comparativos pelas culturas voltadas ao mercado interno, como arroz, feijão, milho e mandioca.

A tabela 2.10 ilustra a participação na produção agrícola do estado de cada uma das três grandes regiões destacadas neste trabalho:

Tabela 2.10 - Produção dos principais produtos agrícolas do Paraná nas três grandes regiões 1975 (em toneladas)

		Leste Paranaense	Norte Paranaense	Oeste Paranaense	Total do Estado
Algodão	toneladas	307	226.153	46.463	272.923
	%	0,1	82,9	17,0	100,0
Arroz	toneladas	124.039	297.312	270.177	691.528
	%	17,9	43,0	39,1	100,0
Feijão	toneladas	76.461	131.541	154.512	362.514
	%	21,1	36,3	42,6	100,0
Milho	toneladas	516.981	1.049.697	1.598.741	3.165.419
	%	16,3	33,2	50,5	100,0
Soja	toneladas	166.066	1.391.567	1.545.419	3.103.052
	%	5,4	44,8	49,8	100,0
Trigo	toneladas	54.706	141.591	184.304	380.601
	%	14,4	37,2	48,4	100,0
Cana	toneladas	7.099	1.671.541	10.896	1.689.536
	%	0,4	98,9	0,7	100,0
Café	toneladas	265	1.131.114	63.634	1.195.013
	%	0,0	94,7	5,3	100,0
Mandioca	toneladas	13.031	85.881	247.797	346.709
	%	3,7	24,8	71,5	100,0

Fonte: IBGE apud Trintin (2006) pg. 82

Podemos ver que a porção leste do estado do Paraná apresentou maior participação nos alimentos destinados a consumo interno ao país, especialmente abastecendo mercados consumidores nos principais centros urbanos, destacando-se o Feijão, o Arroz e o Milho. Entretanto, fica claro também que essa região não se destacou em termos internos na produção agrícola, não figurando como principal região produtora de nenhum dos produtos de destaque.

A porção Norte, por sua vez, sobressaiu-se como principal região produtora de Algodão (substituindo áreas de cultivo de café), Cana de açúcar e Café, praticamente contendo toda a produção desses três itens, em especial a Cana. O Norte também foi responsável, pela maior produção de Arroz do estado, seguido de perto pela região leste.

Essa última obteve destaque nas seguintes produções: Mandioca, Milho, Soja, Trigo e Feijão, além do Arroz, previamente citado. É curioso notar que essa região apresentou destaque em culturas muito diferentes do ponto de vista da incorporação de tecnologia, como a soja e a mandioca. Esse fato tem sua explicação na ocupação que ali se fez, com produção agrícola diversificada e familiar. Embora a modernização tenha sido levada

principalmente pela soja e trigo, encontrou limites ali, onde a presença de pequenas propriedades era muito grande, com menos possibilidades de movimentar os recursos necessários para alterar o perfil de sua produção.

As tabelas 2.11 e 2.12 permitem ver com maior clareza a importância da produção de alimentos no Paraná, deixando muito clara a diversidade e pujança de sua agricultura, numa comparação com a produção de outros estados:

Tabela 2.11 - Comparação da produção de alguns produtos no Paraná e Brasil - Safra 79/80				
Produtos	Produção (1000t)	PR/BR	Ordem de Importância	Principais regiões produtoras no estado
Feijão	462	23,5	1o	Norte Novo de Apucarana Sudoeste PR Extremo Oeste Campo Mourão
Milho	5.467	26,8	1o	Extremo Oeste Norte Novo de Apucarana Campo Mourão Pitanga Campos de Guarapuava
Trigo	1.350	49,9	1o	Extremo Oeste Campo Mourão
Soja	5.400	35,6	2o	Extremo Oeste Campo Mourão Londrina Maringá Jacarezinho
Cafê*	632.485	26,4	2o	
Algodão	561	33,6	2o	Campo Mourão Norte novíssimo de Umuarama Norte Velho de Jacarezinho Algodoeira de Assaí
Amendoim	80	16,6	2o	Norte novíssimo de Umuarama Londrina

Fonte:SEAG/DERAL, FIBGE, IBC

*Refere-se à área em produção.

Através da Tabela 2.11 podemos ver que o Paraná ocupou ao final dos anos 1970 uma posição destacada na produção agrícola, sendo o estado com maior participação nacional na produção de feijão, milho e trigo, sendo que foi responsável por praticamente metade da produção nacional desse último. Ademais, foi o segundo maior produtor para soja, algodão, amendoim e café.

Tabela 2.12 - Participação dos estados na área cultivada nacional de milho, feijão e soja 1971-1979

Estados*	Milho			Feijão			Soja		
	71-73	74-76	77-79	71-73	74-76	77-79	71-73	74-76	77-79
São Paulo	12,9	11,1	9,2	6,4	6,2	9,2	4,8	6,4	6,6
Paraná	18,1	19	18	20,4	19,7	17,2	21,3	29	29,7
Rio Grande do Sul	15,9	14,1	14,8	5,8	4,5	4,2	64,6	52,8	58,3
Goiás	4,3	5,8	7,4	4,3	5,2	4,6	1,7	1,1	1,4
Mato Grosso	1,5	2	1,3	1,5	1,4	1,5	1,4	3,2	6,4

Fonte: FIBGE - Anuário Estatístico do Brasil

*Estados significativos do ponto de vista agrícola atual ou potencial.

Mesmo a modernização, fortemente associada à soja, não ficou restrita a essa cultura. Além do trigo, passaram por algum tipo de modernização no sentido já explicitado a cana de açúcar, milho, arroz, a pecuária bovina e suína, a criação de aves e a produção de ovos. Destarte, foi um processo generalizado, desenrolado sim em distintas velocidades, de acordo com cada cultura.

Sobre a pauta de produtos resta-nos ainda tecer alguns comentários acerca da expansão da soja e do trigo. A literatura aponta de forma unânime que a expansão dessas culturas ocorreu principalmente a partir de um melhor aproveitamento de áreas disponíveis no interior dos estabelecimentos agropecuários. Áreas que antes não eram aproveitadas para a produção, como pastagens ou ainda áreas de matas e florestas foram reduzidas, permitindo um aproveitamento mais intensivo do solo. Além disso, é preciso ter em mente que a expansão das culturas menos rentáveis se deu em terras de pior qualidade, priorizando terras melhores para soja e trigo principalmente.

IPARDES (1982) mostra que o esforço de uso intensivo das terras não se deu de forma uniforme entre todos os estabelecimentos. Numa cisão por área do estabelecimento, o IPARDES mostra que em termos relativos esse processo foi mais significativo para os estabelecimentos de áreas menores. Em relação à área de pasto, enquanto foi verificada uma redução de 7% a 31% para aquelas unidades de até 50ha, nos grupos maiores houve ampliação entre 12% e 25%. No que diz respeito à redução das áreas de mata e floresta no interior dos estabelecimentos, ocorreu com maior intensidade no grupo de área inferior a 50ha, entre 36% e 47%, sendo que nos estabelecimentos maiores foi de 14% a 24%.

Esses números, no entanto, não podem ser tomados de forma absoluta. Uma redução de área de floresta de 14% num estabelecimento maior pode significar muito mais em

termos absolutos do que uma redução de 36% num menor. IPARDES (1982) também não comenta sobre a possível relação do aumento das áreas de pastagens e a expansão da atividade pecuária.

Concomitantemente com o esforço de ampliação da área de cultivo na agricultura paranaense é importante apontar outro processo, o da concentração fundiária. O grupo de estabelecimentos de até 20ha teve perda relativa e absoluta no total da área de lavouras, perdendo 345.000ha. Por sua vez, o grupo entre 20ha e 50ha, apesar de uma redução de 6% no número de estabelecimentos e de 5% na área total, teve ampliação na área de lavoura. Já nos grupos maiores é possível constatar um aumento da área cultivada de até 90%!

As tabelas 2.13 e 2.14 ilustram a variação no tamanho e número de estabelecimentos por grupos de área:

Tabela 2.13 - Variação absoluta e relativa da área de lavouras, segundo grupos de área, no Paraná 1970-1975

Grupos de área total em hectares	Variação na área de lavouras 1970/1975		Participação no total da área de lavouras (%)	
	hectares	%	1970	1975
menos de 5	-110.732	-24,1	9,7	6,2
5 a menos de 10	-147.675	-18,3	17,0	11,6
10 a menos de 20	-87.048	-7,7	22,9	17,7
20 a menos de 50	192.097	17,6	23,1	22,8
50 a menos de 100	235.394	58,5	8,5	11,3
100 a menos de 200	232.720	82,9	5,9	9,1
200 a menos de 500	262.176	88,8	6,3	10,0
500 a menos de 1000	115.575	80,4	3,0	4,6
1000 ou mais	211.724	129,8	3,4	6,7
Total	908.962	19,3	100,0	100,0

Fonte: FIBGE - Censo Agropecuário

A concentração fundiária por que passou o campo paranaense na década de 1970 se expressou em termos de área cultivada e de número de estabelecimentos, tendo como conseqüência a redução relativa da participação dos grupos de até 50ha na área cultivada. A tabela 2.13 mostra uma redução generalizada da participação dos estabelecimentos com área inferior a 50 hectares. Entre 1970 e 1975 houve uma redução do número absoluto de estabelecimentos nesse grupo, além da redução da sua área de lavouras, passando de 72,8% para 58,4%. O grupo com área superior teve aumento absoluto e relativo na participação no

número de estabelecimentos, chegando a 9,7% em 1975. Note que esses mesmos 9,7% detinham 41,6% da área de lavouras para o mesmo ano. Cinco anos antes a área de lavouras para o grupo de 50 ou mais hectares de área não atingia os 30%.

Tabela 2.14 - Número de estabelecimentos e área de lavouras no Paraná,
segundo grupos de área – 1970-1975

Grupos de área total em hectares	1970			1975		
	Estabelecimento		Área de lavouras	Estabelecimento		Área de lavouras
	N.º	%		N.º	%	
Menos de 50	513.897	92,7	72,8	431.814	90,3	58,4
50 ou mais	40.591	7,3	27,2	46.639	9,7	41,6

Fonte: FIBGE - Censo Agropecuário

É possível associar esse processo à modernização do campo paranaense. Além da cana de açúcar, que exige propriedades maiores para seu cultivo, a expansão dos estabelecimentos com área superior a 50ha pode ser em grande medida creditada à soja, que por conta da mecanização requer área suficiente para o emprego rentável de máquinas e equipamentos. Nesse sentido, em 1975, como aponta Leão (1986), 9,7% dos estabelecimentos com área superior a 50ha cultivavam 52% do total da área destinada ao cultivo de soja no estado, ao passo que os 90,3% restantes cultivavam 48% da área ocupada pela soja²¹.

A partir da Tabela 2.15 é possível ver que entre 1970 e 1975 ocorreu uma ampliação da participação relativa de grupos de área maior para soja e trigo, mas não apenas. De maneira geral é possível aferir que nesse período a participação relativa da produção dos estabelecimentos até 20 hectares declinou. Olhando para a outra extremidade da tabela, vemos que houve aumento da participação dos três grupos de maior área para todos os produtos, exceção feita ao feijão. A cana de açúcar teve forte ampliação na maior faixa, tendo a participação das duas outras se reduzido. Entretanto, na média, a tendência foi favorável à faixa extrema de área superior a 1000 hectares.

²¹ Leão (1986) pg. 40.

Tabela 2.15 - Área colhida dos principais produtos segundo grupos de área, no Paraná 1970-1975

Grupos de área total em hectares	Área colhida (%)															
	Milho		Feijão		Arroz		Algodão		Soja		Trigo		Café		Cana	
	1970	1975	1970	1975	1970	1975	1970	1975	1970	1975	1970	1975	1970	1975	1970	1975
menos de 5	12,5	10,4	18,1	17,2	12,7	11,2	11,2	7,4	9,4	2,9	4,5	0,4	7,2	5,1	2,6	0,3
5 a menos de 10	18,7	16,7	23,5	22,2	21,5	17,5	22,1	18,9	19,5	7,4	9,1	2,0	19,0	14,1	2,0	0,5
10 a menos de 20	23,6	22,1	24,6	23,3	26,1	20,9	26,0	26,0	27,3	14,6	17,1	7,6	25,7	21,7	5,4	0,8
20 a menos de 50	24,4	25,1	20,7	22,5	21,4	20,7	20,5	21,6	23,4	22,7	25,3	21,2	17,4	21,0	10,3	4,1
50 a menos de 100	8,5	10,0	6,6	7,9	6,4	8,3	8,2	8,6	6,2	13,6	11,0	16,6	16,2	9,7	4,3	4,0
100 a menos de 200	5,0	6,0	3,2	3,7	3,9	6,1	5,2	6,7	4,5	12,7	9,2	16,3	6,4	8,4	7,2	8,2
200 a menos de 500	4,2	5,3	2,1	2,1	4,1	7,7	3,9	6,0	5,6	14,2	11,6	19,5	8,7	10,4	19,4	17,6
500 a menos de 1000	1,6	2,2	0,7	0,5	1,8	3,1	1,4	2,2	2,5	6,4	7,3	9,2	4,3	4,4	20,2	11,2
1000 ou mais	1,5	2,2	0,5	0,6	2,1	4,5	1,5	2,6	1,6	5,5	4,9	7,2	5,1	5,2	28,6	53,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: FIBGE - Censo Agropecuário

Enquanto na década de 1960 foi possível atestar o aumento do número de estabelecimentos agrícolas com 285.000 novos produtores, principalmente proprietários, na década de 1970 sucedeu justamente o inverso. Há basicamente dois fatores levantados pelo IPARDES (1982) para explicar tal ocorrência. Em primeiro lugar, é preciso lembrar que na década de 1970 já não havia a mesma disponibilidade de terras livres que podiam ser legalmente apropriadas. A possibilidade de compra de pequenos lotes de terra nas décadas anteriores foi um forte fator de atração da população de outros estados brasileiros e essa possibilidade encontrava-se esgotada nos anos setenta.

O outro fator é a própria modernização por que passou o Paraná. Para contar com a aplicação de máquinas e insumos agrícolas na produção de alimentos é preciso ter escalas mínimas de produção e área, de forma a empregá-los de maneira rentável. Os estabelecimentos menores não dispunham de recursos financeiros suficientes para a aquisição de equipamentos, tratores e insumos. Ainda assim, não possuíam área de cultivo suficiente de maneira que lhes permitisse o seu emprego conservando patamares praticáveis de rentabilidade.

Há um determinante fundamental associado à modernização que deve ser explicitamente abordado. Trata-se do crédito rural. No início dessa seção mencionamos a sua importância para viabilizar um mercado nacional para máquinas e insumos agrícolas, de produção industrial, tornando o esforço de modernização do campo exequível. O crédito rural era concedido apenas mediante apresentação de terras como garantias, colocando os

estabelecimentos médios e grandes em situação privilegiada. Ademais, era prática atrelar a concessão de recursos à determinada atividade ou produto, priorizando as culturas consideradas modernas, como a soja e o trigo, ou ainda a cana de açúcar por conta do projeto energético do governo militar. Como vimos, esses são produtos que têm cultivo inexpressivo nos estabelecimentos de áreas menores.

Trataremos em maior detalhe do crédito e seu impacto mais adiante. Por enquanto basta-nos atestar a redução no número de estabelecimentos até 20ha, como mostra a tabela 2.16:

Tabela 2.16 - Estrutura de produção agropecuária no Paraná 1970-1975 (valores em %)

Grupos de área em hectares	Estab. Total Particular		Área dos estab. Total Particular		Valor da Produção Particular		Despesas c/ Adubo, Semente e Inset. Total		Pessoal Ocupado	
	1970	1975	1970	1975	1970	1975	1970	1975	1970	1975
Menos de de 20	76,1	72,4	22,9	18,0	42,1	32,0	31,4	17,5	66,4	61,3
20 a menos de 50	16,6	17,9	18,9	16,8	19,2	19,9	18,6	20,8	19,5	20,8
50 a menos de 200	5,8	7,4	20,0	20,9	13,1	18,9	19,2	27,3	8,4	10,9
200 a menos de 500	1,0	1,4	12,1	13,5	9,1	10,9	13,5	16,5	2,7	3,7
500 ou mais	0,5	0,7	26,1	30,8	16,3	17,8	17,3	17,9	3,0	3,3

Fonte: FIBGE - Censo Agropecuário

A modernização do campo paranaense teve como principal expoente os estabelecimentos médios, que tiveram forte ampliação de produtividade. A partir dos dados da tabela 2.16 podemos apreender que a participação relativa no total da produção para os estabelecimentos de 50ha até 200ha cresceu mais do que a expansão da sua área cultivada. Isso significa que a ampliação da produção deve ser creditada a um salto de produtividade.

Utilizando como uma *proxy* do processo de modernização a compra de adubos, sementes e inseticidas, observamos que é nesse mesmo grupo que tais compras mais se expandem, ao passo que os grupos maiores têm a ampliação de sua produção ainda muito atrelada à incorporação de novas terras.

O processo de concentração fundiária teve fortes impactos sociais, cujas implicações discutiremos ao fim desta seção. Olhemos em maior detalhe o impacto do crédito para a agricultura paranaense.

O Programa de crédito rural foi instituído em 1965 pelo Governo Federal e entre seus objetivos destacamos a criação de um mercado consumidor para a indústria de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas, instalada no país durante o esforço de

industrialização por substituição de importações. Seu outro objetivo explícito era a modernização da produção agropecuária brasileira, atuando diretamente sobre os níveis de produtividade das diversas atividades.

Na década de 1970 o país assistiu forte expansão da oferta de crédito agrícola. No Paraná, entre 1970 e 1979, houve uma ampliação de cerca de 500%! IPARDES (1982) defende que a agropecuária paranaense tornou-se, no decorrer da década em questão, extremamente dependente do crédito oficial. Como vimos, a alteração da pauta de produtos agropecuários do estado tendeu a favorecer as culturas que assimilavam em maior medida o uso de insumos e máquinas agrícolas da indústria de transformação, dependentes da obtenção de recursos para efetivar essas compras. Desse modo, IPARDES (1982) apresenta que em 1970 o crédito rural no Paraná equivalia a 37% do Valor Bruto da Produção Agropecuária. Já em 1979, perfazia 80% desta soma. Se excluirmos a pecuária, chegamos a 89,43% do Valor Bruto da Produção Agrícola.

Apresentamos a Tabela 2.17 que contém dados sobre a evolução do crédito rural:

Tabela 2.17 - Evolução do crédito rural concedido para custeio, investimento e comercialização no Paraná 1970-1979

Anos	Custeio		Investimento		Comercialização		Total	
	Cr\$ 1000	%	Cr\$ 1000	%	Cr\$ 1000	%	Cr\$ 1000	%
1970	8.784.788	58,61	2.436.257	16,25	3.768.496	25,14	14.989.541	100,00
1971	8.439.962	52,16	3.677.481	22,73	4.064.170	25,12	16.181.613	100,00
1972	10.535.163	44,20	7.495.772	31,45	5.802.935	24,35	23.833.870	100,00
1973	16.115.648	46,22	9.357.056	26,84	9.394.678	26,94	34.867.382	100,00
1974	21.507.497	47,99	11.321.168	25,26	11.988.641	26,75	44.817.306	100,00
1975	27.176.985	40,91	19.141.591	28,81	20.115.798	30,28	66.434.374	100,00
1976	29.887.045	44,28	16.140.253	23,91	21.472.077	31,81	67.499.375	100,00
1977	53.398.354	57,25	12.252.831	13,14	27.621.061	29,61	93.272.246	100,00
1978	37.058.608	53,94	9.342.477	13,60	22.304.318	32,46	68.705.403	100,00
1979	49.415.120	56,11	11.273.961	12,80	27.372.259	31,08	88.061.340	100,00

Fontes: BACEN/DERUR, Fundação IPARDES

Nota: Em valores constantes de 1979. Dados deflacionados pelo IGP-DI da FGV

Como é possível denotar, a modalidade mais significativa consiste no crédito de custeio, seguido por crédito para comercialização e investimento. As três modalidades cresceram a taxas elevadas, com médias anuais entre 22,3% e 27,7%. O destaque concedido ao crédito de custeio tem explicação no fato de que tem relevância para a compra de insumos industriais. O crédito para comercialização tem participação mais enfática da agropecuária, enquanto que o crédito para investimento possui também participação

relevante para a compra de insumos industriais, sendo que em 1979, 40% do total dessa modalidade destinaram-se à compra de máquinas e equipamentos agrícolas.

As tabelas 2.18 e 2.19 nos permitem visualizar em maior detalhe a importância do crédito agrícola para a agropecuária paranaense. A primeira mostra dados sobre o financiamento para a aquisição de insumos e a segunda a participação percentual das atividades agropecuárias no total do crédito de custeio concedido ao estado.

Tabela 2.18 - Financiamentos concedidos ao Paraná para aquisição de insumos (em Cr\$ 1000) 1979

Culturas	Corretivos, Fertilizantes e Inoculantes	Defensivos	Sementes e Mudas Melhoradas	Total	Valor dos insumos modernos adquiridos/total do crédito de custeio
Algodão	339.937	510.641	138.098	988.675	32
Arroz	329.525	49.807	37.132	416.484	73
Batata	332.265	49.432	157.424	539.121	76
Café	750.718	185.972	951	897.641	14
Cana de açúcar	66.935	4.749	1.751	73.435	29
Feijão	109.885	44.646	48.105	202.636	36
Milho	542.305	87.976	159.847	197.128	28
Soja	4.110.070	1.868.055	1.845.024	7.823.149	65
Trigo	2.075.034	1.364.448	1.453.418	4.892.900	62
Outras Lavouras	1.164.013	428.861	334.411	1.927.285	46
Agricultura	9.820.687	4.594.587	4.176.161	18.551.435	40

Fonte: BACEN/DERUR

Ressaltamos a elevada participação do setor agrícola (95% entre 1970 e 1979), sendo que o café, com participação elevada no início da década, perdeu sistematicamente espaço para as culturas que funcionaram como vetores da modernização agropecuária – notadamente a soja e o trigo -, absorvendo assim parte relevante do crédito concedido ao estado.

De acordo com os dados apresentados por IPARDES (1982) é possível atestar a elevada participação paranaense nas operações de crédito agrícola, em comparação com outras unidades da Federação²². Mostrou-se o segundo em número de operações de crédito

²² IPARDES (1982) Tabelas 18 e 19, pgs. 75 e 76.

de custeio, superado apenas por Minas Gerais, e o terceiro em montante contraído, ficando atrás apenas de São Paulo e Rio Grande do Sul.

Tabela 2.19 - Participação percentual das atividades agropecuárias no total do crédito de custeio concedido ao Paraná 1970-1979

Discriminação	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Agricultura	94,28	94,46	95,11	95,12	95,60	89,23	94,21	94,67	92,72	94,00
Algodão	13,36	10,34	8,47	7,03	9,23	4,27	7,18	5,93	5,08	6,20
Amendoim	2,81	1,90	0,68	0,29	0,07	0,25	0,11	0,07	1,48	1,14
Arroz	2,14	2,07	2,54	2,31	4,01	5,31	3,16	1,81	1,48	1,14
Batata	-	-	-	-	2,43	1,89	2,15	1,92	2,18	1,43
Café	44,37	40,78	40,80	32,54	28,58	12,20	12,45	11,43	4,84	12,81
Cana de açúcar	0,28	0,48	0,34	0,80	0,43	0,39	0,95	0,67	0,67	0,51
Feijão	2,17	1,39	0,95	2,31	0,87	0,44	0,57	1,52	1,28	1,12
Milho	10,43	9,43	7,01	8,45	6,86	7,83	7,42	4,11	5,52	5,72
Soja	5,14	11,54	14,80	24,56	25,87	30,91	32,45	27,81	25,14	24,28
Trigo	5,01	4,95	7,48	4,48	12,62	19,51	23,14	18,32	21,38	15,74
Outros	4,09	4,34	3,82	3,72	2,71	3,48	3,89	5,22	9,04	8,29
Cooperativas	4,49	7,25	7,59	8,85	1,90	2,77	1,78	16,08	15,96	16,47
Pecuária	5,72	5,54	5,59	4,88	4,40	10,77	5,79	5,33	7,28	6,00
Aves	-	-	-	-	1,20	1,26	1,20	0,98	1,23	1,17
Bovinos	2,54	2,47	2,18	1,88	1,09	6,90	2,14	1,59	1,89	1,83
Ovinos	0,15	0,03	0,03	0,02	0,00	0,01	0,00	-	-	0,00
Suínos	1,25	1,45	1,43	1,22	1,69	1,91	1,74	1,50	2,04	1,70
Outros	1,45	1,35	1,19	1,42	0,37	0,67	0,70	0,88	1,11	0,75
Cooperativas	0,32	0,24	0,79	0,38	0,04	0,03	0,01	0,41	1,01	0,76
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: BACEN/DERUR. Elaboração da Fundação IPARDES.

A partir desses mesmos dados, vemos que o Paraná apresentou o maior número de operações de crédito para produtores de médio porte no país e o segundo maior montante de recursos para pequenos e médios produtores. Apesar disso, é preciso notar que o processo de concentração experimentado no Estado também se fez sentir no que diz respeito ao crédito. Destarte, embora os grandes produtores perfaçam apenas 7,9% do número de operações, ficaram com 45,9% do total concedido ao estado.

Em concordância com o que coloca IPARDES (1982), atestamos que o crédito ficou longe de ter um papel neutro nos acontecimentos da década de 1970 no campo paranaense. Vimos como o crédito estava relacionado com o processo de modernização do campo no Paraná (assim como esteve em outras unidades da Federação), bem como a modernização teve impactos em termos da sua pauta de produção agropecuária e estrutura fundiária. O crédito privilegiou os maiores estabelecimentos, cooperando com a eliminação das pequenas unidades produtoras.

A comercialização dos produtos agropecuários também sofreu alteração por conta da modernização do campo paranaense. Foi possível notar o desaparecimento de grande parte dos elos comerciais intermediários entre produtores e a indústria. Isso se deve ao fato de que a indústria passou a manter relações mais diretas com os produtores agropecuários. Os pequenos comerciantes que costumavam intermediar as relações entre produtores rurais e indústrias, ou até mesmo consumidores finais, foram perdendo espaço à medida que os centros urbanos foram crescendo e a produção passou a atingir maior escala.

Com a relevância dos pequenos e médios estabelecimentos no estado, ganhou força o padrão de cooperativas para defesa dos agricultores perante grandes indústrias e comerciantes, como uma contrapartida ao crescimento das indústrias processadoras de alimentos no Paraná, como veremos na seção seguinte. A soja, como não podia deixar de ser, figura como um bom exemplo de relação direta entre produtores e a indústria transformadora.

Vemos ao final de 1970 a queda relativa da participação da produção familiar no estado. Não obstante, esse ainda se manteve como principal perfil de emprego na produção agropecuária paranaense. Mesmo com a preponderância da produção familiar, como esperamos ter ficado claro ao longo dessa seção, não se trata mais da produção familiar tradicional anterior a 1970, assimilou preocupações e práticas capitalistas e mercadológicas.

Vimos no decorrer desta seção as diversas transformações ocorridas no campo paranaense na década de 1970, principalmente ligadas à modernização do seu setor agropecuário, consolidando a posição de grande celeiro nacional do Paraná. Reservamos este espaço final da seção para comentar um pouco mais sobre algumas das conseqüências e efeitos daquilo que foi aqui discutido.

Ao olharmos novamente para os dados das tabelas 2.12 a 2.15, vemos que não foi de maneira alguma desprezível o processo de concentração (de terras e da produção) associado à modernização experimentada pelo campo paranaense. Houve uma redução no número de estabelecimentos de até 20ha da ordem de 76 mil propriedades entre 1970 e 1975, enquanto os estabelecimentos com área superior a 500ha tiveram sua participação no total de áreas cultivadas ampliada para 30,8%, partindo de 26,1%.

As conseqüências sociais, segundo Leão (1986) recaíram mais pesadamente sobre as formas mais antigas de trabalho e associação no campo, como parceiros, colonos e

arrendatários e em menor grau sobre proprietários. Se esses últimos perderam cerca de 15 mil estabelecimentos entre 1970 e 1980, os não-proprietários sofreram perdas da ordem de 84 mil estabelecimentos, o equivalente a 600 mil hectares de terra.

A modernização teve impacto sobre as relações de trabalho no campo, aumentando não apenas o assalariamento, mas também o emprego de máquinas e equipamentos. Trintin (2006) aponta que com a queda da participação relativa do café e a expansão de soja e trigo há uma diferença básica entre padrões de absorção de mão de obra. A produção de café incorporava considerável contingente de trabalho humano, ao passo que soja e trigo são culturas intensivas em capital, com menor emprego de trabalhadores. A tecnificação permitiu aumentar a produtividade do trabalho, com incrementos na produção a partir de uma incorporação relativamente menor de mão de obra. Ademais, substituiu-se uma cultura permanente, por temporárias.

A alteração do perfil agropecuário paranaense a partir da forte modernização que rapidamente disseminou o cultivo de soja e trigo a despeito de outras culturas, mais intensivas em mão de obra, foi a principal fonte de expulsão de pessoas do campo paranaense nos anos 1970. Isso engendrou um processo migratório com dois principais destinos. O primeiro e principal deles, para fora do estado, em grande medida para São Paulo, principal economia do país. O segundo em direção a Curitiba, buscando emprego na capital do estado que passava por forte expansão, retomando posição destacada na economia estadual, com a implantação de novos serviços e indústrias.

De fato, a Região Metropolitana de Curitiba passaria a ser o principal pólo interno de atração da população. Segundo dados dos Censos Demográficos do IBGE, na década de 1970 a população urbana do Paraná passaria a exceder a rural. Aquela, em 1980, passou a perfazer 58,62% da população total, tendo partido de 36,14% em 1970. Foi um incremento de 78,6% na década, superior ao verificado em termos nacionais, da ordem de 54,4%. Enquanto isso, a população rural paranaense passou por decréscimo absoluto superior a 1,2 milhões de pessoas.

O Paraná na década de 1960 recebeu grande quantidade de migrantes, dada a possibilidade de aquisição de terras livres, uma vez que ainda mantinha áreas de fronteira agrícola, como mostra a tabela 2.20. Passou, entretanto, na década de 1970 a expulsar mais pessoas do que recebeu, mantendo, porém, saldo acumulado ainda positivo. Essa situação

está diretamente ligada com o fechamento da fronteira agrícola no estado e a dificuldade de aquisição de terras, especialmente pequenas propriedades, ao mesmo tempo em que a modernização se desenrolava, contribuindo para a concentração fundiária e negação do trabalho humano a partir do emprego de máquinas e equipamentos na produção agropecuária. É preciso afirmar que a situação social no Paraná agravou-se, mas em boa medida foi acomodada justamente pela possibilidade aberta pelo movimento migratório.

Tabela 2.20 – Fluxos acumulados de Entradas e Saídas de migrantes do Paraná 1970-1980²³

	1970	1980
Fluxo acumulado de Entradas	2.467.249	2.064.847
Fluxo acumulado de Saídas	335.574	1.259.872
Saldo	2.131.675	804.975

Fonte: IBGE - Censos Demográficos

Finalmente, em concordância com Trintin (2006), consideramos relevante a ampliação da complementaridade da produção paranaense em relação ao centro dinâmico do país, consolidando sua posição como produtor de alimentos. Isso contribuiu para a atração de indústrias ligadas ao beneficiamento e transformação dos produtos agropecuários no estado, aproveitando-se da infra-estrutura construída ainda na década de 1960, como veremos em seguida.

2.2.2) Principais transformações na Indústria 1970-1980

A exemplo do que ocorreu no campo, a indústria paranaense também passaria por transformações quantitativas e qualitativas no decorrer da década de 1970. Contando com infra-estrutura rodoviária e portuária, além de energética, fruto das ações da CODEPAR e BADEP na década anterior, a estrutura industrial paranaense passou por importante diversificação e concentração, aproveitando o pano de fundo favorável colocado pela forte expansão da atividade econômica em nível nacional.

²³ O Fluxo acumulado de Entradas refere-se a não-paranaenses que entraram no estado, enquanto o Fluxo acumulado de Saídas a paranaenses que o deixaram. Assim, o Fluxo acumulado de Entradas pode, como ocorreu no Paraná, ser menor em 1980 do que era 1970, por conta de contingente expressivo de retorno.

No início da década de 1970 o café ainda era a principal fonte de renda do Paraná, mas apesar de ter dinamizado o campo paranaense, especialmente na porção Norte do estado, o mesmo não se podia dizer a respeito da indústria, que mantinha, no início dos anos 1970, baixa participação na renda interna do estado. Em termos nacionais também estava longe de ter destaque.

Tabela 2.21 - Participação da indústria paranaense no total da indústria nacional 1907-1970

Anos	PR/BR (%)
1907	4,5
1919	3,4
1939	2,2
1949	2,9
1959	3,2
1970	3,0

Fonte: Cano, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. Campinas, 1975. 2v.(Tese de Doutorado). Unicamp.

Os números da tabela 2.21 mostram que a tendência histórica da participação da indústria paranaense na produção nacional não era expressiva. Vinha decrescendo desde 1907, com exceção para as décadas de 40 e 50, quando houve alguma recuperação. Vale lembrar que isso significa que a indústria do Paraná cresceu a taxas menores que as médias brasileiras, incorrendo na perda de participação relativa, mas não houve recessão no setor.

Em 1970, o panorama da indústria paranaense mantinha muito de sua restrita base agropecuária, dependendo de beneficiamentos de alimentos (notadamente do café), madeira e óleos vegetais, conformando 53,9% da indústria paranaense. A produção era rudimentar e visava abastecer os mercados locais (produção em pequena escala), exceção feita ao café e à madeira, que tinham a maior parte de sua produção exportada, porém não contavam com grande grau de transformação do produto.

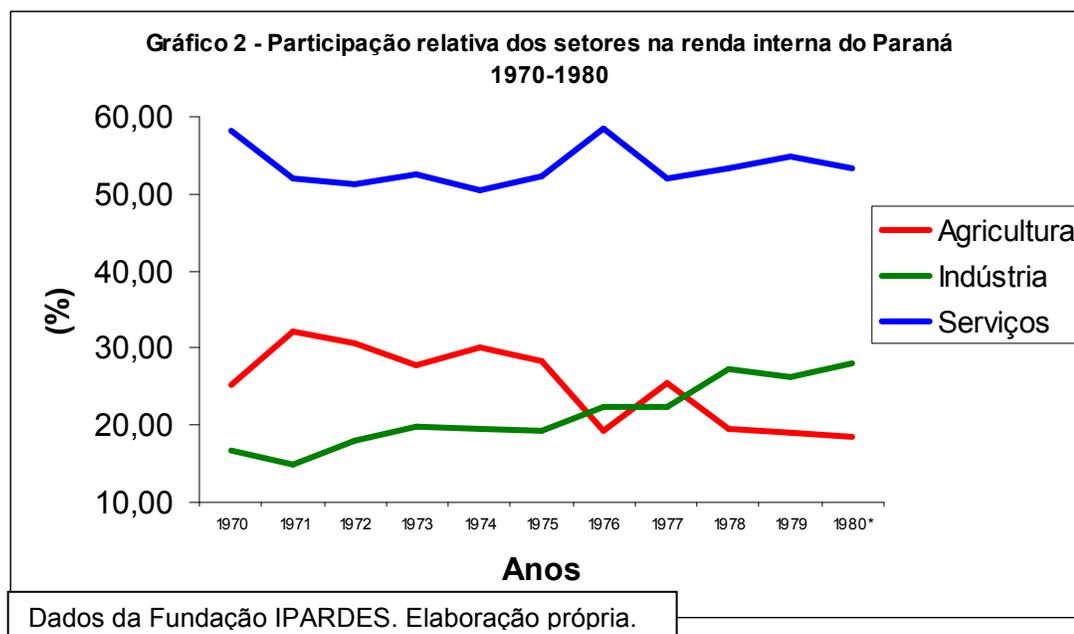
No decorrer da década de setenta, a indústria, assim como a agropecuária, sofreu fortes transformações, tornando-se dinâmica e qualitativamente distinta, com a entrada de novos setores e concentração daqueles já existentes. A tabela 2.22 dá uma melhor idéia do desempenho da indústria no Paraná, em relação aos demais setores:

Tabela 2.22 - Evolução da Renda Interna do Paraná,
segundo setores 1970-1980

Anos	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
1970	100	100	100	100
1971	175	119	118	132
1972	194	173	140	159
1973	214	230	176	195
1974	275	270	200	231
1975	285	293	228	253
1976	207	364	272	271
1977	314	428	275	309
1978	228	483	270	295
1979	235	489	293	311
1980	253	580	315	344

Fonte: IPARDES (1982)

Vemos que, decorrida uma década, enquanto a renda interna da agropecuária teve seu patamar de 1970 multiplicado por cerca de duas vezes e meia, a indústria veria sua renda interna crescer 480%. A diferença no ritmo de expansão dos setores foi responsável pela alteração do tradicional quadro da economia paranaense, que contava com uma participação da agropecuária superior à parcela da indústria. Como vemos no Gráfico 2, em meados da década a indústria já perfazia parcela superior da renda interna em relação à agricultura, chegando ao final da década com uma participação superior a que a outra ostentava no início dos anos 1970.



A expansão dinâmica da indústria estadual foi responsável pela alteração no perfil setorial do estado. Mesmo com as marcantes transformações ocorridas no campo e o alto

grau de dinamismo apresentado, a indústria conseguiu se sobressair. A participação da renda interna do setor industrial do Paraná na renda interna do setor para o Brasil mais que dobrou, aumentando de 2,96% em 1970 para 6,13% em 1980, de acordo com os dados apresentados por IPARDES (1982)²⁴

Além da mudança quantitativa é preciso destacar também as transformações qualitativas ocorridas no setor industrial paranaense. A tabela 2.23 nos permite apreender como evoluiu a participação dos gêneros industriais durante a década.

Tabela 2.23 - Distribuição do Valor Adicionado da indústria de transformação, segundo gêneros industriais, no Paraná 1970-1979

Gênero	Distribuição (%)		
	1970	1975	1979
Minerais Não-Metálicos	8,51	7,55	0,73
Metalurgia	3,24	3,02	2,99
Mecânica	3,28	3,22	3,00
Material Elétrico e de Comunicação	0,54	1,57	2,72
Material de Transporte	1,76	0,86	0,77
Madeira	22,50	18,59	14,56
Mobiliário	3,89	2,83	2,51
Papel e Papelão	5,20	6,50	6,22
Borracha	0,78	0,37	0,19
Couros, Peles e Produtos Similares	0,84	0,52	0,32
Química	7,73	2,54	30,21
Óleos	-	4,93	3,87
Aubos e Fertilizantes	-	3,50	3,37
Produtos Farmacêuticos e Medicinais e Perfumaria, Sabões e Velas	0,75	0,18	0,16
Produtos de Matéria Plástica	1,22	1,72	1,85
Têxtil	8,46	2,64	2,18
Vestuário, Calçados e Artigos de Tecidos	0,52	0,59	0,59
Produtos Alimentares	23,67	29,00	17,03
Bebidas	2,98	1,93	2,30
Fumo	0,17	1,43	3,66
Editorial e Gráfica	3,14	0,75	0,64
Diversos	0,82	5,76	0,64
TOTAL	100,00	100,00	100,00

Fontes: FIBGE (1970), SEFI (1975, 1979) apud IPARDES (1982)

Apesar da entrada de novos gêneros, não houve alteração substancial do quadro de principais setores (com participação superior a 5%). Em 1970 eram Minerais não-metálicos, Madeira, Papel e Papelão, Química, Têxtil e Produtos Alimentares, correspondendo a 76,1% da produção industrial do estado. Em 1979 figuravam os mesmos

²⁴ IPARDES (1982) pg. 92.

gêneros na lista, com exceção de Têxteis. Esse grupo correspondia a 75,4% da indústria do Paraná.

Embora os setores tradicionais continuassem a manter as mais altas taxas relativas de participação na indústria, verificou-se diversificação e modernização da indústria estadual, com destaque para Material Elétrico e de Comunicações, Química, Material de Transporte e Fumo.

Houve redução relativa da participação dos setores tradicionais, o que não significou estagnação, com a perda relativa devendo ser creditada a diferenças entre as taxas de expansão. Segundo dados do IPARDES (1982), o beneficiamento de café e madeira, em 1970 representava 53,9% da indústria paranaense. Em 1979, Produtos Alimentares, Madeira e Óleos vegetais perfaziam 35,46% da indústria.

IPARDES (1982) ressalta que a comparação feita a partir desses dados requer um esclarecimento. O gênero Química, por exemplo, contava já em 1979 com a participação da REPAR (Refinaria Presidente Vargas, em Araucária, da PETROBRÁS, instalada em 1977), que isolada correspondia a 18% do Valor Agregado da indústria de Transformação no estado.

Os gêneros que compõem o grupo metal-mecânico passaram por rápida expansão, especialmente na segunda metade da década. Se isoladamente nenhum deles figurava entre os principais gêneros, quando agrupados e anulando o efeito da Petrobrás sobre as participações relativas na indústria estadual, vê-se que o grupo passou de 8,8% em 1975 para 12,2% em 1979. IPARDES (1982) ressalta que ainda assim o gênero Material de Transporte encontrava-se subestimado, uma vez que ainda não incluía as atividades da VOLVO no Paraná. Os dados encontram-se dispostos na Tabela 2.24.

Gênero	Participação (%)	
	1975	1979
Metalurgia	2,9	3,2
Mecânica	3,8	4,8
Material Elétrico e de Comunicação	1,1	3,0
Material de Transporte	1,0	1,2
Madeira	17,8	17,1
Química	10,3	9,1
Produtos Alimentares	30,4	25,5

Fonte: SEFI/Sistema DEFC e CCE

Nota: A não coincidência dos dados de 1975 em relação àqueles apresentados na Tabela 2.23 é devida à diferente classificação adotada pela SEFI e o IBGE.

Mesmo tendo preservado os mesmos gêneros como destaques entre o início e o fim da década de 1970, isso não implicou ausência de transformações no aparelho produtivo. A composição desses gêneros foi alterada. Numa visão geral, perderam espaço os itens que implicavam em menor transformação ou beneficiamento, ganhando participação grupos mais elaborados.

A Tabela 2.25 mostra a composição de alguns desses gêneros:

Grupo	Participação (%)	
	1975	1979
MADEIRA		
Serrarias	50,7	43,3
Resserrados	18,3	15,9
Aglomerados	8,0	9,1
Chapas	13,6	15,6
PAPEL E PAPELÃO		
Papel	78,8	73,1
Pasta Mecânica	3,7	2,4
Fabricação de Celulose	0,9	4,0
Fabricação de Papelão, Cartolina e Cartão	6,4	11,0
Fabricação de Embalagens e Papel para Embalagens	1,0	3,1
QUÍMICA		
Combustíveis e Lubrificantes	0,0	75,6
Óleos Vegetais	34,7	4,5
Óleos e Essências Vegetais	12,2	1,3
Adubos, Fertilizantes e Corretivos	35,3	13,1
PRODUTOS ALIMENTARES		
Beneficiamento de Café, Cereais e afins	28,2	12,4
Moagem de Trigo	2,1	2,0
Café Solúvel	8,1	14,0
Frigoríficos	9,5	15,1
Açúcar	14,6	8,7
Óleos Refinados	12,1	19,6
MINERAIS NÃO-METÁLICOS		
Cal Virgem	9,3	5,6
Telhas, Lajotas, Tijolos, etc.	33,8	30,3
Cimento	35,8	34,1
Artigos de Cimento e Fibrocimento	12,0	21,5

Fonte: SEFI/Sistema DEFC e Fundação Iparde. Estudos para uma política de desenvolvimento industrial no Paraná. Curitiba, 1981.

A Química, por exemplo, deixou de ser um setor eminentemente agroindustrial, passando a predominar atividades relacionados à petroquímica entre 1975 e 1979, graças à

construção da REPAR em 1977. Assim, esse subgrupo passou a ser responsável por 75,6% do gênero Química. A REPAR ainda assimilaria a crescente produção de cana de açúcar do estado, incentivada pela política energética do governo militar.

Nos produtos alimentares, perderam peso o beneficiamento de café e cereais e afins, dando terreno a café solúvel, frigoríficos (com destaque para o abatimento de aves), óleos refinados, produção de rações e produtos derivados do milho. O setor foi beneficiado pelo processo de modernização que atingiu a agropecuária paranaense, ampliando o grau de associação entre indústria e setor primário.

Em Madeira, serrarias e resserrados deram espaço a lâminas de madeira folheada, chapas e placas de madeira aglomerada ou prensada e chapas de madeira compensada. Parte das transformações nesse gênero pode ser creditada ao esgotamento das florestas naturais de araucária, o que empurrou à produção com maior beneficiamento da matéria-prima.

Já para os minerais-não metálicos, ganharam espaço os artigos de cimento e fibrocimento em detrimento de telhas, lajotas, tijolos e cal virgem.

Na indústria Têxtil, o beneficiamento de fibras têxteis, embora continuasse ocupando a posição de maior destaque no gênero, deu lugar à fiação de algodão e seda animal, além da fiação e tecelagem de linho e rami, além de tecidos de malha.

Ao final dos anos 1970 mesmo as empresas atuantes nos setores mais tradicionais não seriam mais aquelas pequenas unidades para abastecimento local do início da década. Eram grandes complexos agroindustriais ligados à soja, milho e pecuária, visando operar em escala nacional e até internacional (como café solúvel e derivados de soja e milho).

Os gêneros novos, por sua vez, já apareceram com algum grau de complexidade. Papel e papelão passou por processo de concentração do Valor Agregado por conta da instalação de uma grande fábrica de papel de imprensa (atuante nos mercados nacional e internacional). O setor foi beneficiado pelas políticas de incentivo e investimento do II PND. Como resultado, aumentaram as produções de papel de embalagens, papelão, cartolina e cartão.

Na metal-mecânica cresceu bem o grupo de máquinas e equipamentos agrícolas, impulsionado pela modernização agropecuária experimentada pelo estado e pela demanda oriunda da fronteira agrícola do Centro-Oeste.

Já no setor de material elétrico houve perda relativa de geradores, transformadores, máquinas elétricas manuais, entre outros. Ganharam espaço setores mais elaborados, como o de máquinas e aparelhos eletrônicos, aparelhos e equipamentos de comunicações.

Material de transporte também passou por um salto qualitativo com a entrada da Volvo. Em 1975 o grupo Fabricação e montagem de veículos automotores já era o principal. Com o início das operações da planta da Volvo, ultrapassaria a marca de 90% do gênero Material de Transportes, em meados dos anos 1980. Antes se produzia principalmente carroças e carrocerias, passando a fabricar veículos automotores pesados (ônibus e caminhões).

Apesar da principal vertente da indústria paranaense manter sua base agroindustrial, Leão (1986) lembra que isso não foi significado de subordinação da indústria em relação à agropecuária, mas o contrário. Foi a agricultura, como vimos na seção anterior, que a partir da modernização passou a assimilar determinantes vindos da indústria. A agroindústria paranaense, encerrada a década de 1970, era bastante distinta daquela do fim da década anterior.

IPARDES (1982) destaca além desses avanços, aqueles obtidos pelo incremento das relações interindustriais. Com uma tendência de integração do aparelho industrial. Isso era uma novidade na estrutura produtiva paranaense, uma vez que primavam as relações diretas entre agropecuária-indústria-comprador final. O peso das relações com São Paulo ainda era significativo, principalmente na metal-mecânica.

Quando olhamos para a indústria em termos de categoria de uso (Bens de Consumo Durável, Bens de Consumo não-Durável, Bens Intermediários e Bens de Capital), vemos que o Paraná seguiu a tendência manifestada em termos nacionais. Os Bens de Consumo não-Durável deixaram de ser os mais representativos do setor industrial, acompanhando tendência histórica de desenvolvimento da estrutura produtiva. Ganharam espaço os Bens Intermediários e, em menor medida, Bens de Consumo Durável e Bens de Capital. A inserção paranaense foi diversificada no contexto da integração nacional. Esse espaço foi aberto em termos regionais, reforçado ainda pela infra-estrutura instalada no Estado, a proximidade a São Paulo (principal centro abastecedor e consumidor) e a ação estadual e federal.

Tabela 2.26 - Distribuição da produção industrial do Paraná, por categorias de uso 1970-1980

Categoria de uso	1970	1980
Bens de Consumo não-Durável	49,8	36,7
Bens Intermediários	44,5	52,9
Bens de Capital e Consumo Durável	5,7	10,4

Fonte: Cano (2008). Dados brutos do IBGE.

Nota: Ver apêndice estatístico de Cano (2008) para os ramos que compõem cada grupo.

A indústria, a exemplo do ocorrido na agropecuária, passou por um processo de concentração. Em 1975, as 16 maiores empresas do estado eram responsáveis por um quarto do Valor Agregado da indústria. Entre as grandes empresas instaladas em território paranaense, podemos citar a Cargill e Sanbra, que atuavam no ramo de beneficiamento de oleaginosas (soja, principalmete); Sadia, com a produção marcada pela carne suína e de aves; Volvo, produzindo caminhões e chassis para ônibus; New Holland, no ramo de colheitadeiras; e Philip Morris, com cigarros. Diferentemente ainda do que pretendia o plano de desenvolvimento da CODEPAR do início da década de 1960, ocorreu uma queda na participação das empresas de capital paranaense, ganhando espaço empresas transnacionais ou oriundas de outros estados. Leão (1986) credita a fraca participação do capital local na indústria à debilidade da acumulação prévia em grande parte dos setores industriais e ao sistema financeiro nacional, que favoreceu os grandes estabelecimentos de outros estados. Já o IPARDES (1982) associa a forte presença de empresas estrangeiras e de outros estados operando em território paranaense, tendência que se intensificou no decorrer da década, como um dos elementos que contribuiu para o entendimento do processo de concentração. Levantamentos indicavam que as empresas de fora do estado eram sensivelmente maiores que as paranaenses. A participação de empresas paranaenses era mais sólida naqueles gêneros de maior tradição, como na produção de alimentos e madeira.

A atração de empresas para o estado contou com decisiva participação do governo estadual. Em pesquisa feita pelo IPARDES²⁵, 80% das empresas citaram o apoio político e/ou financeiro do Estado e a compra da produção pelo mesmo como um fator relevante

²⁵ IPARDES (1981).

para suas decisões locacionais. 70% indicaram ainda o fator geográfico (proximidade a fornecedores ou consumidores em São Paulo) como relevante. A atuação do Estado na economia paranaense remonta da década anterior, com a infra-estrutura criada a partir de esforços articulados pela CODEPAR e depois pelo BADEP. O BADEP, o governo estadual e mesmo o federal seriam fundamentais para a atração de diversas indústrias para Curitiba e seu entorno, como veremos mais a frente.

Foi notável também a baixa participação de pequenas e médias empresas industriais. A concentração em 1980 pode ser ilustrada pelo fato de que 2,3% dos estabelecimentos industriais eram responsáveis por 73% do valor da produção industrial, ao passo que 84,6% dos estabelecimentos respondiam por 6% do valor da produção. A participação de pequenas e médias empresas no emprego industrial atingiu 50%, tendo crescido em gêneros como Madeira e Mobiliário e tendo caído para Matéria Plástica, Química, Fumo e Metal-Mecânica.

Surgiu, assim, no Paraná, a grande empresa moderna, atuando em grande escala, para abastecimento do mercado nacional/internacional, empregando tecnologia avançada e operando em alto nível de produtividade. Em decorrência disso, houve oligopolização dos setores que abrigavam grandes empresas. O cenário da década anterior, marcado pela concorrência entre semelhantes, pequenos e médios produtores foi alterado. A Tabela 2.27 mostra a presença de grandes empresas em ramos selecionados.

Tabela 2.27 - Participação do valor da Produção das grandes empresas do Paraná no Valor Agregado de vários grupos 1975

Grupo Industrial	N.º Total de Empresas	N.º de Grandes Empresas	Participação das GEs no VA do grupo (%)
Benef. De Café, Cereais e afins	1.204	6	28,42
Fabricação de Açúcar	4	1	72,16
Abate de Animais	120	2	40,20
Cafê Solúvel	2	2	100,00
Rações Balanceadas e Alim. Prep. p/ animais	19	3	66,47
Moagem de Trigo	44	1	50,43
Preparação de Leite e Fabricação de Laticínios	37	3	62,16
Benef. De Fibras Têxteis	36	4	38,47
Desdobramentos de Madeira	1.413	31	40,85
Prod. De Madeira Compensada, Aglom. E Prensada	69	1	27,44
Cimento	3	3	100,00
Papel e Celulose	17	1	61,10

Fonte: IPARDES (1978)

Figuraram como os grupos onde a presença das grandes empresas era mais marcante Café Solúvel e Cimento (100%), Açúcar, Rações Balanceadas e Alimentos preparados para animais (66,47%) e Preparação de leite e fabricação de laticínios (62,16%).

A partir da década de 1970, Trintin (2006) identifica o aumento da integração econômica do Paraná com o mercado nacional, de acordo com o que aponta Cano (2008), enxergando na década de 1970 o prosseguimento do processo de integração nacional. Houve queda da participação das vendas estaduais para o próprio estado, mas esse ainda figurou como principal mercado, com mais de 50% de participação. Também cresceu a parcela relativa às vendas para fora do país, como mostra a Tabela 2.28.

Tabela 2.28 - Distribuição das vendas e compras industriais do Paraná, por mercado de destino/origem 1975-1985

Destino/Origem	Vendas		Compras	
	1975	1985	1975	1985
Paraná	59,27	52,15	77,04	60,81
Outros Estados	33,91	37,12	20,3	34,65
Exterior	6,82	10,72	2,66	4,54

Fonte: Paraná (1988) apud Trintin (2006)

Nota: Média entre os anos de 1974-46 e 1984-86.

Houve ainda ampliação do número de gêneros com mais de 50% da produção vendidos para outros estados. Em 1975 eram oito, e em 1985 passaram para quatorze. Os produtos mais tradicionais (alimentos e madeira) pouco sofreram alteração no seu destino. Mas os gêneros novos (material elétrico e de comunicações e material de transporte) mostraram alto encaminhamento para o mercado nacional (ou internacional). Houve destaque também para a produção de papel, apoiada em incentivos federais²⁶.

Mesmo assim é possível identificar a possível relação indireta. Nos setores mais tradicionais podem ter aumentado as vendas internas para produções que atingem outros pontos do território nacional. Óleos vegetais e madeiras podem ser incorporados em outras produções (óleo refinado, móveis).

²⁶ Incentivos que passaram na década de 1970 a concorrer com os incentivos previamente recebidos de forma exclusiva para política regional, como aponta Cano (2008).

Tabela 2.29 - Distribuição das vendas dos gêneros da indústria do Paraná por mercado de destino 1975-1985

Gêneros	1975			1985		
	Paraná	Brasil	Exterior	Paraná	Brasil	Exterior
Minerais não-metálicos	63,89	34,96	1,15	45,56	51,10	3,34
Metalurgia	66,63	33,15	0,22	46,44	52,34	1,22
Mecânica	46,60	51,11	2,30	31,58	64,01	4,41
Material elétrico e de comunicações	55,15	44,15	0,70	19,07	78,52	2,41
Material de transporte	69,80	29,79	0,41	24,08	61,56	14,36
Madeira	38,25	57,06	4,69	32,21	55,87	11,92
Mobiliário	49,45	48,51	2,04	38,83	59,93	1,24
Papel e papelão	21,17	78,52	0,30	18,11	76,30	5,58
Borracha	42,87	57,12	0,01	34,97	65,03	0,00
Couros, peles, ...	17,49	74,44	8,06	15,14	68,67	16,19
Química	50,41	31,93	17,66	53,01	31,83	15,16
Farmacêutica	67,16	32,79	0,05	43,65	55,87	0,48
Perfumaria, sabões, ...	65,26	34,73	0,01	53,05	45,37	1,58
Materiais plásticos	35,37	64,34	0,29	33,72	65,06	1,22
Têxtil	35,10	59,15	5,75	46,38	46,03	7,59
Vestuário e calçados	61,49	36,74	1,77	47,25	51,21	1,54
Produtos alimentares	67,93	23,32	8,75	58,79	26,65	14,57
Bebidas	83,34	16,61	0,06	67,05	37,78	0,17
Fumo	36,98	62,58	0,44	22,20	76,31	1,50
Editorial e gráfica	76,70	23,29	0,01	66,64	32,78	0,57

Fonte: Dados Brutos da SEFA. Apud Trintin (2006)

Nota: média entre os anos 1974-76 e 1984-86.

No tocante às compras, ocorreu algo similar às vendas, como redução da participação de compras internas ao estado e ampliação da compras feitas junto a demais estados ou países. Cinco gêneros eram responsáveis por mais de 50% das compras de insumos no próprio estado em 1975, mas perfaziam mais de 70% das compras totais. Treze gêneros compravam mais de 50% fora do estado. Isso quase não sofreu alteração em 1985.

Os gêneros tradicionais foram aqueles que mais aumentaram as compras de fora do estado. Produtos alimentares, Indústria Química²⁷ e de Madeira, principalmente. Os setores novos já foram instalados numa estratégia nacional e contavam com grande participação de compra de fora do estado. Em 1985, a proporção de compras internas desses setores novos diminuiu, dando espaço às importações.

²⁷ Classificamos aqui a Indústria Química com tradicional pelo alto peso que a produção de óleos vegetais ainda guardava no início da década. A partir da instalação da REPAR seu perfil seria drasticamente alterado.

Tabela 2.30 - Distribuição das compras dos gêneros da indústria do Paraná por mercado de origem 1975-1985

Gêneros	1975			1985		
	Paraná	Brasil	Exterior	Paraná	Brasil	Exterior
Minerais não-metálicos	53,99	42,22	3,79	50,08	49,66	0,26
Metalurgia	39,94	54,90	5,16	43,91	53,52	2,57
Mecânica	32,75	56,95	10,29	29,53	66,78	3,69
Material elétrico e de comunicações	33,77	62,04	4,19	17,56	66,94	15,50
Material de transporte	39,66	57,80	2,54	21,33	63,88	14,79
Madeira	78,89	19,48	1,62	59,59	38,00	2,41
Mobiliário	47,19	52,34	0,47	41,15	58,83	0,02
Papel e papelão	43,51	46,31	10,17	40,55	56,47	2,98
Borracha	27,31	70,53	2,16	22,92	69,83	7,26
Couros, peles, ...	32,58	65,57	1,86	45,84	52,81	1,35
Química	70,75	21,56	7,69	36,97	52,29	10,75
Farmacêutica	13,52	86,48	0,00	15,53	83,34	1,13
Perfumaria, sabões, ...	47,39	50,93	1,68	52,17	46,97	0,86
Materiais plásticos	20,49	61,55	17,96	29,82	69,46	0,72
Têxtil	80,04	19,12	0,84	84,63	14,91	0,46
Vestuário e calçados	23,12	76,32	0,56	20,95	78,96	0,09
Produtos alimentares	89,24	10,44	0,32	80,48	18,37	1,14
Bebidas	46,70	47,54	5,76	36,96	47,24	15,81
Fumo	46,39	51,60	2,01	49,10	45,65	5,25
Editorial e gráfica	48,22	50,44	1,34	48,94	50,44	0,62

Fonte: Dados Brutos da SEFA. Apud Trintin (2006)

Nota: média entre os anos 1974-76 e 1984-86

Trintin (2006) destaca três movimentos sobre o tema da relação entre o Paraná e o restante do mercado nacional. Em primeiro lugar, houve ganho de importância do mercado nacional para compra e venda de produtos das empresas instaladas no Paraná durante a década de 1970, como se pôde observar pelos dados das Tabelas 2.28, 2.29 e 2.30. Em segundo, a baixa proporção das compras industriais junto ao mercado externo, evidenciando o grau de integração da indústria nacional. E finalmente, aponta que a inserção nacional do Paraná, embora ainda contasse com forte participação de alimentos e química, passaria a incorporar ramos modernos de metal-mecânica, material de transporte, material elétrico e de comunicações.

Sobre a participação das vendas para fora do estado, pode-se dizer que pesou intensamente a parcela referente ao complexo agroindustrial da soja, com um mercado internacional crescente e uma produção organizada em bases modernas, capitalistas, capaz de atendê-la. Os setores recém-implantados também exportavam, porém detinham

participação reduzida ainda. Dentre esses podemos dar destaque para o setor de Material de transportes. Houve, de qualquer forma, aumento da participação de gêneros mais elaborados e dos novos setores industriais. Pesaram para tanto as políticas federais e as transformações aqui descritas dos anos 1970, preparando a estrutura produtiva do estado para operar em escalas maiores.

Tabela 2.31 - Participação dos gêneros nas vendas e compras externas da indústria do Paraná 1975-1985 (%)

Gêneros	Vendas		Compras	
	1975	1985	1975	1985
Minerais não-metálicos	0,51	0,76	2,08	0,08
Metalurgia	0,09	0,22	4,77	1,46
Mecânica	0,93	1,33	11,22	2,19
Material elétrico e de comunicações	0,08	0,61	1,11	6,94
Material de transporte	0,05	3,42	0,95	7,11
Madeira	9,20	4,46	5,77	1,71
Mobiliário	0,72	0,17	0,39	0,01
Papel e papelão	0,18	1,70	10,36	1,86
Borracha	0,00	0,00	0,26	0,41
Couros, peles, ...	0,39	1,06	0,23	0,33
Química	36,13	35,26	45,16	57,70
Farmacêutica	0,00	0,00	0,00	0,01
Perfumaria, sabões, ...	0,00	0,02	0,18	0,04
Materiais plásticos	0,04	0,16	5,69	0,25
Têxtil	4,05	3,12	1,54	0,59
Vestuário e calçados	0,14	0,07	0,11	0,01
Produtos alimentares	47,36	47,30	5,08	12,76
Bebidas	0,01	0,02	3,06	4,73
Fumo	0,10	0,31	1,77	1,76
Editorial e gráfica	0,00	0,02	0,28	0,05
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Dados Brutos da SEFA. Apud Trintin (2006)

Nota: média entre os anos 1974-76 e 1984-86

Em relação às compras, a química se manteve como principal gênero, mas aumentou a participação da metal-mecânica. Detalhe é que a química teve participação elevada de compras nacionais, enquanto que a metal-mecânica era suprida por importações.

Leão (1986) coloca como contrapartida do processo de concentração industrial, já abordado nesta seção, a concentração espacial da indústria, localizando-se preferencialmente em Curitiba e no seu entorno, graças aos pesados investimentos governamentais realizados e os incentivos oferecidos.

As cidades do interior do estado também experimentaram um aumento da produção industrial, porém se deu nos setores mais ligados à agroindústria, onde a proximidade à fonte de matéria-prima possui maior peso. Curitiba concentrou em grande proporção os novos setores, especialmente o de metal-mecânica. Leão (1986) lembra que a concentração em Curitiba estava ligada à pré-existência de infra-estrutura urbana, concentrando recursos humanos e serviços, além da proximidade com outras indústrias. São elementos de difícil replicação, mesmo com esforços institucionais (ou governamentais). O ponto é que nenhuma cidade do interior era capaz de oferecer esses elementos tão bem quanto Curitiba, mesmo que desse os mesmos incentivos ou talvez até mesmo incentivos superiores.

Tabela 2.32 - Distribuição do Valor Adicionado da Indústria Paranaense, segundo microrregiões 1975-1979

MRH	1975		1979		
	Abs.	%	Abs.	% VA Total	% VA-Petrobrás
Curitiba	3.883.123	32,3	52.082.141	52,7	41,7
Litoral Paranaense	183.570	1,5	1.997.519	2,0	2,5
Alto Ribeira	58.667	0,4	395.854	0,4	0,5
Alto Rio Negro Paranaense	2.354	0,0	61.768	0,0	0,1
Campos da Lapa	196.634	1,6	1.100.716	1,1	1,4
Campos de Ponta Grossa	1.881.627	15,6	10.289.883	10,4	12,8
Campos de Jaguariaíva	61.370	0,5	276.283	0,2	0,3
São Mateus do Sul	30.418	0,2	139.554	0,1	0,2
Colonial de Irati	120.483	1,0	779.234	0,7	1,0
Alto do Ivaí	9.456	0,0	60.792	0,0	0,1
Norte Velho de Wenceslau Braz	13.298	0,1	68.021	0,0	0,1
Norte Novo de Jacarezinho	455.385	3,7	2.742.012	2,7	3,4
Algodoeira de Assaí	105.708	0,8	690.746	0,6	0,9
Norte Velho de Londrina	1.742.395	14,5	9.459.708	9,5	11,7
Norte Novo de Maringá	841.563	7,0	3.574.526	3,6	4,4
Norte Novíssimo de Paranavaí	254.575	2,1	578.408	0,5	0,7
Norte Novo de Apucarana	207.172	1,7	1.638.248	1,6	2,0
Norte Novíssimo de Umuarama	195.193	1,6	1.228.163	1,2	1,5
Campo Mourão	153.114	1,2	1.067.646	1,0	1,3
Pitanga	29.884	0,2	75.170	0,0	0,1
Extremo-Oeste Paranaense	499.450	4,1	3.496.110	3,5	4,4
Campos de Guarapuava	194.468	1,6	1.143.754	1,1	1,4
Sudoeste Paranaense	438.293	3,6	3.187.544	3,2	4,0
Médio Iguaçu	450.450	3,7	2.668.906	2,7	3,3
TOTAL	12.008.650	100,0	98.802.706	100,0	100,0

Fonte: SEFI/Sistemas DEFC

É interessante que um número reduzido de municípios tenha passado a corresponder por um maior valor da produção industrial. Quando cruzamos o perfil da indústria dos municípios podemos perceber que cada um ganha participação relativa em determinado corte setorial. Os gêneros mais recentes tenderam a se concentrar em Curitiba e seu entorno, ao passo que a indústria alimentar e a de madeira, ou ainda a de Óleos Vegetais permaneceu no interior, sendo a proximidade em relação à matéria-prima um fator primordial para esse tipo de indústria.

Um estudo do IPARDES (1981) reuniu respostas sobre motivo da instalação de fábrica no Paraná. O destaque foi para respostas que envolviam a participação do Estado em algum nível.

Sobre a localização industrial no estado do Paraná, Trintin (2006) aponta a importância da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e a articulação que envolveu as três esferas de governo, movimentando recursos e criando incentivos fiscais para atração de indústrias para Curitiba²⁸. Os principais incentivos envolveram manipulação do ICM (estadual) e do IPTU (municipal), com a oportunidade de devolução do primeiro e isenção do segundo. A participação federal consistiu basicamente na concessão de recursos via Caixa Econômica Federal e outras fontes para a construção da CIC.

A infra-estrutura montada com recursos estaduais e federais, associada com incentivos fiscais estaduais e municipais aumentaram muito as vantagens locais de Curitiba, que, além disso, já contava com um contingente razoável de pessoas e outras indústrias.

Pesquisas do IPARDES (1981) feitas com 64 empresas da capital e 17 da RMC: Apenas 15 haviam considerado se instalar em outro município e a maioria citou o município alternativo como integrante da RMC (São José dos Pinhais, Araucária, Colombo e Piraquara; Das 15 unidades instaladas na RMC mais da metade citou como município alternativo algum integrante da RMC, na maioria das vezes, Curitiba;

Outra pesquisa do IPARDES, com 29 empresas da CIC (24 internacionais e 5 de outros estados), sobre principais fatores que influenciaram as decisões locais dessas empresas: Mais um terço declarou ter sido determinante a ação do Estado com apoio político e financeiro. 12% destacaram posição geográfica em relação aos consumidores, 8%

²⁸ Trintin (2006) pgs. 94-95.

citaram posição em relação a fornecedores e 6% citaram disponibilidade de mão de obra. Entre as empresas estrangeiras apenas 35% apontaram existência de infra-estrutura econômica, 31% a propaganda feita pelo estado e 20% o baixo custo do terreno.

Resumindo, Curitiba, além da disponibilidade de infra-estrutura, serviços tipicamente urbanos e mão de obra, contava com os incentivos mencionados, proximidade a um Porto (Paranaguá), além da proximidade a São Paulo – principal centro fornecedor e consumidor da produção paranaense -, e ao mercado do MERCOSUL.

No interior do estado, onde os fatores de atratividade eram bem inferiores, instalaram-se as indústrias mais ligadas à base agropecuária, preferindo a proximidade em relação às fontes de matérias primas.

Em consequência, Curitiba viu aumentar sua participação na indústria estadual, que já era a mais elevada. Respondia por mais de 50% do valor adicionado de mais da metade dos gêneros considerado em 1975. Sua participação aumentou nos gêneros novos, mas também em alguns outros em que não detinha grande expressão, como Química, Fumo e Madeira. A participação de Curitiba aumentou ainda mais.

Destacamos aqui algumas localidades e suas respectivas produções. Em Londrina os principais gêneros eram Mobiliário, Perfumaria, sabões e velas, Têxtil, Vestuário e calçados, Produtos alimentares e Bebidas. Ponta Grossa detinha considerável produção de Papel e papelão. Em Maringá sobressaíram-se Borracha, além de Couros e peles. E em Campos de Guarapuava destacou-se a produção de Bebidas. No âmbito dos gêneros, essas localidades apresentavam pouca participação na produção estadual. Além disso, as cidades do interior apresentaram poucas modificações nos seus produtos, com esses poucos gêneros representavam muito no valor adicionado dessas microrregiões. O movimento foi mais de aumento da participação de subitens mais elaborados do que de diversificação da indústria, propriamente dita.

Trintin (2006), no entanto, defende que o desenvolvimento industrial de Curitiba não se deu à custa do interior do estado, pois eram em maioria setores novos ao Paraná, com maior capacidade de geração de Valor Agregado (ie metal-mecânica). Ficaram em Curitiba principalmente os setores que detinham maiores requisitos de infra-urbana e disponibilidade de mercado/mão de obra, onde a proximidade com o Sudeste foi essencial.

No interior também houve atração de investimento, principalmente ligado à agroindústria. Vale lembrar de que não se tratava de um investimento pequeno, eram grandes indústrias.

O autor ainda critica visão que contrapõe as duas faces do Paraná, com um mercado ligado ao mercado urbano nacional e outro aos mercados internacionais, estabelecidos no interior. A agroindústria atuava em termos nacionais e respondia a critérios e determinantes capitalistas.

Tendo perdido participação no total da indústria nacional na década de 1960, quais seriam as razões para o comportamento tão positivo na década seguinte? O IPARDES (1982) levanta que já ao final dessa década o estado dispunha de infra-estrutura de transportes, portuária, de comunicações e energética, resquício do projeto de desenvolvimento levado pelo CODEPAR e depois pelo BADEP. Além disso, houve uma mobilização das instituições estatais para promoção de atração de indústrias, seja através de propaganda, incentivos fiscais, isenções, doações, etc. Teve papel importante também a modernização do campo que facilitou o desenvolvimento de uma agroindústria de considerável porte, atuando em escala nacional e até internacional. Entretanto o IPARDES (1982) aponta como fundamental o ciclo de crescimento que atingiu o país como um todo, do qual o Paraná pôde se beneficiar, contando com os elementos supracitados. O forte ritmo de expansão da atividade econômica experimentado pelo país acionou a produção da periferia nacional, integrando ainda mais o mercado nacional, permitindo que ela se industrializasse.

Leão (1986) segue basicamente as conclusões do IPARDES (1982) e aponta como fundamental a existência de condições favoráveis à expansão industrial em nível nacional, com o milagre econômico e os investimentos estatais cumprindo papel fundamental na abertura de possibilidade de industrialização da periferia nacional. Adicionaríamos a isso o prosseguimento do processo de integração nacional, permitindo que parte da periferia se industrializasse suprimindo segmentos em escala nacional que complementariam a modernização da estrutura produtiva central localizada em SP.

A Integração nacional teve papel importante nas transformações ocorridas no Paraná. O perfil da inserção paranaense foi alterado, assim como sua participação no mercado interno nacional. Indústria passou por concentração, cresceu, modernizou-se e

diversificou-se, tendo ampliado suas relações com o restante do território. Ao fim da década de 1970 o Paraná apresentava uma coesão maior com o mercado nacional.

Capítulo 3 - A economia paranaense no período 1980-1989

3.1) Aspectos gerais da desconcentração 1980-1989

Passada a década de 1970, em que o país registrou as maiores taxas de crescimento de sua história, a economia brasileira ingressou em um período de distúrbios diversos. Parte deles seria reflexo das mudanças que já vinham ocorrendo no cenário internacional, como o fortalecimento do braço financeiro do capitalismo, uma crise de acumulação da indústria²⁹ e a ascensão do neoliberalismo nos países centrais, a produção e o emprego das tecnologias da chamada terceira revolução industrial e os efeitos do segundo choque do petróleo, aliados à elevação da taxa básica de juros dos EUA, com forte impacto sobre as finanças públicas e privadas em muitos países.

As transformações e dificuldades postadas no cenário internacional – algumas delas desde a década anterior – foram determinantes para a trajetória que seguiu a economia brasileira nos anos 1980. De fato, os desequilíbrios que se apresentaram no plano interno, radicados, segundo Davidoff (1984) nas reformas promovidas pelo regime militar entre 1964 e 1966 e no exorbitante endividamento externo, ganharam força a partir de 1980 e provocaram profunda revisão no modo de operar do Estado.

A despeito da vontade de se dar seqüência à modernização brasileira, os espaços para atuação eram cada vez menores. Inflação, desequilíbrios do balanço de pagamentos e o crescimento da dívida externa num contexto de revisão de expectativas e transformações já apontadas no cenário internacional impuseram uma série de restrições à manutenção do arranjo que durante 50 anos serviu à dinâmica econômica brasileira. Impôs-se à economia brasileira ajustes macroeconômicos de corte ortodoxo, com resultados perversos sobre a atividade econômica, no que ficou conhecido como a “década perdida”³⁰.

A década de 1980 foi um período de fortes transformações, que marcaram a saída da economia brasileira do mais alto patamar de crescimento, verificado na década anterior,

²⁹ Teixeira (1983) apresenta uma análise da indústria dos países centrais nos anos 1970, evidenciando a crise industrial que cooperou para a estagnação experimentada pelos países centrais nessa década, mostrando ainda como a indústria americana passou a sentir os efeitos da concorrência com os principais parques industriais europeus, notadamente o alemão.

³⁰ Carneiro (2002), Davidoff (1984), Belluzzo e Almeida (1992) e Lopreato (2002) destacam diferentes aspectos sobre determinantes e efeitos da “década perdida”.

para possivelmente a mais grave crise de sua história recente. De fato, a crise da dívida selou o fim do Estado desenvolvimentista no Brasil, com o último bloco relevante de investimentos correspondendo àqueles efetuados no segundo PND, e que maturariam até a primeira metade desta.

Do ponto de vista regional e da concentração industrial, Cano (2008) observa que os impactos gerais da crise recaíram com maior intensidade sobre o principal centro econômico do país, com implicações relevantes para os efeitos impulsionadores da desconcentração industrial.

Setores	Brasil		São Paulo		Participação SP/BR		
	1970/1980	1980/1989	1970/1980	1980/1989	1970	1980	1989
Primário	3,8	3,2	3,6	3,5	18,0	14,2	14,4
Secundário	9,3	1,2	7,4	0,5	56,4	47,3	44,7
Ind. de transformação	9,0	0,9	8,1	0,2	58,1	53,4	49,9
Terciário	8,0	3,1	7,9	2,2	35,0	34,8	36,1
Total	8,7	2,2	8,2	1,5	39,5	37,7	37,8

Fonte: Dados Brutos do IBGE. Apud Cano (2008)

Pelos dados da Tabela 3.1, vemos que a variação média anual do PIB passou por forte queda. Na década de 1970 era de 8,7%, passando para 2,2% apenas na década seguinte. Ao olharmos a variação média por setor, vemos que o cenário foi drasticamente alterado. O setor secundário apresentou as taxas mais elevadas entre os setores em 1970, com a Indústria de Transformação tendo expandido, em média a 9%. Esse valor passou, nos anos 1980, a um décimo do patamar registrado anteriormente, 0,9%. Um desempenho medíocre, nas palavras de Cano (2008) e que teria sido pior ainda não fossem os efeitos dos investimentos ligados ao II PND.

Os setores que passaram por um crescimento mais pronunciado foram os que destinavam produtos para o mercado internacional, como produtos agroindustriais, minerais, e insumos básicos ou ainda aqueles ligados à questão energética como o petróleo e o álcool. Quando olhamos para as taxas registradas por São Paulo, vemos que exceto para a agropecuária, as taxas foram ainda menores.

A Indústria de Transformação paulista apresentou crescimento quase nulo para a década, de pífios 0,2%, sendo a variação média total da economia paulista de 1,5%, abaixo

do resultado nacional. Poderia ter sido ainda pior não fosse a expansão da atividade agropecuária, que praticamente manteve o desempenho da década anterior.

O processo de desconcentração industrial desacelerou-se em relação à década anterior, conforme dados da Tabela 3.1. Na década de 1980 a participação paulista praticamente se manteve.

Cano (2008) aponta que o movimento de desconcentração iniciado na década anterior passou por alterações quantitativas e qualitativas na década de 1980, quando a desconcentração deixa de ser *virtuosa* para iniciar um novo processo, agora em grande parte, *espúrio*³¹. Pelos dados aqui apresentados, fica patente a redução da velocidade com que se processou a desconcentração nos anos oitenta. A diferença mais relevante, porém, diz respeito à natureza da desconcentração.

Vimos no capítulo anterior que na década de 1970 a desconcentração ocorreu com a economia brasileira passando por um período de forte expansão. A desconcentração foi, destarte, qualificada como positiva por Cano (2008), uma vez que a economia nacional teve elevado crescimento e acentuada mudança positiva em suas estruturas econômicas. Por outro lado, a periferia nacional ostentou taxas de crescimento superiores às paulistas, que, também foram elevadas.

A desconcentração ocorrida nos anos 1980 teria sua explicação radicada numa crise nacional que teve impactos mais marcantes para seu centro dinâmico. As taxas de crescimento econômico, como vimos, foram muito baixas. Entretanto foram ainda piores para São Paulo. Isso levou a uma aparente desconcentração, de caráter estatístico³², uma vez que a indústria praticamente não cresceu em São Paulo na década. O resultado, portanto, é uma menor participação paulista nos diversos indicadores de produção e produto industrial, mas não se pode dizer que houve prosseguimento do processo de desconcentração iniciado anteriormente. São processos de qualidade distinta.

A questão da renda média por habitante, trabalhada por Cano (2008) é outro bom exemplo de como a análise de alguns indicadores por si só é insuficiente para apreender a realidade do período.

³¹ Cano (2008) cap. 3.

³² As taxas de crescimento negativas (ou as baixas positivas) de São Paulo eram ainda menores do que as observadas na média do restante do país.

Tabela 3.2 - Diferenças regionais da renda média por habitante 1970-1980 (Brasil = 100)

	1970	1980	1990
NO ⁽¹⁾	58	65	73
NE	40	42	44
MG	68	84	86
ES	71	87	94
RJ	166	143	124
SP	207	179	172
PR	75	92	109
SC	88	109	121
RS	122	123	130
CO ⁽¹⁾	55	67	81
DF	184	156	149

Fonte: FGV/FIBGE – Censo Demográfico e Contas Nacionais.

CO⁽¹⁾ Exclui DF; inclui TO em 1939-1970.

NO⁽¹⁾ Inclui TO a partir de 1990.

A Tabela 3.2 aponta para o prosseguimento da tendência de convergência da renda média por habitante para os diferentes estados. Isso poderia a princípio ser considerado uma mudança positiva. Entretanto, como o próprio Cano (2008) aponta, tendo a população paulista crescido a taxas médias de 2,1% na década de 1980 e mantido 1,5% de taxa média de crescimento do seu PIB para o mesmo período, a renda média por habitante sofreria um decréscimo em termos absolutos. A convergência da renda média para o país, resultando de taxas negativas para São Paulo e fraco crescimento para o restante do território, há que ser relativizada, assim como ocorreu com a desconcentração industrial.

Isso posto, resta-nos identificar as principais transformações no tocante à questão regional para os diferentes setores. Na agropecuária, foi possível notar, de maneira geral, a continuação dos processos iniciados na década anterior, com a modernização da agropecuária paranaense, e a expansão da nova fronteira agrícola para o Centro-Oeste e o Norte, uma vez que essa possibilidade na região Sul havia se encerrado. Em São Paulo, manteve-se a substituição de culturas menos rentáveis por cana de açúcar, milho, laranja e pastagens cultivadas. A região Norte e o Espírito Santo apresentaram as maiores taxas de crescimento. A primeira graças ao prosseguimento da ocupação da fronteira agrícola e extrativa e o segundo por conta da recuperação do café a expansão da produção animal e de madeira. Ganham ainda em termos de participação relativa na produção nacional, São Paulo, os três estados sulinos e o Distrito Federal.

A expansão verificada na demanda por produtos agropecuários apoiou-se não apenas nas exportações, que cresceram cerca de um terço, mas também na expansão do mercado interno, cuja população urbana aumentou em 30 milhões na década. Essa última poderia ter sido ainda maior não fossem os efeitos da crise sobre os rendimentos dos trabalhadores e o número de desempregados.

A crise fiscal e financeira do Estado colocaria limites estritos ao crédito rural, constringendo também os incentivos federais vigentes na década anterior. Mesmo assim o setor manteve-se razoavelmente dinâmico, graças às desvalorizações cambiais da primeira metade da década e à reestruturação produtiva que implicou num maior emprego de insumos de origem industrial e conseqüentes ganhos de produtividade.

O setor terciário teve seu comportamento mais uma vez fortemente atrelado ao processo de urbanização por que passava o país, aliado ao intenso êxodo rural. Cano (2008) lembra que a população rural em 1991 (35,8 milhões) era inferior à verificada em 1980 (38,6 milhões). O crescimento das cidades, especialmente na periferia, amorteceu parte do êxodo rural, via subocupação urbana, impulsionando o crescimento dos serviços. É preciso destacar, no entanto, a particularidade do componente Comércio do setor de serviços. Embora tenha tido sua participação reduzida no total do setor terciário, absorveu grande quantidade de mão de obra. Cano (2008) conecta esse fato à crise. Não só houve aumento do desemprego aberto, como também do desemprego oculto, ocorrendo precarização do trabalho nos centros urbanos, aumentando o contingente de pessoas no setor informal e atividades mais tradicionais.

A indústria de extração mineral contou com a ampliação da atividade mineradora de minerais metálicos nos grandes projetos da região Norte, mas o destaque ficou com o Rio de Janeiro, graças à extração petrolífera da bacia de Campos e de gás natural. Esse estado passaria isoladamente a perfazer a maior parte do VTI da indústria extrativa, contando com 40,2% desse total em 1989.

A indústria de transformação passou, como já foi colocado, por desconcentração, mas num ritmo menos intenso em relação àquele registrado para a década anterior. A metodologia utilizada por Cano (2008), que serve de referência para este trabalho, separa a análise da indústria de transformação para dois períodos: o primeiro entre 1980 e 1985,

aproveitando-se de dados do último censo industrial; o segundo abrange o período indicado ao capítulo, utilizando-se de outras fontes³³.

O período 1980-85 registrou queda da produção industrial. Foi um período difícil, em meio à recessão (1980-83) e aceleração da inflação. Desse modo, além da estreiteza temporal, tratou-se de um período sem grandes desenvolvimentos na estrutura produtiva, graças a essa conjuntura. A queda foi de 3,1% para o Brasil e foi maior ainda para São Paulo, 7,1%.

O contexto recessivo ajuda a compreender o desempenho dos diferentes grupos de indústria. A fraca dinâmica do mercado interno contribuiu para que se elevasse a relevância da participação de gêneros orientados para o mercado externo, como é o caso de muitos bens intermediários, com plantas recentes instaladas na periferia. De maneira geral, houve queda da participação dos grupos ligados ao mercado interno, como boa parte dos Bens de Consumo não-Durável (taxa média anual de crescimento negativa, da ordem de 1%) e do grupo formado por Bens de Capital e Bens de Consumo Durável (com taxa média anual negativa também, 1,2%).

Os gêneros que foram mais atingidos pela desconcentração foram o de Fumo, Metalurgia Básica e Outros produtos químicos. Cano (2008) chama atenção às dificuldades de análise para o período. Para boa parte dos gêneros nos quais a periferia ganhou participação e mesmo em alguns daqueles em que São Paulo teve sua participação ampliada o entendimento real da dinâmica ocorrida envolve conhecer o desempenho do setor. Desse modo, a desconcentração pode ter ocorrido por conta de diferença entre taxas negativas. É o caso de Material Plástico, que teve a participação paulista reduzida, porém o setor teve desempenho ruim tanto em São Paulo, como na periferia. De maneira geral, podemos creditar a desconcentração ocorrida no período aos efeitos gerados a partir dos investimentos realizados na periferia na década anterior, como a Zona Franca de Manaus e projetos minerais e siderúrgicos, bem como petroquímicos, em outras regiões.

Para o período de 1980-85, os estados que apresentaram ganhos em maior número de gêneros foram os da região Centro-Oeste (exceto o DF), Espírito Santo, Paraná e Rio Grande do Sul.

³³ Cano (2008) traz um apêndice metodológico bastante completo, onde levanta as diversas dificuldades e incompatibilidades entre estatísticas e indicadores.

A análise do período 1980-89 como um todo apresenta números um pouco melhores do que os da primeira metade da década. Não obstante a superação do período de recessão, a indústria de transformação apresentaria taxas desprezíveis de crescimento para a década, 0,9% para o Brasil e 0,2% para São Paulo.

A crise fiscal e financeira do Estado brasileiro incorreu no desmantelamento de várias de suas instâncias de planejamento e ação, com impactos sobre a capacidade de gasto e investimento estatais refletindo sobre o processo de desconcentração. Lembramos que o movimento positivo de desconcentração experimentado na década de 1970 tinha como maior protagonista a ação estatal, incentivando investimentos e investindo ele próprio na estrutura produtiva periférica.

Parte dos efeitos da participação Estatal no processo de desconcentração na década anterior ainda seriam sentidos na década de 1980, dados seus efeitos de longa maturação. Com estrutura recentemente implantada, alguns dos projetos produtivos periféricos do II PND só iniciaram suas operações na primeira metade da década. Outros conseguiram consolidar maiores patamares de atividade, como nos casos ligados a investimentos da PETROBRÁS ou ainda atividades como a extração mineral e a metalurgia, o que manteve a desconcentração em alguns gêneros.

Vale lembrar ainda dois determinantes que acabaram por contribuir com o processo de desconcentração, embora qualitativamente negativos. Em primeiro lugar, o fato de São Paulo ter sofrido mais duramente o período de crise e a prática cada vez mais comum da chamada Guerra Fiscal, em que os estados disputam investimentos através de verdadeiro leilão fiscal. Esses dois fatos atingiram negativamente os “laços de solidariedade” firmados desde 1930, com a integração do território nacional e presente mesmo no período de desconcentração dos anos setenta, como vimos no capítulo anterior. Os efeitos, apesar de não ameaçarem a integridade nacional, colocariam determinantes particularistas acima dos nacionais, algo que ganharia força com a entrada das políticas neoliberais no país, a partir de 1990.

Cano (2008) coloca que entre 1970 e 1985 há claramente uma tendência desconcentradora, expressa nos principais indicadores regionais. Entretanto, entre 1985-89, ela já não se apresentou de forma tão clara. Ao olharmos para a totalidade do período 1980-

89, isso se reflete quantitativamente como uma desaceleração do processo de desconcentração.

O principal exemplo é o ocorrido nos grupos de Bens de Capital e Bens de Consumo Durável, que conformam a parte mais importante da estrutura produtiva do país, pelo grau de complexidade técnica e estrutura oligopólica. Houve queda real para esse grupo, com a queda em São Paulo sendo maior que no restante do país, estatisticamente aumentando a desconcentração.

Isso posto, passamos à análise da economia paranaense, que teve desempenho destacado no período.

3.2) O Paraná e o processo de desconcentração 1980-1989

A dinâmica da economia paranaense na década de 1980 respondeu, em termos gerais, aos estímulos colocados nos anos 1970. A economia continuou crescendo acima da média nacional, ampliando sua participação no PIB brasileiro.

Ano	Produto
1970	5,5
1980	5,9
1985	6,2
1990	6,0

Fonte: CR apud Cano (2008)

O crescimento verificado entre 1980 e 1989, apesar de superior à média brasileira, foi bastante inferior ao registrado na década anterior. De modo similar ao que foi constatado para o país, a primeira metade da década registrou as menores taxas de crescimento, tendo o Paraná crescido entre 1980 e 1984 à taxa média anual de 3,7% contra 1,3% do Brasil. Na segunda metade da década houve recuperação, com o Paraná crescendo a 7,8% anuais entre 1985 e 1989, ao passo que a taxa do PIB brasileiro foi de 4,4% ao ano.

	1971-80	1980-84	1985-89	1980-89	1987-89
Paraná	13,0	3,7	7,8	5,7	7,6
Brasil	8,6	1,3	4,4	2,8	2,2

Fonte: IBGE, IPARDES

A estrutura produtiva paranaense, contando com elevada participação de setores mais ligados à atividade primária (alimentos, rações e óleos vegetais, por exemplo) foi responsável pelo distinto comportamento que apresentou a economia do estado em relação à nacional. Na primeira metade da década a economia paranaense sofreu com a crise nacional. No entanto, os dados apontam um impacto menor do que o sentido pelo país como um todo. Isso tem sua explicação na composição dos principais produtos estaduais, voltados para a exportação, ou de sensibilidade reduzida em relação a variações de renda. Na segunda metade da década, embora tenha crescido mais que a média nacional, o Paraná perderia parcela de participação no PIB nacional devido ao crescimento mais elevado de outros estados. IPARDES (1991) credita essa perda relativa à manutenção no estado de um grande peso de setores ligados à atividade primária.

IPARDES (1991) aponta a importância dos investimentos realizados ao fim da década de 1970 e início dos 1980, em plantas industriais e mesmo na agropecuária para suportar a taxa de expansão da economia estadual. Além da modernização e expansão agropecuária o estado contou com o início das atividades da Volvo, além de investimentos na indústria metal-mecânica e de materiais elétricos e de comunicação.

O desempenho da agropecuária, no entanto, foi o que mais contribuiu para as taxas de crescimento do Paraná no período de recessão, tendo sua participação relativa na renda interna do estado ampliada entre 1980 e 1985, num movimento em sentido contrário à trajetória que percorreu desde a década de 1960.

Ano	Agropecuária	Indústria	Serviços
1970	25,6	23,6	50,8
1980	19,4	28,8	51,8
1985	20,8	25,4	53,8
1989	14,0	26,3	59,7

Fonte: IPARDES

Como vemos na tabela 3.5, a indústria, que na década anterior havia passado a agropecuária em termos de participação no PIB estadual, passaria por um decréscimo relativo, partindo de 28,8% em 1980 para 25,4% em 1985. Ao mesmo tempo, a agropecuária teria sua participação ampliada de 19,4% para 20,8% na primeira metade da década. Trintin (2006) afirma que o período recessivo da década de 1980 teve impacto no desempenho da agropecuária paranaense. Mesmo assim, impulsionada pelas transformações da década anterior, logrou sustentar a expansão do PIB.

Tabela 3.6 - Evolução do PIB para Agropecuária e Indústria no Paraná 1980-1989 (%)

Período	Agropecuária	Indústria	PIB
1980-1985	33,8	1,1	12,8
1985-1989	17,6	26,6	25,9

Fonte: IPARDES

Nota: As taxas se referem ao acumulado para cada período.

A tabela 3.6 deixa clara a contribuição da agropecuária para a economia do estado. No primeiro período, foi ela que sustentou as taxas de expansão do PIB, enquanto a indústria apresentou um crescimento desprezível. Num segundo momento, a indústria retomaria a dianteira, crescendo acima do setor agropecuário, aproveitando o movimento de recuperação vigente no cenário nacional. IPARDES (1991) afirma que a recuperação do período recessivo, que em termos nacionais se deu a partir de 1984, só se verificaria no Paraná depois de 1985, justamente por maus resultados da agropecuária naquele ano.

Parece evidente que a primeira metade da década foi um desvio da trajetória que até então vinha experimentando o Paraná. Entretanto, quando olhamos para os dados da década de oitenta como um todo, fica patente que o sentido geral foi de continuidade do processo de industrialização e urbanização no estado, com a participação da agropecuária no PIB estadual caindo fortemente entre 1980 e 1989, principalmente graças ao considerável crescimento da indústria na segunda metade da década e dos serviços em todo o período. Em termos nacionais, a trajetória foi similar, tendo ocorrido redução da participação do Paraná no PIB nacional da agropecuária (Tabela 3.10) ao passo que sua participação no PIB industrial do país aumentou (Tabela 3.18).

O prosseguimento da urbanização no estado fez com que o mercado de trabalho nas cidades fosse impulsionado. Isso será tratado de forma mais detida na seção seguinte. Por ora, vejamos a questão do emprego para a década de 1980, através dos dados da Tabela 3.7.

A Agricultura passou por redução absoluta de pessoas ocupadas, graças ao prosseguimento do processo de modernização de sua agricultura, que continuou a expulsar pessoas do campo paranaense. Tanto a indústria, quanto os Serviços tiveram ampliação de trabalhadores, tendo sido o aumento desse último superior em termos absolutos e relativos. Essa ampliação dos serviços é compatível com o aumento no PIB desse setor para o período. O terciário passou a ser o principal setor em termos de emprego, posição até então ocupada pela Agricultura. Os principais ganhos foram em Comércio e Serviços Pessoais, segmentos que costumam crescer em tempos de dificuldade econômica, acomodando parcelas da população. São atividades tradicionais, sendo o peso de Serviços Domésticos elevado no grupo Serviços Pessoais.

Setor	1980	Particip.	1991	Particip.	Var. (abs.)	Var. (%)
Agricultura	1.182.082	41,79	1.010.198	29,05	-171.884	-14,54
Ind. Extrativa	7.755	0,27	13.169	0,38	5.414	69,81
Ind. Transformação	317.907	11,24	438.830	12,62	120.923	38,04
Ind. Construção	173.373	6,13	230.859	6,64	57.486	33,16
Ind. Util. Pública	22.487	0,79	35.474	1,02	12.987	57,75
Indústria	521.522	18,44	718.332	20,65	196.810	37,74
Comércio	268.219	9,48	443.681	12,76	175.462	65,42
Instit. Financeiras	48.087	1,70	78.774	2,27	30.687	63,82
Transp. e Comunic.	106.391	3,76	139.219	4,00	32.828	30,86
Serviços Pessoais	333.996	11,81	565.842	16,27	231.846	69,42
Servs. Apoio Atividade	63.819	2,26	112.844	3,24	49.025	76,82
Serviços Sociais	171.263	6,05	263.438	7,57	92.175	53,82
Admin. Pública	90.314	3,19	132.487	3,81	42.173	46,70
Outros/Diversos	42.871	1,52	12.955	0,37	-29.916	-69,78
Serviços	1.124.960	39,77	1.749.239	50,30	624.279	55,49
Total	2.828.564	100,00	3.477.769	100,00	649.205	22,95

Fonte: Censos Demográficos 1980, 1991.

Nota: As classificações dos censos de 1980 e 1991 não são exatamente as mesmas quando agregadas. Para 1980 compusemos os Serviços Pessoais a partir de Serviços de Alojamento e Alimentação, Serviços de Reparação e Conservação, Serviços Pessoais e Serviços Domiciliares. Os Servs. de Apoio a Atividade Econômica contaram com Serviços Técnico-Profissionais e Serviços Auxiliares das Atividades Econômicas. Para os Serviços Sociais somamos Serviços Comunitários e Sociais, Serviços Médicos e Ensino. Para Adm. Pública, adicionou-se o setor de Defesa. A diferença que se nota no item Outros/Diversos é por ter sido adquirido em 1980 por resíduo dos não-classificáveis nos demais itens.

A expansão do emprego no terciário deveu-se, portanto à continuação da urbanização do estado, bem como o prosseguimento do processo de desconcentração

industrial, estimulando o crescimento de serviços associados a atividade econômica e vida urbana.

Na indústria o crescimento foi maior para a Indústria de Transformação, o que lhe garantiu aumento de participação na estrutura de empregos paranaense. Como se vê pela Tabela 3.6, a primeira metade da década foi particularmente difícil para a indústria, tendo se sobressaído os gêneros mais tradicionais, como os da indústria de alimentos. Apenas na segunda metade dos anos 1980 a indústria do estado voltou a apresentar taxas de crescimento expressivas, absorvendo em maior medida mão de obra.

Tabela 3.8 - Participação paranaense na População Ocupada do Brasil por setores 1980-1991

Setor	1980	1991
Agricultura	9,34	8,05
Ind. Extrativa	3,09	2,68
Ind. Transformação	4,58	5,47
Ind. Construção	5,47	6,24
Ind. Util. Pública	5,47	5,61
Indústria	4,84	5,59
Comércio	6,64	6,49
Instit. Financeiras	6,10	6,55
Transp. e Comunic.	5,91	6,02
Serviços Pessoais	5,70	5,81
Servs. Apoio Atividade	6,10	6,49
Serviços Sociais	5,76	5,29
Admin. Pública	5,24	5,14
Outros/Diversos	6,96	4,27
Serviços	5,97	5,89
Total	6,69	6,31

Fonte: Censos Demográficos 1980, 1991.

Nota: Ver nota da Tabela 3.7 para os ramos que compõem cada grupo.

Em termos nacionais destacou-se a expansão da participação da Indústria, em especial a de Transformação e de Construção civil. Os dados da Tabela 3.3 mostram, de maneira geral, que o ganho em termos de emprego refletiu a diferença entre o desempenho industrial do estado e o nacional, tendo o Paraná apresentado taxas de crescimento da indústria superiores àquelas do país. A redução do emprego na Agricultura acompanhou a tendência nacional, de redução, porém manifestou-se com maior intensidade no estado. No setor de serviços não houve grandes saltos ou quedas, a não ser por Outros/Diversos, mas que se trata de um conjunto de atividades não-classificadas nos outros grupos, tornando

difícil uma análise precisa. Isso dito, Comércio e Serviços Sociais tiveram perdas de pouca expressão. Todos os outros apresentaram ganhos. De maneira geral, o prosseguimento do processo de desconcentração, mesmo que desacelerado pelo baixo dinamismo econômico nacional na década, foi responsável pelos ganhos paranaenses. A urbanização foi outro fator, uma vez que o estado ainda tinha 40% de população rural no início do período.

É importante notar que com a crise e a desorganização do Estado, não aconteceriam mais grandes investimentos federais na periferia, inclusive no Paraná. A atuação estatal preservou-se com o perfil que se tornaria mais comum com os ajustes fiscais da Constituição de 1988 que aumentaram a parcela fiscal comandada pelos estados. O estado paranaense prosseguiu com o programa de incentivos fiscais para atração de empresas, o que lhe conferiu status excepcional na “década perdida”, sendo o estado com melhor desempenho econômico na década. Cano (2008) chama a atenção para o fato de que essas práticas de atração de investimentos privados através de manipulação de taxas e tributos configura a prática da “guerra fiscal”, que se tornaria comum no período neoliberal. Falaremos mais dela no capítulo seguinte.

Antes de passarmos a uma análise mais detida sobre a agropecuária paranaense, são pertinentes alguns comentários sobre o setor terciário. Sabemos que houve ampliação do peso desse setor no PIB do estado (tabela 3.5). O sentido das transformações em seus componentes foi bastante similar, quando comparamos o ocorrido no Paraná e no Brasil. O Comércio, por exemplo, mostra perda de participação tanto no estado quanto no país, como consequência da baixa dinâmica da atividade econômica, mas também porque se trata do segmento mais tradicional desse setor. A queda nesse segmento para o Paraná foi maior que no país em termos relativos, fazendo que sua participação nacional no VA do Comércio caísse de quase 7% para 5% entre 1980 e 1989.

Outros Serviços e Transporte e Comunicação também apresentaram redução de suas participações no setor terciário paranaense e nacional. É preciso ter em mente que a aceleração inflacionária e a crescente indexação na economia, especialmente no setor financeiro, distorceram bastante as participações relativas dos segmentos terciários. Basta ver o aumento vertiginoso da participação das Instituições Financeiras, que também refletiu a expansão das atividades bancárias no país. Toda a estrutura relativa foi impactada por isso. O desempenho paranaense em nível nacional para aqueles componentes foi superior à

média brasileira, resultando em aumento participativo. Outro aumento relevante em termos nacionais se deu em Aluguéis, que mesmo dentro da estrutura estadual de serviços ganhou espaço, graças a forte urbanização alimentada pelo êxodo rural que teve forte impulso no estado desde a década anterior. Trataremos melhor disso na próxima seção.

Tabela 3.9 - Participação dos segmentos no VA do setor de serviços para o Paraná e Brasil 1980-1989

		Comércio	Financeiro	Transp. e Comunic.	Adm Pub	Aluguéis	Outros Servs	Total Serviços
Paraná	1980	29,7	14,0	10,4	10,4	11,4	24,1	100,0
	1985	21,8	31,4	10,7	15,3	10,4	10,5	100,0
	1989	14,6	35,9	8,6	15,9	13,9	11,1	100,0
Brasil	1980	22,7	16,0	8,5	13,4	14,1	25,3	100,0
	1985	19,9	29,2	8,4	20,1	11,8	10,5	100,0
	1989	14,7	38,9	6,4	19,6	10,8	9,6	100,0
PR/BR	1980	6,9	4,6	6,5	4,1	4,2	5,0	5,3
	1985	5,9	5,8	6,8	4,1	4,7	5,4	5,4
	1989	5,1	4,8	6,9	4,2	6,7	6,0	5,2

Fonte: Contas Regionais. Elaboração Própria.

A Administração Pública também ganhou pontos de participação no setor de serviços, em nível nacional inclusive, refletindo não o aumento da carga tributária, que caiu no período, mas a elevação dos gastos correntes do governo (principalmente juros), além de ganhos de receita pela alteração da legislação tributária no período.

No geral, apesar do mau desempenho da economia brasileira na década, houve diversificação da atividade de serviços, graças ao prosseguimento da urbanização, especialmente na periferia do país.

Vejamos agora as principais transformações na estrutura produtiva da agropecuária.

3.2.1) Principais transformações na agropecuária paranaense 1980-1989

Vimos no capítulo anterior que o campo paranaense passou por fortes transformações, alterando as principais características da produção agropecuária no estado, que passou a ser moderna e tecnificada, a partir da introjeção de equipamentos e técnicas avançadas, abastecendo a estruturada agroindústria que passou a se expandir. A modernização do campo paranaense teve impactos na pauta de produção (com a forte expansão da soja e do trigo), nas relações de trabalho (com o aumento do assalariamento) e

concentração fundiária (com acentuada redução de pequenas e médias propriedades), gerando enorme expulsão de população rural, com 1,2 milhão tendo abandonado o campo entre 1970 e 1980.

A primeira metade dos anos 1980 remete diretamente aos acontecimentos descritos no capítulo anterior, com o prosseguimento da modernização agropecuária³⁴. Apesar da recessão, a produção agropecuária manteve-se elevada. O excepcional desempenho do campo paranaense em meio à crise rendeu-lhe um ganho de participação no PIB Agropecuário brasileiro, como mostra a tabela 3.10.

Anos	%
1980	11,7
1985	12,7
1989	8,5

Fonte: FGV (1980), Contas Regionais do IBGE (1985-1989) apud Cano (2008).

Na segunda metade da década, entretanto, a participação paranaense no PIB agropecuário brasileiro atingiria patamar inferior ao de 1980. Em parte, isso ocorreu por conta da agropecuária do estado ter reduzido seu ritmo de expansão e a indústria tê-lo aumentado. Outro fator de grande peso foi a expansão dessa atividade em áreas do Centro-Oeste e Norte do país, que passaram por forte crescimento de suas produções, ganhando pontos de participação para o conjunto do país. Contou-se ainda com o desmembramento dos órgãos e medidas do Estado Nacional ligados ao setor, em virtude da forte crise financeira e nas contas externas, além da escalada da inflação. Os esforços governamentais passaram a focar os desequilíbrios macroeconômicos, abrindo mão da estrutura montada para auxílio ao crescimento. No tocante à agropecuária, isso seria revertido na redução do crédito agrícola.

Em termos da pauta de produção, manifestaram-se na década de 1980 efeitos semelhantes aos identificados nos anos 1970. A expansão das culturas consideradas modernas prosseguiu, com poucas mudanças.

³⁴ Dados do IBGE indicam que o número de tratores no estado do Paraná quase dobrou entre 1975 e 1985, atingindo a contagem de 101.346 nesse último ano.

A tabela 3.11 nos mostra que entre 1980 e 1989 a soja deixou de apresentar as taxas mais elevadas de expansão entre as principais culturas praticadas no estado, pois seu forte crescimento da década anterior diminuiria o impacto relativo dos incrementos verificados nesta, atenuados em parte pelo crescimento da produção em outras regiões do país.

O milho passou por pequena expansão, da ordem de 6,8%. O mais importante é que na década de 1970 ele ainda tinha como principal destino a alimentação de animais, mas nos anos 1980 passou a abastecer a moderna agroindústria paranaense, assimilando a dinâmica da agropecuária moderna que ganhou força no estado.

O trigo e a cana de açúcar foram os produtos que passaram por maior expansão entre 1980 e 1989, com a produção crescendo 102% e 172,9%, respectivamente. Ambos tiveram influência governamental : o trigo, beneficiado pela política de incentivo à sua produção nacional, enquanto a produção canavieira beneficiou-se do Pró-Álcool e da regulação exercida pelo Instituto do Açúcar do Álcool (IAA).

Tabela 3.11 - Produção dos principais produtos agrícolas do Paraná 1980-1989

Produtos	Total (toneladas)			Variação 1980-85 (%)	Variação 1985-89 (%)	Variação 1980-89 (%)
	1980	1985	1989			
Algodão	537.102	805.320	853.661	49,9	6,0	58,9
Arroz	472.769	248.190	288.644	-47,5	16,3	-38,9
Feijão	512.199	397.527	319.917	-22,4	-19,5	-37,5
Milho	4.999.865	5.178.420	5.338.759	3,6	3,1	6,8
Soja	4.794.467	3.711.333	4.817.438	-22,6	29,8	0,5
Trigo	1.295.474	2.230.309	2.617.017	72,2	17,3	102,0
Cana	4.274.563	10.085.551	11.664.765	135,9	15,7	172,9
Café	493.726	454.029	373.473	-8,0	-17,7	-24,4
Mandioca	936.310	1.623.041	1.887.651	73,3	16,3	101,6

Fonte: IBGE

Nota: Médias dos triênios 1979-80-81, 1984-85-86 e 1988-89-90.

O trigo, no entanto, perderia os elevados patamares de preços garantidos pelo Estado em 1986, gradativamente vigorando preços mais próximos aos praticados no mercado. Com isso, seus rendimentos reduziram-se e sua produção mostrou índices cada vez menores de expansão. Algo similar ocorreu com a cana de açúcar, com o posterior abandono do Pró-Álcool.

A forte expansão do algodão (herbáceo) no primeiro quinquênio deveu-se à implantação do Plano de Recuperação da Cotonicultura do estado do Paraná, que converteu o estado no principal produtor nacional a partir de 1980. Como foi já visto, a cotonicultura se transformou numa alternativa ao cultivo do café no Norte do estado para os estabelecimentos menores. Trintin (2006) chama atenção à tendência manifestada pelo algodão, com a produção tendo crescido menos que o incremento de sua área. Essa cultura passaria a partir de fins da década a sofrer declínio no estado, impulsionado posteriormente pela concorrência decorrente da abertura econômica.

Entre as culturas que perderam espaço na pauta produtiva, destacamos o café e o arroz, além do feijão. Essas culturas já vinham apresentando resultados ruins desde a década anterior. Trintin (2006) afirma que essas três culturas estavam associadas no Norte do estado e a substituição do café a partir de meados da década de 1970 arrastaria a produção de feijão e de arroz, pouco rentáveis se comparadas ao trigo ou a soja ou ainda à cana, produtos que ganharam espaço a partir da modernização do campo paranaense. Esses três últimos são praticados em estabelecimentos de área relativamente maior que os primeiros, tendo o processo de concentração fundiária colaborado para sua expansão. Mais adiante veremos como avançou a concentração fundiária nos anos 1980.

Praticada em estabelecimentos de área inferior a 50 hectares, a cultura do feijão atingiria a maior safra da década em 1982, seguindo tendência de redução até o patamar mínimo verificado em 1989. Mesmo assim, o Paraná fechou a década como principal produtor nacional.

Tabela 3.12 - Área dos principais produtos agrícolas do Paraná 1980-1989

Produtos	Área (hectares)			Variação 1980-85 (%)	Variação 1985-89 (%)	Variação 1980-89 (%)
	1980	1985	1989			
Algodão	309.530	425.708	458.364	37,5	7,7	48,1
Arroz	329.820	178.900	166.254	-45,8	-7,1	-49,6
Feijão	804.821	697.606	607.084	-13,3	-13,0	-24,6
Milho	2.145.760	2.358.257	2.162.663	9,9	-8,3	0,8
Soja	2.339.153	2.039.757	2.263.670	-12,8	11,0	-3,2
Trigo	1.233.827	1.359.360	1.600.276	10,2	17,7	29,7
Cana	62.098	140.764	156.484	126,7	11,2	152,0
Cafê	651.940	441.794	474.765	-32,2	7,5	-27,2
Mandioca	49.034	81.763	88.312	66,7	8,0	80,1

Fonte: IBGE

Nota: Médias dos triênios 1979-80-81, 1984-85-86 e 1988-89-90.

Se somarmos os dados da evolução da área dos principais produtos, vemos que houve redução da área total na primeira metade dos anos 1980. A área colhida dos produtos listados nas tabelas 3.11 e 3.12 totalizava 7.925.984 de hectares em 1980 e passaria para 7.723.909 em 1985³⁵, enquanto a produção desses mesmos itens passou de 18.316.476 toneladas em 1980 para 24.733.720 em 1985, revelando forte aumento de produtividade. Essa tendência foi ainda mais pronunciada na segunda metade dos anos 1980.

Se confrontarmos os dados da produção com aqueles das áreas das respectivas culturas, vemos que, de maneira geral, houve uma ampliação da razão entre toneladas de produtos e hectares colhidos, como mostra a tabela 3.13. A única exceção para essa tendência foi o feijão.

Tabela 3.13 - Razão entre produção em toneladas e hectares de área colhida para as principais culturas paranaenses 1980-1989

Produtos	1980	1985	1989	Varição (%)
Algodão	1,74	1,89	1,86	7,33
Arroz	1,43	1,39	1,74	21,12
Feijão	0,64	0,57	0,53	-17,2
Milho	2,33	2,2	2,47	5,94
Soja	2,05	1,82	2,13	3,83
Trigo	1,05	1,64	1,64	55,75
Cana	68,84	71,65	74,54	8,29
Café	0,76	1,03	0,79	3,87
Mandioca	19,1	19,85	21,37	11,94

Fonte: IBGE

Nota: Médias dos triênios 1979-80-81, 1984-85-86 e 1988-89-90

De maneira geral, o resultado do setor agropecuário na segunda metade da década de 1980 foi comprometido pela valorização cambial, além de alguns impactos naturais sobre algumas culturas. Se compararmos a evolução física, em toneladas, da produção das principais culturas, listadas na tabela 3.11, vemos que o incremento foi de cerca de 35% para o período 1980-85 e de menos de 14% para o período subsequente (1985-89), segundo dados do IBGE. A redução da atividade agrícola, de acordo com Trintin (2006), estaria ainda associada à expansão da pecuária por que o estado passaria. De fato, segundo dados do IBGE, as pastagens artificiais, que em 1975 perfaziam 21% do total da área de

³⁵ Esses valores referem-se à média do triênio 1979-80-81 e 1984-85-86.

estabelecimentos agropecuários, passariam a tomar 27,4% desse total em 1985, ampliando esse número ainda mais na década seguinte.

Além do cenário recessivo, a continuidade da modernização do campo esbarrou na diminuição dos créditos concedidos, importantes para a expansão da produção. A tabela 3.14 traz os índices de evolução para o crédito rural e suas três modalidades (Comercialização, Custeio e Investimento). Os dados apontam de forma inconteste para essa redução no decorrer da década. Houve alguma recuperação em meados da década, principalmente em 1986, ano em que o fluxo superou o valor de 1980, exceto para o crédito de comercialização, que mesmo assim mostrou recuperação em relação a 1984.

Tabela 3.14 - Índice de evolução do fluxo de crédito rural* para o Paraná 1980-1989 (1980=100)

Anos	Total Crédito			
	Rural	Comercialização	Custeio	Investimento
1980	100,0	100,0	100,0	100,0
1981	94,5	114,2	85,9	83,2
1982	90,7	77,4	99,3	78,3
1983	72,6	59,8	76,6	90,6
1984	53,2	40,3	60,7	47,7
1985	68,3	48,7	79,9	58,4
1986	104,3	54,3	103,9	285,0
1987	82,7	49,5	101,2	73,0
1988	66,4	38,1	83,9	46,4
1989	43,8	22,1	59,0	16,1

Fonte: BACEN.

*Índice elaborado com base em valores em Reais de 2000

IPARDES (1991) e Trintin (2006) reconhecem que, apesar das tendências gerais indicarem o prosseguimento do processo de modernização, tanto o contexto nacional recessivo, quanto o desmanche dos principais mecanismos de financiamento, incluindo a redução da concessão de crédito rural fizeram que a modernização nos anos 1980 passasse por considerável desaceleração.

Com o encerramento das possibilidades de compra de terras livres pelo fim da fronteira agrícola no estado, ampliaram-se as substituições de culturas e o peso da incorporação de técnicas e insumos modernos para que incrementos de produtividade pudessem ser alcançados.

Vimos no capítulo anterior que a modernização agropecuária no Paraná alterou profundamente sua estrutura produtiva, tendo como principais vetores a soja e o trigo e em

menor monta a cana de açúcar. Associado a esse movimento ocorreu um processo de forte concentração fundiária, dado que essas culturas são praticadas em grandes propriedades. Embora o cenário nacional tenha contribuído para que a velocidade com a qual se desenrolava esse processo diminuísse no Paraná, a concentração fundiária teve prosseguimento em ritmo acelerado.

Grupos de área total em hectares	1970			1975			1985		
	Estabelecimento		Área de lavouras	Estabelecimento		Área de lavouras	Estabelecimento		Área de lavouras
	N.º	%		N.º	%		N.º	%	
Menos de 50	513.897	92,7	72,8	431.814	90,3	58,4	415.731	89,15	33,13
50 ou mais	40.591	7,3	27,2	46.639	9,7	41,6	50.502	10,85	66,87
TOTAL	554.488	100	100	478.453	100	100	466.233	100	100

Fonte: FIBGE - Censo Agropecuário

A tabela 3.15 corrobora esse fato, mostrando que entre 1975 e 1985 houve redução do número de estabelecimentos com área inferior a 50 hectares e aumento do outro grupo. Destarte, em 1985, 10,85% dos estabelecimentos agrícolas no estado controlavam 66,87% da área de lavouras. Isso é reflexo direto da modernização e seus efeitos.

Trintin (2006) aponta que os grupos que mais cresceram foram os situados com área entre 100 e 1000 hectares, com aumento do número de estabelecimentos e de parcela da área total. Segundo seus dados, em 1985, 0,33% do número total de estabelecimentos, o equivalente a 1.548 unidades, possuía área correspondente a 18% da área total dos estabelecimentos no Paraná. Em 1970, esse grupo perfazia apenas 3,4% do total de área de lavouras.

Outro reflexo da modernização que teve prosseguimento nos 1980 remete ao trabalho no campo. Os dados da tabela 3.16 mostram que o número total de pessoas ocupadas na agropecuária paranaense caiu mais de 10%, com uma redução absoluta superior a 224 mil trabalhadores.

Pessoal ocupado*	1975		1985	
	Abs.	%	Abs.	%
Em trabalho permanente	179.077	8,6	167.798	9,1
Em trabalho temporário	161.851	7,8	254.404	13,7
Responsável e membros não-remunerados da família	1.674.046	80,5	1.374.983	74,1
Outros	64.200	3,1	57.878	3,1
Total	2.079.174	100,0	1.855.063	100,0

Fonte: IBGE apud Trintin (2006)

*Inclui homens e mulheres

A principal redução se deu no grupo formado por responsável e membros não-remunerados da família, aspecto relacionado ao processo de concentração fundiária. Foi notável também a redução dos trabalhadores permanentes. Esse grupo diminuiu por conta da alteração na pauta de produtos, com a redução da participação das culturas permanentes, notadamente o café, ao passo que culturas temporárias (soja e trigo) ganharam espaço.

Faz-se necessário apontar o fato de que a redução no número de trabalhadores rurais evidenciada por Trintin (2006) parece ter ficado subestimada pela opção de uso do ano de 1975 para dados. Se olharmos para os dados dos censos demográficos de 1980 e 1991, encontramos uma diferença para menos, da ordem de 906 mil habitantes rurais, número largamente superior aos 224 mil trabalhadores encontrados por Trintin³⁶.

O quadro social, portanto, relacionado ao trabalho no campo paranaense se agravou. A concentração fundiária, a redução do número de trabalhadores e o emprego crescente de técnicas e equipamentos modernos, com menor absorção relativa de trabalho humano foram fatores importantes de expulsão de pessoas do campo paranaense, tendo como principais destinos outros estados e a Região Metropolitana de Curitiba.

Paralelamente, o crescimento da indústria no estado e das cidades, particularmente Curitiba, contribuiu para que o processo de urbanização no estado se intensificasse. Segundo dados da PNAD, em 1981 a taxa de urbanização do estado era da ordem de 60,22%, proporção que passou para 68,93% em 1989.

Os fluxos para fora do estado, tendo São Paulo como principal destino, seriam responsáveis pela inversão do saldo acumulado para o estado, passando o Paraná à condição de expulsador líquido.

Tabela 3.17 - Entradas e saídas de migrantes do Paraná. Fluxos acumulados 1980-1991		
	1980	1991
Total de Entradas	2.064.847	1.759.688
Total de Saídas	1.259.872	1.914.358
Saldo	804.975	-154.670

Fonte: IBGE - Censos Demográficos

³⁶ Segundo os dados do IBGE, a população rural no Paraná entre 1980 e 1991 passou de 3.157.343 para 2.250.760, enquanto a população urbana passou de 4.472.506 para 6.197.953 pessoas para o mesmo período. Os dados são dos Censos Demográficos.

A exemplo do que ocorrera na década anterior, as migrações para fora do estado acabaram por atenuar as pressões sociais internas ao Paraná. No entanto, vale lembrar, a situação não seria de fácil acomodação. Os fluxos migratórios, especialmente para a Região Metropolitana de Curitiba eram compostos principalmente por trabalhadores rurais desempregados no processo de modernização, de baixa renda. Eles buscariam empregos e habitação num contexto perverso para o país, marcado pela crise do Estado e o processo inflacionário que incentivou estratégias defensivas por parte das empresas.

O setor agropecuário paranaense passou, portanto, no período de 1980 a 1989, pela continuação dos estímulos lançados na década anterior, ampliando os reflexos sobre a pauta de produtos, concentração fundiária e mercado de trabalho, mantendo relações cada vez mais próximas com a indústria. Seu desempenho poderia ter sido ainda superior, não tivesse sido abalado pelo período recessivo por que passava o país, agravado pelo desmanche que tomara conta dos mecanismos estatais voltados para o incentivo à produção e ao crescimento econômico. Esse movimento, em nível nacional, ganharia força a partir da década de 1990, quando passam a vigorar as políticas neoliberais. Por ora, passemos a ver como se comportou a indústria paranaense durante a “década perdida”.

3.2.2) Principais transformações na indústria 1980-1989

Nesta seção veremos que na indústria paranaense houve a concretização e prosseguimento das trajetórias vistas nos anos 1970, quando novos setores passaram a incorporar a estrutura industrial do estado, notadamente a petroquímica e aqueles ligados ao complexo metal-mecânico. O desempenho industrial foi beneficiado pelos investimentos do governo federal tratados no capítulo anterior, bem como pela continuidade do programa de atração de investimentos levado pelo governo estadual. Dessa forma, na década de 1980, cresceu a participação do ramo de materiais de transporte, com reduções relativas na participação dos ramos mais tradicionais no estado. Entretanto, ao fim da década os produtos alimentares mantinham ainda a posição de maior destaque no perfil industrial do estado, excluindo-se a química, cuja participação era elevada, graças às atividades da Petrobrás. Oliveira (1994) afirma que contribuiu muito para tanto o cenário brasileiro marcado pelas altas taxas de juros, inflação crescente e o problema da dívida externa,

cenário que prejudicou fortemente o desempenho das indústrias mais dependentes do mercado interno nacional, como as do complexo metal-mecânico.

Por conta das dificuldades em termos de fontes estatísticas já advertidas por Cano (2008), tentaremos ver, em primeiro lugar, o movimento da indústria paranaense entre 1980 e 1985, para depois identificarmos questões pertinentes ao período como um todo. Essa abordagem é ainda interessante por conta dos diferentes comportamentos que tem a economia paranaense nos dois períodos, algo que ficará mais nítido quando virmos como evoluiu a participação relativa dos gêneros industriais.

O período 1980-85 para a indústria no Paraná não fugiu do cenário recessivo brasileiro. As tabelas 3.5 e 3.6 mostram não apenas o pífio crescimento na primeira metade da década, da ordem de 1,1% para o período com um todo, como também mostra que se deu num patamar inferior ao da agricultura. Com isso, a indústria perderia pontos de participação no Produto paranaense. Apesar da mudança desse cenário na segunda metade da década, o período 1980-89 marcaria a queda relativa da participação industrial em relação à agropecuária em termos de PIB.

Os números mostram, entretanto, que não haveria reversão do cenário da década anterior, em que a indústria ultrapassou a participação relativa da agropecuária. De fato, mesmo com a redução, a indústria manteve-se sempre em patamar superior. Em 1980, a agropecuária era responsável por 19,4% do PIB paranaense, ao passo que a indústria perfazia 28,8%. Ao final dos anos 1980, essa última encontrava-se em 26,3%. A participação agropecuária perderia mais ainda, atingindo 14%, sendo que o setor de serviços, que não integra o foco deste trabalho, se aproximou de 60%.

Embora tivesse perdido alguma expressão em termos estaduais, a indústria paranaense, notadamente a de transformação, manteve expansão superior à do Brasil, o que levou, como mostra a tabela 3.18, à ampliação da sua participação em termos nacionais. Em 1980, essa cifra era de 4,3%, sendo ampliada para 4,9% em 1985.

Não basta, entretanto, saber que houve avanço na produção, em termos gerais, da indústria no Paraná. Faz-se necessário descer ao nível dos gêneros para podermos analisar, para os diferentes sub-períodos, como foi o comportamento dos diversos componentes da indústria. Para tanto, apresentamos a tabela 3.19, que contém dados da evolução dos principais gêneros industriais paranaenses para 1980, 1985 e 1989.

Tabela 3.18 - Participação paranaense na indústria de transformação 1970-85

1970	3,1
1980	4,3
1985	4,9
1989	5,3

Fonte: IBGE - Censos Industriais apud Cano (2008).

Na primeira metade dos anos 1980, pior período da década para a indústria, destacaram-se os gêneros Fumo, Material de transporte, Bebidas, Papel e papelão e Produtos alimentares.

Tabela 3.19 - Índice de evolução real da Indústria de Transformação, segundo principais gêneros, no Paraná 1980-1989 (1980=100)

Gênero	1980	1985	1989
Minerais não-metálicos	100	79	94
Metalurgia	100	103	119
Mecânica	100	89	148
Material elétrico e de comunicação	100	118	117
Material de transporte	100	233	276
Madeira	100	52	57
Mobiliário	100	59	72
Papel e papelão	100	132	154
Química	100	114	133
Têxtil	100	100	78
Produtos alimentares	100	121	194
Bebidas	100	159	251
Fumo	100	592	961

Fonte: IPARDES

O gênero Fumo apresentou forte crescimento pela instalação de fábrica da Philip-Morris, num processo que Cano (2008) identificou como decisão estratégica de levar a produção para os estados sulinos, antes concentrada em SP e RJ.

Material de Transportes, por sua vez, teve como explicação para o avanço considerável o início das atividades da Volvo no estado, que passou a construir veículos pesados, como ônibus e caminhões.

Já Bebidas teve sua expansão radicada na produção de cerveja e bebidas derivadas da cana de açúcar, que teve forte expansão no estado. Produtos alimentares foram

beneficiados pelo bom desempenho agropecuário, aproveitando-se do cenário nacional para ampliar as exportações.

Papel e papelão tiveram bom desempenho também, resultado dos investimentos do II PND que instalou no Paraná importante fábrica de papel de imprensa em termos nacionais.

Entre os gêneros que passaram por dificuldades entre 1980 e 1985, destacamos Madeira, Minerais não-metálicos e Mecânica. A Madeira, por esgotamento de fontes supridoras locais, fruto da ocupação intensa e rápida que ocorreu no estado. Os minerais não-metálicos sofreram influência do ruim resultado da indústria de construção civil no período. A Mecânica sofreu fortemente os efeitos da crise em nível nacional a partir de 1982.

Gênero	1980	1985	1989
Minerais não-metálicos	7,7	5,0	5,6
Metalurgia	3,2	2,2	2,8
Mecânica	4,5	5,4	6,4
Material elétrico e de comunicação	3,6	4,4	6,0
Material de transporte	2,1	4,0	7,2
Madeira	15,1	7,2	6,1
Mobiliário	3,7	1,9	2,5
Papel e papelão	6,1	6,1	7,3
Química	24,4	24,8	19,7
Têxtil	4,4	3,8	4,8
Produtos alimentares	16,1	25,9	18,4
Bebidas	1,0	1,9	2,0
Fumo	0,5	2,7	2,7
Total	92,4	95,3	91,5

Fonte: IPARDES, SEFA

A partir dos dados da tabela 3.20 é possível ver que figuravam em 1980 como os cinco principais gêneros da indústria paranaense a Química, Produtos alimentares, Madeira, Minerais não-metálicos e Papel e papelão, totalizando uma participação de 69,4%. Já em 1985, encontramos Produtos Alimentares, Química, Madeira, Papel e Papelão e Mecânica, somando os mesmos 69,4%.

A única alteração que ocorre na lista dos cinco gêneros com maior participação foi a entrada da Mecânica (5,4) substituindo Minerais não-Metálicos (5,0).

É notável ainda a forte expansão da parcela de participação dos Produtos alimentares. Esse gênero logrou ampliar participação graças à orientação externa de seus componentes, compensando o fator negativo imposto pelo cenário recessivo da década. Com isso, a participação relativa de Produtos alimentares foi ampliada em 50%. O gênero Madeira, por outro lado, teve sua participação reduzida em cerca de 50%, apesar de ainda figurar, em 1985, entre os cinco principais gêneros da indústria paranaense.

Entre os demais gêneros, tiveram participação ampliada Material elétrico e de Comunicações, Material de transporte, Fumo e Bebidas, que, como vimos, passaram por expansão de suas respectivas produções.

Preocupado com o processo de desconcentração industrial em termos nacionais, Cano (2008) apresenta dados relativos aos principais ganhos e perdas na participação no VTI nacional para os estados, no nível de gêneros e alguns ramos. O autor aponta o Paraná como um dos principais ganhadores da década de 1980. Apresentamos em seguida esses dados para o estado do Paraná:

Tabela 3.21 - Indústria de Transformação: principais ganhos ou perdas paranaenses entre 1980 e 1985 na participação nacional do VTI (%)

Ganhos	%	Perdas	%
Alimentares	3,5	Mobiliário	0,1
Bebidas	1,8	Prod. Metal	0,3
Fumo	0,5	Outros Prod. Químicos	0,8
Têxtil	1,0	Madeira	3,1
Vestuário	0,4	Borracha	0,4
Editorial	0,4	Equip. Médicos, Automação e Cine-Foto	0,3
Diversas	2,8	Outros Equip. Transporte	0,8
Perf., sabões e velas	1,7		
Couros e peles	0,1		
Mín. Não-Met.	0,3		
Metalúrgica Básica	0,9		
Derivados de Petróleo e Álcool	1,1		
Papel	0,6		
Mat. Plástico	0,8		
Mecânica	1,0		
Mat. Elétrico	1,5		
Veículos Automotores	2,2		
TOTAL de pontos ganhos	20,6	TOTAL de pontos perdidos	5,8
Total (ganho em termos de VTI total)	0,6		

Fonte: Cano (2008). Dados Brutos dos Censos Industriais 1980 e 1985

Nota: Classificação anterior a CNAE 85

De fato, os dados da tabela 3.21 mostram que o Paraná ganhou participação percentual em diversos gêneros, principalmente em Produtos alimentares, bebidas e veículos automotores, com crescimento para o período superior à média nacional. A principal perda foi no gênero Madeira, pelas razões já comentadas.

Tabela 3.22 - Participação de gêneros da indústria paranaense no VTI nacional 1970-1985 (%)

Gênero	1970	1980	1985
Minerais não-metálicos	3,81	5,82	6,12
Metalurgia	0,87	1,22	1,04
Mecânica	1,45	1,93	2,89
Material elétrico e de comunicação	0,31	2,45	3,95
Material de transporte	0,69	1,22	3,06
Madeira	27,83	24,56	21,49
Mobiliário	5,79	9,18	8,63
Papel e papelão	6,33	8,68	9,29
Borracha	1,25	1,65	1,32
Couros e Peles	4,05	3,76	5,29
Química	2,41	7,26	6,04
Farmac. E Veterinária	x	0,40	0,42
Perfum., sabões e velas	0,65	1,06	2,83
Matérias Plásticas	2,02	2,52	3,35
Têxtil	2,82	3,00	4,03
Vest. Calçados	0,48	1,08	1,27
Produtos alimentares	5,48	7,05	10,55
Bebidas	4,01	3,64	5,37
Fumo	x	2,99	3,48
Editorial e gráfica	2,67	2,19	2,45
Diversas	1,21	1,60	2,74

Fonte: Censos Industriais 1980 e 1985

Pelos dados da Tabela 3.22 podemos verificar a participação por gêneros do VTI paranaense no VTI nacional. As principais mudanças devem ser creditadas ao processo de modernização de que tratamos no capítulo anterior, alterando estruturas tanto no setor agropecuário, quanto no industrial. Desse modo, mesmo naqueles gêneros tradicionais em que a participação paranaense manteve-se elevada (como Madeira, Produtos Alimentares, etc) vemos modificações, ganhando espaço aqueles produtos que requerem maior grau de beneficiamento. No gênero Madeira, por exemplo, cuja participação paranaense foi a maior do país, serrarias e resserrados deram espaço para chapas e compensados de madeira. Sua

participação, no entanto, mostra claro trajeto de redução, ao passo que foram se esvaindo as florestas naturais de araucárias no estado.

Para os Produtos Alimentares, o beneficiamento e torrefação de café dariam lugar a café solúvel, ganhando participação ainda o ramo de alimentos e refeições conservadas, que beneficiou-se do aumento do mercado urbano para este tipo de consumo. A estruturação e modernização da agroindústria paranaense foram fundamentais para a ampliação da participação do seu VTI em relação ao total nacional. A urbanização aliada ao bom desempenho da indústria de construção civil também contribuiu para a expansão relativa do VTI paranaense de Minerais não-Metálicos, gênero para o qual ganharam destaque as produções de cimento e fibrocimento em detrimento de telhas e lajotas.

A Química mostrou radical alteração de sua composição, tradicionalmente marcada pela alta participação dos óleos vegetais. A partir de 1977 passou a contar com a produção petroquímica da Petrobrás, fazendo com que o VTI paranaense desse gênero ganhasse participação nacional. Tratamos mais adiante de forma mais detida das transformações intra-gêneros. Por ora, vale reter o sentido das transformações na estrutura industrial paranaense, alterando os pesos relativos da participação por segmentos industriais do VTI paranaense no nacional em favor principalmente de Produtos Alimentares e Química (setores que já detinham alguma relevância em nível nacional), mas também para Papel e Papelão e Mobiliário. As indústrias que compõem o grupo da Metal-Mecânica também passaram por expansão, contando ainda, no entanto, com participação reduzida em termos de VTI nacional.

Trintin (2006) e Cano (2008) identificam nos anos 1980 a continuação da transformação do perfil industrial paranaense, em que ganharam peso processos que incorriam em maior transformação do produto, mesmo para os gêneros mais tradicionais. De acordo com Magalhães Filho (2006), o cenário recessivo em nível nacional, marcado pela incerteza, taxas reduzidas de crescimento e inflação impôs aos agentes mais dinâmicos uma reformulação nas suas estratégias de expansão. Não podiam apoiar-se nos elementos característicos do forte crescimento dos anos 1970. Assim, foram obrigados a adotar estratégias que surtiram impactos positivos sobre seu nível de competitividade.

Faz-se ainda necessário advertir que mesmo para os produtos que não apresentaram desempenho positivo e tiveram participação relativa reduzida, a dinâmica de modernização

e ampliação da participação de atividades mais elaboradas foi verdadeira. Trintin (2006) aponta, sobre o tema, a elevação da participação de grupos como abate de animais (especialmente frangos), refino de óleos vegetais, produtos de milho e produção de rações, além de café solúvel, em detrimento de beneficiamento de café, cereais e afins. Mesmo assim, esse ainda era em 1985 o grupo mais representativo do gênero Produtos alimentares, perfazendo pouco mais de 30% do seu Valor Adicionado.

Para o gênero Madeira, ganharam espaço chapas e placas de madeira e artefatos de madeira, caindo a participação de serrarias. Mesmo assim, esse último grupo tinha participação no Valor Adicionado do gênero superior a 60%.

A indústria têxtil passaria a contar mais pesadamente com a fiação de algodão, além da fiação e tecelagem do linho e rami e tecidos de malha, caindo a participação do grupo beneficiamento de fibras têxteis.

A tabela 3.23 traz os principais grupos que compunham os gêneros mais recentes na estrutura industrial do Paraná para o ano de 1985. No gênero Química é perceptível o impacto que o início das operações da Petrobrás teve, com os Produtos de refino do petróleo e álcool atingindo quase 60% do seu Valor Adicionado³⁷.

No gênero Papel e papelão os destaques foram o papel de imprensa, papelão, cartolina e cartão e embalagens. Esses últimos tiveram participação ampliada em relação à década anterior.

Na Mecânica, o principal grupo era o de Máquinas e aparelhos para a agricultura, que encontrou forte demanda no próprio estado, mas também em áreas de destaque agropecuário fora do estado, como Rio Grande do Sul e Centro Oeste.

O grupo Material elétrico e de comunicação passou a contar na década de 1980 com participação pesada de aparelhos eletrônicos, com destaque para os mini e microcomputadores³⁸, produção que era bastante inexpressiva na década anterior.

³⁷ Em 1985 o IBGE retirou o grupo de Óleos Vegetais do gênero Química e incluiu-o no de Produtos Alimentares, assim como fez Cano (2008). Não obstante, em 1979, como aponta a tabela 2.22 do capítulo anterior, a participação de combustíveis e lubrificantes no gênero já era largamente superior a de óleos vegetais. Aqui decidimos por mantê-lo nos seu gênero original, uma vez que o refino de óleos figurava antes de 1970 como uma das principais atividades industriais do estado, como vimos no cap. 1. Assim é possível ver como se alterou a estrutura produtiva no gênero, que passou de um perfil tradicional a moderno.

³⁸ Vale lembrar que a essa época essas nomenclaturas designavam unidades menores que os tradicionais computadores industriais e não unidades domésticas que se tornaram populares nos dias atuais, como *notebooks* e pequenos *desktops*.

Tabela 3.23 - Participação no Valor Adicionado dos diferentes grupos nos gêneros Química, Papel e papelão, Mecânica, Material elétrico e de comunicação e Material de transporte no Paraná 1985 (%)

Indústrias	Participação no gênero
Química	
Produtos do refino do petróleo e álcool	59,58
Óleos vegetais em bruto (inclusive subprodutos)	15,19
Adbos, fertilizantes e corretivos do solo	9,49
Papel e papelão	
Papel	77,43
Celulose e pasta mecânica	4,31
Papelão, cartolina e cartão	8,87
Embalagens	4,39
Papel de embalagens	3,81
Mecânica	
Refrigeradores, Geladeiras, balcões, outros	22,52
Máquinas ferramentas, oper. Aparelhos	23,91
Máquinas e aparelhos para a agricultura	48,22
Fabricação e montagem de tratores e outros	1,08
Material elétrico e de comunicação	
Geradores, transformadores, subestações	7,17
Materiais elétricos (exceto para veículos)	16,14
Materiais elétricos p/ veículos	2,64
Material eletrônico básico	0,87
Aparelhos, eqptos. Eletônicos, fitas e discos magnéticos	42,97
Aparelhos e eqptos. para comunicação	21,49
Material de Transporte	
Fab. e montagem de veículos automotores	90,61
Fabricação de cabines e carrocerias	7,91
Fabricação de bicicletas, motocicletas, etc.	0,31
Fabricação de outros veículos	0,22

Fonte: Paraná (1988) apud Trintin (2006)

* Aqui o grupo Óleos Vegetais faz parte do gênero Química, mas o IBGE e Cano (2008) recalcularam as participações incluindo esse grupo em Produtos Alimentares.

Já Material de Transportes apresentou como principal grupo a Fabricação e montagem de veículos automotores, tendo como principal expoente a Volvo, produzindo ônibus e caminhões, o que alterou substancialmente o perfil do gênero em relação à década anterior.

Cano (2008) e Trintin (2006) também exploram a evolução da estrutura produtiva da indústria em termos de Categorias de uso. Usaremos aqui os dados de Cano (2008), por questões metodológicas.

A expansão dos Bens de Consumo não-Durável entre 1980 e 1985 é explicada pelo excepcional desempenho da indústria de alimentos e bebidas. Nunca é demais repetir que o

contexto recessivo contribuiu para que esse perfil de indústria fosse beneficiado, mais atrelado ao mercado internacional.

Tabela 3.24 - Distribuição da produção industrial do Paraná e do Brasil, por categorias de uso 1980-1985

Categoria de uso	Paraná		Brasil		% do PR no BR	
	1980	1985	1980	1985	1980	1985
Bens de Consumo não-Durável	36,7	40,5	33,9	33,2	4,7	6
Bens Intermediários	52,9	44	41	42,4	5,7	5,2
Bens de Capital e Consumo Durável	10,4	15,5	25,1	24,4	1,8	3,1
Total	100	100	100	100	4,4	4,9

Fonte: Cano (2008). Dados brutos do IBGE.

Nota: Ver apêndice estatístico de Cano (2008) para os ramos que compõem cada grupo.

O de Bens Intermediários sofreu retração de sua participação frente aos outros dois grupos. Curioso notar que Cano (2008) apontou esse grupo, em termos nacionais, como aquele que sofreu os impactos do contexto recessivo de forma menos intensa. No Paraná, teve esse comportamento por conta dos gêneros Madeira e Minerais não-Metálicos principalmente.

Já o de Bens de Capital e de Consumo Durável teria sua participação ampliada no estado, devido ao bom desempenho do gênero Material de Transporte, mas também pela expansão de Material elétrico e de comunicações. Desse modo, a participação da indústria paranaense na do Brasil foi ampliada, como vemos na tabela 3.24. Os ganhos do estado para os Bens de Consumo não-Durável, Bens de Consumo durável e Bens de Capital foi superior à perda relativa dos Bens Intermediários. O Paraná se consolidou como o quinto principal parque industrial do país, atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Em termos de categorias de uso, portanto, o Paraná seguiu rumo bastante distinto daquele verificado em termos nacionais. Os Bens Intermediários passaram por perda de participação, ao passo que os outros dois grupos experimentaram ampliação. No Brasil, ocorreu exatamente o reverso. Esse comportamento está associado a dois determinantes de ordem geral de significativa importância para o entendimento do que ocorreu na economia paranaense no decorrer da década de 1980.

Em primeiro lugar, vale lembrar que o Paraná despontou ao fim dos anos 1970 como importante centro abastecedor de alimentos nacional. A modernização do campo paranaense e a concentração e desenvolvimento industrial do estado contribuíram para que se consolidasse no Paraná uma indústria de alimentos moderna, tecnificada e que atuava em

nível nacional e inclusive internacional. Uma vez no contexto recessivo da década de 1980, foram exatamente esses setores que conseguiram passar por maior expansão, aproveitando-se do mercado internacional e das desvalorizações cambiais da moeda brasileira na primeira metade da década.

Em segundo lugar, temos ainda a expansão iniciada em fins dos anos 1970 de segmentos modernos da indústria paranaense, incentivada pesadamente por recursos do governo estadual. Contando com infra-estrutura relativamente recente e incentivos governamentais, muitas empresas passariam a se localizar em território paranaense, vindas de outros estados ou mesmo outros países. Destarte, foi possível manter no Paraná um nível razoável de investimentos industriais, superior àquele verificado para o país. O principal destaque foi a entrada da Volvo, mas outros aconteceram no decorrer da década. Mesmo com a crise por que passava o Estado Nacional, é possível atribuir parcela do relativo sucesso paranaense aos investimentos estatais, pois operavam durante o período de crise aqueles investimentos realizados na década anterior e no início dos 1980 (como a refinaria de Araucária, por exemplo).

No tocante à concentração em termos de empresas³⁹, houve prosseguimento das tendências apontadas na tabela 2.27 (capítulo 2). A concentração, não custa retomar, ocorreu de forma generalizada, porém de forma diferenciada de acordo com a realidade de cada setor. Mesmo assim, foi importante a presença de grandes empresas, mesmo para aqueles gêneros em que o número total de empresas era elevado, como o caso dos Produtos Alimentares.

IPARDES (1994) faz um estudo da competitividade da indústria paranaense e aponta, num número elevado de casos, a presença de grandes empresas nos diferentes gêneros. Dessa forma, além da elevada participação das grandes empresas nos ramos abordados pela tabela 2.24, destacamos os gêneros de Materiais de transporte, com a presença da Volvo, Bosch, Nippondenso, Bernard Krone e Randon. Nesse gênero, o segmento de Fabricação e montagem de veículos automotores, correspondia a 33% do total de empresas atuantes no gênero, sendo responsáveis por 95,68% do seu Valor Adicionado. No complexo metal-mecânico em geral, é particularmente forte a presença de grandes empresas e suas respectivas participações, como mostra IPARDES (1994).

³⁹ Trintin (2006) apresenta análise do peso das maiores empresas em gêneros selecionados para 1991.

Um fator que cooperou para que essa concentração prosseguisse foi o próprio cenário nacional, com complicações postas para empresas de diversos portes. Entretanto, é sabido que empresas de porte maior dispõem de recursos e ferramentas mais eficientes para contornar períodos recessivos. Isso se explica por movimentarem quantidade elevada de recursos financeiros, ou ainda por isoladamente serem responsáveis por parte considerável do produto de um determinado gênero, podendo ter maior controle sobre custos e preços praticados, de acordo com a realidade de cada setor.

Por fim, a política explícita de incentivos fiscais e não-fiscais por parte do governo estadual do Paraná e do governo municipal de Curitiba contribuiu para que um número maior de setores passasse a contar com a presença de grandes empresas, especialmente estrangeiras.

Em termos da concentração regional da indústria no interior do estado, vê-se pelos dados da tabela 3.25 que teve continuidade a tendência de concentração industrial na Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

MRH	1974	1985
Curitiba	30,34	48,46
Campos de Ponta Grossa	13,61	8,99
Norte Novo de Jacarezinho	2,53	2,85
Norte Velho de Londrina	14,79	11,57
Norte Novo de Maringá	4,42	4,56
Norte Novo de Apucarana	2,25	2,28
Norte Novíssimo de Umuarama	3,3	1,99
Extremo-Oeste Paranaense	5,79	4,28
Campos de Guarapuava	5,15	2,08
Sudoeste Paranaense	2,44	2,05
Médio Iguaçu	5,31	1,88
TOTAL	89,93	90,99

Fonte: Paraná (1988) apud Trintin (2006)

A concentração espacial da indústria no Paraná decorre dos elementos tratados no capítulo 2. De forma rápida, a RMC contava com infra-estrutura urbana e de serviços em nível superior ao restante do estado. Contava ainda com considerável contingente populacional. Ademais, situa-se próxima a São Paulo e ao porto de Paranaguá. Se adicionarmos a essas condições os incentivos ligados à Cidade Industrial de Curitiba e o esforço de atração de investimentos por parte do governo estadual, fica fácil entender esse

processo. A RMC, em 1985, tinha participação superior a 60% em 11 dos 20 gêneros industriais. As maiores participações relativas, segundo dados do governo estadual apresentados por Trintin (2006)⁴⁰ eram relativas aos gêneros de Material elétrico e de comunicações (94,7%), Material de transporte (92%), Produtos farmacêuticos e veterinários (91,5%) e Mecânica (90,8%). Mesmo assim, quando olhamos para os gêneros em que a RMC tinha as menores participações, essas atingiam 12,1% para Produtos alimentares e 17,2% para Papel.

Já sabemos os principais gêneros instalados na RMC. Vejamos na tabela 3.26 participação de outras microrregiões no total de gêneros selecionados.

Tabela 3.26 - Participação de microrregiões (exceto Curitiba) no total do Valor Adicionado de gêneros selecionados no Paraná 1985

MRH	Gênero e participação (%)
Campos de Ponta Grossa	Papel (46,1), Têxtil (12,7) e Metalúrgica (12,5)
Norte Novo de Jacarezinho	Perfumes e sabões (14,6) e Produtos alimentares (7,6)
Norte Velho de Londrina	Perfumes e sabões (71,2), Vestuário e calçados (43,4) e Mobiliário (25,1)
Norte Novo de Maringá	Couros, peles (54,9), Borracha (25) e Vestuário e Calçados (15,9)
Norte Novo de Apucarana	Couros, peles (8,8), Têxtil (8,3) e Vestuário e calçados (8)
Norte Novíssimo de Umuarama	Têxtil (11,9)
Extremo-Oeste Paranaense	Produtos alimentares (9,8), Editorial e gráfica (7,8)
Campos de Guarapuava	Bebidas (24,1), Madeira (11,3) e Papel (11)
Sudoeste Paranaense	Produtos alimentares (5,7) e Madeira (4,9)
Médio Iguaçu	Madeira (15,2)

Fonte: Paraná (1988) apud Trintin (2006)

De maneira geral, repetindo aquilo que já se pôde perceber na década anterior, a indústria localizada fora da RMC tende a pertencer a gêneros em que a proximidade em relação à fonte de matéria-prima tem peso mais significativo nas decisões de localização.

A orientação das vendas e a origem das compras da indústria paranaense seguiriam, segundo Trintin (2006), as tendências lançadas na década anterior. Examinemos as tabelas 2.28 a 2.31, apresentadas no capítulo anterior. Vimos naquele capítulo que o Paraná avançou na sua integração com o restante do país, tendo tanto suas vendas como suas compras de outras Unidades da Federação ampliadas. A participação do mercado externo

⁴⁰ Trintin (2006) pgs. 99-102.

também aumentou, tendo diminuído a participação de vendas e compras internas ao próprio estado.

Em 1985, segundo dados da tabela 2.29, vemos que os gêneros que possuem maior parcela relativa de vendas para o exterior foram Couros, peles, etc (16,19% das suas vendas eram para fora do país), Química (15,16%), Produtos alimentares (14,57%), Material de transporte (14,36%), Madeira (11,92%) e Têxtil (7,59%). Note-se que para nenhum deles a participação das vendas para o exterior chega sequer a 20%. Entretanto, foi possível notar que tiveram importância destacada para o desempenho econômico do Paraná, no período 1980-85, especialmente Produtos alimentares, Química, Madeira, e Material de transporte. É válida a ressalva de que esses números não são referentes à participação dos gêneros nas vendas ao exterior. Indicam apenas a orientação das vendas para cada um dos gêneros. Segundo Trintin (2006), em termos de participação nas vendas para fora do país, no ano de 1985, os principais gêneros eram Produtos alimentares e Química, que somados eram responsáveis por mais de 80% das vendas do estado ao exterior.

Entre os gêneros com maior orientação interna ao próprio estado, estavam Bebidas (67,05%), Editorial e Gráfica (66,64%), Produtos alimentares (58,79%), Química (53,01%), especialmente os segmentos pelos quais a Petrobrás era responsável, e Perfumaria, sabões, etc. (53,05%).

Entre os gêneros que se destacaram pelas vendas ao mercado nacional, citamos Material elétrico e de comunicação (78,52%), Fumo (76,31%) e Papel e papelão (76,30%). O mercado nacional foi o principal destino das vendas para 14 dos 20 gêneros. Sua ampliação está ligada à modernização da indústria no estado, com a consolidação da grande empresa capitalista que produz para abastecer o mercado brasileiro como um todo. Os três gêneros destacados são bons exemplos de indústrias instaladas com o intuito de vender para o mercado interno, especialmente São Paulo.

No tocante às compras, foram os maiores importadores Bebidas (15,81%), Material elétrico e de comunicação (15,50%), Material de transporte (14,79%) e Química (10,75%). Parece ser intuitivo que o percentual relativamente elevado de compras externas está associado à incorporação em seus produtos de itens com pouca disponibilidade ou competitividade no mercado nacional.

Os gêneros com destacada participação de compras junto a outros estados foram os Têxteis (84,63%) e Produtos alimentares (80,48%), justamente aqueles característicos por se localizarem prioritariamente no interior do estado, onde são produzidas suas principais matérias primas.

O mercado nacional foi o mais relevante para a maioria dos gêneros, em termos de compras. Os gêneros que mais compraram do resto do país foram Farmacêutica (83,34%) e Vestuário e calçados (78,96%). São gêneros que se aproveitaram de fornecedores melhor estabelecidos fora do estado ou que controlavam a produção de determinada matéria-prima.

Em termos nacionais, Trintin (2006) mostra que os principais parceiros comerciais do Paraná eram São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul⁴¹. Como afirma o autor, o Paraná mantém relações comerciais fundamentalmente com os outros estados sulinos e com o Sudeste. Em 1982 esses quatro parceiros eram responsáveis por quase 90% das compras feitas pelo Paraná frente a outros estados e eram o destino de pouco mais de 80% das vendas feitas para outras UFs.

A análise do período 1985-89 carece da disponibilidade e compatibilidade dos dados de que dispomos para a primeira metade da década. Mesmo assim, a partir dos dados das Tabelas 3.18, 3.19 e 3.20, podemos tecer alguns comentários de ordem mais geral.

Em primeiro lugar, é importante notar que se conservou a trajetória de ampliação da participação paranaense na indústria nacional, atingindo 5,3% do VTI nacional em 1989. A segunda metade da década de 1980 contou, de maneira geral, com melhores resultados para indústria em relação à primeira metade, quando a recessão impôs maiores limitações à produção industrial particularmente.

Desse modo, apenas os gêneros Material elétrico e de comunicações e o Têxtil não apresentaram em 1989, índice de evolução da produção superior ao de 1985. A redução do primeiro foi ínfima, e mesmo assim se manteve em patamar de atividade superior ao verificado em 1980. Já o segundo sofreria dos problemas estatísticos levantados adiante.

Mecânica, Fumo e Produtos Alimentares foram, respectivamente, os gêneros que passaram pelo maior incremento de produção na segunda metade da década. O primeiro foi afetado não só pela recuperação da atividade econômica no país, mas também por novos investimentos no estado. O elevado crescimento de Fumo está associado à relativamente

⁴¹ Trintin (2006) pg. 163.

recente instalação dessa indústria no estado, operando em termos nacionais. Já Produtos Alimentares se beneficiaram da continuação da agroindustrialização no estado, adicionada à recuperação do mercado interno.

O gênero Madeira, que havia sofrido a maior redução no índice de produção, mostrou recuperação pífia, o que contribuiu para que passasse pela terceira maior redução em termos de participação no PIB da indústria paranaense, dando continuidade à trajetória percorrida na primeira metade da década. A redução relativa da Madeira só foi superada pela da Química e de Produtos alimentares. A redução relativa desses dois gêneros ocorreu num contexto de ampliação da produção. Ambos tiveram o nível de produção ampliada entre 1980 e 1985, bem como para o período posterior. O ruim desempenho da indústria, especialmente do grupo Metal-Mecânico, no início da década contribuiu para que a participação relativa dos Produtos alimentares e da Química fosse ampliada. Era de se esperar, com a recuperação de maneira geral do setor, que as suas participações fossem reduzidas, fato que vinha ocorrendo para Produtos Alimentares, particularmente, desde a década anterior.

Os maiores ganhos relativos de participação no produto do setor foram de Material elétrico e de comunicações – repetindo o bom desempenho da primeira metade dos anos 1980 – Mobiliário e Metalurgia. Esses dois últimos tendo se tratado de uma recuperação relativa, uma vez que haviam perdido pontos de participação entre 1980 e 1985.

Se retornarmos, finalmente, ao período 1980-89, vemos que há quatro gêneros cujo desempenho de 1989 ainda permanece abaixo do patamar de 1980. Madeira e Mobiliário continuaram em crise no estado, principalmente pelo esgotamento das florestas naturais. Minerais não-metálicos, sentindo ainda os efeitos da crise do estado e do cenário de desajustes, com reflexo sobre o setor de construção civil, e a indústria Têxtil, que passaria crescentemente a sofrer abalos pela concorrência externa. Cano (2008) chama atenção, no entanto, para o fato de que tanto o gênero Têxtil, como o de Vestuário, apresentaram quedas muito acentuadas nos seus índices de produção a partir de 1980, fato que não parece ter tido contrapartida na realidade de seus produtos⁴².

⁴² Ver Apêndice metodológico de Cano (2008). As razões levantadas pelo autor para questionar os dados desses gêneros seriam: (i) um enorme aumento na informalidade e terceirização do setor; ou (ii) introdução de novas técnicas de produção que rebaixassem fortemente custos e preços, influenciando seu VTI.

Entre os produtos que mais cresceram, figuraram o Fumo, isoladamente o que teve maior crescimento, dadas as condições aqui já mencionadas no início da seção. Material de Transporte que continuou crescendo no decorrer da década, recebendo novos investimentos e Mecânica, mostrando ter se recuperado do primeiro quinquênio ruim. Além desses, Bebidas e Produtos alimentares (respectivamente 3º e 4º lugares em termos de desempenho comparado ao ano de 1980) e Papel e papelão.

Para o período 1980-89 o que se observou em termos da participação dos gêneros industriais em relação ao PIB estadual, foi a queda relativa dos gêneros tradicionais (Madeira e Minerais não-metálicos), tendo Química e Produtos alimentares ainda se mantido como principais produtos industriais do estado. De fato, seu peso relativo vinha caindo desde a década de 1970. Isso foi o que ocorreu também nos anos 1980, especialmente com Madeira, e Minerais não-Metálicos. O gênero Química, embora tenha perdido participação relativa na década, não pode mais ser considerado estritamente tradicional, uma vez que mais de 70% do seu VTI viria do refino e petróleo e fabricação de combustíveis. O desempenho dos Produtos Alimentares, especialmente na primeira metade da década, deu uma sobrevida à sua participação relativa. Essa exceção de modo algum compromete a afirmação de que os produtos tradicionais vinham perdendo espaço desde a modernização da década de 1970.

A lista dos cinco principais gêneros da indústria paranaense em termos de participação percentual no PIB do estado, por sua vez, passou a contar em 1989, por ordem decrescente de participação, com Química, Produtos alimentares, Papel e papelão, Material de Transporte e Mecânica. Somadas, as participações dos gêneros que compõem o grupo Metal-Mecânico no estado atingiram 22,4% do produto, partindo de 13,4% em 1980. Esse grupo passaria cada vez mais a ocupar posição de destaque na economia estadual.

O desempenho econômico do Paraná, portanto, para a década de 1980, nos permitiu apreender em maior grau os frutos do processo de modernização experimentada pelo estado nos anos 1970. Foi possível notar os impactos setoriais e regionais da diversificação produtiva e sua crescente tecnificação.

O desmantelamento dos instrumentos e mecanismos do Estado Nacional, que entre 1950 e 1980 havia participado ativamente do processo de integração do mercado nacional e diversificação da estrutura produtiva do país, já puderam ser sentidos, expressos pelos

principais indicadores macroeconômicos. Assim sendo, é pertinente retomar os condicionantes do crescimento paranaense na década em que teve início a desarticulação dos principais mecanismos e ações de iniciativa governamental. Cano (2008) deixa bastante claro que a desconcentração ocorrida no período 1980-89 traz diferenças qualitativas fundamentais em relação ao movimento de desconcentração industrial da década anterior. Embora tendo o Paraná apresentado taxas de crescimento superiores à média nacional, uma vez que se encontrava integrado ao restante do território, não poderia sair completamente ileso daquilo que era realidade para o Brasil.

O Paraná, por ainda contar com elevado peso de setores tradicionais na sua estrutura produtiva pôde desfrutar de condições menos impeditivas para o crescimento, principalmente na primeira metade da década. Os setores de ponta foram amplamente mais afetados pela crise dos anos 1980, especialmente na primeira metade da década. Os segmentos modernos instalados no Paraná passaram, de maneira geral, por dificuldades semelhantes àquelas manifestadas para a escala nacional. O relativo atraso da estrutura produtiva do estado em relação a São Paulo, contando pesadamente em sua pauta com Produtos alimentares e Madeira acabou concedendo ao estado condições relativamente melhores de desempenho econômico nos anos mais difíceis da crise.

Cooperaram ainda para o crescimento econômico paranaense os investimentos realizados ao fim da década de 1970. A modernização agropecuária e industrial relativamente recente aliada aos investimentos públicos garantiram certa atratividade ao território paranaense, especialmente Curitiba.

Com o Governo Central enfraquecido, por um lado questionado ante a aceleração da inflação e a crise financeira e do Balanço de Pagamentos, por outro num momento difícil de transição para o regime democrático, em que anseios municipalistas se fizeram valer na Constituição de 1988, passaram a ganhar importância cada vez maior os incentivos fiscais oferecidos por governos estaduais e municipais para a atração de investimentos, especialmente industriais.

Foi exatamente desse tipo de recurso, que fere a lógica federativa, que se fez valer o Paraná para manter a atração de investimentos no decorrer da década de 1980. Como veremos no capítulo seguinte, essa não foi uma questão enfrentada no período neoliberal.

Pelo contrário, as reformas liberalizantes e o modo como se deu a abertura econômica brasileira abriram cada vez mais espaço para a ação descoordenada das diferentes regiões.

Capítulo 4 – A economia paranaense no período 1990-2005

4.1) Aspectos gerais da desconcentração em tempos de neoliberalismo 1990-2005

A despeito dos vários planos de ajuste macroeconômico em grande medida determinados pelos FMI e implantados durante a década de 1980, a crise, como vimos no capítulo anterior, se agravou, seguida ainda pela aceleração inflacionária. Assim, na década seguinte, a estabilização econômica tomou espaço ainda maior entre as preocupações centrais do governo, colocando o desenvolvimento econômico em segundo plano.

Os ajustes então preconizados, embora mantivessem receituário similar aos anteriores, ganharam *novas cores* a partir do governo Collor, em 1990, incorporando de forma crescente políticas de cunho neoliberal, subordinando ainda mais os problemas nacionais e suas possíveis soluções às determinações da finança internacional e das instituições multilaterais.

Com efeito, o neoliberalismo ganhou vulto no Brasil com algum atraso em comparação com outros países da América Latina, como Argentina, Chile e Uruguai, que já haviam cedido às pressões do centro econômico mundial na década de 1970 e do México, na de 1980⁴³.

A aceitação do ideário neoliberal implicava na adoção de uma série de reformas com vistas a desmontar o Estado Desenvolvimentista e seus principais mecanismos de intervenção econômica, professando o mercado e a eficiência capitalista como panacéias para os problemas enfrentados pela economia brasileira, inclusive a inflação.

Sob o pretexto de um mundo “globalizado”, e com a anuência das elites nacionais, fomos convencidos a abrir mão de mais uma parte importante de nossa soberania nacional, em favor de políticas desestruturantes, desregulamentadoras e liberalizantes, abrindo não apenas o mercado financeiro, mas também o de bens e serviços. O ajuste que se impôs a partir do Plano Real esteve pautado num “choque de eficiência”, apontando, destarte, a forte presença estatal no plano econômico, assim como a baixa eficiência dos setores produtivos como raízes fundamentais do processo inflacionário por que passava o país.

⁴³ Ver Cano (1995A e 1999), além de Tavares e Fiori (1993) para informações mais detalhadas dos efeitos no neoliberalismo e a globalização nos países subdesenvolvidos.

A partir do governo Fernando Henrique Cardoso o país passou a adotar de forma mais contundente o receituário da cartilha do Consenso de Washington, tendo promovido ainda reformas no Estado e uma série de privatizações, limitando as possibilidades de execução e coordenação de políticas nacionais de desenvolvimento econômico e regional. Os efeitos foram sentidos pelo mercado de trabalho, a estrutura industrial, o comércio exterior, a atuação do estado e as questões sociais e regionais. De fato, a inflação foi contida, porém limitando a economia brasileira a um perverso esquema. A abertura econômica, do modo como foi feita, com câmbio valorizado e rápida eliminação dos mecanismos de proteção da indústria nacional, contribuiu, segundo Carneiro (2002), para que parte da estrutura industrial nacional sucumbisse frente à concorrência internacional, resultando em uma “especialização regressiva”, ganhando participação relativa os gêneros intermediários frente àqueles mais avançados.

Cano (2008) ainda lembra que a adoção das políticas macroeconômicas neoliberais conferiu ao crescimento econômico brasileiro um padrão de curto fôlego, de “vôo de galinha”. Quando o cenário internacional vai bem, nossa economia consegue crescer acima dos 4,5%, porém a qualquer sinal de abalo, os capitais internacionais retornam rapidamente aos mercados centrais em busca de segurança, causando forte instabilidade na economia doméstica. Assim, encurtado o financiamento externo, não há mais como manter elevados déficits em transações correntes, nem o câmbio estável, tendo como consequência crises de balanço de pagamentos, explosão cambial e inflação, sintomas clássicos que acabam por impor novas políticas de ajuste recessivo, comprimindo a taxa de crescimento do PIB a níveis muito baixos. Cano mostra ainda outro fator que paralelamente impede a persistência de taxas altas, por períodos maiores de tempo: a deterioração do Investimento. Quantitativamente é inibido pela elevada taxa interna de juros, cooperando para que caísse a proporção do investimento no produto nacional em relação às décadas anteriores. Qualitativamente tem-se a forte diminuição na participação da indústria de transformação, tendo aumentado a de serviços. Ademais, boa parte do IDE se refere a troca de propriedade e não acréscimo de capacidade produtiva.

Esse padrão errático de crescimento aliou-se ainda com uma desconfiança em relação ao Estado interventor, tendo, de forma associada, o planejamento público sido substituído pelo mero gerenciamento das contas públicas. Com isso, além da adoção de

uma macroeconomia restritiva, abandonou-se o planejamento e o manejo de políticas econômicas desenvolvimentistas, sendo os eventuais planos de desenvolvimento econômico transformados em planos de auxílio logístico, como o Plano de Eixos Nacionais⁴⁴.

Do ponto de vista regional, surgiram teorias apologéticas ao poder local enquanto no país ganhou maior proporção a perversa Guerra Fiscal, colocando os diferentes espaços do território brasileiro um contra o outro, buscando atrair investimentos privados e deixando clara a necessidade de se pensar a questão regional a partir de uma abordagem nacional.

A análise do período 1990-2005 incorre, como se pode perceber, em uma série de dificuldades. Cano (2008) nos aponta algumas. Em primeiro lugar, trata-se de um período relativamente longo, no qual predominam crédito interno encurtado, juros elevados e variações no câmbio, contando ainda com diversas conjunturas do ponto de vista do cenário internacional. Mesmo assim, é importante ter em mente a unidade conferida ao período pelas políticas neoliberais, dando significado à periodização escolhida. O autor também lembra que há dificuldades do ponto de vista da compatibilidade e mesmo existência de algumas estatísticas, importantes para tornar mais claro o que ocorreu no país⁴⁵. Isso posto, apresentamos a tabela 4.1, que exprime as taxas de crescimento do PIB brasileiro e paulista para o período.

Vê-se que o crescimento do PIB brasileiro foi inexpressivo, apenas um pouco superior ao da *década perdida*, o mesmo tendo ocorrido com o paulista, tendo crescido novamente a taxas inferiores às nacionais. Com isso, reproduz-se muito da dinâmica de “desconcentração espúria” identificada na década de 1980.

Cano (2008) argumenta que o cenário pouco aponta para recuperação no período, afirmando que se o PIB por habitante brasileiro em 2004 era apenas 15,1% superior ao verificado em 1980, para São Paulo a razão seria 5,2% menor, tendo os indicadores de investimento também caído⁴⁶.

⁴⁴ Ver Galvão e Brandão (2003).

⁴⁵ Cano (2008) lista uma série de incompatibilidades entre as estatísticas desse período e aquelas de períodos anteriores em seu apêndice metodológico.

⁴⁶ Cano (2008) cap1 pg. 30.

Tabela 4.1 - Variação anual média do PIB do Brasil e de São Paulo 1980-2004 (%)⁴⁷

Setores	Brasil		São Paulo		Participação SP/BR		
	1980/1989	1989/2004	1980/1989	1989/2004	1980	1989	2004
Primário	3,2	4,0	3,5	3,1	14,2	14,4	21,3
Secundário	1,2	1,9	0,5	0,9	47,3	44,7	34,0
Ind. de transformação	0,9	1,7	0,2	1,0	53,4	49,9	39,9
Terciário	3,1	2,5	2,2	1,8	34,8	36,1	31,5
Total	2,2	2,4	1,5	1,8	37,7	37,8	30,9

Fonte: Dados Brutos do IBGE. Contas Nacionais para Brasil 1980 e 1989 e Contas Regionais para Brasil e SP para 1989 e 2004 Apud Cano (2008)

Os dados da tabela 4.2 nos ajudam a compreender melhor a dinâmica econômica do período, desnudando a existência de um trajeto regressivo da estrutura produtiva nacional.

O que se verifica, tanto para São Paulo, quanto para o Brasil, é um pequeno aumento da participação do setor primário, enquanto a parcela referente à indústria de transformação sofre acentuada queda. Esse comportamento negativo da estrutura produtiva nacional remete diretamente ao processo de estabilização da economia brasileira e ao recente ciclo de expansão da economia mundial puxado pela demanda principalmente chinesa por commodities e matérias-primas⁴⁸. Com isso, foram beneficiados, num primeiro momento, os setores exportadores de matérias-primas, agrícolas e minerais, bem como alguns segmentos da indústria de transformação, notadamente de bens intermediários, como aço, metais não ferrosos, celulose, auto peças, etc. Outro importante componente do crescimento recente da economia brasileira foi o crédito sem risco (consignado) ao consumidor, que permitiu ampliar, em alguma medida, o consumo doméstico. Passemos a

⁴⁷ Reproduzo aqui as notas feitas por Cano (2008) referentes aos dados da tabela: “As taxas estimadas pelo autor para 1970-80 e 1980-89, são deduzidas pelas participações relativas dos PIBs setoriais e total de SP/BR nesses dois anos e pelas taxas de crescimento entre eles, obtidas das CN (revistas em 1987). Contudo, a de 1970-80 para a agricultura (1,4%) está fortemente subestimada, dados problemas metodológicos das CR. Estimei, assim, a taxa de 3,6% que se obtém pelo cálculo da evolução da produção física dos 26 principais produtos do agro paulista no período. As da agricultura para 1989-04 são as informadas pelas CR, mas elas apresentam colisões com os dados da participação regional, segundo a mesma variável (o VAB): a de SP é menor do que a do BR, mas sua participação no total nacional cresce! Creio que também as taxas da indústria (total e a de transformação) estão subestimadas, em decorrência de que o método que usei não pode captar as diferenças de composição de produto e de variação de preços relativos entre as produções nacional e paulista. Advirta-se ainda que nesse método, a taxa para o total, pelas razões acima, se afasta (para mais ou para menos) da que resultaria das ponderações das taxas setoriais pelos seus pesos.” Cap1, pg. 24

⁴⁸ Carneiro R. e Belluzzo, L.G. M. (orgs) A Supremacia dos Mercados e a política econômica do governo Lula. São Paulo, Editora UNESP, 2006.

ver quais foram os principais impactos regionais e setoriais da atual fase da economia brasileira.

Setor	Brasil			Estado de São Paulo		
	1980	1989	2004	1980	1989	2004
Primário	10,1	9,1	9,5	3,9	3,5	6,5
Secundário	40,9	40,6	43,9	51,2	48,3	46,3
Ind. Extrativa	2,2	1,1	4,6	0,2	0	0
Ind. de transform. (*)	31,3	30,8	29	44,3	40,9	37,3
Terciário	49	50,3	46,6	44,9	48,2	47,2

Fonte (dados brutos): IBGE, Contas Nacionais: Brasil 1980 e 1989; Contas Regionais: Brasil 2004 e ESP 1980,1989 e 2004.

Seguindo essa lógica, Cano (2008) identifica que as principais regiões ganhadoras em termos de PIB no período foram as áreas de expansão agropecuária, agroindustrial e mineral, principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além do Rio de Janeiro e Espírito Santo, esses dois últimos contando com o grande aumento da extração petrolífera. São Paulo figurou como principal região perdedora entre 1990 e 2004, a despeito do aumento de suas exportações, tanto de básicos como de manufaturados.

No tocante às diferenças regionais da renda média por habitante sucedeu fenômeno similar ao do período anterior. Com a renda média por habitante do país crescendo abaixo de 1% para o Brasil e tendo estagnado para São Paulo, estatisticamente houve convergência das rendas médias por habitante dos estados, mas principalmente por conta do mau desempenho paulista, havendo necessidade de se relativizar o ocorrido. Os dados seguem na tabela 4.3.

Vejam os principais destaques setoriais. Cano (2008) afirma que foi um período conturbado para o setor agropecuário, recebendo determinações diversas pela manipulação da política econômica e o processo de abertura e liberalização. Em termos de produtos, as produções nacionais de trigo, algodão, arroz e leite passariam a contar com forte concorrência internacional, tendo sua produção doméstica comprometida, pelo menos até a nova crise cambial de 1999. Ao mesmo tempo, aqueles produtos que compõem nossa pauta

⁴⁹ Faz-se necessário mais uma vez reproduzir o aviso de Cano (2008): “Essa estrutura certamente está *deformada* pela subestimação do setor terciário, já comentada várias vezes na imprensa, que, com isso, “aumenta” a participação dos demais setores, notadamente da indústria de transformação. Ver notas explicativas e outras que apontam contradições metodológicas na Tabela [4.1]”.

de exportação foram prejudicados pelo patamar da taxa de câmbio até esse mesmo ano. A partir de 2002, foram puxados pelo aumento da demanda internacional, com forte participação do impacto das compras mundiais chinesas, em parte corrigindo o desequilíbrio do momento anterior, quando a expansão de nossas importações agropecuárias foi bastante superior ao das exportações.

Tabela 4.3 - Diferenças regionais da renda média por habitante
(Brasil = 100)

	1980	1990	2000	2004
NO ⁽¹⁾	65	73	60	97
NE	42	44	47	51
MG	84	86	92	90
ES	87	94	107	106
RJ	143	124	148	150
SP	179	172	154	141
PR	92	109	106	110
SC	109	121	122	125
RS	123	130	129	137
CO	67	81	75	87
DF	156	149	221	196

Fonte: FGV/FIBGE – Censo Demográfico e Contas Nacionais. Apud Cano (2008)

NO⁽¹⁾ Inclui TO a partir de 1990.

De maneira geral, Cano (2008) destaca o desempenho dos principais produtos para exportação, como soja, café, carnes, laranja, entre outros, além da cana de açúcar e os produtos para ração animal (a própria soja, o milho, sorgo). Os produtos com maior orientação para o mercado interno tiveram desempenho mais modesto. As condições colocadas no âmbito macroeconômico forçaram transformações no sentido de ampliação de produtividade da maioria das principais culturas, o que garantiu aumento da produção mesmo quando houve redução da área de cultivo para essas culturas.

Na região Norte, passaram por forte incremento as produções de castanha de caju, soja, coco e gado bovino. O Nordeste obteve o pior desempenho do setor, com as fortes contrações das culturas de algodão arbóreo e cacau. Seus destaques foram sorgo, soja, algodão herbáceo e coco. Em Minas Gerais, passaram por maior expansão a soja, café, laranja e milho. Em São Paulo, houve redução do cultivo principalmente de arroz, trigo e algodão herbáceo. O sorgo, a mandioca e a cana figuraram entre as culturas com maior expansão no estado. Nos estados sulinos houve expansão da produção de cana, fumo,

laranja e aves, tendo o algodão herbáceo passado por significativa redução. Por fim, o Centro-Oeste apresentou considerável ampliação da produção agropecuária, tendo desempenho destacado o algodão herbáceo, cana, aves, soja, laranja e feijão⁵⁰.

Na indústria extrativa mineral os maiores ganhos estiveram relacionados principalmente com a expansão da atividade petrolífera, notadamente no Rio de Janeiro, porém com expansão também no Espírito Santo e na região Norte. Em termos de participação regional no VTI do setor, Minas Gerais teria a perda mais representativa, graças ao desempenho do ferro principalmente, ao passo que o Rio de Janeiro atingiria 78,3% do VTI da indústria extrativa em 2004. De maneira geral, as exportações tiveram novamente papel importante na demanda do setor, passando por forte ampliação.

O setor de Serviços cresceu acima da indústria, a taxas próximas da média do PIB nacional. Seu peso relativo, no entanto, caiu de 50,3% para 46,6% entre 1989 e 2004. A desconcentração no setor teve prosseguimento, com as regiões de urbanização mais consolidada (SP, RJ, DF) perdendo participação nacional. Vale lembrar que a atividade econômica em São Paulo foi a mais prejudicada pela letargia que se estende desde os anos 1980, constituindo elemento espúrio nesse processo de desconcentração. É preciso notar ainda que a expansão de serviços foi impulsionada na periferia pela continuação da sua urbanização. A taxa de urbanização para o país se manteve crescendo entre 1991 e 2000, passando de 75,6% para 81,2%. Outro fator importante foi a própria desconcentração industrial, extrativa e agropecuária, trazendo exigências de diversificação dos serviços para a periferia nacional. Com o baixo crescimento proporcionado pela condução da política econômica, houve aumento da informalidade e formas ocultas de desemprego, principalmente nas cidades. Principais segmentos no período foram Aluguéis, que cresceu inclusive no centro (porém mais em Minas Gerais e Espírito Santo) e Administração Pública, segundo Cano (2008), graças ao aumento da carga tributária e dos gastos correntes federais (os principais ganhos foram do Nordeste, Norte, e Centro Oeste exceto o Distrito Federal

A indústria de transformação iniciou o período com depressão (entre 1989 e 1992), mais intensa em São Paulo do que no restante do país (no acumulado, quedas de 18% para

⁵⁰ Para uma análise mais detalhada, ver Cano (2008), cap. 4.

São Paulo e 12% para o Brasil)⁵¹. Cano (2008) lembra que esse setor já fora o mais afetado durante a “década perdida” e que passaria por problemas de outra ordem em tempos de neoliberalismo, principalmente advindos da abertura comercial com câmbio valorizado. A concorrência externa se fez sentir tanto em segmentos mais tradicionais (têxteis, vestuário, alimentos) quanto nos mais complexos (elétricos, eletrônicos, máquinas, veículos). Com isso, a indústria de transformação perdeu participação no PIB brasileiro, como mostrou a tabela 4.2.

Em termos nacionais, os gêneros que passaram por maior expansão entre 1989 e 2005 foram Material de transporte e Papel, fortemente incentivados pelas exportações. O gênero Perfumaria, sabões e velas passou por forte expansão também, creditada por Cano (2008) a alterações em seu mercado, que se expandiu. Os gêneros que obtiveram os piores resultados foram Vestuário e Calçados, Têxtil e Materiais plásticos. Cano (2008) afirma, entretanto, que os dados dos dois primeiros não parecem refletir sua realidade, mesmo com a competição de artigos importados, dado o tamanho da sua queda. Os outros gêneros passaram por expansão, sendo o crescimento médio brasileiro para o período de 22% contra 20,3% de São Paulo⁵².

Ao agrupar os gêneros em BCnD, BI e BCD+BK, Cano (2008) identifica uma trajetória regressiva, tendo o grupo de BI e BCnD crescido a frente dos BCD+BK, rumando contra a evidência histórica do desenvolvimento industrial. Com efeito, a participação dos BI no VTI nacional entre 1985 e 2003 passou de 42,4% para 45,2%. Os BCnD tiveram um ganho mínimo para o período, mas o grupo formado por BCD+BK passou de 24,4% para 21,6%. A ampliação do comércio exterior brasileiro teve participação contundente nesse processo, sendo que os BCD+BK foram muito afetados pelas importações, ao passo que BI e BCnD foram beneficiados pelo aumento das exportações principalmente⁵³.

Dentro dessa trajetória verificada para o cenário nacional, teve continuidade o processo de desconcentração industrial, mantendo fortes indícios de componentes “espúrios”, de modo similar ao que ocorrera no período anterior. Os setores que mais se desconcentraram contaram em alguma medida com o ruim desempenho paulista,

⁵¹ Cano (2008) cap. 4 pg 151.

⁵² Os dados completos para cada gênero estão contidos na tabela 3.10 de Cano (2008), pg. 114.

⁵³ Trata-se do comportamento geral do grupo, o que não significa ter sido verdade para todos os seus componentes individualmente.

especialmente no grupo BCD+BK. É preocupante notar que a participação paulista caiu menos justamente nos grupos cujos componentes são menos complexos (BCnD), graças ao cenário nacional de baixo crescimento, arrastando-se em letargia desde a década de 1980.

Essa desconcentração conta ainda, em larga medida, com os efeitos da Guerra Fiscal, que aparece como grande expressão da ausência de atuação coordenada pelo Estado Nacional. A disputa entre espaços tem efeitos perversos sobre a coesão do mercado interno brasileiro, tornando o Estado, em diversas escalas, refém do investimento produtivo privado. Estados e municípios lançam-se em verdadeiros leilões, abrindo mão de arrecadação de impostos, além da doação de terrenos, energia elétrica, entre outras benesses. O que se faz é colocar uma região contra a outra e o resultado deixa em mãos de decisões privadas, sem qualquer tipo de compromisso com o território e seu povo, a questão da integração nacional e as relações entre regiões.

Cano (2008) identifica as regiões Norte e Centro-Oeste, bem como Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina como os principais beneficiados no período. Os dois primeiros, ligados à expansão da fronteira agrícola e mineral, com segmentos integrantes dos grupos que tiveram melhor desempenho (BCnD e BI). Minas Gerais e Espírito Santo contaram com crescente presença de indústrias de BI exportáveis. Os dois restantes, segundo Cano (2008), “*souberam tirar maior proveito desse quadro nacional desorganizado em que vivemos, e conseguiram avanços em termos de uma certa diversificação industrial*”⁵⁴.

4.2) O Paraná e o processo de desconcentração 1990-2005

A análise da trajetória econômica paranaense para o período de 1990 a 2005 padece das mesmas dificuldades apresentadas por Cano (2008), algumas delas lembradas na seção anterior. Por conta da limitada disponibilidade (e/ou compatibilidade) de dados e longo período⁵⁵ a que se remete este capítulo, lançaremos mão, sempre que necessário, de dados adicionais ou sub-cortes temporais. Além disso, é importante saber que apresentamos num

⁵⁴ Cano (2008) cap. 4 pg. 175.

⁵⁵ É sempre oportuno lembrar que apesar de se tratar de um longo período deve ser encarado em sua totalidade, uma vez que está fortemente condicionado à tônica neoliberal.

primeiro momento observações de ordem mais geral para depois nos determos com as especificidades da Agropecuária e Indústria paranaenses.

A participação do PIB paranaense no brasileiro para o período não sofreu grandes alterações. Como se vê pela tabela 4.4 se manteve em torno de 6%, mantendo-se com a quinta maior participação estadual no PIB nacional.

Ano	Produto
1980	5,9
1990	6,0
1995	6,0
2000	6,0
2005	5,9

Fonte: Contas Regionais do IBGE.

É possível afirmar que o Paraná, quando olhamos para os três grandes setores da economia, seguiu rumo bastante similar ao experimentado pela economia nacional. A parcela do PIB relativa à indústria de transformação decresceu em nível nacional entre 1989 e 2004, ao passo que houve aumento da participação do setor primário. No Paraná ocorreu o mesmo, como mostra a Tabela 4.5.

Ano	Agropecuária	Indústria	Ind. Transf.	Serviços	TOTAL
1990	11,9	45,7	31,9	42,4	100,0
1995	9,2	41,1	22,8	49,7	100,0
2000	13,6	41,3	23,9	45,1	100,0
2004	18,4	31,9	27,1	49,7	100,0

Fonte: IPARDES e Contas Regionais do IBGE.

Nota: Os dados de 2005 das CR utilizam outra metodologia de PIB, alterando consideravelmente as participações setoriais. Por isso, optou-se pelos dados de 2004.

A estrutura produtiva paranaense não escapou aos principais condicionantes econômicos do período neoliberal. Destarte, sofreu os efeitos da abertura econômica associada à valorização cambial, o arrefecimento do planejamento público e da ação estatal, bem como a política monetária ortodoxa. Por outro lado, recebeu estímulos, ganhando importância as exportações, como ocorreu para o país como um todo.

Diferenças relevantes aparecem, entretanto, quando nos voltamos à composição dos setores, especialmente na indústria de transformação. Apesar de não integrar as regiões de

maior destaque recente na questão da desconcentração, o Paraná recebeu importantes investimentos, especialmente industriais. Em tempos em que a ação governamental coordenada no tocante à temática regional é raridade, ganhou importância a Guerra Fiscal entre unidades da Federação, instrumento sobre qual o estado se apoiou de maneira destacada. Esse verdadeiro leilão pela atração de investimentos privados tem levado nomes interessantes no Paraná, como “Paraná Mais Empregos” ou “Bom Emprego”, a despeito da precarização das condições de trabalho que acompanhou e acompanha o cenário brasileiro pós-Real.

Ao olharmos efetivamente para a estrutura setorial do emprego no Paraná (Tabela 4.6) vemos o impacto que essa prática aliada ao cenário macroeconômico brasileiro, com crescente papel do setor externo, tem para a atração de empregos. Apesar de ganho pouco expressivo em termos de participação setorial (apenas 0,35%), a População Ocupada na Indústria de Transformação do Paraná mostrou acréscimo de 10,5%, entre 1991 e 2000. Enquanto isso, em termos nacionais esse total caiu cerca de 9% no mesmo período, fato que contribuiu para que o setor visse a participação paranaense se ampliar nesse intervalo (Tabela 4.8).

Dados adicionais são necessários para podermos comentar com maior propriedade o impacto dos determinantes gerais que se lançam sobre o território nacional em termos da produção regional. A Tabela 4.7 traz dados sobre o emprego formal na Indústria de Transformação paranaense, subdividida em grupos de acordo com intensidade tecnológica. Aconselha-se a leitura da última seção para visão mais completa do que ocorre na indústria paranaense, complementando o que aqui se pretende afirmar sobre o emprego no setor.

Lançando olhar mais detido sobre o emprego na indústria de Transformação vemos a pesada participação dos segmentos de baixa tecnologia em contraste com o grupo de alta tecnologia. Entre 1995 e 2007 o grupo de baixa tecnologia perde participação no total de empregos formais, mas mantém-se largamente majoritário. Os principais incrementos absolutos estão nesse grupo, em especial Alimentos, Bebidas e Tabaco, sub-grupo que conta com forte estímulo das exportações, principalmente ligadas ao complexo soja, complexo carnes, açúcar e café (ver Tabela 4.29). Outro sub-grupo com alta participação no emprego formal é composto por Madeira e seus produtos, Papel e celulose, gêneros que,

assim como os supracitados, possuem elevada participação no VTI estadual (ver tabela 4.18) e nas exportações paranaenses.

Setor	1991	Particip.	2000	Particip.	Var. (abs.)	Var. (%)
Agricultura	1.010.198	29,05	723.320	19,35	-286.878	-28,40
Ind. Extrativa	13.169	0,38	6.583	0,18	-6.586	-50,01
Ind. Transformação	438.830	12,62	484.902	12,97	46.072	10,50
Ind. Construção	230.859	6,64	271.460	7,26	40.602	17,59
Ind. Util. Pública	35.474	1,02	26.223	0,70	-9.252	-26,08
Indústria	718.332	20,65	789.168	21,11	70.836	9,86
Comércio	443.681	12,76	555.403	14,86	111.722	25,18
Instit. Financeiras	78.774	2,27	58.636	1,57	-20.139	-25,57
Transp. E Comunic.	139.219	4,00	180.083	4,82	40.865	29,35
Serviços Pessoais	565.842	16,27	690.584	18,47	124.743	22,05
Servs. Apoio Atividade	112.844	3,24	140.573	3,76	27.729	24,57
Serviços Sociais	263.438	7,57	371.901	9,95	108.463	41,17
Admin. Pública	132.487	3,81	168.860	4,52	36.373	27,45
Outros/N. Decl.	12.955	0,37	59.417	1,59	46.463	358,66
Serviços	1.749.239	50,30	2.225.458	59,54	476.219	27,22
Total	3.477.769	100,00	3.737.946	100,00	260.177	7,48

Fonte: Censos Demográficos 1991, 2000 apud Dedecca, C.S. e Rosandiski, E. Sensos e Dissensos: as inovações metodológicas do Censo Demográfico 2000. Unicamp/Instituto de Economia/CESIT, Campinas, 2003, mimeo.

O grupo de Média-Baixa tecnologia praticamente manteve sua participação em termos de emprego formal entre 1995 e 2007, tendo seu crescimento acompanhado o da média da Indústria de Transformação. Já os grupos de Média-Alta e Alta tecnologia foram os que passaram por expansão relativa. O primeiro cresceu à taxa anual de 6,6% e o segundo a 8,0%. São grupos igualmente impulsionados pelas exportações, como é o caso de Veículos Automotores e Máquinas e Equipamentos, mas também usualmente relacionados à questão da Guerra Fiscal, sendo o caso Automobilístico o mais conhecido. O problema é que a prática não fica restrita a esse setor. Não é difícil estendê-la a outros setores de concentração relativamente elevada, onde possa ocorrer negociação entre a grande empresa privada e os governos estadual e municipal.

Nesse sentido, Farmacêutica, Material de escritório e informática, Veículos Automotores e Máquinas e Equipamentos são gêneros em que incentivos por parte dos governos locais entraram em cena. Infelizmente é difícil obter dados precisos e agregados sobre a questão, mas há diversos levantamentos setorializados. No caso da indústria automotiva, citamos o trabalho de Alves (2001), embora outros levantamentos tenham sido realizados, englobando mais setores.

Tabela 4.7 - Estoque, Distribuição por grupo e subgrupo e taxa anual de crescimento do emprego formal na Ind. De Transformação, segundo intensidade tecnológica no Paraná - 1995-2007

Intensidade Tecnológica		Nº de Empregos Formais					
Grupo	Sub-Grupo	1995	%	2007	%	t.a.c. (%)*	
Alta	Aeronáutica e aeroespacial	68	0,0	88	0,0	2,2	
	Farmacêutica	1.052	0,4	3.950	0,7	11,7	
	Material de escritório e informática	286	0,1	4.285	0,8	25,3	
	Equipamentos de rádio, TV e com.	2.992	1,0	4.726	0,8	3,9	
	Instrumentos médicos de ótica e precisão	1.786	0,6	2.554	0,5	3,0	
	Subtotal		6.184	2,1	15.603	2,8	8,0
Média-Alta	Máquinas e equipamentos elet.	5.379	1,8	12.066	2,2	7,0	
	Veículos automotores, reb. E semi-reb.	7.952	2,6	33.491	6,0	12,7	
	Produtos químicos exc. Farmac.	9.410	3,1	16.543	3,0	4,8	
	Eqptos. Para ferrovia e mat. Transp.	905	0,3	1.512	0,3	4,4	
	Máqs. E Equipos. Mecânicos	18.420	6,1	26.597	4,8	3,1	
	Subtotal		42.066	14,0	90.209	16,2	6,6
Média-Baixa	Construção e Reparação Naval	118	0,0	124	0,0	0,4	
	Borracha e prods. Plásticos	11.345	3,8	23.806	4,3	6,4	
	Carvão, prod. Do petroleoref. E combust. Nuclear	1.157	0,4	685	0,1	-4,3	
	Minerais não-metálicos	16.545	5,5	21.988	4,0	2,4	
	Prods. Metálicos	15.925	5,3	37.426	6,7	7,4	
	Subtotal		45.090	15,0	84.029	15,1	5,3
Baixa	Prods. Manuf. Não-espec. e bens reciclados	21.555	7,2	42.009	7,6	5,7	
	Madeira e seus prods., papel e celulose	63.577	21,2	82.020	14,7	2,1	
	Alimentos, bebidas e tabaco	83.793	27,9	157.155	28,3	5,4	
	Têxteis, couro e calçados	37.976	12,6	85.153	15,3	7,0	
	Subtotal		206.901	68,9	366.337	65,9	4,9
	Ind. De Transformação		300.241	100,0	556.178	100,0	5,3

Fontes: MTE-RAIS, CAGED apud IPARDES (2007)

*Taxa Anual de Crescimento.

Voltando à Tabela 4.6, a População Ocupada na Agricultura passou por queda absoluta e relativa entre 1991 e 2000. Como veremos na próxima seção, isso se deveu ao prosseguimento da concentração fundiária e mecanização integrantes da modernização da agropecuária estadual. Com isso, o êxodo rural continuou (ver tabela 4.18).

O setor de Serviços foi o que mais cresceu em termos de População Ocupada, de forma absoluta e relativa. Em 1991 representava cerca de 50% desse total, passando para quase 60% em 2000. Todos os componentes desse setor cresceram no período, exceto Instituições Financeiras. Os demais apresentaram crescimento superior a 20%. Em termos absolutos, os principais acréscimos foram em Serviços Pessoais (Emprego doméstico),

Comércio e Serviços Sociais, que detinham as maiores participações relativas para os dois anos de referência.

Tabela 4.8 - Participação paranaense na População Ocupada do Brasil por setores 1991-2000

Setor	1991	2000
Agricultura	8,05	7,59
Ind. Extrativa	2,68	3,11
Ind. Transformação	5,47	6,64
Ind. Construção	6,24	6,35
Ind. Util. Pública	5,61	4,96
Indústria	5,59	6,41
Comércio	6,49	6,24
Instit. Financeiras	6,55	6,38
Transp. e Comunic.	6,02	6,17
Serviços Pessoais	5,81	5,74
Servs. Apoio Atividade	6,49	5,89
Serviços Sociais	5,29	5,82
Admin. Pública	5,14	5,47
Outros/N. Decl.	4,27	6,26
Serviços	5,89	5,92
Total	6,31	6,29

Fonte: Censos Demográficos 1991, 2000 apud Dedecca, C.S. e Rosandiski, E. *Sensos e Dissensos: as inovações metodológicas do Censo Demográfico 2000*. Unicamp/Instituto de Economia/CESIT, Campinas, 2003, mimeo.

Em termos regionais, a participação paranaense na População Ocupada nacional passou por leve decréscimo. Isso se deveu à queda do emprego na agricultura mais intenso no Paraná que na média brasileira. Esse setor é o de maior peso em termos nacionais e sua queda teve impacto maior que os ganhos na Indústria e nos Serviços.

A ampliação da participação da Indústria paranaense em termos de População Ocupada nacional esteve calcada principalmente na ampliação da participação da Indústria de Transformação e da Construção Civil também se expandido. Vale a lembrança de que o emprego industrial para o país passou por retração superior a 4%, o que obviamente contribuiu para que o Paraná ganhasse pontos nesse setor. O ganho na indústria extrativa deveu-se a diferenças de taxas negativas.

A participação paranaense na População Ocupada no setor de serviços praticamente se manteve, graças a taxas muito próximas de expansão do setor no estado e no país, da ordem de 14%.

Antes de tomarmos para análise os dados referentes à agropecuária, vejamos rapidamente o que ocorre com o setor de serviços. Dispomos basicamente de dados das CRs, que não foram deflacionados, deixando-nos apenas com as participações relativas, apresentadas na Tabela 4.9. Contudo, sabemos que houve expansão no emprego desse setor a frente dos demais, tendo também sua participação em termos de PIB se ampliado.

Tabela 4.9 - Participação dos segmentos no Valor Agregado do setor de serviços para o Paraná e Brasil 1985-2003

		Comércio	Alojam. e Aliment.	Transp e armazen.	Comun.	Financ	Aluguel	Adm Pub	Saúde e Educação	Outros Servs	Servs Domésticos	Total Serviços
Paraná	1985	21,8	3,4	8,8	1,8	31,4	10,4	15,3	4,1	1,6	1,3	100,0
	1996	15,5	4,8	5,0	4,0	8,3	28,4	24,3	7,1	1,7	0,9	100,0
	2003	20,0	2,8	5,3	4,7	13,8	21,2	23,5	5,4	2,2	1,2	100,0
Brasil	1985	19,9	3,6	6,3	2,1	29,2	11,8	20,1	3,7	2,0	1,2	100,0
	1996	15,4	3,6	3,6	3,7	11,3	24,5	28,6	6,1	2,5	0,8	100,0
	2003	14,7	2,7	4,1	4,9	13,7	20,6	30,9	4,4	2,9	1,0	100,0
PR/BR	1985	5,9	5,1	7,5	4,6	5,8	4,7	4,1	6,0	4,5	5,7	5,4
	1996	5,5	7,3	7,6	5,8	4,0	6,3	4,6	6,3	3,8	5,9	5,4
	2003	7,4	5,6	6,9	5,2	5,5	5,6	4,1	6,7	4,1	6,0	5,5

Fonte: Contas Regionais. Elaboração própria.

Em 1985 apresentavam-se como principais segmentos no Paraná o Financeiro, que perde participação no VA do setor após a estabilização de 1994, como ocorre para o restante do país, Comércio e a Administração Pública. Essas duas últimas mantêm-se com elevada participação em todos os anos de análise, tendo o comércio apresentado expressão relativamente menor em 1996 por conta do difícil período para a produção e consumo nacional entre 1985 e 1996 (para o Brasil continua tendo sua participação reduzida, enquanto recuperou-se no Paraná). A Administração Pública foi beneficiada pelo aumento da arrecadação tributária, chegando a 2003 como principal componente do setor. Aluguel ganhou participação, tanto impulsionado pela urbanização e especulação imobiliária, quanto pelo forte aumento das operações de *leasing* de máquinas e veículos, assumindo segunda colocação em termos de VA do setor no estado.

Em termos nacionais o Paraná praticamente manteve participação no setor, tendo ganhado apenas 0,1% entre 1985 e 2003. Transporte e Armazenagem, item de maior expressão do estado em 1985 e 1996 cedeu essa posição a Comércio em 2003, passando a

ocupar nesse ano a segunda posição (Cano (2008) sugere que a queda de Transporte e Armazenagem teve como um dos elementos o relativo barateamento dos combustíveis no período), acompanhado de perto por Saúde e Educação.

4.2.1) Principais transformações na agropecuária paranaense 1990-2005

A exemplo do que ocorreu em nível nacional, a participação da Agricultura no PIB paranaense elevou-se entre 1990 e 2004 (Tabela 4.5). É preciso destacar, entretanto, sua queda no primeiro quinquênio do período. Em termos de participação no PIB estadual, a agropecuária passou de 11,9% em 1990 para 9,2% em 1995. Esse período foi particularmente ruim para a economia nacional, ainda fortemente assolada pelos altos índices de inflação e recessão entre 1989 e 1993⁵⁶.

A participação paranaense no PIB Agropecuário brasileiro foi comprimida entre 1989 e 1995, conforme os dados da Tabela 4.10, tendo sido culturas como o trigo e algodão, bastante presentes no estado, fortemente afetadas pelo processo de abertura econômica e a condução da política econômica.

Anos	%
1989	8,5
1995	6,4
2000	10,9
2005	12,0

Contas Regionais do IBGE
apud Cano (2008).

Já no período mais recente, após 1999, ocorreu aumento da participação paranaense no PIB Agropecuário brasileiro, dentro de contexto distinto, com o câmbio desvalorizado e forte demanda internacional, tendo a soja como principal expoente.

Vejamos, a partir das tabelas 4.11, 4.12 e 4.13, as principais alterações em termos da pauta de produção agropecuária do estado.

⁵⁶ Cano (2008) aponta para um crescimento acumulado de 2,7% para o país entre esses anos.

Tabela 4.11 - Produção dos principais produtos agrícolas do Paraná 1990-2005

Produtos	Total (toneladas)				Variação 1990-1995 (%)	Variação 1995- 2000 (%)	Variação 2000- 2005 (%)	Variação 1990-2005 (%)
	1990	1995	2000	2005				
Algodão	893.996	413.193	136.457	84.447	-53,8	-67,0	-38,1	-90,6
Arroz	237.637	210.012	181.583	159.659	-11,6	-13,5	-12,1	-32,8
Batata Inglesa	588.163	666.183	614.348	563.767	13,3	-7,8	-8,2	-4,1
Cafê	417.109	112.634	203.072	117.117	-73,0	80,3	-42,3	-71,9
Cana	11.785.615	19.947.946	25.907.267	31.179.915	69,3	29,9	20,4	164,6
Feijão	283.464	490.250	509.206	611.554	72,9	3,9	20,1	115,7
Mandioca	2.023.138	3.036.959	3.629.131	3.137.318	50,1	19,5	-13,6	55,1
Milho	5.094.672	8.361.282	9.592.691	9.753.473	64,1	14,7	1,7	91,4
Soja	4.404.088	5.822.596	7.852.952	9.855.579	32,2	34,9	25,5	123,8
Trigo	2.142.327	1.416.292	1.420.341	2.909.227	-33,9	0,3	104,8	35,8

Fonte: IBGE

Nota: Médias dos anos 1989-90-91, 1994-95-96, 1999-2000-2001 e 2004-2005

A cultura do algodão foi pesadamente afetada pelo processo de abertura econômica do país, sentindo ainda os efeitos da concentração fundiária no estado. O algodão apresentou-se como uma alternativa ao café a partir da década de 1970, com requisitos relativamente contidos de investimento, produzido em pequenas propriedades. Sua área plantada e sua produção recuaram quase 90% entre 1990 e 2005, tendo sido a década de 1990 particularmente ruim para seu cultivo.

O arroz passou pelo mesmo processo indicado para a década de 1980, tendo apresentado reduções em área de plantio e produção. Diferentemente do algodão, a contração da área foi sensivelmente maior que a da produção, tendo passado por ganhos de produtividade, a exemplo do que ocorrera na década anterior.

O café também continuou sua trajetória que vinha ocorrendo desde a década de 1970, com redução de cerca de 70% em hectares e toneladas. O café atingiu seu ápice no estado na década de 1960 e passara por redução considerável nas décadas que se sucederam. Apesar disso, mantinha a quinta posição no Valor da Produção da Agricultura do Paraná em 1991 com 11,38%. Em 2001 essa proporção não chegaria a 1%, conforme dados do IBGE apresentados na Tabela 4.9.

Outro produto que perdeu importância relativa no Paraná durante o período neoliberal foi o trigo. Apesar de ter passado por expansão de 35,8% entre 1990 e 2005 em termos de produção em toneladas, sua participação no Valor da Produção da Agricultura reduziu-se. A década de 1990, marcada pela abertura econômica, foi particularmente ruim

para a cultura. Entre 1990 e 1995 registrou-se redução de 34% na produção em toneladas, tendo essa se mantido estável no quinquênio seguinte. A expansão só retomou patamares similares aos verificados nos anos 1970 e 1980 entre 2000 e 2005. É preciso deixar claro que outros fatores importantes tiveram impacto sobre a triticultura paranaense no período, por exemplo, a retirada de subsídios nacionais e piores garantias de preço em relação às anteriormente praticadas⁵⁷. Ao final do período a área destinada ao trigo havia se reduzido em 5%, queda amplamente atenuada pela recuperação a partir de 2000, quando o câmbio deixou de privilegiar o produto importado. O trigo deixou, portanto, a posição, ao lado da soja, de principal vetor de expansão da agricultura paranaense.

Tabela 4.12 - Área de produção dos principais produtos agrícolas do Paraná 1990-2005

Produtos	Total (hectares)				Variação 1990-1995 (%)	Variação 1995-2000 (%)	Variação 2000-2005 (%)	Variação 1990-2005 (%)
	1990	1995	2000	2005				
Algodão	507.697	233.225	57.829	52.251	-54,1	-75,2	-9,6	-89,7
Arroz	143.811	99.406	79.537	63.866	-30,9	-20,0	-19,7	-55,6
Batata								
Inglesa	40.834	46.120	36.646	28.419	12,9	-20,5	-22,4	-30,4
Café	434.357	118.682	115.682	111.489	-72,7	-2,5	-3,6	-74,3
Cana	161.751	252.165	334.529	402.024	55,9	32,7	20,2	148,5
Feijão	567.789	565.828	534.728	473.076	-0,3	-5,5	-11,5	-16,7
Mandioca	93.986	139.489	173.505	158.308	48,4	24,4	-8,8	68,4
Milho	2.191.938	2.553.881	2.522.356	2.249.262	16,5	-1,2	-10,8	2,6
Soja	2.213.390	2.248.983	2.821.367	4.082.844	1,6	25,5	44,7	84,5
Trigo	1.388.044	784.091	735.027	1.317.281	-43,5	-6,3	79,2	-5,1

Fonte: IBGE

Nota: Médias dos anos 1989-90-91, 1994-95-96, 1999-2000-2001 e 2004-2005

A soja, por outro lado, manteve seu forte dinamismo, tendo apresentado a segunda maior expansão tanto em termos de toneladas produzidas quanto área plantada. O aumento da produção foi, ademais, superior ao incremento em termos de área, indicativo de que a cultura passou por ganhos de produtividade.

O milho foi outra cultura que experimentou ganhos de produtividade, tendo sua produção passado por incremento da ordem de 91,4%, ao passo que sua área de produção mal se alterara, tendo se expandido em 2,6%. Entre 1991 e 2001 a participação relativa do

⁵⁷ Ver Trintin (2006) sobre as garantias de preços praticadas.

milho na agricultura paranaense se manteve em posição destacada, ocupando a segunda colocação, superado apenas pela soja.

A cultura que passou por maior expansão da produção em toneladas foi a de cana de açúcar. A cana já havia apresentado forte expansão na década anterior e manteve essa trajetória neste período. A expansão da área de plantio também foi a maior. Essa cultura, vale lembrar, é praticada em grandes propriedades, sendo a expansão da sua produção associada a consideráveis aumentos de área de cultivo. Se olharmos para a década de 1990, mais uma vez tomando os anos de 1991 e 2001 como referência, vemos que a cana de açúcar deixou a sexta posição em termos de participação no Valor da Produção da Agricultura do Paraná, passando a ocupar a terceira posição.

Tabela 4.13 - Composição do Valor da Produção da Agricultura do Paraná 1991-2001 (%)

Produto	Participação			
	1991	1995	2000	2001
Soja	19,09	26,87	34,47	35,92
Milho	19,63	26,05	22,64	24,67
Cana	7,23	8,12	8,87	8,24
Trigo	12,86	5,17	2,55	7,37
Feijão	4,16	5,77	3,73	4,23
Batata Inglesa	4,30	5,71	1,98	3,99
Mandioca	1,17	3,62	5,97	2,69
Fumo	1,23	2,12	2,00	2,10
Algodão	12,84	7,06	1,37	1,38
Café	11,38	0,55	6,40	0,68
Arroz	1,34	1,08	0,74	0,66
Outros	4,77	7,88	9,28	8,07
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE

Se voltarmos aos dados da Tabela 4.12, que apresenta as áreas de produção das principais culturas paranaenses, podemos ver que a década de 1990 foi particularmente difícil para a agricultura do estado. A área total das principais culturas caiu entre 1990 e 1995 de 7.743.596 hectares para 7.041.870. Essa queda deveu-se principalmente ao desempenho do trigo no período, tendo também contribuído o café e o algodão, como as três maiores reduções absolutas de área de produção. Entre 1995 e 2000 houve ampliação da área de plantio, no entanto encontrava-se em patamar inferior ao de 1990, com 7.411.207 hectares, uma recuperação pautada basicamente na ampliação da soja. A

expansão dessa cultura e, em menor medida a recuperação do trigo, foram responsáveis pela ampliação da área de produção entre 2000 e 2005, atingindo 8.938.818 hectares, total pouco superior ao registrado em 1975.

A discussão da área de produção per se não nos permite afirmar muito sobre avanço ou retrocesso da agricultura. Quando olhamos para a razão entre toneladas de produção e hectares de área plantada, vemos melhoras em praticamente todas as principais culturas do estado. As exceções foram o algodão, que sofreu forte redução de sua produção, porém mais ainda de sua área e a mandioca.

Tabela 4.14 - Razão entre produção em toneladas e hectares de área colhida para as principais culturas paranaenses 1990-2005

Produtos	1990	1995	2000	2005	Variação (%)
Algodão	1,76	1,77	2,36	1,62	-8,22
Arroz	1,65	2,11	2,28	2,50	51,29
Batata					
Inglesa	14,40	14,44	16,76	19,84	37,73
Cafê	0,96	0,95	1,76	1,05	9,39
Cana	72,86	79,11	77,44	77,56	6,44
Feijão	0,50	0,87	0,95	1,29	158,94
Mandioca	21,53	21,77	20,92	19,82	-7,93
Milho	2,32	3,27	3,80	4,34	86,57
Soja	1,99	2,59	2,78	2,41	21,32
Trigo	1,54	1,81	1,93	2,21	43,09

Fonte: IBGE

Nota: Médias dos anos 1989-90-91, 1994-95-96, 1999-2000-2001 e 2004-2005

Em relação à pecuária, houve também expressivo avanço. Segundo dados do IPARDES e SEAB/DERAL, o Valor Bruto da Produção pecuária cresceu 62,5% entre 1994 e 2000. Os principais destaques foram as aves e os suínos, que passaram não apenas por expansão de suas respectivas produções, mas também por melhoras nos processos produtivos, com razoável aumento do peso do animal abatido. Segundo dados do IBGE, o peso total das carcaças de aves em 1997 era de 720.154 toneladas, montante que passou para 1.788.481 em 2005, um acréscimo de quase 150%. Os suínos tiveram aumento desse indicador de cerca de 95%, passando de 189.459 toneladas para 367.765 toneladas entre 1997 e 2005. O aumento desse total para bovinos foi menos expressivo, mas mesmo assim considerável, da ordem de 37%.

A exemplo do que ocorrera na década anterior, o crédito rural passaria por compressão. Na tabela 4.15 mostramos que em 1990, o total de crédito rural destinado ao Paraná representava apenas 40% do montante de 1980. Esse montante continuou decaindo até 1995, quando atingiu cerca de um quinto do valor de 1980. A partir de meados da década de 1990 o volume de crédito rural para o estado ampliou-se, porém mantendo-se em patamar consideravelmente abaixo daquele dos anos 1980. Em 2005 era apenas metade do fluxo de 1980, um claro retrocesso na questão nos últimos 25 anos.

Ano	Crédito Rural
1980	100,0
1990	40,1
1995	21,1
2000	25,5
2005	50,4

Fonte: Bacen

* Índice elaborado com base em valores em Reais de 2000.

As transformações apontadas no tocante à produção agropecuária paranaense tiveram reflexos sobre a estrutura fundiária no estado. Desde a década de 1970 verifica-se no Paraná processo de concentração de terras, com número decrescente de estabelecimentos e participação crescente das unidades com área relativamente maiores.

As expansões da soja, milho e cana muito contribuíram para as transformações na participação por grupo de áreas dos estabelecimentos maiores. Por outro lado vemos (Tabela 4.8) que culturas como algodão, café e arroz, praticadas em estabelecimentos menores, passaram por retrações significativas de suas áreas de cultivo. A Tabela 4.16 traz uma comparação entre o número de estabelecimentos e grupos de área total para 1985 e 1995.

Podemos observar uma queda no número de estabelecimentos de área inferior a 50 hectares, sendo mais acentuada nos grupos de área relativamente menor. O número de estabelecimentos dos grupos com área superior a 100 hectares aumentou, exceção feita ao grupo composto por unidades com 1000 hectares ou mais. O que se vê é a ampliação do número de estabelecimentos maiores e de sua participação no área total em detrimento das

unidades produtoras de áreas menores. A maior expansão absoluta em termos de área se deu no grupo entre 200 e 500 hectares.

Tabela 4.16 - Número de estabelecimentos e área, por grupos de área total no Paraná 1985-1995

Área (ha)	Número de estabelecimentos				Grupos de área total			
	1985	%	1995	%	1985	%	1995	%
Menos de 10	229.015	49,10	154.620	41,80	1.129.731	6,77	792.119	4,97
10 a menos de 20	102.536	21,98	85.799	23,20	1.458.442	8,73	1.233.390	7,73
20 a menos de 50	84.180	18,05	77.279	20,89	2.598.319	15,56	2.399.390	15,05
50 a menos de 100	25.529	5,47	25.227	6,82	1.787.066	10,70	1.773.127	11,12
100 a menos de 200	12.729	2,73	13.482	3,65	1.773.841	10,62	1.885.947	11,83
200 a menos de 500	8.232	1,77	9.339	2,52	2.529.279	15,15	2.858.473	17,93
500 a menos de 1000	2.464	0,53	2.611	0,71	1.714.617	10,27	1.806.245	11,33
1000 ou mais	1.548	0,33	1.450	0,39	3.015.309	18,06	3.197.940	20,05
Total	466.397	100,00	369.875	100,00	16.698.866	100,00	15.946.632	100,00

Fonte: IBGE apud Trintin (2006)

Isso significou o prosseguimento do processo de expulsão do campo paranaense e a transformação do seu mercado de trabalho. Tomando como base os mesmos anos, a Tabela 4.17 contém dados sobre o pessoal ocupado na agropecuária paranaense.

Tabela 4.17 - Pessoal ocupado, por tipo de trabalho, na agropecuária paranaense 1985-1995

Pessoal ocupado	1985		1995	
	Abs.	%	Abs.	%
Em trabalho permanente	167.798	9,05	143.124	11,12
Em trabalho temporário	254.404	13,71	118.699	9,22
Responsável e membros não-remunerados da família	1.374.983	74,12	983.329	76,37
Outros	57.878	3,12	42.480	3,30
Total	1.855.063	100,00	1.287.632	100,00

Fonte: IBGE apud Trintin (2006)

Em primeiro lugar é preciso notar que houve queda absoluta do número de pessoas ocupadas em todos os tipos de trabalho. Os dados apontam uma redução de mais de 560 mil pessoas em trabalho na agropecuária do estado entre 1985 e 1995. A maior queda absoluta foi a de *responsáveis e membros não remunerados da família*. Já os *trabalhadores*

temporários foram relativamente mais atingidos, tendo seu número caído a menos da metade. Trintin (2006) lembra que a partir da modernização agropecuária iniciada na década de 1970 a mudança no perfil da pauta de produção levou a substituição de lavouras permanentes por temporárias. Uma vez consolidada a modernização o trabalho no campo seria reduzido em todos os tipos de lavoura.

A migração acabou, mais uma vez, servindo como escape para as condições progressivamente piores para os pequenos produtores. A emigração fez com que os saldos de entradas e saídas de migrantes do Paraná se tornasse mais negativo.

	1991	2000
Total de Entradas	1.759.688	1.795.791
Total de Saídas	1.914.358	2.280.331
Saldo	-154.670	-484.540

Fonte: IBGE - Censos Demográficos

Outro considerável contingente passou a residir e trabalhar nos centros urbanos do estado, especialmente Curitiba. A população urbana paranaense passou de 73% em 1991 para 81% em 2000, fazendo com que a realidade curitibana se assemelhasse cada vez mais com a de outros centros urbanos. Por maior que fosse a expansão do emprego urbano, seria insuficiente para acomodar integralmente o fluxo de pessoas que passou a residir em Curitiba e seu entorno.

Como não poderia deixar de ser, a trajetória da agropecuária paranaense entre 1990 e 2005 esteve estreitamente ligada com a forma como foi conduzida a relação entre o país e o mercado externo. Com o baixo dinamismo da economia nacional, aliado ainda ao processo de abertura com câmbio valorizado, potencializaram-se os efeitos advindos do cenário internacional sobre a estrutura e a pauta produtiva do campo paranaense. Por um lado, culturas como o trigo e o algodão sofreram pesadamente os efeitos da concorrência externa e da falta de suporte através de políticas governamentais. Os setores exportadores, por outro lado, foram largamente beneficiados pela desvalorização cambial de 1999, aproveitando-se ainda do aumento de demanda puxado pelo último ciclo de crescimento mundial associado ao “efeito China”. A tabela 4.29 mostra que Soja, Carnes e Açúcar figuram entre as principais exportações do estado. Não por coincidência foram produções que tiveram desempenho destacado nesse período.

4.2.2) Principais transformações na indústria paranaense 1990-2005

A indústria paranaense, assim como ocorrera na década anterior, teve desempenho superior ao verificado para o país. É preciso lembrar, entretanto, que o crescimento da indústria nacional continuava comprimido pelo baixo crescimento do mercado interno e do investimento industrial. Adicione a isso os efeitos da abertura comercial aliada à valorização cambial até 1999 e torna-se fácil entender o histórico de mais de 20 anos de baixo dinamismo de nossa indústria.

A abertura comercial teve conseqüências negativas sobre parte do tecido industrial brasileiro e, por conseqüência, sobre o paranaense. De maneira geral, esses efeitos se estenderam desde os setores leves e tradicionais (têxteis e vestuário, por exemplo) aos mais complexos (como é o caso de eletro-eletrônicos). Veremos nesta seção como se comportaram os principais gêneros da indústria de transformação paranaense frente a esse cenário de dificuldades.

Antes disso, no entanto, faz-se necessário advertir sobre algumas complicações associadas aos dados disponíveis para a análise. No capítulo anterior algumas delas já foram mencionadas e sugere-se a leitura do apêndice estatístico de Cano (2008) para uma visão completa sobre as dificuldades encontradas nesta pesquisa. Por ora, é preciso tornar claro o hiato de dados censitários que compreende o período de 1985 a 1996, obrigando a pesquisa a fazer uso de dados alternativos para as análises aqui apresentadas. No caso da trajetória da indústria de transformação, usamos os dados da PIM-PF, que cobre praticamente todo o período a que o capítulo se refere, mas não disponibiliza dados para todos os gêneros. A partir de 1996 estão disponíveis os dados das PIAs do IBGE, mas com muitos dados sigilados. Além disso, não há compatibilidade perfeita entre os movimentos identificados pela PIM-PF e pelas PIAs, ou ainda em relação às Contas Regionais. Os movimentos incompatíveis não são maioria, mas por certeza dificultam a análise. Por fim, é importante lembrar que a periodização precisa ser levada em conta. Cano (2008) recorda que o país passou por recessão no início dos anos 1990 e a indústria por depressão, com taxas negativas de crescimento em praticamente todas as UFs até 1992. Tomando a periodização do capítulo como 1990-2005 é preciso estar ciente de que muitas das cifras

apresentadas ostentam crescimento superestimado por conta da depressão entre 1989 e 1992. Isso dito, vejamos como se comportou a indústria paranaense no período.

O Paraná manteve-se com a quinta maior participação na Indústria de Transformação nacional, ampliado-a em 2,1% entre 1985 e 2004. A principal razão está no contraste entre o baixo dinamismo da indústria nacional e os investimentos recebidos pelo estado a partir da segunda metade dos anos 1990 principalmente, sendo o maior destaque a indústria automobilística.

Tabela 4.19 - Participação Paranaense na Indústria de Transformação brasileira 1985-2004

Anos	%
1985	4,9
1996	5,4
2004	7,0

Censo Industrial do IBGE e PIAs 1996 e 2004 apud Cano (2008).

Frente às dificuldades já dispostas no tocante à análise dos dados, far-se-á aqui uso de metodologia similar à empregada por Cano (2008). Primeiramente olharemos o índice de evolução da produção pela PIM-PF que cobre o período de 1991 a 2005. Em seguida, passaremos a utilizar os dados de VTI, para o período de 1985 a 2003, com dados censitários e das PIAs, a partir de 1996. A análise do VTI será dividida em dois movimentos. O primeiro se estende de 1985 a 1996 e o segundo desse último ano ao de 2003.

Os dados da PIM-PF do IBGE para o Paraná não cobrem a totalidade dos gêneros que compõem a Indústria de Transformação, o que compromete um pouco uma análise mais detalhada. A comparação entre dados da produção do Brasil e do Paraná permite ver que a indústria de transformação desse último teve expansão superior à nacional. Em 2005, o crescimento em relação a 1991 foi de 48,3%, ao passo que o nacional foi de 36,2%, cifras que corroboram o aumento de participação do estado.

Tabela 4.20 - Índice da Produção Física da Indústria de Transformação - Brasil/Paraná 1991-2005
(1991=100)

Gêneros	BRA	PR	BRA	PR	BRA	PR	BRA	PR
	dez/91	dez/91	dez/96	dez/96	dez/00	dez/00	dez/05	dez/05
3. Indústria de transformação	100,0	100,0	115,0	116,4	120,2	124,7	136,2	148,3
3.1 Alimentos e bebidas	-	-	-	-	-	-	-	-
3.2 Alimentos	100,0	100,0	116,4	113,1	120,3	119,5	134,1	134,9
3.3 Bebidas	100,0	100,0	113,2	103,4	114,8	112,2	109,1	165,5
3.4 Fumo	100,0	-	111,8	-	90,4	-	57,0	-
3.5 Têxtil	100,0	-	88,0	-	83,2	-	81,2	-
3.6 Vestuário e acessórios	100,0	-	90,9	-	90,2	-	72,8	-
3.7 Calçados e artigos de couro	100,0	-	89,9	-	73,0	-	61,8	-
3.8 Madeira	100,0	100,0	101,2	111,4	106,7	141,1	120,3	192,3
3.9 Celulose, papel e produtos de papel	100,0	100,0	109,1	106,7	124,5	120,2	152,3	114,9
3.10 Edição, imp. e reprodu. de gravações	-	-	-	-	-	-	-	-
3.11 Refino de petróleo e álcool	100,0	100,0	115,9	125,0	124,0	133,2	127,5	124,9
3.12 Produtos químicos	-	-	-	-	-	-	-	-
3.13 Farmacêutica	100,0	-	105,1	-	118,8	-	145,9	-
3.14 Perfumaria e Prod. Limpeza	100,0	-	117,7	-	141,4	-	166,7	-
3.15 Outros produtos químicos	100,0	100,0	123,4	167,8	144,1	190,2	137,8	123,3
3.16 Borracha e plástico	100,0	100,0	118,1	114,2	118,1	102,5	116,0	109,0
3.17 Minerais não metálicos	100,0	100,0	110,2	122,4	116,8	139,7	117,4	144,2
3.18 Metalurgia básica	100,0	-	115,4	-	127,9	-	142,6	-
3.19 Prod. de metal - exclusive maq. e equip.	100,0	100,0	116,2	101,2	117,2	64,7	127,9	67,0
3.20 Máq. e equip.	100,0	100,0	117,2	171,4	134,9	171,2	174,3	286,7
3.21 Máq. p/ escritória e equip. informática	-	-	-	-	-	-	-	-
3.22 Máq., aparelhos e materiais elétricos	100,0	100,0	130,9	130,6	149,9	228,9	210,1	98,7
3.23 Mat. eletrônico, ap. equip. de comunicação	100,0	-	142,2	-	100,0	-	116,8	-
3.24 Equip. de instrumentação médico/óptico	-	-	-	-	-	-	-	-
3.25 Veículos automotores	100,0	100,0	147,3	136,2	145,3	163,3	205,9	343,5
3.26 Outros equip. de transporte	100,0	-	95,9	-	158,4	-	304,5	-
3.27 Mobiliário	100,0	100,0	142,4	153,4	137,8	177,2	131,8	147,1
3.28 Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE/SIDRA - Tabela 2295, dados obtidos em 5/03/2007.

A tendência geral foi de aumento da produção para os gêneros listados, exceção feita a Produtos de metal exclusive máquinas e equipamentos, tendo apresentado índice inferior ao de 1991 em todos os anos destacados na tabela. Outro gênero que passou por redução do índice de evolução da produção física foi o de Máquinas, Aparelhos e materiais elétricos, sendo que essa redução se deu depois de 2000. Para esse gênero pesou a desvalorização cambial de 1999, que elevou custos de importação de componentes importantes.

Os outros gêneros passaram por expansão da produção física, com destaque para Veículos Automotores, Máquinas e Equipamentos e Madeira, além de Bebidas. A produção

de automóveis ganhou novo perfil no estado depois da década de 1980, passando a incorporar a produção de veículos de passeio/leves, com a entrada da Renault, Chrysler (temporariamente) e Volks/Audi. Além do mercado interno brasileiro, foi importante a proximidade a São Paulo e ao Mercosul, uma vez que as plantas se encaixam em estratégias de mercados locais, no caso, a América do Sul. É importante levantar aqui a questão da Guerra Fiscal. É sabido que tanto o estado do Paraná, quanto o Município de São José dos Pinhais, onde se instalou a Renault arcaram com a vinda da montadora, segundo dados levantados por Alves (2001)⁵⁸.

A produção de Máquinas e Equipamentos no estado teve forte participação da produção de maquinário agrícola, especialmente colheitadeiras e tratores. Entre 1989 e 2004⁵⁹ a primeira mais que duplicou (de 1.386 para 3.147 unidades) ao passo que a última cresceu mais de 70%, passando de 6.189 para 10.616 unidades. Houve expansão ainda da produção do segmento de eletrodomésticos, também pertencente a esse gênero. Já a produção de Madeira, em claro declínio desde os anos 1970, voltou a crescer por conta de importante mudança em seu perfil. Esgotadas as florestas naturais de Araucária, passou-se a produzir madeira de reflorestamento, incentivada pelo governo federal, especialmente quando destinada à produção de papel e celulose, sendo o mercado externo importante fator de demanda. Dos segmentos que compõem o gênero Madeira destacamos o aumento de participação de Chapas e Placas de Madeira Prensada/Compensada e a Fabricação de Artefatos Diversos de Madeira, embora o segmento de Desdobramento de Madeira continuasse a ser o mais representativo.

Cano (2008) agrega os gêneros em BCnD (grupo I), BI (grupo II) e BCD+BK (grupo III). Ao aplicarmos essa agregação numa comparação entre Brasil e Paraná, pelos dados da produção física, já se destacam importantes diferenças. Diversamente do que ocorreu em nível nacional, no Paraná o grupo que ostentou maior crescimento foi o de BCD+BK com destaque para Veículos Automotores e Máquinas e Equipamentos (maquinário agrícola). Os BI tiveram como destaques do estado os Minerais não-Metálicos

⁵⁸ Alves, M. A. S. (2001) Guerra Fiscal e Finanças Federativas no Brasil: o caso do setor automotivo. Dissertação de Mestrado, IE-Unicamp, Campinas, 2001.

⁵⁹ Adotamos o ano de 1989 por conta do problema de superestimação da ampliação da produção caso usássemos o ano de 1990, quando a produção se encontrava deprimida por conta da recessão nacional que se estendeu até 1993, mencionada no início do capítulo.

e Madeira, ao passo que para os BCnD o gênero Bebidas teve o principal aumento. Essa comparação fica ainda mais clara quando olhamos para os dados do VTI.

A análise dos dados das PIAs e do Censo de 1985 será feita a partir de cinco tabelas. A tabela 4.21 traz informações sobre a variação na composição por grupos da indústria de transformação paranaense e brasileira entre 1985 e 2003. A tabela 4.22 contém informações sobre a participação de gêneros da Indústria de Transformação paranaense. Já a tabela 4.23 informa a trajetória da participação paranaense nos três grandes grupos que compõem a Indústria de Transformação nacional, enquanto a tabela 4.24 apresenta os principais ganhos e perdas paranaenses em termos de participação no VTI nacional. Por fim, a tabela 4.25 traz dados de participação de alguns componentes da indústria paranaense em relação à produção nacional.

Tabela 4.21 - Indústria de Transformação: Estrutura Industrial da Região por Grupos(a) de Indústrias, segundo o valor de transformação industrial (VTI) 1985-2003

	Grupo I: Indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não durável			Grupo II: Indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários			Grupo III: Indústrias predominantemente produtoras de bens de capital e de consumo durável		
	1985	1996	2003	1985	1996	2003	1985	1996	2003
Brasil	33,2	40,3	33,3	42,4	35,7	45,2	24,4	24,0	21,6
Paraná	40,5	45,5	30,6	44,0	32,7	45,5	15,5	21,8	23,8

Fonte (dados brutos): Censos Industriais e PIAS, IBGE apud Cano (2008).

(a) Ver Cano (2008) em "Notas Metodológicas" (Apêndice Estatístico) os ramos que compõem os Grupos I, II e III.

A estrutura industrial paranaense se apresenta em 1985 com composição distinta da nacional. Ela contava com participações maiores dos grupos I e II, enquanto o grupo III, mais complexo, mantinha participação nove pontos percentuais abaixo da média nacional. O movimento entre 1985 e 1996 mostra as trajetórias diferentes que seguiram essas duas estruturas produtivas no cenário recessivo e de abertura comercial com câmbio valorizado. Comum foi um aumento de participação do Grupo I e a redução do Grupo II. Enquanto o Grupo III, no entanto, passava por leve redução em termos nacionais, no Paraná esse importante grupo passou por expansão na sua participação superior a seis pontos percentuais. É preciso descer no nível dos gêneros, entretanto, para se ter maior dimensão do movimento da indústria paranaense. Vejamos os dados da tabela 4.22 com a participação dos gêneros no VTI estadual.

Tabela 4.22 - Composição do VTI do Paraná 1985-2003

Classificação de atividades (CNAE)	Paraná		
	1985	1996	2003
D Indústrias de transformação	100	100	100
15 Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	25,2	29,46	20,81
16 Fabricação de produtos do fumo	0,3	3,75	0,63
17 Fabricação de produtos têxteis	4,13	1,83	1,56
18 Confeção de artigos do vestuário e acessórios	1,31	1,41	1,08
19 Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	0,71	0,82	0,5
22 Edição, impressão e reprodução de gravações	1,01	3,44	2,35
36 Fabricação de móveis e indústrias diversas	4,44	3,55	2,92
20 Fabricação de produtos de madeira	6,96	5,29	5,97
21 Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	6,75	5,58	7,84
23 Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	17,54	5,6	14,77
24 Fabricação de produtos químicos	5,24	6,79	7,45
25 Fabricação de artigos de borracha e plástico	2,12	2,72	3,21
26 Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	5,65	3,81	3,44
27 Metalurgia básica	1,21	1,24	1,18
28 Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	1,61	2,9	2,39
37 Reciclagem	-	0,02	0,06
29 Fabricação de máquinas e equipamentos	5,34	8,16	7,44
30 Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	2,72	0,21	0,19
31 Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1,81	2,72	1,82
32 Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	1,41	6,07	1,49
33 Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios	0,1	1,02	0,66
34 Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	4,13	3,36	12,16
35 Fabricação de outros equipamentos de transporte	0,1	0,24	0,08
Outros	0	0,76	0,59

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Anual

Nota: A soma dos gêneros para cada grupo nesta tabela não corresponde aos mesmos valores apresentados por Cano (2008). A principal diferença está no segmento de óleos vegetais, incluído pelo autor em Produtos Alimentares e aqui mantidos em Produtos Químicos. Para mais informações sobre os três grupos, ver o Apêndice Metodológico de Cano (2008).

Entre os gêneros que compõem o Grupo I, predominantemente Bens de Consumo não Durável, vê-se que a ampliação da participação de Alimentos e Bebidas e de Fumo entre 1985 e 1996 foi considerável para que tivesse ampliado sua participação no VTI do estado. Os dados da PIM-PF sustentam tal afirmação, ao menos no tocante aos Alimentos e Bebidas. No tocante aos Alimentos, é importante notar que a composição do gênero sofreu alteração em relação à década anterior. Segundo dados do governo do Estado do Paraná, já em 1998 o segmento de beneficiamento, moagem e torrefação de grãos teria deixado de ser o mais representativo do gênero, dando lugar a Abate de animais e preparação de

conservas. Outro segmento que cresceu foi o de Laticínios. Quanto ao Fumo, a tabela 4.24 mostra que entre 1985 e 1996 o Paraná teve ganho de 14,1% de participação nacional no VTI desse gênero. Esse aumento reflete, de acordo com Cano (2008), a decisão de localização desse oligopólio, tendo sido o Paraná beneficiado. A fabricação de Têxteis passou por redução relativa de participação no período, mas passou a contar, segundo Trintin (2006), com participação de segmentos menos tradicionais no estado como a Fiação de Algodão e a Fabricação de artefatos Têxteis, tendo ambas ultrapassado em importância o segmento Beneficiamento de fibras têxteis.

A queda de participação do Grupo II no estado esteve fortemente ligada com o gênero Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool. Esse gênero apresentou queda de participação de quase 12% entre 1985 e 1996, refletindo em larga medida a queda dos preços do petróleo e o abandono do projeto de alternativa energética nacional. Outras quedas relativas foram dos gêneros Madeira, Papel e Celulose e Minerais não-Metálicos.

No grupo III, os principais responsáveis pelo aumento de participação relativa foram os gêneros Máquinas e Equipamentos, do qual já destacamos a fabricação de equipamentos para emprego na produção agrícola e também de eletrodomésticos. Além dele, o gênero Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações também apresentou aumento considerável de participação, beneficiado pela possibilidade de importação barata de componentes, graças ao câmbio apreciado mantido com a abertura comercial.

Ao olharmos para o movimento da indústria paranaense no período, a partir dos gêneros aqui destacados, vê-se a importância dos setores ligados à tradição agropecuária do estado. Em primeiro lugar temos a elevação da participação do grupo I calcada notadamente na produção de Alimentos e Bebidas. No grupo III, mais complexo, teve destaque a produção de maquinário agrícola. São indicativos de um período particularmente ruim para a indústria, onde prevaleceram estímulos vindos do setor primário ou do mercado externo. A produção de equipamentos eletrônicos, por sua vez, foi impulsionada pela oportunidade de importação de componentes a baixo custo, não refletindo necessariamente oportunidade correspondente de diversificação da indústria nacional. Logicamente, a

ampliação da participação do grupo III é positiva do ponto de vista do desenvolvimento da estrutura produtiva, fato que essa qualificação não altera.

Tabela 4.23 - Indústria de Transformação: Participação Paranaense, segundo os Grupos(a) de Indústrias, no (VTI) Valor de Transformação Industrial 1985-2003

	Grupo I: Indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não durável			Grupo II: Indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários			Grupo III: Indústrias predominantemente produtoras de bens de capital e de consumo durável		
	1985	1996	2003	1985	1996	2003	1985	1996	2003
BRASIL	100	100	100	100	100	100	100	100	100
PR	6	6,1	6,7	5,2	4,9	7,4	3,1	4,9	8,1

Fonte (dados brutos): Censos Industriais, IBGE.

(a) Ver em "Notas Metodológicas" (Apêndice Estatístico) os ramos que compõem os Grupos I, II e III.

O movimento geral dos grupos de indústria em termos de participação regional no VTI nacional seguiu o padrão da própria participação interna ao estado, ou seja, entre 1985 e 1996 houve redução do grupo II e ampliação dos demais, tendo o grupo III alcançado a participação relativa do grupo II em termos nacionais. O crescimento da participação relativa do grupo I foi pequeno, mas mostra que esse grupo de indústrias não só ampliou participação no VTI do estado, mas também em relação ao restante do país. Mais importante, porém, foi o ganho relativo no grupo III, pois contém gêneros em que se manifestam melhor os efeitos de encadeamento para frente e para trás. Vejamos no nível dos gêneros a participação do Paraná em termos regionais.

Se em termos da participação no VTI estadual Alimentos e Bebidas foram importantes para a ampliação do grupo I, em termos nacionais isso não se comprovou, tendo o estado sofrido perdas nesses gêneros. Os ganhos se deram por conta do Fumo, pelas razões já explicitadas e pela produção de Móveis e Mobiliário, beneficiada pela ascensão da produção de Madeira no estado.

No grupo II as principais perdas ficaram por conta de Derivados de Petróleo e Álcool, além de Papel e Celulose, ambos perderam participação em termos do VTI estadual. Isso se deveu a iniciativas fora do estado, uma vez que os índices de produção física apontam para ampliação dessas respectivas produções. O principal ganho foi no gênero Madeira, nos termos já abordados. Com isso, a participação paranaense no VTI do segmento Produtos de Madeira exceto Móveis (CNAE 20.2) subiu de elevados 22% para 27% entre 1985 e 1996. Tiveram ganhos também, porém menos expressivos, os gêneros Reciclagem e Produtos de Metal.

Tabela 4.24 - Indústria de Transformação: principais ganhos ou perdas (-) paranaenses entre 1985 e 2004 na participação nacional do VTI (%)

Gêneros (x)	1985-1996	1996-2004
Alim. e Bebidas	-2,3	-0,1
Alimentares	-0,4	-0,7
Bebidas	-2,1	0,6
Fumo	14,1	-16,2
Têxtil	-1,2	0,6
Vestuário	1,5	3,2
Couros e peles	0,3	-0,5
Pharmac.	-0,1	0,5
Perf., sabões e velas	0,3	0,1
Móveis e Diversos	1,6	3,4
Mobiliário	3,1	2,1
Diversas	-2,0	4,9
Editorial	1,2	1,0
Madeira	15,0	5,6
Papel	-1,6	3,4
Deriv. de Petróleo e Álcool	-4,7	3,5
Prod. Químicos, Farm. e Perfum.	0,2	2,0
Prod. Químicos	1,2	2,1
Borracha e Plástico	1,1	2,7
Borracha	0,1	0,9
Mat. Plástico	1,1	3,9
Min. Não-Met.	-0,3	1,5
Metalúrgica Básica	0,5	-0,4
Prod. Metal	2,2	2,5
Reciclagem	3,0	4,8
Maq. e Equipamentos	3,2	2,5
Maq. P/Escrit. e Informática	-13,7	2,4
Mat. Elétrico	1,2	-0,6
Mat. Eletrônico	6,9	-5,5
Equip. Médicos, Automação e Cine-Foto	5,6	-0,3
Veículos Automotores	-1,2	8,5
Outros Equip. Transporte	1,0	-1,2
TOTAL	0,5	1,9

Fonte: IBGE Censo Industrial 1985 e PIAs de 1996, 2003 e 2004 apud Cano (2008).

A ampliação da participação do grupo III se deu a despeito da considerável perda (13,7%) no gênero Máquinas para escritório e Material de Informática, além de pequena perda no gênero Veículos Automotores. Todos os outros gêneros do grupo apresentaram ganhos, tendo Material Eletrônico e Equipamentos Médicos, Automação e Cine-Foto apresentado as ampliações mais expressivas. Há diversos segmentos que merecem destaque dentro dos gêneros aqui citados. A participação do estado no VTI do segmento de Máquinas para Agricultura e Tratores subiu de 4% para 12% no período e no

segmento de Eletrodomésticos passou de 7% para 11%. A Tabela 4.25 traz uma lista com participações de segmentos selecionados, elucidando outras produções de destaque.

Trintin (2006) trabalha com dados do Valor Adicionado da indústria paranaense. Seus dados permitem ver que houve prosseguimento no Paraná do processo de ampliação de participação de segmentos de maior complexidade, seja nos grupos mais tradicionais como Alimentos e Madeira, quanto nos mais modernos, como é o caso dos gêneros que compõem o grupo da indústria Metal-Mecânica. Seus dados complementam o panorama vislumbrado pela tabela 4.25, citada acima.

Em 1996, a partir dos dados da Tabela 4.26, as sete principais produções industriais paranaenses em termos nacionais eram: Fabricação de Produtos de Madeira; Fabricação de Produtos de Fumo; Fabricação de Material Eletrônico e de Comunicações; Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas; Fabricação de Móveis; Papel e Celulose; e Fabricação de equipamentos médico-hospitalares, instrumentos de precisão e óticos, equip. de automação industrial, cronômetros e relógios. Não podemos somar a participação de cada um desses itens para obter um número com significado, mas podemos criar um índice a partir dessas participações e compará-lo com o de 1985. Assim, se esse índice representativo vale 100 em 1996, em 1985 ele corresponde a 68%. Ou seja, esses mesmos gêneros compunham uma somatória de participação 32% menor em 1985.

Olhando para o período de 1985 a 1996 é possível notar que o Paraná logrou dar continuidade ao processo de modernização de sua estrutura industrial, iniciada na década de 1970. Porém, é preciso notar que se deu num contexto de marasmo nacional, num cenário marcado por muitas dificuldades e incertezas, ampliadas pela condução da política econômica e da abertura comercial. Ao fim desse período de doze anos o estado passou a representar meio ponto percentual adicional no VTI nacional. Esse primeiro período guarda muitas similaridades com o que se disse em relação aos anos 1980.

Num cenário de baixo investimento, pouco dinamismo, abertura comercial e câmbio valorizado, os movimentos da indústria no território passam a responder a estímulos questionáveis, como a Guerra Fiscal. Num curto período de tempo, a situação cambial gerou estímulos que suportaram rápido crescimento produtivo alimentado por importações, tendo destruído considerável parte do tecido industrial nacional. Com mesma rapidez, esses

mesmos setores foram impactados pela desvalorização de 1999. São movimentos que se exacerbam no momento seguinte, que passaremos a olhar com maior detalhe.

Tabela 4.25 - Indústria de Transformação: participação regional de segmentos selecionados (%) 1985-2003

Código CNAE		PR		
		1985	1996	2003
20.2	Prod. De Madeira, exc. Móveis	22	27	33
21.1	Celulose p/ fabr. Papel	3	1	0
21.2	Fabricação de papel, papelão liso, cartolina e cartão	-	19	22
21.3	Fabricação de embalagens de papel ou papelão	-	2	21
25.1	Arts. de Borracha	1	1	1
26.1	Vidro e seus produtos	0	0	2
27.4	Metalurg. Não-Ferrosos	0	0	0
27.5	Fundição	0	3	2
28.1+28.2	Estrut. Metálic. e Caldeiraria	3	3	8
29.1+29.2	Motores, Bombas, e Equip. uso geral	2	4	6
29.3	Tratores e Máq. p/Agricult.	4	12	14
29.4	Máq.-Ferramenta	3	4	8
29.8	Eletrrodomésticos	7	11	13
30.2	Máq. e Equip. Eletrôn.p/ Informát.	20	2	3
31.1+31.2	Geradores e equps.p/ Distrib.e Control.En.Elétr.	8	8	5
31.3	Fios, Cabos e Cond. Elétr.	4	9	10
31.4	Pilhas, Bater. e Acumul. Elétr.	0	3	3
31.5	Lâmp. e Equip. Ilumin.	3	3	5
31.6	Mat. Elétr. P/ Veíc. - exc. Bater.	1	0	3
32.1	Mat.Eletrônico Básico	0	1	3
32.2	Apar. e Equip. Telef.,Radiotelef. e transm. de TV e Rádio	6	22	8
32.3	Apar. Recep. Rádio, TV,Reprod. de Som e Vídeo	0	1	...
33.1	Apar. e Instrum. p/ Usos Méd.-Hosp., Odontol. E Ortop.	2	9	8
33.2	Apar. Medida e Contr, exc. p/ Contr. Proc. Industr.	0	10	5
33.3	Máq. e Equip.Sist.Eletrôn. p/Autom. Industr.	-	0	1
33.4	Apar.e Mat.Ópticos, Fotogr. e Cinematogr.	0	1	1
33.5	Cronôm. e Relógios	0	0	0
34.4	Peças e Aces. P/ Veíc.Autom.	4	3	5
34.5	Recondic. Ou Recup. Motor. P/ Veíc.Autom.	5	8	9
35.1	Constr.e Repar. de Embarcações	0	0	0
35.2	Constr., Mont.e Repar. de Veíc.Ferrov.	0	0	2
35.3	Constr., Mont.e Repar. Aeronaves	-	0	0
35.9	Outros Equip. Transp.	1	3	1

Fonte: (Dados brutos) Censo Industrial de 1985 e PIAs de 1996 e 2003 - IBGE. Cifras arredondadas. Apud Cano (2008)

Retornando aos dados da Tabela 4.21, vemos que para os grupos I e II o movimento brasileiro e paranaense é o mesmo. Entre 1996 e 2003 houve redução da participação do grupo I, sendo que a redução paranaense foi mais acentuada. O grupo II ganhou

participação no mesmo período, tendo novamente a mudança paranaense se dado com maior intensidade. O grupo III foi novamente foco de distinção entre as duas estruturas. Enquanto a queda de participação para o Brasil se acentuou, no Paraná sua ampliação teve prosseguimento. Com isso, a estrutura produtiva paranaense, em termos desses grupos industriais, passou a contar, em 2003, com maior participação do grupo de Bens de Consumo Durável e Bens de Capital do que a média nacional.

Ao descermos no nível dos gêneros vemos que os listados na tabela 4.22 para o grupo I passaram por redução de participação entre 1996 e 2003, sendo a mais significativa delas a de Alimentos e Bebidas, tradicionais componentes da indústria paranaense. Vale a lembrança de que tratamos de participação relativa. Não significa que essas produções se reduziram em absoluto. Pelos dados da produção física, quando disponíveis, os gêneros desse grupo mostraram expansão do índice de produção.

No grupo II, os únicos no período que não tiveram participação ampliada foram Minerais não-Metálicos, Metalurgia básica e Produtos de Metal exceto máquinas e equipamentos. Mesmo assim, foram reduções de pouca expressão. A mais preocupante foi a redução desse último gênero, pois corresponde, de acordo com dados da produção física, a uma redução absoluta. Os principais ganhos de participação no VTI estadual ficaram por conta de Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool, recuperando boa parte da participação que ostentara em 1985 e Papel e celulose, gênero que se aproveitou da expansão da madeira de reflorestamento no estado. Esse último gênero conta com participação elevada do segmento de Papel, Papelão, Cartolina e Cartão, sendo a produção de Celulose responsável por menos de 4% do VA do gênero em 1998⁶⁰. Entre 1985 e 1998 tiveram ganhos de participação os segmentos de Papel para embalagens e Fabricação de Embalagens, somando mais de 12% do VA do gênero ao fim desse período.

A expansão da participação do grupo III na estrutura industrial paranaense mostrou-se calcada na produção de Veículos Automotores, reboques e carrocerias. Sua participação quase quadruplicou, superando 12% do VTI do estado. Os outros gêneros passaram por redução de participação no VTI. Todos se mantiveram, porém, em nível superior ao verificado em 1985, com exceção de Fabricação de máquinas para escritório e

⁶⁰ Trintin (2006) pg. 142.

equipamentos de informática e Outros equipamentos de transporte. A expansão do gênero Veículos Automotores pode ser considerada a principal marca da trajetória da indústria paranaense nesse período. Trata-se de uma questão emblemática, pois é bastante característica do perfil pós-abertura em termos regionais. Montadoras de automóveis normalmente se envolvem em casos de Guerra Fiscal entre os estados e não foi diferente com o Paraná. Além disso, há preocupação em relação a mercados externos, uma vez que a produção não é voltada integralmente ao mercado interno brasileiro.

Em termos de participação regional, pelos dados da tabela 4.23 é possível ver que o Paraná teve ganhos nos três grupos apresentados, tendo ganhos maiores para os grupos II e III. O estado de mostrou um dos maiores ganhadores em termos da desconcentração industrial, adicionando quase 2% a sua participação no VTI nacional entre 1996 e 2003.

Classificação de atividades (CNAE)	Paraná		
	1985	1996	2003
D Indústrias de transformação	5,05	5,37	7,33
15 Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	10,08	8,76	8,82
16 Fabricação de produtos do fumo	4,34	17,65	5,57
17 Fabricação de produtos têxteis	3,23	2,84	4,80
18 Confecção de artigos do vestuário e acessórios	2,06	3,23	5,40
19 Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	1,39	1,92	1,59
20 Fabricação de produtos de madeira	21,15	24,32	25,24
21 Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	10,27	7,72	12,33
22 Edição, impressão e reprodução de gravações	2,59	3,63	5,51
23 Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	10,67	5,10	8,95
24 Fabricação de produtos químicos	2,31	2,84	4,63
25 Fabricação de artigos de borracha e plástico	2,54	3,48	5,71
26 Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	5,96	5,76	6,41
27 Metalurgia básica	0,72	1,19	1,16
28 Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	1,89	3,88	5,35
29 Fabricação de máquinas e equipamentos	3,30	6,12	8,89
30 Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	16,98	1,80	2,21
31 Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2,75	5,15	5,90
32 Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	2,60	9,30	5,50
33 Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios	0,65	6,33	5,96
34 Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	3,60	2,22	11,34
35 Fabricação de outros equipamentos de transporte	0,33	1,44	0,32
36 Fabricação de móveis e indústrias diversas	6,97	8,28	11,52
37 Reciclagem	-	3,03	5,82
Outros	-	-	-

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Anual

No grupo I o Paraná obteve ganhos em Móveis e Mobiliário, gêneros em que possui participação nacional considerável. Obteve ganho expressivo também em Vestuário. Por outro lado, apresentou grande perda no gênero Fumo, cuja produção passou a se organizar no Rio Grande do Sul.

Entre os gêneros que compõem o grupo II, apenas Metalurgia básica não ganhou pontos de participação relativa. Madeira, Papel e Celulose, Materiais plásticos, Reciclagem e Derivados de Petróleo e Álcool foram os principais ganhadores. O bom desempenho desses gêneros esteve ligado à desvalorização cambial e a retomada de construção de veículos a Álcool.

Para o grupo III, houve ganhos consideráveis para Veículos Automotores, além de Máquinas e equipamentos e Máquinas para escritório e de Informática. As perdas ficaram por conta dos gêneros mais afetados pela desvalorização cambial de 1999, como Material Elétrico, e Material Eletrônico e de Comunicações.

A produção industrial paranaense, mesmo tendo mostrado trajetória distinta àquela do país, não fugiu dos grandes determinantes que se lançaram sobre o território nacional em tempos de neoliberalismo. Os dados mostram que o perfil industrial paranaense diversificou-se e agregou segmentos mais complexos e até mesmo sofisticados. Para tanto, contou com infra-estrutura econômica pré-existente, em termos energéticos, de transportes e comunicação, além da disponibilidade de serviços e atividades de suporte na região de Curitiba. O estado foi privilegiado ainda pela sua proximidade a São Paulo, importante centro consumidor e fornecedor para a produção paranaense, e em relação ao Mercosul, outro mercado visado pelas estratégias transnacionais das grandes empresas.

Além disso, fez largo uso da Guerra Fiscal, não tendo-a restringido a setores específicos, tornando-a generalizada através de programas como O Bom Emprego Paranaense e Paraná Mais Empregos. A participação de governos estaduais e municipais contribuiu para a instalação de montadoras de automóveis, caso mais emblemático, mas não apenas. A tabela 4.25 ajuda a indicar outros segmentos em que a atuação do governo estadual pode ter ocorrido.

Ao fim do período o Paraná apresenta como gêneros industriais mais relevantes em termos nacionais a fabricação de Produtos de Madeira, Papel e Celulose, Móveis, Veículos Automotores, Alimentos e Bebidas e Máquinas e Equipamentos, conforme tabela 4.22.

Criando mais uma vez um índice representativo e adotando 2003 como 100, vemos que em 1996 o índice era 28% menor. E o índice formado a partir do conjunto dos sete gêneros mais representativos em 1996 encontrava-se 17% menor. Em uma comparação entre os dois conjuntos de gêneros, os mais representativos em termos de participação nacional em 1996 e em 2003, as diferenças ficam por conta de Fumo, Material Eletrônico e de Comunicações e Fabricação de equipamentos médico-hospitalares, instrumentos de precisão e óticos, equip. de automação industrial, cronômetros e relógios, que perderam participação e deixaram de figurar na lista dos mais representativos. Em seu lugar, entraram Veículos Automotores, Refino de petróleo, elaboração de combustíveis e produção de álcool e Máquinas e Equipamentos. Isso deixa claro o avanço em termos de desenvolvimento da estrutura industrial do estado.

Não é por coincidência, entretanto, que há forte correlação entre os principais gêneros estaduais e a pauta de principais produtos exportados pelo estado (tabela 4.29). O setor externo ganhou importância crescente nos anos 1990 e foi ainda reforçado pelo baixo dinamismo interno da economia brasileira. É preocupante do ponto de vista do desenvolvimento nacional que a produção industrial brasileira assuma postura reflexiva, orientando-se de acordo com os movimentos assumidos pela demanda internacional. Aparentemente é o que vem ocorrendo no estado do Paraná.

Tabela 4.27 - Balança Comercial do Paraná 1990-2005

Ano	Exportações		Importações		Saldo	Corrente de Comércio
	Valor FOB (US\$)	Var.	Valor FOB (US\$)	Var.		
1990	1.868.167.934	-	626.178.951	-	1.241.988.983	2.494.346.885
1995	3.567.346.076	190,95	2.390.290.798	381,72	1.177.055.278	5.957.636.874
2000	4.394.161.676	123,17	4.686.228.819	196,05	-292.067.143	9.080.390.495
2005	10.033.532.895	228,33	4.527.236.933	96,60	5.506.295.962	14.560.769.828

Fonte: MDIC-SECEX apud Paraná - Comércio Exterior n. 10, 2006

Nota: Dados trabalhados pelo IPARDES

A tabela 4.27 deixa transparecer a importância que vem ganhando o setor externo no estado. A corrente de comércio apresentou volume sempre crescente entre 1990 e 2005. Entre 1990 e 1995 tanto as exportações quanto as importações paranaenses se ampliaram, tendo sido o incremento relativo das compras internacionais superior ao das vendas, sem, entretanto, comprometer o saldo positivo da balança comercial. Isso ocorreu apenas após a desvalorização cambial de 1999, como mostram os dados de 2000. A explicação reside na

rigidez dos itens da pauta importadora, em especial as importações de produtos químicos (óleos brutos de petróleo e cloretos de potássio), componentes de veículos automotores, equipamentos eletrônicos e mecânicos.

A partir de 2002 as exportações do país se beneficiaram do “efeito China”, que ampliou fortemente a demanda mundial por commodities e manufaturados básicos. Com isso, as exportações paranaenses mais que dobraram entre 2000 e 2005.

A ampliação da corrente de comércio paranaense foi superior à experimentada pelo país. A tabela 4.28 mostra aumento da participação paranaense nas exportações e importações brasileiras. Esse aumento é indício de que as transformações na produção industrial do estado rumaram no sentido de incorporar segmentos com participação relativamente maior em estratégias supranacionais, contando não apenas com maiores vendas ao exterior, mas também um volume considerável de compras externas.

Ano	Participação PR/BR	
	Exportações	Importações
1990	5,95	3,03
1995	7,67	4,78
2000	7,97	8,39
2005	8,47	6,15

Fonte: MDIC-SECEX apud Paraná - Comércio Exterior n. 10, 2006

Nota: Dados trabalhados pelo IPARDES

Para podermos afirmar algo nesse sentido é conveniente consultar a composição das exportações e importações do estado. Pelo lado das vendas ao exterior chama a atenção o acentuado ganho de participação de Material de transporte e componentes, que contava com participação de 3,04% em 1996 e atingiu 24,87% em 2005, passando a ser o principal integrante da pauta exportadora do estado. Esse grupo tomou o lugar ocupado pelo complexo soja, que passou a ser o segundo grupo mais representativo. Se agruparmos os itens dispostos nessa tabela em agregação similar a utilizada por Cano (2008), vemos que o grupo composto por BCnDs (Complexo soja+Complexo carnes+ Açúcar+Café) teve sua participação reduzida de quase 60% para 40,5%, mantendo-se ainda como principal grupo. O grupo de BIs (Madeira+Papel e Celulose+Químicos+Metalúrgicos) teve aumento de participação, passando de 12,6% para 18,1% entre 1996 e 2005. O maior aumento, por sua

vez, esteve com o grupo BCD+BK (Material de Transporte+Máquinas e aparelhos), de 9,8% para 30,3% no mesmo período. Esse foi o grupo que teve maior aumento de participação no VTI do estado, como vimos.

Tabela 4.29 - Composição das exportações paranaenses por grupos de produtos 1996-2005

Grupos de Produtos	Participação (%)		
	1996	2000	2005
Material de transporte e componentes	3,04	19,69	24,87
Complexo soja	47,31	34,34	22,89
Complexo carnes	5,89	6,47	12,97
Madeiras e manufaturas de madeira	6,22	10,86	11,00
Máquinas, aparelhos e instrum. mecânicos	6,82	4,26	5,48
Papel e celulose	4,24	3,36	2,50
Produtos químicos	1,84	2,54	2,44
Açúcar	2,00	3,16	2,42
Café	4,77	3,39	2,24
Produtos metalúrgicos	0,32	0,82	2,20
Outros grupos de produtos	17,54	11,12	10,98
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: MDIC-SECEX apud Paraná - Comércio Exterior n. 10, 2006

Nota: Dados trabalhados pelo IPARDES

Olhando agora para as importações (tabela 4.30), vemos movimento similar. O grupo de BCnDs teve seu peso reduzido nas compras externas, de 11,4% para 2,4% entre 1996 e 2005. Os BIs, que em 1996 tinham maior peso na composição das importações paranaenses, passaram por pequeno aumento, atingindo 39% em 2005. Isso não impediu, entretanto, que os BCD+BK assumissem a maior participação relativa nas compras feitas junto ao exterior. Partiram de 31,3% e atingiram 46,8% nesse mesmo período. A tabela mostra ainda que esse salto pode ser atribuído em larga medida a alteração do peso de Material de Transportes.

Esses dados corroboram o papel crescente que o setor externo tem mostrado na trajetória da estrutura industrial paranaense. Os setores de maior crescimento no estado são também, em larga monta, aqueles que possuem maior peso nas transações externas. Nesse período recente, em que o estado se destacou pelo desempenho dos BCD+BK, não é surpresa vermos que esse grupo também foi proeminente na questão do comércio exterior, afinal são fatos correlatos.

Tabela 4.30 - Composição das importações paranaenses por grupos de produtos
1996-2005

Grupos de Produtos	Participação (%)		
	1996	2000	2005
Produtos químicos	17,23	16,42	20,42
Material de transporte e componentes	6,32	23,28	19,37
Máquinas, aparelhos e instrum. mecânicos	13,04	11,35	14,54
Derivados de petróleo	14,50	15,15	12,92
Materiais elétricos e eletrônicos	9,04	10,60	9,73
Produtos metalúrgicos	1,39	3,49	3,45
Instrumentos, aparelhos de ótica e de precisão	2,93	1,94	3,19
Papel e celulose	4,10	2,81	2,27
Cereais	6,02	2,34	1,44
Produtos têxteis	5,47	1,50	1,02
Outros grupos de produtos	19,95	11,13	11,65
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: MDIC-SECEX apud Paraná - Comércio Exterior n. 10, 2006

Nota: Dados trabalhador pelo IPARDES

A partir da classificação de intensidade tecnológica do IBGE podemos ver que o desenvolvimento industrial paranaense, no entanto, não se concentrou nos gêneros de alta tecnologia, mas sim nas classificações intermediárias. A trajetória da estrutura industrial do estado também do ponto de vista tecnológico esteve atrelada aos rumos tomados pela política econômica nacional. Os dados da tabela 4.31 mostram que no grupo de Alta Tecnologia o item com maior participação, Equipamentos de Rádio, TV e comunicações, sofreu com a desvalorização cambial de 1999, encarecendo a importação de componentes importantes. Apesar do avanço na industrialização do Paraná, fica claro que sua produção não é marcada pelo perfil de alta tecnologia. Entre 1996 e 2005 o peso dos gêneros com esse perfil se reduziu.

No grupo de Média-Alta Tecnologia a produção de Veículos Automotores se sobressaiu, tendo os outros gêneros perdido participação no grupo. Trata-se de outro gênero com forte participação do mercado externo, sendo o primeiro colocado em termos de exportações do estado, de acordo com a tabela 4.29.

Para o grupo de Média-Baixa Tecnologia a forte expansão em termos de participação entre 1996 e 2005 teve como responsável o grupo Carvão, produtos de petróleo refinado e combustível nuclear, associado à atividade da PETROBRÁS no estado e que se recuperou entre 1996 e 2005, como já tivemos a oportunidade de ver pelos dados das PIAs. O ciclo de alta do preço do petróleo contribuiu muito para isso.

Tabela 4.31 - Distribuição percentual do VTI paranaense segundo intensidade tecnológica
1996-2005

Intensidade Tecnológica	Distribuição		
	1996	2000	2005
ALTA TECNOLOGIA	7,6	4,6	4,4
Aeronáutica e aeroespacial	0,0	0,0	0,0
Farmacêutica	0,2	0,4	0,5
Material de Escritório e Informática	0,2	0,4	0,7
Equipamentos de Rádio, TV e comunicações	6,1	2,9	2,7
Instrumentos médicos de ótica e precisão	1,0	0,9	0,6
MÉDIA-ALTA TECNOLOGIA	21,2	27,2	24,1
Máquinas e equipamentos elétricos não-especificados	2,7	2,1	1,6
Veículos automotores, reboques e semi-reboques	3,4	10,8	9,3
Produtos químicos, exclusive farmacêuticos	6,6	7,0	5,9
Equipamentos para ferrovia de transporte não-especificados	0,2	0,0	0,1
Máquinas e equipamentos mecânicos não-especificados	8,2	7,2	7,1
MÉDIA-BAIXA TECNOLOGIA	13,8	25,0	29,6
Construção e reparação naval	0,0	0,0	0,0
Borracha e produtos plásticos	2,7	3,2	2,8
Carvão, produtos do petróleo refinado e combustível nuclear	3,1	13,7	18,9
Outros produtos minerais não-metálicos	3,8	4,5	3,9
Produtos metálicos	4,2	3,5	4,0
BAIXA TECNOLOGIA	57,4	43,2	41,9
Produtos manufaturados não-especificados e bens reciclados	3,6	3,4	3,4
Madeira e seus produtos, papel e celulose	13,8	14,1	13,6
Alimentos, bebidas e tabaco	36,0	22,3	21,2
Têxteis, couro e calçados	4,1	3,6	3,8
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE apud IPARDES 2007

O grupo de Baixa Tecnologia continua sendo responsável pela maior parte do VTI do estado, embora sua parcela tenha se reduzido. Em 1996 esse grupo era responsável por mais de 50% do VTI do estado, tendo passado a cerca de 42% em 2005. Essa redução, como sabemos, ocorreu por conta da perda de participação de Alimentos e Bebidas, além do gênero Fumo.

A tabela 4.31 mostra, portanto, algum avanço tecnológico, dado que em 1996 os níveis intermediários somavam 35% do VTI estadual, tendo passado a 53,7% em 2005. Essa melhora, no entanto, não contemplou os segmentos de Alta tecnologia, que tiveram participação reduzida no período.

Essas alterações discutidas até aqui do ponto de vista da estrutura e pauta industriais paranaenses tiveram contrapartida na concentração no nível das empresas, que, a exemplo do que ocorrera nas décadas anteriores, intensificou-se.

Tabela 4.32 - Participação das maiores empresas no valor agregado, por gênero, no Paraná 1991-1996

Gêneros	Número de empresas		Contribuição das 5 maiores empresas na renda do setor	
	1991	1996	1991	1996
Produtos alimentares	3.808	4.083	6,3	17,9
Madeira	2.173	5.653	7,7	28,2
Têxtil	404	458	26,9	35,7
Material de transporte	418	428	90,9	91,6
Material elétrico e com.	329	400	63,6	74,2
Mecânica	612	717	21,5	22,4
Papel e papelão	183	304	31,9	64,6
Química (exceto Petrobrás)	373	431	27,9	28,6

Fonte: Paraná (1993, 1995, 1997) apud Trintin (2006)

Os gêneros listados na tabela 4.32 figuram entre os principais do estado em termos de VA e VTI. Para todos eles o número de empresas atuantes no gênero aumentou, com destaque especial para Madeira e Papel e Papelão. A contribuição das 5 maiores empresas na renda do setor aumentou para todos os gêneros listados, independentemente do grau de concentração que apresentavam em 1991. Desse modo, Produtos Alimentares e Madeira, que apresentavam contribuição das 5 maiores empresas para a renda do setor inferior a 10% passaram para 17,9% e 28,2%, respectivamente. Novamente, saltam aos olhos os incrementos de Madeira e Papel e Papelão. Para o primeiro, a contribuição das maiores empresas quase quadruplicou. Para Papel e Papelão, mais que dobrou, sendo que as 5 maiores empresas passaram a ser responsáveis por mais de 50% da renda do setor no curto período analisado. Há uma ligação estreita entre a concentração no nível das empresas e a modernização da estrutura industrial paranaense. A elevação da participação no VTI estadual de segmentos mais elaborados de certa forma exige portes determinados de empreendimentos com capacidade organizacional e de mobilização de recursos. Por mais que a produção de Alimentos, por exemplo, seja classificada com baixa complexidade tecnológica, a produção de alimentos congelados e processados é quase incompatível com a larga escala e produtividade com que operam as grandes empresas paranaenses desse ramo.

A concentração também prosseguiu do ponto de vista locacional. Manifestaram-se nos anos 1990 as mesmas tendências identificadas nos anos 1980. A produção industrial continuou se concentrando em Curitiba. A tabela 4.33 traz a participação das principais

microrregiões no VA da indústria paranaense entre 1985 e 1998. Curitiba passou a concentrar mais de 60% do VA da indústria, tendo as outras microrregiões perdido participação.

Tabela 4.33 - Participação das principais microrregiões do Paraná no valor adicionado da indústria 1985-1998

Microrregiões	1985	1998
Curitiba	48,46	60,79
Ponta Grossa	8,99	7,31
Norte Velho de Jacarezinho	2,85	1,40
Norte Novo de Londrina	11,57	7,40
Norte Novo de Maringá	4,56	3,21
Norte Novo de Apucarana	2,28	1,84
Norte Novíssimo de Umuarama	1,99	1,64
Extremo Oeste Paranaense	4,28	4,07
Sudoeste Paranaense	2,05	1,61
Campos de Guarapuava	2,08	1,96
Médio Iguaçú	1,88	1,17
Total	91,00	92,40

Fonte: Paraná (1988, 1999) apud Trintin (2006)

IPARDES (2007), pesquisa recente que trata da estrutura industrial do estado, mostra que em 2005 Curitiba concentrava 62,2% do VA da indústria estadual. As três maiores participações se mantiveram com Curitiba, Londrina e Ponta Grossa. É muito forte no estado a segmentação que acompanha a localização das indústrias. Assim, para segmentos de maior intensidade tecnológica e concentração no nível de empresas a concentração principalmente em Curitiba, Londrina e Maringá é muito alta. Para os de nível tecnológico mais baixo e menor concentração setorial, Curitiba continua sendo o principal local de produção, porém com peso muito menor.

A tabela 4.34 elucida melhor essa questão, trazendo indicadores de concentração regional da atividade industrial de acordo com a intensidade tecnológica.

Tabela 4.34 - Indicadores de Concentração regional da indústria paranaense de acordo com intensidade tecnológica 1997-2005

	Intensidade Tecnológica							
	Alta Tecnologia		Média-Alta Tecnologia		Média-Baixa Tecnologia		Baixa Tecnologia	
	1997	2005	1997	2005	1997	2005	1997	2005
CR4	99,5	96,9	93,4	92,0	93,9	96,3	50,3	50,3
Curitiba (VA)	97,5	82,6	84,3	83,2	88,3	90,2	28,3	25,2
Posição no CR4	Curitiba	Curitiba	Curitiba	Curitiba	Curitiba	Curitiba	Curitiba	Curitiba
	Londrina	Londrina	Londrina	Londrina	Londrina	Londrina	P. Grossa	P. Grossa
	Maringá	Toledo	Paranaguá	Paranaguá	P. Grossa	P. Grossa	Londrina	T. Borba
	Rio Negro	Maringá	Maringá	Maringá	S. Mateus Sul	Maringá	Apucarana	Apucarana

Fonte: SEFA apud IPARDES (2007).

A participação de Curitiba e seu entorno é a maior para todos os níveis tecnológicos, nunca deixando a primeira posição no CR4. A capital mantém participações bastante elevadas nos grupos de Alta, Média-Alta e Média-Baixa tecnologia, sempre acima dos 80%. Já no grupo de Baixa tecnologia a participação de Curitiba é sensivelmente menor, embora ainda encabece o CR4. A produção de baixa tecnologia, em geral, é muito mais dependente da proximidade de suas fontes de matérias primas, além de contemplar estruturas produtivas potencialmente menos concentradas setorialmente.

Entre os anos de 1997 e 2005 Curitiba logrou ganhar participação no VA do grupo de Média-Baixa Tecnologia, grupo que teve maior expansão no estado, conforme vimos na tabela 4.24. Por isso, a participação de Curitiba no VA do estado elevou-se de 60,79 em 1998 para 62,2 em 2005. Para os outros grupos a contribuição de Curitiba decresceu, mantendo-se, no entanto em patamares ainda muito elevados (superior a 82%). A principal queda se deu no grupo de Alta Tecnologia. Como a queda do VA de Curitiba para esse grupo foi muito superior a queda sentida pelo CR4, é possível afirmar que nesse grupo específico (que, lembrem-se, teve reduzida sua participação no VTI estadual) houve desconcentração, porém se manteve restrita ao grupo das outras três principais microrregiões em termos de produção industrial.

Conclusão

Não reproduzirei neste espaço as principais conclusões específicas contidas em cada um dos capítulos, mas tão somente as de ordem mais geral.

Não há dúvidas de que o período de 1970-2005 foi de ampliação da participação paranaense na economia nacional que, em termos de PIB, passou, de 5,5% em 1970 para 5,9% em 2005. O estado praticamente manteve sua participação no PIB da Agricultura em torno de 12% no período, sendo responsável pela terceira maior contribuição. Em termos dos serviços, apresentou pequena expansão para o mesmo período, de 5,3% para 5,5%, pelos dados das Contas Regionais. A indústria, por outro lado, apresentou considerável ampliação de sua participação em termos nacionais. Entre 1970 e 2004 a participação paranaense no VTI nacional se ampliou de 3% para 7%, passando a contar com a quinta maior participação nesse valor.

Esses números são insuficientes, entretanto, para compreender o conjunto de transformações por que passou a estrutura produtiva paranaense nesses 35 anos. A partir de 1970 tanto a agropecuária quanto a indústria passaram por processo de diversificação e modernização. No agro a introdução de culturas mecanizáveis mudou o panorama do setor, consolidando o estado como um dos principais produtores de alimentos do país. Mais importante que isso, assimilou a forma capitalista de produção com requisitos crescentes de rentabilidade e produtividade, criando forte associação com setor de máquinas e equipamentos estadual e nacional.

A estrutura industrial também passou por importantes transformações. Assimilou a produção de gêneros mais complexos, tendo a participação do grupo Metal-Mecânica crescido substantivamente no estado. A modernização não se manteve restrita aos gêneros novos, tendo alcançado as indústrias mais tradicionais do estado, como Alimentos, Química e Madeira. Em 1970, o gênero Química tinha participação majoritária de óleos vegetais. Hoje, sua principal produção diz respeito a combustíveis fósseis e álcool. Fato similar ocorreu com Alimentos, que contava com ampla participação de beneficiamento de grãos, que deu lugar recentemente à produção de congelados e carnes. Mesmo a Madeira conta hoje com forte participação de chapas, compensados e outros artigos de maior elaboração que os tradicionais resserrados. Outra transformação que afetou de maneira generalizada a

indústria paranaense foi a consolidação da grande empresa capitalista, com estratégia de atuação no mercado nacional e internacional.

Talvez o ponto de maior destaque dessa trajetória resida na composição de sua indústria, a partir dos três grupos sugeridos por Cano (2008). Os números apontam, no caso paranaense, para o rumo entendido como desenvolvimento da estrutura industrial. Entre 1970 e 2003 o grupo que mais ganhou participação no estado foi o de BCD+BK, situando-se, ao fim do período, em patamar superior ao da média nacional e da média do Sudeste. Concomitantemente, o grupo formado por bens intermediários passou por expansão mais branda, ao passo que o grupo constituído por BCnD teve retração de sua participação relativa. Quando comparamos os rumos tomados pela estrutura industrial paranaense e a nacional vemos com clareza a diferença em seu movimento. Enquanto para o país ganharam participação em maior medida os bens intermediários, para o Paraná foram os BCD+BK, principalmente entre 1970 e 1996.

Se olharmos para a participação paranaense nos grupos de indústria nacional, vemos aumento de participação em todos no período. No grupo I, passa de 3,5% para 6,7%. No grupo II, de 3,8% para 7,4%, assumindo a quarta maior cifra, aa frente do Rio Grande do Sul. No grupo III o estado mostrou forte evolução, partindo de 0,8% em 1970 e chegando a 8,1% em 2003, número que lhe rendeu a terceira maior participação em termos nacionais.

A história da modernização produtiva do estado é também, entretanto, marcada pela forte expulsão de homens do campo. À medida que a agricultura passava a incorporar insumos industriais e novas determinações organizacionais, com padrões mais elevados de rentabilidade e eficiência ampliou-se a substituição de trabalho vivo pelo morto, ou seja, do homem pela máquina e pela técnica. Os dados apresentados ao longo dos capítulos foram contundentes, como a participação do emprego agrícola no estado, que passa de 30,4% em 1970 para 19,35% em 2000, redução que esteve radicada num decréscimo absoluto de trabalhadores, caindo nesse período a praticamente a metade do número de 1970. Vê-se o reflexo disso nos dados de fluxos migratórios, com a inversão da situação líquida do estado. Receptor de fluxos migratórios regionais até a década de 1960, principalmente por conta de sua fronteira agrícola, o Paraná passou à situação de expulsador líquido na década de 1970, graças à escassez de novas terras baratas no estado e à intensa modernização de que falamos.

Nesse sentido, assim como ocorreu no cenário nacional, como lembra Cano (2008), a possibilidade das migrações continuarem acomodando diversas tensões sociais no estado se esgota nesse período. Além do enorme fluxo de pessoas que tiveram que sair do estado, muitas foram forçadas a migrar para o setor urbano. Por isso, a urbanização do estado processou-se de forma acelerada, promovendo, como é característico dos países subdesenvolvidos, o inchaço do setor terciário, ocultando atividades que constituem verdadeiras estratégias de sobrevivência, tanto no sub-emprego quanto na informalidade.

Houve, de fato, forte crescimento da atividade industrial, sobretudo no entorno da Região Metropolitana de Curitiba, que concentrou de forma crescente os investimentos da indústria. O bom desempenho industrial do estado esteve arraigado na coexistência de indústrias de BCnDs bastante competitivas e crescente setor de BCDs+BKFs. Quando o cenário nacional mostrou-se favorável para o investimento, proliferaram de forma destacada os ramos mais elaborados, enquanto os mais tradicionais garantiam desempenho razoável do setor secundário quando o panorama macroeconômico apresentou-se mais difícil, atingindo mais pesadamente setores que exigiam melhor situação do mercado interno. Isso se deu em maior proporção até o período recente, quando mesmo os BCD+BK passaram a contar com maior participação do mercado externo, como pudemos ver no capítulo 4.

A trajetória da indústria paranaense contou com ação contundente da burocracia estatal que, além de formular planos, viabilizou financiamentos e a construção de infraestrutura energética, de transportes e comunicações no estado, o que facilitou muito a atração de investimentos privados, notadamente de grupos transnacionais, em geral de porte superior aos nacionais, visando operação em escala nacional. A urbanização do estado e a centralidade exercida por Curitiba garantiram a expansão e diversificação de serviços urbanos, dotando o estado de considerável contingente de mão de obra qualificada.

A própria proximidade a São Paulo, se por um lado traduziu-se no bloqueio de oportunidades econômicas, principalmente no início da integração do mercado nacional, passou a conceder vantagens ao estado à medida que se sobressaíram estímulos no sentido da desconcentração produtiva em termos nacionais a partir de 1970. Até 1985 esse esforço foi beneficiado pela própria conjuntura nacional, em que não só o investimento privado, mas também o estatal mantinham-se em patamares elevados. Com a desestruturação do

Estado desenvolvimentista e a abertura econômica do país, principalmente a partir de 1990, novos determinantes passaram a encabeçar o processo de desconcentração e a dinâmica produtiva nacional. É nesse cenário que os estímulos externos ganham importância destacada, tendo contrapartida nas estruturas produtivas regionais. Logicamente o caso do Paraná não foi exceção, tendo sua proximidade ao mercado argentino (principal mercado de destino em termos de valor exportado pelo estado em 2007) sido um diferencial para muitos setores. No plano nacional, a Guerra Fiscal também tem se apresentado como um novo condicionante para o entendimento da questão regional.

Espera-se ter deixado claro no decorrer dos capítulos a necessidade de se entender estruturas regionais a partir de abordagens nacionais, entendendo o papel que cada uma desempenha no todo e como isso se transforma ao longo do tempo. Nesse sentido, a estrutura produtiva paranaense, assim como as demais trabalhadas por Cano (2008), deixa claro alguns problemas que se apresentam hoje na questão regional.

É preocupante a forma como se relega o destino da produção agropecuária às vontades internacionais, de maneira similar ao que ocorre com a própria indústria. A falta de uma coordenação e o debilitamento da coesão nacional faz-se sentir nas estruturas produtivas regionais. A condução da política econômica em nível nacional pouco tem feito para mudar isso. No período neoliberal ela aumenta a dependência das estruturas produtivas regionais aos movimentos internacionais sobre os quais possuem pouco ou nenhum controle, contando com um número reduzido de instrumentos de política econômica, em comparação com a esfera nacional/federal. Os estímulos nacionais perdem peso e minam a solidariedade regional da integração nacional. Isso ainda é piorado pelo grande engodo da Guerra Fiscal.

Há duas grandes questões que se levantam em termos da questão regional atualmente que perpassam pelo problema da Guerra Fiscal. A primeira diz respeito à coesão do processo de desconcentração e sua qualidade. Cano (2008) qualifica esse processo de desconcentração produtiva pós-1985 como *espúrio*, pois resultou da letargia econômica em nível nacional e, em particular da economia paulista,

É preciso ir além e compreender aquilo que une o destino da estrutura produtiva das diversas regiões e estados que compõem a economia brasileira. Em que medida a disputa

entre espaços por investimentos privados não traduz a sorte de um no malogro de outros? Sabendo-se que as cidades e regiões não competem em pé de igualdade, isso parece certo.

A outra questão diz respeito à relação custo/benefício, do ponto de vista social (o único relevante nesse aspecto), dos verdadeiros leilões promovidos pelos estados e cidades. Num país marcado pela profunda heterogeneidade social, em que políticas sociais são raras e frequentemente questionadas pelo conservadorismo intolerante da elite e mesmo das classes médias, não vemos disseminar reações equivalentes ao verdadeiro “Bolsa-Empresa” que se reproduz ao longo do território nacional. É difícil afirmar de forma categórica que essa pseudo-solução tem se traduzido na ampliação e melhora do emprego e das condições de trabalho. É mais difícil ainda precisar que qualquer benefício, caso tenha ocorrido, tenha superado os custos aos cofres públicos e à população em geral.

Essas são duas questões importantes para a agenda dos estudos regionais e urbanos, que não podem prescindir de tratamento a partir da perspectiva nacional, com preocupação em relação à totalidade do território nacional.

Referências Bibliográficas

- AFFONSO, R.B.A. - *A crise da Federação no Brasil*, **in** Ensaios FEE, Porto Alegre, n.2, 1994.
- AFFONSO, R.B.A. e SILVA, P.B. (ORG.) - *Federalismo no Brasil - desigualdades regionais e desenvolvimento* - SP. FUNDAP-UNESP, 1995, 2v.
- ALVES, M.A.S. (2001) Guerra Fiscal e Finanças Federativas no Brasil: O Caso do Setor Automotivo. Dissertação de mestrado. Orientador: SERGIO ROBERTO RIOS DO PRADO, Campinas, IE-UNICAMP, 2001.
- ARAÚJO, Tânia B. (2000). Ensaios sobre o Desenvolvimento Regional Brasileiro: heranças e urgências. Rio de Janeiro, Revan, 2000.
- AZZONI, Carlos R. (1982). Teoria da localização: uma análise crítica. São Paulo, IPE/USP.
- _____ (1986). Indústria e reversão da polarização no Brasil. Ensaios Econômicos IPE/USP, São Paulo, no 58.
- BANDEIRA, P. (1995). A economia da Região Sul, IN: AFFONSO, Rui de Britto Álvares, & SILVA, Pedro. Barros (orgs.), Desigualdade Regional e Desenvolvimento, São Paulo: FUNDAP/Editora UNESP, 1995, p. 13-59.
- BRANDÃO, Carlos A. (2003). A Dimensão Espacial do Subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos regionais e urbanos. Campinas, IE/Unicamp. (tese de livre docência).
- _____ (2006). Bases Teóricas e Metodológicas, IN: IPARDES (2006) Os Vários Paranás, texto para discussão www.ipardes.gov.br
- BREITBACH, A.C.M., *Estudo sobre o conceito de região*. FEE n. 13, 8/1988, Porto Alegre
- CANO, W. Questão Regional e Urbanização no Desenvolvimento Econômico Brasileiro pós-30. Anais do Congresso de 1988, ABEP, Olinda, 1988(A).
- _____. Urbanização, sua Crise e Revisão de seu Planejamento - in SP; Rev.Economia Política - n.1; 1-3/89.
- _____. (coord.) (1992). São Paulo no limiar do século XXI. São Paulo, Fundação Seade-SEPLAN.
- _____. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. 4ª ed.. Campinas, SP: Instituto de Economia – Unicamp, 1998A. (30 Anos de Economia, n.1)

_____. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-70 e 1970-95. 2ª ed. revista e aumentada. Campinas, SP: Instituto de Economia – Unicamp, 1998B. (30 Anos de Economia, n.2).

_____. Soberania e Política Econômica na América Latina, São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

_____. Deconcentração Produtiva Regional do Brasil 1970-2005. Campinas, UNESP, 2008.

CARDOSO DE MELLO, J.M. - *O Capitalismo Tardio* - SP - Brasiliense - 1982.

CARNEIRO, R. Desenvolvimento em Crise: a Economia Brasileira no último Quarto do Século XX. São Paulo, SP: UNESP, IE – Unicamp, 2002.

CRUZ, PAULO DAVIDOFF. Dívida externa e política econômica: a experiência brasileira dos anos setenta. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DINIZ, Clélio Campolina (1991). Dinâmica Regional da Indústria no Brasil: Início de Desconcentração, Risco de Reconcentração. Tese de Titular. Belo Horizonte, UFMG, 1991.

_____ (1993). Desenvolvimento Poligonal no Brasil: Nem Desconcentração nem contínua Polarização. *Nova Economia*, 3(1). Belo Horizonte, 1993.

_____ (1995). A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas, Texto para discussão nº 375, Rio de Janeiro: IPEA, jun. 1995.

FURTADO, C. (1959) *Formação Econômica do Brasil*, RJ, Fundo de Cultura, 4a. ed., 1961

_____. (1974) *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, 1974.

_____. (1978) *A Economia Latino- Americana*. C.Ed.Nacional, São Paulo, 1978, 2ª ed.

_____. (2000), *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. Paz e Terra, SP, 10ª ed., 2000.

GALVÃO, Antonio Carlos; VASCONCELOS, Ronaldo R. (1999). Política Regional à escala subregional: uma tipologia territorial como base para um fundo de apoio ao desenvolvimento regional. Brasília: IPEA. Texto para discussão 665.

GOTTDIENER, M. - *A Produção Social do Espaço Urbano* - SP - EDUSP - 1993.

GUIMARÃES NETO, Leonardo (1996). Ciclos Econômicos e Desigualdades Regionais no Brasil. XXIV Encontro Nacional da ANPEC, pp.480-498.

_____ (1995a). Desigualdades Regionais e Federalismo, IN: AFFONSO, Rui de Britto Álvares, & SILVA, Pedro. Barros (orgs.), Desigualdade Regional e Desenvolvimento, São Paulo: FUNDAP/Editora UNESP, 1995, p. 13-59.

_____ (1995b). Dimensões, limites e implicações da desconcentração espacial. IN: AFFONSO, Rui de Britto Álvares, & SILVA, Pedro. Barros (orgs.), A Federação em Perspectiva, São Paulo: FUNDAP, 1995, p. 374-397.

IPARDES (1978) A Contribuição da CODEPAR/BADEP, para o financiamento do Desenvolvimento da Economia Paranaense: Relatório de Pesquisa n. 2. Análise do Impacto da CODEPAR/BADEP na Economia Paranaense através de Investimentos do Setor Industrial. Curitiba: IPARDES, 1978

IPARDES (1982). Paraná: economia e sociedade. Curitiba, IparDES.

IPARDES(1991) Economia paranaense: desempenho recente e cenários de curto prazo. Análise Conjuntural, Curitiba, IPARDES, v.13,n.4, abril.

IPARDES. Estrutura e dinâmica do emprego no terciário paranaense. Curitiba, IPARDES, 1991.

IPARDES. Temas estratégicos para o Paraná. Curitiba. 1994.

IPARDES. Produto Interno Bruto do Paraná: 1980-1994 nova metodologia. Curitiba, IPARDES, 1995.

IPARDES. Dinâmica demográfica recente da região Sul: anos 70 e 80. Curitiba, IPARDES, 1997.

IPARDES. A integração comercial da indústria paranaense nos anos noventa. Curitiba, IPARDES, 2002.

IPARDES. Crescimento, reestruturação e competitividade industrial no Paraná 1985-2000. Curitiba, IPARDES, 2002.

IPARDES. Indicadores e mapas temáticos para o planejamento urbano e regional. Curitiba: IPARDES, 2002. CD-Rom.

IPARDES. Paraná. Diagnóstico social e econômico. Curitiba: IPARDES, 2003.

IPARDES (2006). Os Vários Paranas. Texto para discussão. www.ipardes.gov.Br

IPARDES (2007). Dinâmica recente da indústria paranaense: estrutura e emprego. Curitiba, IPARDES, 2007.

LEÃO, Igor Zanoni C. C. – O Paraná nos anos setenta. Tese de Mestrado, IE/UNICAMP, Campinas, 1986.

LOPREATO, F.L.C., *O endividamento dos governos estaduais nos anos 90*. Unicamp/Instituto de Economia, Textos para Discussão n. 94, Campinas, 3/2000.

_____, *O colapso das finanças estaduais e a crise da federação*. Ed. Unesp/Unicamp, São Paulo/Campinas, 2002.

MACEDO, M., VIEIRA, V. e MEINERS, W.(2002). Fases de desenvolvimento regional no Brasil e no Paraná: da emergência de um novo modelo de desenvolvimento na economia paranaense. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 103, juldez/2002, IPARDES.

MAGALHAES FILHO, F. B. B. Da construção ao desmanche: análise do projeto de desenvolvimento paranaense. Curitiba, IPARDES, 2006.

MYRDAL, G. Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas. 3ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Saga, 1972.

PACHECO, Carlos A (1996). A Questão Regional Brasileira Pós 1980: Desconcentração Econômica e Fragmentação da Economia Nacional. Tese de Doutorado. Campinas, IE-UNICAMP.

_____. (1998). A Fragmentação da Nação. Campinas, Editora Unicamp/IE.

_____. (1999). Novos Padrões de Localização Industrial? Tendências Recentes dos Indicadores da Produção e do Investimento Industrial, Texto para discussão n.º 633, Brasília: IPEA, mar. 1999.

PADIS, P. C. (1981). Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. Hucitec.

PRADO, S (Coord.) *Partilha de Recursos na Federação Brasileira*. FUNDAP, Sãoi Paulo, 2003.

SCHWARTZMAN, S. (ORG.) - *Economia Regional* - textos escolhidos. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1977.

TAVARES, M.C. *Império, Território e Dinheiro*. In FIORI, J.L. (Org.) *Estado e Moedas no desenvolvimento das nações*. Vozes, Petrópolis, 1999.

TRINTIN, Jaime G. – A economia paranaense: 1985-1998. Tese de Doutorado, IE/UNICAMP, Campinas, 2001.

_____. A nova economia paranaense: 1970-2000, Maringá, EDUEM, 2006.

UNCTAD (2003). Trade and Development Report 2003. Disponível em <http://www.unctad.org/Templates/webflyer.asp?docid=4078&intItemID=2976&lang=1&mode=downloads>, acessado em 25 de abril de 2006,

VASCONCELOS, José Romeu de (2001). Matriz do fluxo de comércio interestadual de bens e serviços no Brasil –1998, Texto para discussão n.º 783, Rio de Janeiro: IPEA, mar. 2001.